

v. 5 n. 10 (2022)



Cadernos de  
ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2595-5713

*v. 5 n° 10 (2022)*



*Revista  
Cadernos de  
África  
Contemporânea*

# Revista Cadernos de África Contemporânea

**Volume 05, n. 10, Jul – Dez, 2022.**

Revista Cadernos de África Contemporânea  
Grupo de Pesquisa África do Século XX História do Tempo Presente (UNEB/UNILAB)  
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da  
África - Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II, Alagoinhas.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. Todos os direitos reservados ao Grupo de Pesquisa África do Século XX e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África da UNEB. Sem permissão, nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados.

*Editores gerais:*

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima  
Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

*Editoração eletrônica:*

Prof. Dr. Rogério Jair Link

*Revisão linguística:*

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima  
Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane  
Prof. Dr. Rodrigo Castro Rezende  
Prof. Dr. Márcio dos Santos Rodrigues

*Design da capa:*

Prof. Dr. Rogério Jair Link

*Sítio de internet:*

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac>

Ficha Catalográfica – Biblioteca do Campus II/UNEB – Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer (CRB: 5/504)

Grupo de Pesquisa África do Século XX

Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África  
Departamento de Educação, Campus II Universidade do Estado da Bahia (UNEB)  
Rodovia Alagoinhas-Salvador BR 110, Km 3 – CEP 48.040-210 Alagoinhas – BA  
Caixa Postal: 59 – Telefax.: (75) 3422-1139

Cadernos de África Contemporânea: Revista do Grupo de Pesquisa África do Século XX e do  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África, Universidade do  
Estado da Bahia –DEDC II,  
v.; il. Semestral ISSN: 2595-5713 online

© 2022 Grupo de Pesquisa África do Século XX

*Revista Cadernos de África Contemporânea*, do Grupo de Pesquisa África do Século XX (UNEB/UNILAB), e do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Estudos Africanos e Representações da África, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II, Alagoinhas, ISSN 2595-5713 online, v. 05, n. 10, Jul/Dez, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac>

**Editores:**

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima

Prof. Dr. Alexandre Antônio Timbane

**Comitê Editorial Executivo:**

Alexandre Antônio Timbane

Ivaldo Marciano de F. Lima

Rodrigo Castro Rezende

**COMISSÃO EDITORIAL**

Joselito Brito de Almeida (UNEB)

Basílele Malomalo UNILAB

Detoubab Ndiaye UNEB

Priscila Gomes Correa UNEB

Pedro Acosta Leyva UNILAB

Osmundo Pinho (UFRB)

Juvenal de Carvalho Conceição (UFRB)

Alba Maria Pinho de Carvalho (UFC)

Gabriela de Sousa Costa (UFC)

Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)

Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)

Franck Gilbert Ribard (UFC)

Júlio Cláudio da Silva (UEA)

Patrícia Teixeira Santos (UNIFESP)

Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)

Sivio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)

Denise Dias Barros (USP)

Silvio Marcus de Souza Correia (UFSC)

Mahfouz ag Adnane (PUC SP)

Patrício Victorino Langa (Universidade Eduardo Mondlane - UEM)

Frederico Emiliano Satumbo (Universidade Agostinho Neto- UAN)

Elisio Macamo (Universidade de Basel - Suíça)

Victor Kalibanga (Universidade Agostinho Neto)

José Manuel Peixoto Caldas (Universidade do Porto)

Donatien Dibwe dia Mwembu (Université de Lubumbashi RDC)

David Andrew (Wits School of Arts, University of the Witwatersrand)

Roberto Conduru (Southern Methodist University, Dallas, EUA)

Olabiyi Yai (University of Florida/ Prof. da Universidade de Ifè)

# PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ESTUDOS AFRICANOS E REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA

## Coordenação:

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima (UNEB/DEDC II)

## Docentes:

Alyxandra Gomes Nunes (Doutora) DCH V UNEB;  
Antônio Vilas Boas (Mestre) DEDEC XIV UNEB;  
Celeste Maria Pacheco Andrade (Doutora) DEDEC II UNEB;  
Detoubab Ndiaye (Mestre) DEDEC II UNEB;  
Iêda Fátima da Silva (Doutor) DEDEC II UNEB;  
Ivaldo Marciano de França Lima (Doutor) DEDEC II UNEB;  
José Ricardo Moreno Pinho (Doutor) DEDEC II UNEB;  
Joselito Brito de Almeida (Mestre) DEDEC II UNEB;  
Alexandre Antônio Timbane (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;  
Marcos Carvalho Lopes (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês;  
Pedro Acosta Leyva (Doutor) UNILAB - Campus dos Malês.

## GRUPO DE PESQUISA ÁFRICA DO SÉCULO XX DOCENTES REGISTRADOS NO CNPQ:

Cíntia Nolácio de Almeida Maia - UNEB DCH IV  
Danilo Ferreira da Fonseca - UNICENTRO PR  
Detoubab Ndiaye – UNEB DEDEC II  
Eduardo Antônio Estevam Santos – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS  
Ercílio Neves Brandão Langa – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS  
Fábia Barbosa Ribeiro – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS  
Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB DEDEC II  
Josenildo de Jesus Pereira - UFMA  
Mahfouz Ag Adnane - CASA DAS ÁFRICAS (NÚCLEO AMANAR)  
Marcos Carvalho Lopes – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS  
Pedro Acosta Leyva – UNILAB/ CAMPUS DOS MALÊS  
Rodrigo Castro Rezende UFF/ CAMPOS DOS GOYTACAZES

## Apoio:

Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Reitor: Profa. Dra. Adriana Marmorini Lima  
Vice-Reitor: Dayse Lago de Miranda  
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowsky  
Diretor do DEDEC II: Aldrin Armstrong Silva Castellucci



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | Nº. 10 | Ano 2022

### **COMITÊ EDITORIAL EXECUTIVO**

**Alexandre António Timbane  
Ivaldo Marciano de F. Lima  
Rodrigo Castro Rezende**

#### **Site/Contato**

#### **Editores**

Ivaldo Marciano de França Lima  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## **EDITORIAL - SEGUINDO COM O BELO TRABALHO, APRIMORANDO AS PESQUISAS E CONSTITUINDO LIAMES ENTRE O BRASIL, PALOP'S E DEMAIS PAÍSES!!!!**

O que no princípio representava uma ideia de alguns poucos historiadores, ávidos em construir um programa de pós-graduação em História da África contemporânea, encarnado em docentes diversos dos muitos campi da UNEB e UNILAB, desaguou, tal qual um rio, em construções sólidas... Solidez não possui o mesmo sentido de algo que não se quebra ou de condição indestrutível. A solidez aqui aludida, nos dizeres dos populares, pode ser algo semelhante ao que não se verga, que não se perde, que pode até bambear, mas não cai. Tal qual um amor que esperou mais de dez anos para retomar seu curso, ou um rio represado que aguardou pelos reforços de mais águas para superar a barragem, os projetos destes docentes, professores no dizer da palavra, foram materializados em muitos frutos...

A solidez, portanto, as vezes se mostra de forma frágil, como os muitos frutos da construção operada a partir do não tão distante ano de 2017, quando docentes diversos das UNEB's e UNILAB resolveram caminhar na direção de construir um Grupo de Pesquisa e um programa de pós graduação, apoiados em um periódico e em outros veículos de difusão do conhecimento. Docentes como Me. Ndiaye Detoubab, além deste missivista que atende pelo nome de Ivaldo Marciano, representando a Universidade do Estado da Bahia, além dos queridos colegas unilabianos Dr. Pedro Accosta Leyva, Dr. Marcos Carvalho Lopes, Dr. Alexandre Antônio Timbane, Dr. Ercílio Langa, Dr. Eduardo Estevan e Dr. Bas'Illele Malo Malo, dentre outros, operaram no sentido de aprimorar e refinar os estudos sobre a história dos povos do continente africano. Pode se dizer, sem pestanejar, que a Bahia, em particular as universidades acima citadas, possuem grande respaldo acadêmico, dispostos nos resul-

tados operados pelas trajetórias dos docentes acima citados, e que foram reforçados por outros que se somaram ao processo, agregando novas ações, pesquisas e eventos. A estes, que se somaram no processo, a exemplo de Dr. Everton Carneiro (UNEB/DEDC XV), Dr. Rodrigo Rezende, da UFF (Campos dos Goytacazes), Dr. Josenildo de Jesus (UFMA), Dr. Alex Costa (UFBA), Dr. Danilo Fonseca (UNICENTRO Irati/PR), Me. Márcio Rodrigues (UEMA), Dr. José Francisco (UFOB), Dr. Patrício Batsikama (ISPT/Luanda) e Me. Yuri Agostinho (Universidade de Luanda), dentre outros que por esquecimento deste missivista não serão citados, agregaram conhecimento, força, bom humor e refinamento nas análises e perspectivas teórico metodológicas. Os colegas citados, e o trabalho que desenvolvem junto aos atuais grupos de pesquisa África do Século XX (UNEB DEDC II – Alagoinhas) e Estudos Africanos e Representações da África (UNEB DEDC XV – Valença), demonstra não apenas o crescimento das pesquisas no campo da história, mais precisamente do que se convencionou nomear por História da África, e no nosso caso, o tempo contemporâneo desta.

Atualmente, **Cadernos de África Contemporânea** vem acumulando esforços para se tornar um periódico especializado tão somente em artigos sobre a História da África no tempo contemporâneo. Isto, por acaso, tem trazido polêmicas e algumas contendas, a exemplo de colegas que confundem a história da África, como área, aos Estudos Africanos. As duas podem sim dispor de liames e diálogos, mas não podem jamais ser compreendidas como sinônimos uma da outra, pois se na primeira há os aspectos alusivos à necessidade de se compreender os eventos e fenômenos sob o escopo do tempo e espaço, na segunda há maior abertura das fronteiras, cabendo toda e qualquer pesquisa que esteja voltada sobre o continente africano, ou, como querem alguns, das suas representações, algo que ainda não é consenso entre os especialistas para este último aspecto.

As vezes recebemos artigos muito bons, resultantes de pesquisas bem feitas, mas que não possuem aderência à história da África. E desta forma, ficamos impedidos de ter em nossas páginas tais contribuições. As vezes, e estes vem crescendo em número, recebemos trabalhos que discutem temas voltados ao Brasil, mas que são reivindicados como parte da história da África. Há como reivindicar que a história de um terreiro de candomblé situado em alguma localidade do Estado da Bahia, ou de alguma comunidade remanescente de quilombos, sejam parte da história da África? Ao nosso ver, não, uma vez que estas experiências ocorreram em solo brasileiro, logo, constituem pontos da história do Brasil. Contudo, discursos apoiados em crenças essencializadas, que fogem do fazer científico, reivindicam que tais assuntos dizem respeito ao continente africano, e isto, para além do óbvio, resulta em situações tensas em algumas ocasiões, mas que em certa medida servem para reforçar o substrato teórico em que se apoiam editores, colaboradores diversos e docentes que apoiam nosso trabalho. Aliás, trabalho que se

espraia em frutos diversos, já referidos anteriormente e que hoje se constituem em pontos de divulgação científica, a exemplo do canal África do Século XX, disposto na plataforma de vídeos YouTube, ou nos outros periódicos que também integram as ações dos docentes articulados nos atuais dois grupos de pesquisa já citados, e que mantêm as atividades em curso.

Este número de **Cadernos de África Contemporânea** reúne artigos sobre diferentes regiões de África. Brasileiros, caboverdianos, moçambicanos e angolanos, aqui reunidos, teceram linhas que dizem respeito a muitos espaços e/ou povos do continente africano, no caso, Moçambique, Ruanda, Cabo Verde, Angola, África do Sul, e todos, conforme textos dispostos, apoiados em pesquisas de grande relevância e substância.

O primeiro artigo, intitulado “**Do projeto assimilacionista português à prevalência das sociabilidades endógenas em Moçambique. um estudo com recurso a macuana**”, de autoria de Martinho Pedro, entabula excelente análise sobre o contexto da colonização portuguesa no que é hoje Moçambique, e de como esta se mostrou inexecutável ao longo do tempo por diferentes razões e sentidos. Martinho Pedro é de uma geração de historiadores que se funda em excelente escopo, e trilha o caminho da boa e velha ciência, fazendo valer o dito de que os povos moçambicanos não precisam ser guiados por quem quer que seja... Com Martinho Pedro temos segurança de que o passado poderá ser objeto de boas análises, e que as visões lastreadas em ideologias ou crenças dotadas de apriorismos passam longe das terras e mentes moçambicanas!

O segundo artigo, intitulado “**Notas sobre a relação entre o Brasil e os países africanos sob o domínio português de 1945 a 1975**”, de autoria de José Francisco dos Santos, discute sobre as políticas externas do Brasil para o continente africano, e de como estas resultaram em mudanças consubstanciadas da condição de aliado do colonialismo português para o de primeiro país do mundo a reconhecer a independência angolana. Apoiado em documentação e significativa revisão bibliográfica, José Francisco faz parte da nova geração de historiadores brasileiros que se voltaram para o continente africano, disposto a ou entender suas muitas representações em solo brasileiro, ou suas diferentes facetas e nuances ocorridos do outro lado do Atlântico. Aqui temos um pouco de oxigênio para indicar, mostrar como se faz uma boa análise sobre o passado, apoiado em farta documentação e refinada bibliografia. José Francisco é historiador dos bons!

O terceiro artigo, intitulado “**As autoridades tradicionais em Moçambique e as penas de desterro e degredo durante o período colonial**”, de autoria de Hermenegildo Lange, retoma polêmica discussão sobre os modos como os soberanos de África reagiram aos contextos suscitados no período posterior à realização da Conferência de Berlim. Tempo houve em que prevaleciam os ditos de que os povos de África aceitaram de forma passiva a colonização, chegando as raias de terem recebido os invasores com bons modos. Os trabalhos dispostos no



volume VII da coleção História Geral da África, especialmente o capítulo escrito por Albert Adu Boahen (2010), vem ao encontro deste artigo escrito por Hermenegildo, e mostra que nenhum dos soberanos dos então países existentes em África abriram mão de sua soberania. O artigo também discute os modos como os portugueses, em especial, desconstruíram os soberanos seja através do discurso, das armas, ou de um conjunto de estratégias que corroboraram para que os outrora detentores do poder passassem a ser considerados como “autoridades tradicionais”.

O quarto artigo, intitulado **“Povos originários: aspectos conflituosos dos sans em Angola”**, de autoria de Rafael Peçanha de Moura, apresenta um panorama sobre os sans e as dificuldades que enfrentam na Angola contemporânea. O autor nos brinda com profícua discussão, e abre novas searas para que os jovens brasileiros, ou de outras partes da lusofonia possam se aventurar em pesquisas sobre aqueles que ainda hoje vivem em comunidades coletoras-caçadoras. Pesquisas e artigos do tipo das que são feitas por Rafael Peçanha de Moura continuarão a ser fundamentais por muitos e muitos anos!!!

O quinto artigo, intitulado **“Imaginar uma “colônia de povoamento” no âmbito do colonialismo português”**, de autoria de Deolindo de Barros, traz uma discussão acerca das pesquisas sobre a condição de Cabo Verde como colônia de povoamento, como se quis pensar uma historiografia por tempo considerável, ou de exploração, conforme apontam pesquisas e trabalhos mais recentes. Apoiado em farta bibliografia, Deolindo de Barros discute acerca desta condição, e sugere também boas questões acerca do belo e hospitaleiro Cabo Verde. Aqui temos bons caminhos para pensar, e como sempre, baseados em excelentes indicações de pesquisa e referências bibliográficas!

O sexto artigo, intitulado **“Astrofísica e História da África em transversalidade: possibilidades dos (ab)usos dos mitos dogons na aplicação da lei 10.639/03 e do combate ao preconceito de cor”**, de autoria de Rodrigo Castro Rezende, discute como os mitos do povo dogon pode servir para compreender os mecanismos de construção do conhecimento sobre eventos, fenômenos e objetos que nos cercam. Ainda tomando os sentidos das letras do autor, os mitos dos dogons podem servir para que, no âmbito das salas de aula da educação básica, os docentes possam se servir dos diferentes substratos presentes nestes mitos para mostrar o quão inócuo são os preconceitos que se lastreiam na cor da pele das pessoas. Rodrigo Rezende, para além de sua genialidade como historiador, avança para dimensões interdisciplinares, mostrando que a condição de sabedoria múltipla não ficou restrita ao saudoso e inesquecível Cheik Anta Diop, que reunia em seu cabedal várias áreas do saber. Aliás, pode-se aqui aventar que a UFF, mais precisamente a unidade localizada em Campos dos Goytacazes, tem grande privilégio em dispor de docente tão bem qualificado como este!

O sétimo artigo, intitulado “**Centros de memória e ensino: A Frente Patriótica Ruandesa e a difusão da história de Ruanda**”, de autoria de Danilo Ferreira da Fonseca, traz à tona questões que remetem a uma delicada e sensível discussão sobre os aspectos que aludem ao tão sofrido e espinhoso tema da guerra civil ruandesa, que teve o ano de 1994 como ápice. O autor, talvez a maior autoridade brasileira sobre questões da história contemporânea do que hoje nomeamos por Ruanda, reflete a respeito de como o atual governo, pós 1994, se utiliza da memória e do ensino para aprofundar uma versão dos fatos da história ruandesa. Analisando os centros de memória e seus canais de divulgação, Danilo Fonseca mostra como se dão os usos de tais mecanismos para difundir uma versão que esteja condizente com o projeto de poder do atual líder ruandês, e outrora general da Frente Patriótica Ruandesa, Paul Kagamè. Como se não bastasse profícua análise, nosso autor ainda mostra requintes refinados de sapiência nas análises a respeito dos resultados relacionados aos números da economia, e de como esta pode ser a chave para interpretar os guias das políticas interna e externa da Ruanda contemporânea. Aconselho ao leitor e leitora redobrem o cuidado e a atenção quando estiverem compulsando artigo tão bem escrito como este!

O oitavo e último artigo deste número, intitulado “**As palavras que contam as h/histórias: notas sobre a gramática racial sul-africana e algumas implicações metodológicas**”, de autoria de Laura Maria Lobato-Baars, traz algumas luzes sobre a tão desconhecida e mal interpretada história da África do Sul contemporânea. Apoiada em lídimo diálogo entre Antropologia e História, Laura Maria entabula algumas questões sobre os nomes como os povos que vivem na África do Sul foram/são chamados, e os modos como tais termos foram construídos. A autora faz uso de refinada bibliografia específica, e mostra que o país de Mandela é muito mais complexo do que nos fez acreditar a indústria cinematográfica hollywoodiana, que em meio a poderosos mecanismos de difusão ideológica, divulgou representações pautadas em divisões que não se faziam exequíveis no cotidiano. O artigo de Laura Maria também nos convida a tentar entender os meandros da história com outros aportes e repertórios, que nem sempre são de natureza óbvia, ou dispostos no dia a dia de grande parte das universidades brasileiras! É preciso rever os meios, modos e olhares, é preciso duvidar sempre do que se lê e do que se ouve!

Enfim, admirando a beleza existente no mundo, convido o leitor e a leitora para apreciarem estas páginas, alertando que se houverem erros de digitação ou diagramação, a culpa será toda deste editor, e que estamos tentando de todas as formas manter os periódicos em dia, apesar das dificuldades relacionadas com a quase escassez de recursos. Com os melhores cumprimentos e votos desejosos de uma excelente leitura!

**Ivaldo Marciano de França Lima.**



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

# DO PROJETO ASSIMILACIONISTA PORTUGUÊS À PREVALÊNCIA DAS SOCIABILIDADES ENDÓGENAS EM MOÇAMBIQUE. UM ESTUDO COM RECURSO A MACUANA

FROM THE PORTUGUESE ASSIMILATIONIST PROJECT TO THE PREVALENCE OF ENDOGENOUS SOCIABILITY IN MOZAMBIQUE. A STUDY USING MACUANA

**RESUMO:** Se o *Indirect rule* propiciou a manutenção das sociabilidades endógenas no espaço colonial, porque os britânicos assim projetaram, a ocorrência da mesma resultante no espaço colonial português, onde a cultura do constrangido havia sido condenada a desaparecer por conta da imposição de uma administração direta e de um processo aculturativo/assimilacionista, num contexto substitutivo, como o foi o caso macua, constituiu-se em um paradoxo que carece de uma explicação, tal como pretende-se no presente artigo, desenvolvido em uma perspectiva histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aculturação; Assimilação; Lusitanização; Prevalência; Nativos.

**ABSTRACT:** If the *Indirect rule* favored the maintenance of endogenous sociability in the colonial space, because the British so designed it, the occurrence of the same resultant in the Portuguese colonial space, where the culture of the constrained had been condemned to disappear due to the imposition of a direct and of an acculturation/assimilation process, in a substitutive context, as was the Macua case, constituted a paradox, that lacks an explanation, as we intend in this article, developed in a historical perspective.

**KEY WORDS:** Acculturation; Assimilation; Lusitanisation; Prevalence; Natives.

**Martinho Pedro**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

# DO PROJETO ASSIMILACIONISTA PORTUGUÊS À PREVALÊNCIA DAS SOCIABILIDADES ENDÓGENAS EM MOÇAMBIQUE. UM ESTUDO COM RECURSO A MACUANA

Martinho Pedro <sup>1</sup>

## Introdução

A colonização moderna europeia, introduzida durante o século XIX, arrancou com um processo que redundou, logo a seguir à Conferência de Berlim de 1884/85, na demarcação de colônias definitivas, no interior das quais foram estendidas políticas das metrópoles europeias. Nessa senda, Portugal projetou a lusitanização do seu espaço colonial em construção, com a imposição de uma política aculturativa que condenava ao desaparecimento as referências identitárias dos grupos sociais estrangidos que, no ideário e percepção colonial, não se contemporizassem com as normas culturais do país. Para esse propósito, tal como aponta Fry:

Enquanto os engenheiros sociais da África do Sul traçaram um caminho explícito de segregação racial e étnica e de celebração das diferenças culturais, seus equivalentes em Moçambique imaginaram uma época em que todos os moçambicanos teriam abandonado seus “usos e costumes” e seus “dialetos”, a favor da “civilização” e da língua portuguesas. (FRY, 2003, p. 289)

Paradoxalmente, longe dessa lusitanização, Moçambique terá tido uma resultante idêntica à projetada pela *Indirect rule* nos domínios britânicos, onde as estruturas sociais localmente presentes, até ao início da colonização, mantiveram-se com a sua essência existencial no fim do processo colonial. Em uma primeira leitura, tal resultante idêntica àquela que ocorreu propositadamente nos domínios britânicos torna-se incompreensível para um cenário que, desde o seu início, foi proposto como homogeneizador. Entretanto, tal resultante só podia ser idêntica, quando se percebe que, no caso português, tal realidade partiu de uma configuração social binária e em um contexto antipodal e antitético, cujo endereçamento das categorias sociais passou a ser feito de forma ambivalente ou dúbia e em função de poucos pontos de referência ou de contato.

Nesse âmbito, o presente artigo objetiva repertoriar os fatores que, durante a pretensa lusitanização, propiciaram a prevalência de tais distintas sociabilidades endógenas que inicialmente haviam sido condenadas ao seu desaparecimento, com a montagem de um arrojado projeto, circunscrito em uma administração direta, assimilacionista, excludente, cujo grupo social reivindicava uma superioridade civilizacional. De fato, essa prevalência criou uma realidade

---

<sup>1</sup> Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, Doutorado. [marpmatos@gmail.com](mailto:marpmatos@gmail.com)

paradoxal, ao condicionar que no fim do processo colonial, apenas uma pequena percentagem da população fosse aposta, e mesmo esta, de forma parcial, à mundividência lusitana.<sup>2</sup>

Para o artigo são mobilizados documentos de arquivo e material bibliográfico de segunda mão. Partindo de fundamentos fatuais e conjunturais que foram se agregando ao longo do período na região em estudo, a construção analítica é empreendida na longa duração, cobrindo o período entre o início do empreendimento da colonização moderna que, para Uzoigwe, (2010), tem como marco o ano de 1876<sup>3</sup>, e a independência de Moçambique, ocorrida em 1975.

A escolha da parcela triangular delimitada entre os rios Lúrio (Norte) e Ligonha (Sul) e o Oceano Índico (Este), catalogada na toponímia colonial inicialmente por Macuana, a seguir como Distrito de Moçambique e atualmente por Província de Nampula, incidiu, sobremaneira, devido a quatro razões, a saber:

- (i) pelo facto de ter jogado um papel geoestratégico, primeiro quando uma das suas ilhas, a de Moçambique, constituiu-se como a primeira capital da colônia até finais do século XIX e depois por ter-se constituído em zona *pivot* a partir da qual Portugal procurou gerir a situação militar do extremo norte da Colônia de Moçambique durante os anos 60 do século XX, aquando da guerra pela emancipação política desta parcela territorial;
- (ii) dado que, mesmo nos momentos em que Portugal teve dificuldades de gerir todo o seu espaço colonial, penhorando 2/3 à capitais estrangeiros, a Macuana/Nampula, continuou sob a administração direta;
- (iii) pela temporalidade que a colonização representou sobre o mesmo espaço, já que, de forma ininterrupta, foi o que mais tempo ficou sujeito à colonização, no conjunto dos demais territórios que passaram a corporizar definitivamente a Colônia de Moçambique e
- (iv) pelo facto de ser representativa no aspecto demográfico, na medida em que perceber uma dinâmica social que ocorreu no espaço concernido é perceber, por extensão, cerca de 30% do universo populacional total de Moçambique.

---

<sup>2</sup> Por acaso o pessoal assimilado, resultante dessa política aculturativa, situava-se numa posição dúbia, com dificuldades de definir a sua pertença, sendo que, em função das circunstâncias, mostrava-se como cultor da lusitanidade e, em outras ocasiões, reconhecia a sua pertença ao grupo dos nativos, a ponto de ser apelidado de brancos do bolso. Como aponta Cabaço (2010), os assimilados, ao serem vítimas de uma situação contraditória, eram e não eram africanos e/ou europeus, pretos (selvagens) e/ou brancos (civilizados), cidadãos de primeira e/ou categoria inferior indefinida, moçambicanos e/ou portugueses. Pela sua condição porosa, na zona de estudo, na Macuana/Nampula, foram apelidados de “namatapita” (SANTOS, 1960), em alusão a um tipo de esteira, cujo entrelaçamento deixa penetrar a radiação solar, sinónimo dessa condição vulnerável indicada por Cabaço.

<sup>3</sup> Este marco merece, entretanto, ser (re)contextualizado, já que, para o território em estudo, os acontecimentos que demarcaram o início da ocupação efetiva são anteriores aos que os leitores têm sido habituados a saber para o contexto continental, tal como se evidencia mais adiante.

O povoamento e controle administrativo contínuos acima atestados impõem a criação de um imaginário de maior impacto, naquela parcela, das políticas projetadas por Portugal para a colônia. Para todos os efeitos, pelos fundamentos mobilizados e num contexto complementar, comparativo e sistêmico, são mobilizadas, em ameadas vezes, outras regiões de Moçambique, com o fim último de apresentar as razões do falhanço do sistema não só na Macuana, mas em toda a colônia, no geral.

### **A valorização de Moçambique e da Macuana por Portugal**

A viragem de Portugal pela sua colônia de Moçambique, no conjunto das demais colônias africanas, ocorre, inicialmente, desde fins do primeiro quartel do século XIX. De entre os fatores que, cumulativa e progressivamente, propiciaram a valorização da colônia de Moçambique, mesmo continuando como um domínio incerto, desfilam: a independência do Brasil, o desenvolvimento de ideias liberais em Portugal, a abolição da escravatura nos outros países europeus e a Conferência de Bruxelas de 1876.

O processo emancipatório do Brasil, iniciado em 1822 e que culminou com o seu posterior reconhecimento pela Coroa Portuguesa, em 1825, alterou a correlação de forças, antes definidas na condição de potência/colônia e que passaram, a partir daquela altura, para uma condição relacional circunscrita no âmbito de dois países soberanos. O início dessa paridade de poderes entre Portugal e o Brasil, foi um dos fatores cruciais para a valorização das colônias africanas pela potência colonizadora. De fato, embora, para Clarence-Smith “(...) a maior parte das matérias primas tropicais utilizadas por Portugal até às últimas décadas do século [fossem drenadas a partir do Brasil e o país continuasse a constituir-se em] (...) um mercado muito maior e mais seguro para as exportações agrícolas do que a África (...)” (1990, p. 15), as vantagens econômicas e as relações políticas e sociais emanadas entre os já dois países soberanos jamais continuaram a ser idênticas quanto as do período precedente, que eram eminentemente coloniais, em que o Brasil era simples provedor da sua metrópole (PEDRO, 1995). Por conta disso, restava a África oferecer vantagens coloniais à Portugal. A esse propósito, não foi fortuito quando Papagno constatou, para a época em que o Brasil tornou-se independente, que:

a perda da rica colônia sul americana é substituída num primeiro tempo pela corrida aos empregos de Estado, (...) a chamada empregomania... Num segundo tempo, quando parece que os territórios africanos, até então considerados apropriados apenas para os degredados, podem vir a ser um segundo Brasil, à empregomania junta-se a atenção dada à partilha das concessões coloniais, (...) [do continente africano] (PAPAGNO, 1988, p. 242).

De forma clarividente, Martins relaciona a independência do Brasil com a viragem de Portugal às suas colônias africanas, ao afirmar que:

perdendo o Brasil, era mesmo que perder a fonte básica da sua magra economia. Não vendo solução melhor, a monarquia portuguesa teria desta vez de virar os olhos definitivamente para a África e dela tirar os recursos para a continuação do sistema de economia parasitária que já durava há mais de três séculos (MARTINS, 1975, p. 36).<sup>4</sup>

Correlativamente à consumação da independência do Brasil, durante a década 30 do século XIX, Portugal encontrou dois outros fatores que o coagiram a correr pelos seus espaços territoriais no continente africano. Tratou-se, primeiro, de uma ambição proveniente da Europa, fundamentalmente quando a Bélgica teve a intenção de apossar-se de uma das colônias portuguesas neste continente, em 1836 (CAPELA, 1974). Segundo este autor, a Bélgica intencionava hipotecar, à título de indenização, uma colônia portuguesa em África, caso a Rainha de Portugal aceitasse uma ajuda militar dada por aquela nação na sua luta contra os setembristas (*Ibid*). Em seguida, e de forma surpreendente, o interesse é revigorado quando o Brasil teve uma intenção idêntica, em 1839, ao ansiar na emancipação de Angola e Moçambique que depois ficariam sob a sua protecção (BOTELHO, 1922).

Nesses termos, se para Uzoigwe (2010, p. 32-33) a colonização moderna terá iniciado com um conjunto de pretensões territoriais tais que:

- (i) o interesse do rei belga que desaguou na Conferência Africana de Bruxelas de 1876;
- (ii) as atividades de Portugal, no mesmo ano, pelas quais a coroa anexou as propriedades rurais afro-portuguesas de Moçambique – os Prazos do Vale do Zambeze, com a sua transformação em Prazos da Coroa - em 1880;
- (iii) o carácter expansionista da política francesa entre 1879 e 1880, manifestado pela participação da França e do Reino Unido no controle do Egito (1879), cujo conjunto induziu, para o autor, (a) no abandono do controle informal em favor de um domínio efetivo de territórios, por parte do Reino Unido e da Alemanha, (b) bem como no início da anexação de territórios na África oriental, ocidental e meridional a partir do final de 1883, a situação na zona de estudo foi totalmente diferente.

---

<sup>4</sup> Reforçando essa ideia, num dos seus escritos, Capela aponta que “admitida como irreversível a independência do Brasil, a partir de 1830, e crescentes os interesses europeus pela África, também, entre [os portugueses], a atenção rebocada ia-se voltando para as colônias africanas (1974, p. 226).

Entretanto, para o caso da Macuana, tal ocupação de territórios definitivos inicia ainda no segundo quartel do século XIX, senão mesmo antes, tendo como marco o ano de 1834. A atestar pelos acontecimentos apontados por Botelho, 1834 é significativo para demarcar o início da ocupação, na medida em que, por força de um Decreto de 4 de Junho do ano anterior, os capitães-generais, que tinham um caris militar e, desde o século XVIII, supervisionavam apenas aspectos econômicos, foram substituídos pelos Governadores militares, responsáveis não só pelos aspectos econômicos, como também pela afirmação territorial, dando "... o início de repressão aos principais catalisadores do comércio de escravos e da aquisição de parcelas territoriais" (BOTELHO, 1921, p. 9). Ademais, sobre esse mesmo processo de ocupação de territórios que, em função de Botelho, inicia no segundo quartel do século XIX e, em outras paragens do continente africano, no último quartel do XIX, para o espaço português, no geral, Lobato (1971), situa-o em um período mais recuado, especificamente no século XVII, com o processo que ele chamou de colonização concentrada, a qual ocorreu quando aquele país começou a definir espaços e a criar colônias definitivas. Contudo, para a zona de estudo, 1834 é o mais consentâneo aos processos que ocorrem na região, não tendo sido nem no século XVII, nem na altura da corrida desenfreada promovida pelos outros países europeus.

Fora dessa correlação de forças presente no interior das relações euro-atlânticas, Pedro (1995) identifica ainda a concorrência direta e indireta sobre os domínios orientais da África como outro fator que ditou a valorização da colônia de Moçambique por parte de Portugal. Segundo este autor, o florescimento comercial dos zanzibaritas, ao ter coincidido com o ressurgimento do islão na costa do Oceano Índico Ocidental e com o fortalecimento de alianças com e entre os Sheiques e Sultões da Costa nortenha do atual Moçambique, propiciou não só a emergência de uma rede comercial e política que atingiu também o interior do continente. Como resultado dessa nova geopolítica houve o desvio de rotas comerciais que antes desaguavam na então capital, Ilha de Moçambique e que, por sinal, eram as mais significativas e estratégicas da colônia. Tal desvio de rotas comerciais foi agravado, ademais, pelos Amakhuwa que, ocupando o continente fronteiro à Ilha de Moçambique e quase praticamente o espaço situado entre os rios Rovuma e Zambeze, tal como mostra um mapa etnográfico referente ao século XIX (Pélissier, 1984), passaram a barrar o livre-trânsito das caravanas Yao do Niassa (PEDRO, 1995). Tal barreira ao colocar a capital em uma condição comercial deficitária, impelia uma resposta militar por parte de Portugal.

No período em que se generalizaram os movimentos abolicionistas na Europa e na América do Norte, em Portugal surgiram algumas facções liberais que passaram a lutar pela montagem de colônias agrícolas, pela implementação do comércio de gêneros agrícolas e a



promoção da indústria (BOTELHO, 1840) nos espaços coloniais, o que imperava na viragem de Portugal às suas colônias africanas.

O terceiro e último quartel do século XIX foi crucial para essa viragem de Portugal às suas colônias do continente africano, no geral, e de Moçambique, integrando a Macuana, em particular. De fato, não só há um frenesi pela simples ocupação de territórios, mas, também, há, fundamentalmente, depois da Conferência de Berlim, uma demanda pela ocupação definitiva dos territórios, acabando-se com o recurso do direito histórico a que, essencialmente Portugal, recorria para reclamar a posse dos seus territórios.

### **Contingências visando a legitimação do lusitanismo em Moçambique**

Quando Portugal empreendeu a conquista de territórios orientais da África, a partir do segundo quartel do século XIX, passando pelos últimos dois quartos do mesmo século e, definitivamente, durante as primeiras duas décadas do Século XX, o país conseguiu, finalmente, demarcar os seus espaços de influência. Com a delimitação das fronteiras de Moçambique, durante e logo depois a Primeira Grande guerra, Portugal ultrapassou toda a conflituosidade de carácter armado e geoestratégico na África Oriental, por um lado ao combater todas as oposições militares dos nativos e, por outro lado, ao dissipar todas as incertezas territoriais que, até aí, haviam definido a macro-região austral do continente africano, fomentadas pela Alemanha. Com aquele ato, Portugal cumpria com uma das concórdias conseguidas em 1648 pelas monarquias europeias em Westefália, que se circunscrevia não apenas na simples definição de fronteiras estanques, mas também na imposição da sua soberania e do seu poder sobre o território e sua população, neste caso, das Colônias e os respectivos ocupantes. Dessa forma, o país teve a possibilidade de introduzir, sem sobressaltos, um dos fundamentos para a demarcação da sua territorialidade no espaço colonial em construção, ao incorporar este no domínio imperial. Em última instância, tal demarcação do território dentro do domínio imperial indiciava a definição das referências identitárias de Moçambique na e pela geografia colonial.

Durante o período em que Portugal enveredava pela definição do seu território projetava, ao mesmo tempo, o figurino do enquadramento dos grupos constrangidos. Para tal, para salvaguardar o seu posicionamento durante a institucionalização do seu poder colonial em Moçambique, no geral, e na Macuana, em particular, colocou todas as referências dos dois grupos em contato, em função de uma relação entre um centro hegemônico e uma periferia subserviente. Tal contingência definida por Portugal era garantida pela projeção de uma unidade imperial, cuja centralidade situava-se em Lisboa, impossibilitando algum espaço de manobra

para o desenvolvimento de algum projeto em prol dos locais constrangidos.<sup>5</sup> De fato, desse momento para diante, passaram a permear os desideratos nacionais de Portugal, num contexto quase exclusivista, algo que foi concretizado com a introdução de um protecionismo que expressava essa relação direta entre a metrópole e a sua colônia.

A salvaguarda do lugar de Portugal no espaço imperial ocorreu com o desenvolvimento de um epistemicídio, no sentido de Santos (2006) e da invenção de um conjunto vocabular, para o qual sugere-se o uso do termo epistemogênese, pela qual houve a criação de novos conceitos e/ou, também, a transfiguração e corrupção de conceitos existentes, mas que, tanto uns, quanto outros, passaram a colocar as referências identitárias nativas no lado do marginal. Ademais, tais processos correlacionavam um centro, ligado ao sistema colonizador, e uma periferia, representada pelo colonizado. De fato, o desenvolvimento dos países ocidentais europeus no século XIX, incluindo Portugal, foi, inversamente, acompanhado por uma produção da inferioridade para sustentar a noção da descoberta imperial, recorrendo, para isso, a múltiplas estratégias desde “(...) a guerra, a escravatura, o genocídio, o racismo, a desqualificação, a transformação do outro em objecto ou recurso natural e uma vasta sucessão de mecanismos de imposição económica (...), imposição política (...) e de imposição cultural” (SANTOS, 2006, p. 170).

Logo depois da Primeira Grande Guerra e, fundamentalmente, depois do fim da *manu militari*, em 1921,<sup>6</sup> restava, à Portugal, completar a sua presença em Moçambique e, particularmente, na Macuana, o que foi feito com a incorporação do pessoal administrativo e civil, bem como a projeção de formas de povoamento e de exploração e, correlativamente, a introdução de diferentes códigos legais e distintos tipos de instituições operativas do sistema colonial.

A outra contingência mais significativa, deste os primórdios da colonização moderna, foi a imposição de um decreto, criando o indigenato em 1869, que, depois de sucessivas alterações, veio a constituir-se em Código do indigenato, especificamente em 1903, reformulado para o estatuto do indigenato em 1929 e definitivamente para o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (PEREIRA, 2001), pelo qual definia-se o lugar do

---

<sup>5</sup> De certa forma, a gestão monárquica a que as colônias estiveram sujeitas, assinalada por Ennes no século XIX, mesmo que tenha tido algum relaxamento durante o período republicano, a mesma foi revigorada pelo Acto Colonial de 1930, promulgado pelo Decreto-lei nº 18570, de 8 de Julho, o qual redefiniu a relação intrínseca entre a metrópole e a colônia, algo que foi continuado durante todo o Estado Novo, embora algum simulacro legislativo dos anos 50 do século XX tenha dado, de novo, um pretenso afrouxamento dessa ligação direta. Tal simulacro ficou denunciado com a pretensa continuidade de Portugal em África, que só teria fim depois de uma luta pela emancipação política das distintas colônias, incluindo Moçambique, nas subseqüentes décadas de 60 e 70 do século XX.

<sup>6</sup> Segundo Decreto nº 68, de 30 de Junho de 1921, do Alto Comissariado da República, dá-se por finda a missão dos comandos militares e se criam, em seu lugar, as circunscrições civis. Cf. Castro, 1960, p. 106; B.O.M. nº 27, de 30 de Junho de 1921, I. Série, Doc. 68 e Garcia, 1964, p. 339.

nativo no sistema imperial. Nesse quadro legislativo, Portugal introduziu também o projeto aculturativo, pelo qual pretendia limitar a vitalização e partilha de tudo o que, sendo nativo, pudesse pôr em causa o projeto colonial em montagem. De fato, tal empreendimento significava não apenas a simples projeção de um poder explícito para o espaço cobiçado, mas, fundamentalmente, a operacionalização de aspectos culturais pelos quais Portugal integraria, de forma sutil, outras vias de sujeição do nativo.

A imposição de política aculturativa e assimilacionista ocorreu pela proposta de uma educação pela qual pensava-se concretizar o projeto de lusitanização dos nativos, com a introdução de práticas culturais europeias, impregnadas numa pretensa condução dos nativos, posicionados no lado da bestialidade, para um pretense estágio civilizacional reclamado pelas metrópoles europeias, no geral, e portuguesa, em particular. Esse ideário ficou presente em todo o processo e espaço coloniais. A esse título, em meados do século XX apontava-se no Notícias de Lourenço Marques que “devemos educar a população indígena, de acordo com as nossas tradições, para que seja nossa colaboradora na obra do desbravamento e valorização da colônia”.<sup>7</sup> Foi com todo constructo epistêmico e legal e com os aparelhos estrutural e funcional montados, logo depois da pretensa imposição da *Pax Lusitânica* para todo o Moçambique que, teoricamente, pensava-se estar aberto o trajeto para que Portugal concretizasse, sem constrangimentos, o seu projeto de mentalização dos indígenas, visando a sua conversão para categorias sociais diferentes das localmente encontradas. Este empreendimento condicionaria, hipoteticamente, a cabal incorporação dos indígenas na sociedade lusófona.

Nesse processo, e como última cartada, o sistema procurou, adicionalmente, projetar um sistema multirracial e uma pretensa política lusotropicalista nas duas últimas décadas que antecederam a emancipação política de Moçambique, usando, como justificativas de uma possível comunhão cultural entre colonizadores e colonizados, um maciço povoamento colocado estrategicamente em certas localidades do espaço colonial. Para tal, práticas unilaterais e unilineares imperaram, visando a concretização do *lusocratismo* fora da península ibérica.

Apesar desse complexo empreendimento da ação aculturativa, em Moçambique persistiram, entretanto, as matrizes identitárias endógenas, tal como testificam os dados sobre população assimilada à altura da independência do país do jugo colonial, situados entre 3 à 7%. Destes dados infere-se que entre 93%, para o melhor cenário, e 97% para o pior cenário estatístico colonial dos grupos nativos continuaram a viver na base da sua mundividência. Dessa forma, resta repertoriar os fatores, distinguidos entre sistêmicos e a-sistêmicos, que, ao longo do período demarcado, permitiram a prevalência dos traços identitários locais num sistema

---

<sup>7</sup> Notícias de Lourenço Marques. (Lourenço Marques), 8 de Setembro de 1945, p. 4.

declaradamente constrangedor. Entre fatores sistêmicos perfilam todos os que, tendo sido engendrados pelas autoridades coloniais, foram introduzidos para poderem conduzir o processo, de forma intencional, para um certo rumo ou objetivo, enquanto os a-sistêmicos referem-se aos que resultaram da reação local ao percurso empreendido por Portugal. Resumidamente, foi entre intenções e desatenções sistêmicas e percalços encontrados pelo sistema, sejam atinentes ao sistema ou vindos de fora, que foram se desenhando os fatores que propiciariam a manutenção da sociabilidade endógena, criando, efetivamente, os resultados paradoxais acima apresentados.

### **Fatores de ordem sistêmica**

De entre os fatores de ordem sistêmica que contribuíram para a manutenção da sociabilidade endógena na Macuana, senão de toda a colônia de Moçambique, contam-se os de ordem filosófica e os de ordem legislativo-pragmática. Quanto ao primeiro fator, ao se analisar o historial da colonização, percebe-se o quão teria sido inconciliável aproximar colonizadores e colonizados. Embora, no início da colonização, Portugal tenha projetado lusitanizar os grupos sociais constrangidos, sob a *umbrela* de eleva-los cultural e mentalmente para a categoria de assimilados/civilizados, esse desiderato só podia ser travado. Tacitamente pode descortinar-se a dificuldade de uma pretensa homogeneização cultural entre europeus e africanos, sob o risco de inviabilizar-se a rentabilização do projeto colonial. Aliás, nessa acepção, Cabaço (2010) é peremptório em afirmar que não existe alguma colonização que seja humanizante.

Ora, se esta humanização tivesse ocorrido, então jamais teria havido a implementação do sistema colonial nos moldes em que o mesmo havia sido projetado, onde o espaço colonial deveria existir para condicionar a reprodução, sem grandes sobressaltos, da metrópole, bem como a manutenção do sistema que, em si, havia sido projetado para funcionar: (i) colocando em operacionalização uma relação antitética, antipodal e de alteridade entre a Europa e o mundo extra-europeu; (ii) em uma condição em que as metrópoles pudessem suprir a questão da carestia da mão-de-obra interna pela obtenção de outra barata ou (iii) ultrapassando a dificuldade que cada um dos países europeus tinha em conseguir matérias-primas e mercados dentro da Europa e cujo concebido ultramar deveria passar a satisfazer. Desta forma, o projeto de uma Europa e um Portugal humanitário constituiu-se, desde o princípio da colonização moderna, em uma autêntica hipocrisia.

Um dos primeiros fatores da falta de influência significativa do grupo dominante sobre as comunidades nativas presentes no espaço colonial, cuja ocorrência teria proporcionado a extensão da cultura europeia/portuguesa para Moçambique, e não só, resultou de uma programação intencional, imposta para condicionar a reprodução colonial, primeiro social e

correlativamente econômica e política, no interior dos diferentes territórios coloniais, com a criação da alteridade. A sua aplicação situada, também no plano da filosofia da própria colonização, impossibilitou o encontro entre realidades culturais de colonizadores e colonizados. De fato, esta alteridade foi a base da emergência da fronteira entre os dois grupos sociais presentes no território colonial. Os indígenas rejeitados dificilmente aceitariam a cultura do outro, quando as bases de transmissão dessa cultura eram ainda frágeis, tal como fundamenta-se mais adiante. Mesmo quando as condições de transmissão dessas bases culturais existissem, a introdução de barreiras de acesso ao outro grupo, na estratégia de preservação de privilégios do grupo dominante, dificultava a integração de grupos constrangidos.

Uma explícita concretização da alteridade ocorre com a introdução de um sistema legal que expressamente propiciava a garantia da mão-de-obra nativa por via do indigenato, criado em 1869. De fato, pela política assimilacionista, Portugal pensava condicionar, em princípio, uma maior aculturação. Entretanto, esta política, ao confrontar-se com a do indigenato, pela qual o país devia garantir a reprodução do capital, através da manutenção da mão-de-obra barata, veio a colocar os pressupostos assimilacionistas em questão.

A colocação em causa dos projetos assimilacionistas pode ser atestada a partir de uma das cláusulas legais integradas na RAU, pela qual assentava-se a reprodução colonial por via do controle da mobilidade demográfica e do controle cultural, responsabilizando os governadores provinciais a tarefa de “propor as medidas necessárias para aumentar a instrução dos indígenas e dos mais habitantes da circunscrição, tendo em vista a sua educação profissional, sobretudo no aspecto agrícola”.<sup>8</sup> A focalização do ensino ao meio campestre foi sintomático de que o sistema não montara tal sistema educativo para a elevação cultural do nativo<sup>9</sup>, tal como pretensamente avançava-se com o projeto da sua lusitanização, assunto que, devido a sua importância, remete-se para um tratamento específico ulterior, ainda neste artigo.

Para certas parcelas da Colônia de Moçambique, a prevalência da sociabilidade interna ou da mundividência local resultou de uma colonização indireta desenvolvida em determinados espaços, como foram os casos dos territórios sob a jurisdição de Companhias Majestáticas que, por força da exclusividade de ação, num quadro monopolista, estiveram, durante um largo espaço temporal, fora da alçada direta de Portugal e, por isso, do processo aculturativo. Dessa forma, os grupos populacionais presentes entre os rios Rovuma e Lúrio que, por força da

---

<sup>8</sup> República Portuguesa, Ministério das Colónias. Reforma Administrativa Ultramarina (Aprovada pelo decreto-lei nº 23:229 de 15 de Novembro de 1933). 3ª edição, no seu art. 51, parágrafo 8º.

<sup>9</sup> Sobre esta realidade não haja equívocos, pois o sistema jamais escondeu esse desiderato. A esse propósito, Hedges (1985) assinala que o sistema de ensino visava a perfeita nacionalização e moralização dos nativos e a aquisição de hábitos de trabalho, em harmonia com economias regionais, bem como na preparação de futuros trabalhadores agrícolas e artesãos. Nesse aspecto, a lusitanização (nacionalização) encontra o seu real enquadramento na aquisição

cláusula determinada para a operacionalização da Companhia do Niassa, estiveram fora do controle direto de Portugal, tiveram a extensão das prerrogativas nacionalistas só depois de 1929, enquanto os grupos sociais presentes nos territórios de Manica e Sofala foram efectivamente incorporados no sistema colonial português só depois de 1942, anos em que a ação daquelas foi revogada, respectivamente.

A lógica explicativa resulta do fato de a ausência de Portugal nesses espaços impossibilitar a incorporação dos traços e valores culturais do país colonizador para os nativos. Tal situação era agravada pelo fato dos capitais investidos terem como única cláusula o hasteamento da bandeira portuguesa no território concessionado, sem que isso implicasse a dinamização de algum aspecto cultural atinente àquele país. Entretanto, no mesmo período, nas terras sob a administração direta, como foi o caso da Macuana ou Distrito de Moçambique, uma das bases que impossibilitou a transferência dos adereços culturais portugueses para os nativos esteve relacionado com outros fatores, como a precariedade do pessoal europeu, tal como evidencia-se mais adiante. Embora houvesse alguma apetência por novas terras para colonizar, Portugal esteve pouco preparado para levar a faina, por conta de supostas condições agrestes, cujas narrativas construídas sobre os domínios orientais da África portuguesa eram partilhadas na metrópole. Tais narrativas, longe de potenciarem o processo colonial, constituíram-se, ao longo de vários períodos, em fator retardador na definição do espaço português em Moçambique. De fato, a colonização portuguesa foi acompanhada por uma linguagem que, de certa maneira, desencorajou a ocupação de Moçambique, com um impacto direto na fixação da população metropolitana nesta colônia. A esse propósito, Alves evidencia que a colônia portuguesa da África oriental:

(...) encontrou (...) mais detractores das suas possibilidades climáticas e económicas do que entusiastas fervorosos. E o mal não provinha apenas da Metrópole, porque até alguns dos seus mais distintos governadores, como António Enes, contribuíram para aumentar a defecção (ALVES, 1951, p. 41).

Algumas situações são, de certa forma, embaraçadoras, pelo fato de, como aponta Alves, terem vindo de proeminentes figuras do Estado colonial português. Por exemplo, António Ennes, integrante da geração de 95 e o primeiro Comissário Régio de Moçambique, chegou a escrever no seu expressivo relatório à Sua Majestade que:

(...) a emigração encarreirou-se para o Brasil, por tradição secular mantida e abonada por algumas fortunas que ainda se fazem nesse país. **E ainda bem que**

---

de hábitos laborais e nunca no contexto da evolução civilizacional, pela qual o nativo viesse a adquirir, com excelência, os hábitos portugueses.

**nao vai, porque Moçambique**<sup>10</sup>, a única emigração de que podemos dispor, a emigração dos braços quase sempre sem cabeça, a emigração sem capital, atirada a empregos e subsídios do estado, voltará sempre á patria – se voltar! – trazendo apenas febres, vícios (...).(sic!)(1893, p. 35)

Uma segunda figura, nomeadamente o governador do então Distrito de Moçambique, isto é, da Macuana, também deixou as suas impressões sobre o povoamento da área sob sua jurisdição, apontando que “Este distrito nunca poderá ser uma colónia de brancos, isto é, uma colónia de povoamento” (MACHADO, 1910, p. 10). Certamente, com todo este espírito de desencorajamento, poucos fluxos de população branca foram drenados, de forma voluntária, para o continente africano e, fundamentalmente, para Moçambique.

A resultante desse desencorajamento foi uma constante falta de recursos humanos que podiam e deveriam ter preenchido os diferentes papéis necessários para a efetiva colonização do território. Assim, mesmo que houvesse, por exemplo nos anos sessenta do século XX, muitos colonos com esforços pessoais para se fixarem na colônia, eles dificilmente tiveram apoio. Não existia nenhum esforço, mesmo entre os administradores, para condicionar a permanência de portugueses na colônia, o que forçava muitos deles a retornarem para Europa. Como para assinalar a inépcia administrativa reinante, até nos derradeiros momentos da colonização, Baptista chegou mesmo a apontar que “Hoje, nem sequer nos administrativos ficou a possibilidade de auxiliarem qualquer colono a fixar-se e a desenvolver e pôr em produção a terra portuguesa de Moçambique [...]” (BAPTISTA, 1962, p. 449).

Dessa desatenção que foi recorrente entre os gestores administrativos, implantou-se o desinteresse generalizado pela colônia de Moçambique e na falta gritante de um pessoal minimamente qualificado ou numericamente suficiente no espaço colonial. Sobre essas duas realidades, Alves deu o seguinte resumo:

aspectos peculiares que em nenhuma outra se encontram e que se ligam ao desinteresse dos capitalistas metropolitanos pelos empreendimentos coloniais e, por bem que isso nos pese, ao verdadeiro desprezo que a população vota à emigração para a África [...]. Por isso, a não ser para cargos oficiais, só emigram em regra o camponês pobre e rude e, em menor escala, o operário, o empregado e o trabalhador braçal nas épocas de crise (ALVES, 1951, p. 65).

Dado que a presença física da população colonizadora não foi suficientemente numerosa, capaz de constituir-se no principal fator de coação aos nativos, praticamente todo o projeto colonial, incluindo a mentalização dos nativos, ficava comprometido. Essa pequenez do grupo

---

<sup>10</sup> O negrito é do presente artigo, justamente para sublinhar a realidade aludida.

colonizador era reforçado pela fraca permanência de todo o pessoal metropolitano na colônia<sup>11</sup>, o qual vinha apenas para enriquecer-se, antes de tomar novos rumos. Descrevendo esse caráter peculiar da presença portuguesa em Moçambique, Gouveia indica que, “ (...) pelos meados do século XIX, quase todos os homens livres abandonaram a Província com destino ao Brasil ou à Metrópole e que a esta só não puderam regressar os que dela tinham sido expulsos por crimes (...)” (1974, p. 56). Essa mesma realidade afetava a escol administrativa da colônia de Moçambique, já que:

Quando esses funcionários que após uns meses de exercício começavam a conhecer as vastas regiões que lhe estavam confiadas; que começavam a estar ao facto das urgentes necessidades que se impõem para o progresso dessas circunscrições; quais as obras que eram necessárias levar a efeito, quais os recursos das regiões e dos quais se deveria lançar mão, como deveriam ser orientados os serviços de arrolamento de palhota e cobrança de impostos (até aqui muito abandonados), etc. etc. são substituídos por funcionários que desconhecem o Distrito e aqui vêm por assim dizer fazer a aprendizagem.<sup>12</sup>

Se, tal como aponta Carvalho, (1965, p. 141), uma das condições para a transferência dos aspectos culturais de um grupo para o outro é a “continuidade do contato” entre os grupos em presença num determinado espaço, certamente, tanto a pequenez, quanto à passagem efêmera do pessoal, que ocorreram ao longo da história colonial portuguesa em Moçambique, constituíram-se em um fator que impossibilitou essa *continuidade do contato* no império colonial português. Mesmo que tenha sido o mesmo grupo social de referência com quem se estava em contato, o fato de não terem sido os mesmos indivíduos que se atrelaram a região, durante um largo espaço de tempo, impossibilitou que se criassem relações sinérgicas e duradouras, capazes de introduzirem mudanças significativas entre indivíduos dos grupos estrangidos. Por causa da escassez de pessoal em Memba, na parte nordeste da Macuana, um inspetor chegou a apontar que “Não há e nem pode haver política indígena numa região em que mais de 5. 000 quilómetros quadrados e perto de 50 mil nativos estão confiados a três únicos funcionários administrativos – um branco e dois indianos”.<sup>13</sup>

O povoamento diferenciado foi o outro empecilho da colonização de Moçambique e que contribuiu, de forma expressiva, nos resultados paradoxais ocorridos na colônia. Desde que

---

<sup>11</sup> Sobre essa realidade, Ennes apontava, já no século XIX que “Todos os colonos estão em trânsito. Eles não fixam seus interesses no solo. Para eles não há nenhum futuro. O cultivador não planta nada que venha colher. O comerciante não se abre à uma clientela e não desenvolve nada que possa ser herdado pelos seus filhos. O capitalista não investe e a maioria dos funcionários públicos ficam somente o tempo necessário para ganhar a promoção ou a reforma” (ENNES, 1893, p. 37).

<sup>12</sup> AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, 1928-1931, Série de 1928.



Portugal teve a possibilidade de montar o sistema de povoamento, ele acomodou as diferentes sociabilidades, que deveriam coabitar no terreno, de forma diferenciada. Neste âmbito foi introduzida uma prática legal que contribuiu para o fraco impacto da colonização, pelo menos ao nível da influência efetiva do grupo colonizador sobre o colonizado, montando-se um modelo administrativo adstrito a cada um dos grupos e assentamentos diferenciados para os dois existentes. Longe de coabitarem no mesmo espaço, pelo menos com o fim de possibilitar contatos reais entre eles, propiciadores de empréstimos, fossem eles forçados ou de carácter osmótico, o separatismo foi um *handicap* autoimposto pelo sistema. Assim, em 1907 foi introduzida a Reforma Administrativa, pela qual no capítulo “Da sub-divisão territorial” e pelo artigo 85º foi corporizada legalmente a manutenção das reservas indígenas. Por este artigo definia-se que seriam as:

circunscrições civis as sub-divisões administrativas abrangendo uma ou mais divisões territoriais indígenas completamente dominadas e pacificadas, mas cujo estado de civilização e progresso dos seus habitantes não seja ainda compatível com o sistema da administração mais perfeito.

Contrariamente, mas de forma agregadora, o Decreto nº 7:008, de 9 de Outubro de 1920 apontava que:

As áreas administrativas que abranjam as povoações sedes do governo da colónia ou de Distrito, ou outras povoações importantes pela aglomeração da população branca ou assimilada, ou pelo desenvolvimento comercial ou industrial, e ainda as áreas em que a população indígena tenha atingido um grau especial de instrução e de progresso, terão a designação de concelhos, aplicando se-lhes um regime puramente civil.<sup>14</sup>

O povoamento caracteristicamente urbano dos brancos, que era enfatizado pelo desdém pelo “mato”, havia sido expressivo desde o início da época colonial. Ennes reportava a relutância do branco na penetração ao interior nos seguintes termos:

Hão de objectar-me que também o indio emigra só com a roupa que mal cobre o corpo, e todavia enriquece. (...) O europeu que tentasse começar a vida como elle, só conseguiria a morte, as mais das vezes. O asiatico mette-se no sertão com alguns fardos de fazendas, que o patrão lhe confiou ou que lhe ofereceu o credito; jornadaea a pé, dorme ao sereno, come o que o mato oferece ou o que sobeja do negro, estabelece-se n'uma palhota que o sol abraza e as humidades repassam, rondado pela quizumba, envenenado pelos pantanos vizinhos,

---

<sup>13</sup> Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Relatório duma inspeção às circunscrições do Distrito de Moçambique, (1936-1937), pelo Inspector Pinto Corrêa. AHM, Maputo, Fundo do Governo Geral. Cx. 76. Vol. II, p. 313.

<sup>14</sup> Ministério das Colónias. Decreto nº 7:008, de 9 de Outubro de 1920, Lisboa : Imprensa Nacional, 1920, p. 26.

cercado por semi-selvagens, que não raro o roubam e matam. Quantos europeus podem sujeitar-se a este regimen? (ENNES, 1893, p. 36).

Esse apego aos centros urbanos continuou a ser característico até meados do século XX, na medida em que, já 1945, os poucos especializados existentes em Moçambique “[...] não se mostra[va]m dispostos a abandonar a cidade quando a ocupação oferecida é[era] fora dela” (JÚNIOR, 1945, p. 115). Assim, mesmo que na altura a cidade não aceitasse mais ninguém e muitos dos que estavam nela sentissem o congestionamento do meio, “[...] o mato ficou na mesma, vazio, à espera do homem, [...] que ficou desamparado na cidade” (JÚNIOR, 1945, p. 14). Como que criticando um correligionário seu que era mais pelo meio urbano e preocupado pela natureza presencial de Portugal e dos portugueses nas duas colônias da África Austral, Júnior expunha, já na década de 1950, que:

O sr. engenheiro Araújo Correia, [...] tratando dos problemas da colonização branca em [...] Moçambique, disse: que ‘a corrente emigratória espontânea, em escala adequada, só é possível desde que no país de destino haja ou se criem condições da actividade que permitam o emprego remunerado dos emigrantes’. Este pensamento traz consigo a ideia, bem arejada, da condenação da aventura do mato (JÚNIOR, 1959, p. 23).

Se, por um lado, o povoamento concentrado dos brancos permitia a sociabilidade destes no círculo em que os mesmos se encontravam, tal sociabilidade dificilmente podia ser estendida ao meio rural, onde o respectivo povoamento era diferenciado pelo *habitat* geralmente disperso. Por este carácter, este último carácter dificultava a circulação de qualquer mensagem vinda de fora, principalmente quando se tratasse ainda de algo veiculado em uma outra língua que, certamente, não era do domínio dos constrangidos. Não foi mero acaso que, numa fase posterior, o próprio sistema tenha procurado corrigir, depois de um lapso espaço temporal, com o incentivo da formação de aldeias especiais para indígenas nos anos 60 do século XX,<sup>15</sup> com o objetivo de controlar melhor a população local.

Para além da preferência pelos centros urbanos, a ocupação das distintas partes de Moçambique e, incluindo a Macuana, foi definida ou influenciada por outras duas preferências, nomeadamente, a orla costeira e, a partir dos finais do século XIX, o extremo Sul da colônia. Quanto à primeira preferência, Fortuna aponta que 96% da população branca encontrava-se fixada até 100 Km de um porto, em um momento em que a população africana se difundia geralmente em função de padrões naturais tais como, a distribuição da precipitação (FORTUNA, 1965, p. 213). De fato, um olhar sobre os assentamentos, herdados do período colonial em

<sup>15</sup> República Portuguesa. *Regime do condicionamento industrial no espaço português*. Promulgado pelo Decreto-Lei nº 46 666, de 24 de Novembro de 1965. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1965, p. 6.

Moçambique, atesta que maior parte de importantes vilas do país encontra-se ao longo da costa e quanto mais se interna pelo interior, o número desses povoamentos tende a reduzir progressivamente, (JÚNIOR, 1959, p. 65), indiciando tal redução progressiva do número de membros que os ocupavam durante o período colonial. Ademais, as povoações criadas eram muito isoladas e pequenas, sendo que o seu potencial era reduzido pela presença expressiva de nativos, tal como expressa o exemplo de Memba acima apresentado, embora o mesmo se situasse em uma das zonas geográficas eleitas: a costeira.

Quanto a tais assentamentos de brancos, outro elemento carece de ser explicitado. Eles eram ocupados por um pessoal também proveniente do meio rural metropolitano, iletrado, sem muitos elementos diferenciadores em relação a estrutura societal local. Assim, sem grandes novidades a oferecer, aquele grupo era incapaz de produzir impactos significativos sobre as zonas de assentamento. Sobre este processo, Belchior aponta “a dimensão da superfície de contacto entre as culturas em presença, (...) que sempre foi reduzida (...)” (BELCHIOR, 1966, p. 240). O autor indica que, só em meados dos anos 1960, essa superfície de contato é que iniciou a ter dimensões consideráveis (*Ibid.*). A esse nível dimensional, é aplicável outro pressuposto apontado por Carvalho, (1965, p. 141), como fator para a ocorrência de trocas culturais: *a extensão de contato*. De fato, em função da *extensão do contato* promovida pelo grupo constrangedor, a qual devia ser entendida como sendo o grau da abrangência de territórios, quer em profundidade, através da capitalização de diversificados elementos capazes de proporcionarem a eficácia do processo, como em amplitude, pela integração de muitos e extensos territórios, o processo colonial poderia ter proporcionado melhor cobertura ao meio cultural endógeno.

Analisando o povoamento preferencialmente costeiro e urbano, pode-se dizer que, por um lado, a preferência, a ocupação e a permanência dos portugueses ao longo da zona costeira de Moçambique até, pelo menos ao findar do século XIX, e com assentamentos cada vez menos expressivos à medida que se caminha para o interior, no restante período da colonização, impossibilitou a ocorrência de um papel colonizador acentuado da metrópole fora daqueles territórios. Assim, não só a zona interior, mas também toda a zona costeira que, até aí, não estivesse incorporada em um centro urbano, dificilmente tiveram a possibilidade de terem uma efetiva colonização.

Em relação a preferência pelo sul de Moçambique, tal realidade ocorre aquando da transferência da capital da colônia da Ilha de Moçambique, para Lourenço Marques, localizada na parte mais extrema daquela região. O crescimento estratégico desta última cidade a partir da segunda metade do último quartel do século XIX desafetou o grosso da população branca que estava fixada na Ilha de Moçambique para a nova capital, fato que, de certa forma, foi um golpe

para a manutenção do espírito colonial nas terras continentais, isto é, na Macuana, senão de todo o Norte e interior de Moçambique. Tal realidade ocorreu, também, pelo fato de ter havido o direcionamento de investimentos para esse extremo meridional, prática que passou a ser corrente daí para diante. De fato, tal desatenção para as outras partes de Moçambique, passou a ser notória, a ponto de nos anos 60 do século XX deixar-se patente, ao assinalar-se que havia:

uma tradição sólida ou rotineira segundo a qual os recursos disponíveis devem convergir para Lourenço Marques, na sua maior parte. Ninguém pode se convencer que, em toda a vasta província de Moçambique, somente o seu estreito sul tenha as prioridades de interesse nacional (SILVA, 1962, p. 12).

Por causa dessa preferência pelas duas regiões e a marginalização do interior, primeiro, do Norte de Moçambique, numa fase posterior, e de toda a zona que não tivesse algum assentamento urbano, de forma geral<sup>16</sup>, uma equação tão simples poderia ser estabelecida, como a que a seguir se avança: sem o colono num determinado território, não haveria alguma colonização, por mais que, jurídica e historicamente, aquele pertencesse, neste caso particular, à Portugal, justamente, por não haver quem pudesse se constituir em elemento de difusão da cultura lusitana.

Fora do povoamento, um fator não menos importante relacionou-se com a repartição espacial das instituições missionárias e educativas, responsáveis pela implementação da projetada mentalização ou assimilação do nativo presente nas diferentes partes da colônia. Uma análise correlativa entre aquelas duas instituições é incontornável em virtude de, desde o século XIX, a educação para o indígena ter ficado sob a responsabilidade da Igreja Católica. Dado que no espaço português havia alguma exclusividade da ação missionária, é mister pensar-se que a análise da natureza da evangelização e da respectiva educação missionária possa ser feita, primeiro, em função do comportamento do catolicismo em Moçambique, mesmo antes da instauração do Estado Novo, momento a partir do qual o seu lugar ficou explicitamente salvaguardado. De fato, antes dele, por mais que a monarquia portuguesa, por conta do tradicional pacto com a Santa Sé, desse algum privilegiamento à Igreja Católica, uma das cláusulas da Conferência de Berlim de 1884/1885 avançava na necessidade de existir no espaço africano uma liberdade da ação religiosa.

Uma das primeiras características da Igreja Católica em Moçambique, desde o início da era moderna, foi, segundo Da Silva, a sua fraca representatividade territorial no espaço colonial, na medida em que, depois de 1830, não ultrapassavam a seis paróquias em todos Moçambique,

---

<sup>16</sup> É necessário remarcar que este processo foi transversal em toda a colonização moderna, pois um autor dos anos 60 do século XX indica que havia a continuidade da divisão de Moçambique entre a costa e o interior e entre

com total ausência de párocos no interior, quanto na costa se reduzia a quatro (DA SILVA, 1965, p. 680). Quanto à área de estudo, isto é, na Macuana, nos anos sessenta do mesmo século, a Prelazia de Moçambique dava conta de que em todo o território só existiam sete sacerdotes, dos quais, três na capital (Ilha de Moçambique).<sup>17</sup> Em seguida, o prelado acrescentava ainda que:

Tal é o estado de abandono e miséria a que se achão reduzidos, que a maior parte delles desejão regressar a sua patria e me pedem ..., que lhes conceda licença para o fazerem. Naquela prelazia ninguem ou quasi ninguem, segundo sou informado, reconhece, e cumpre os preceitos da igreja e o ministerio parochial, principalmente no interior limita-se a baptisar e a assistir ao matrimonio, alguns christãos porque outros por falta de sacerdotes fazem os seus casamentos perante a auctoridade local.<sup>18</sup>

Se, durante o século XIX as missões evangélicas enfrentavam a falta de pessoal e tinham uma fraca representatividade territorial, durante o XX elas iniciaram, se crer-se em Boavida, com um certo retrocesso na sua ação, face a separação a que elas ficaram sujeitas em relação ao Estado, com a entrada de Missões laicas ou civilizadoras, pouco depois da instauração da República Portuguesa, em 1910. Segundo o Pe. Boavida, tal separação:

(...) vibrou golpes de morte ás missões reduzindo-lhes os subsidios e, sobre tudo, encerrando o Colégio das Missões Ultramarinas e proibindo a ida de novos missionários para as Colônias, esquecendo-se de que as missões pertenciam ao Estado, que os missionários haviam sido educados e enviados para ás mesmas missões pelo mesmo Estado (...)"(BOAVIDA, 1918, p. 3).

Contudo, merece assinalar-se que a situação da instituição paroquial em todo o seu percurso temporal não foi tão caótica assim, na medida em que, por volta dos anos 20 do século XX, ela conseguiu obter algum protagonismo, primeiro, com as regulamentações de 1919<sup>19</sup>, e depois em 1929, onde através do artigo 24º, do Regulamento do exercício das missões religiosas, outorgou-se que “as missões religiosas do ultramar, instrumento de civilização e de influência nacional, e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado Português, terão personalidade jurídica e serão protegidos pelo Estado, como instituição de ensino”.<sup>20</sup> O outro reforço ocorreu com o Acto Colonial de 1930, cujo corolário ocorreu com a

---

Lourenço Marques e a mata, em que as primeiras zonas, isto é, o litoral e Lourenço Marques, tinham uma posição dominante. Ver Romano, 1960, p. 203.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, (AHU), Lisboa, Pasta 17 (1855/6), (Moçambique, Gabinete do Governo Geral), Pasta 33 (1864), Capilha nº 3-6.

<sup>18</sup> AHU, Lisboa, Pasta 17 (1855/6), (Moçambique, Gabinete do Governo Geral), ... (*Ibid.*).

<sup>19</sup> Segundo Pedro, (2013), o Decreto 6.322, de 24 de Dezembro de 1919, “põe fim a um triste período das missões portuguesas, que podem, finalmente olhar para o futuro com maior confiança” (p. 55).

<sup>20</sup> Governo Geral. Regulamento do exercício das missões religiosas de diversas confissões e nacionalidades e das escolas de ensino primário pelas mesmas missões. Aprovado pelos diplomas legislativos nºs 167 e 168, de 3 de Agosto de 1929. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1929.

Concordata de 1940 e Estatuto Missionário, de 1941, com este último a enfatizar “a prática da educação separada entre o ensino primário para a população indígena e para os cidadãos, (...), [estando] a educação para indígenas ... à responsabilidade da Igreja católica”.<sup>21</sup>

A operacionalização desse aparato legal ocorreu com a criação, para a zona de estudo, da Diocese de Nampula, em 1940, através da Bula *Solemnibus conventionibus* (COSTA, 1976, p. 49).<sup>22</sup> Entretanto, apesar desse revigoração legal, a implantação física e espacial da Igreja Católica nesta Diocese parece ter continuado a apresentar o mesmo figurino de sempre, já que, nos anos 50 chegou-se a assinalar a existência de Circunscrições sem pelo menos uma missão, esperando-se pela concessão de terrenos para o estabelecimento de uma em Moma, Ribáuè e Imala.<sup>23</sup> Numa passagem subsequente, o autor indicava ainda que de 32 missões existentes, 10 ainda continuavam com instalações, mesmo na Sede, quase em cabanas de palha, tais como as missões de Anchilo, Carapira, Nacarôa, Namahaca e Mueria, para além “(...) de cinco escolas elevadas à categoria de Missão em finais de 1950 (...), (no jornal é claro), que vão continuar dentro de alguns anos como eram antes, ou seja, simples escolas rudimentares”.<sup>24</sup>

Fora da área de estudo, só para questões comparativas e no contexto da Colônia no seu todo, o caráter deprimente da Igreja Católica era idêntico, na medida em que Sebastião de Resende, Bispo da Beira, escrevia que mesmo com alguma boa vontade, Portugal não tinha, tal como no passado, missionários suficientes para as suas colônias, o que impunha a integração de missionários estrangeiros (RESENDE, 1946, p. 69).

O real conhecimento da espacialidade da Igreja Católica é incontornável, em virtude de uma das cláusulas da circunscrição da territorialidade portuguesa nas suas colônias, no geral, e em Moçambique, em particular, ter repousado, desde os primórdios da colonização portuguesa, na influência mental e cultural, algo que devia ser passado por um sistema educativo que, apesar de ser direcionado pela metrópole, estava sob a responsabilidade da Igreja Católica. Nesse âmbito, basta observar o real comportamento desta ao longo dos distintos espaços territoriais e temporais, para saber como foi o respectivo sistema educativo. Entretanto, antes de transitar-se para a sua ação como instituição de ensino, é necessário assinalar que o comportamento da própria igreja foi impeditiva para o projeto assimilacionista. De fato, em virtude das missões serem consideradas não apenas como locais de instrução, mas também de trabalho,<sup>25</sup> pelo fato das mesmas terem herdades que alimentavam os párocos, inabilitavam-se por si sós de se

---

<sup>21</sup> <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/cruz.pdf>

<sup>22</sup> Veja ainda AHM, Governo Geral, Colônia de Moçambique – Diocese de Nampula - Relatórios referentes aos anos de 1941-1947.

<sup>23</sup> AHM, Governo Geral, Relatório, n° 406, Diocese de Nampula - Relatório dos Trabalhos realizados em 1951, par D. Manuel de Medeiros Guerreiro – Bispo de Nampula, Nampula, Março de 1952, p. 3.

<sup>24</sup> AHM, Governo Geral, Relatório, n° 406, Diocese de Nampula, *Ibid.*

<sup>25</sup> AHM, Governo Geral, Relatório, n° 406, Diocese de Nampula, *Id.* p. 4.

constituírem em locais de difusão do evangelho ou da boa nova. A sua feição de empregadora de mão-de-obra suscitava uma repulsa por parte dos indígenas a se integrarem nelas, reduzindo as possibilidades de expansão da sua ação missionária.

Em virtude do sistema educacional ter ocupado um lugar de charneira na concretização do projeto assimilacionista, tal como anunciou-se antes, passa-se, desde já, a descrever os contornos que impossibilitaram que a projetada educação não contribuísse para a nacionalização do nativo, propiciando, em contrapartida, a manutenção da mundividência endógena dos distintos grupos presentes na Colônia de Moçambique e, especificamente, na área entre os rios Lúrio e Ligonha e o Oceano Índico, isto é, na Macuana. A concretização do sistema educacional definitivo para o indígena, na Colônia de Moçambique, ocorre logo depois do fim legal das Missões Laicas ou Civilizadoras, por volta de 1918. Estas, apesar de não terem sido efetivamente concretizadas no terreno, haviam sido projetadas para funcionarem nas Colônias como sinônimo da extensão estes espaços territoriais em construção, de divisas de Liberdade e Fraternidade instauradas paralelamente durante o regime republicano em Portugal, a partir de 1910.

Como evidencia o Estatuto Missionário quanto ao seu caráter organizacional, tal ensino dispensado aos indígenas foi, desde o início, marcadamente separatista, existindo uma escola oficial para os cidadãos, envolvendo brancos e assimilados, e outra escola para os nativos, ou melhor, para os indígenas, entendendo-se estes como aqueles que tendo nascido de pais e mães africanos não haviam ainda atingido um estatuto que os contemporizasse à cultura portuguesa. Desse separatismo, dificilmente o nativo conseguia transpor o sistema a si destinado para o novo, na medida em que, os dois eram praticamente diferenciados.

Segundo Gasperini, o indígena recebia uma educação missionária e era de caráter profissional e técnica, projetada para a ação e a prática, rural, a que a autora designa de *scuola per l'homo faber*, em contraposição a uma escola oficial, laica, liceal, centrada na ciência, no pensamento e na teoria, urbana ou para *l'homo sapiens*. (1989, p. 27) Esse caráter foi transversal em toda a história da educação colonial em Moçambique, se atender-se que, já na década 60, do século XX, Rosa indicava que:

nas escolas rurais, o labor da terra, [...] deve absorver o tom dominante da escolaridade; e em ordem a esses labores campestres se fornecerá o aprendizado de falar, ler, escrever e calcular, em português. Os livros, a linguagem comum, os trabalhos aritméticos, como tudo o demais, deverá estar impregnado do ruralismo ambiente [...] em que nasceram e crescem os alunos! (ROSA, 1973, p. 92).

Aliás, o mesmo autor acrescentava que “(...), a escola deve ter como propósito levar este escolar a fazer, a saber fazer, mesmo que porventura não saiba dizer (...), [cingindo-se na] (...)

cautelosa e vigilante preocupação não intelectualizante imposta de fora...” (ROSA, 1973, p. 27). Desse tipo de educação não podia esperar-se por outros resultados, daí que “... en tant qu’«éducation par le non-travail » pour la majorité des Mozambicains qui était destinée à fournir de la main-d’œuvre (...) le processus éducatif a continué, au contraire, à être ce que l’on appelle généralement l’*éducation traditionnelle*” (GASPERINI, 1984, p. 191). Fora das características acima descritas, tal educação era provida por péssimas instalações, péssimos professores (PEREIRA, 1964, p. 93), especialmente dispersa, fatores que impossibilitavam algum *réussite* assinalável, mesmo para os que conseguiam alguma integração assinalável no sistema. A péssima qualidade do ensino dispensado ao indígena era assinalada por um inspetor em meados da década 60 do século XX, que ao reagir à volta de uma reforma na educação chegaria a afirmar que “Ainda bem que, segundo a reforma do ensino ultimamente promulgada, o ensino das primeiras letras vai tomar um novo rumo. Espera-se que venha ter a escala e eficiência que no presente sistema deixa muito a desejar.”<sup>26</sup>

Finalmente, ainda no quadro do sistema educativo pode apontar-se, segundo Pedro (2010), a tardia integração das mulheres nativas no processo de ensino, bem como a ministração, na mesma sala, de educação mista, contemplando rapazes e moças quando, no meio local, ela era separada. De fato, através dos ritos de iniciação para ambos os sexos, ocorre a efetiva integração destes, cuja educação tradicional para as meninas sempre esteve a cargo de mulheres. Dessa maneira explica-se a junção dos dois sexos o móbil para a ausência de moças no sistema. E se atender-se que tal processo só foi ultrapassado com a criação de uma escola de formação de professoras, como a Escola Normal de São Pedro, nos arrabaldes da Cidade de Nampula, algo que ocorreu apenas em meados do século XX, especificamente em 1956, pode perceber-se o quão tal processo retardou a contemplação do elemento feminino nesse sistema. A consequência dessa integração ulterior das moças no sistema formal poderá ser avaliada no contexto da replicação da mesma, por serem elas a garantia da difusão dos fundamentos maternais na sociedade macua, e não só. Na melhor hipótese, o seu impacto terá ocorrido a partir dos finais dos anos 60 do século.

Em uma outra vertente, por mais que tivesse havido a possibilidade de replicarem-se os adereços culturais lusitanos adquiridos pelas nativas e/ou nativos, o fato da assimilação à vida portuguesa não ter sido programada para ser herdada, isto é, não ter a possibilidade de ser transmitida de pais para filhos, tal realidade ter-se-á constituído em uma das bases de auto flagelamento do sistema. Finalmente, um fator explicativo desse *handicap* imanente ao sistema ficou relacionado ao fato de jamais haver um aproveitamento *in situ* das pessoas assimiladas em

---

<sup>26</sup> Inspeção dos serviços administrativos – Inspeção dos Serviços de Administração Civil. Relatório das Inspeções ao Conselho e Comissão Municipal do Eráti feita, em 1965 pelo Inspector Administrativo A. Cotta



uma determinada região, já que, uma vez aculturadas, eram levadas para outras paragens, para servirem de intermediários do sistema. Essa situação dava origem a duas situações. Se na zona de origem a saída dos assimilados reduzia o fator multiplicador da assimilação e da aculturação, na zona de chegada dava a mesma resultante retardadora, em virtude dos mesmos nunca representarem a envoltura societal local, mas constituírem-se em componentes ou membros da própria colonização, entanto que intérpretes, sipaios ou capatazes, ou outro tipo de medianeiro/representante do escalão intermédio mais baixo da estrutura colonial.

Fazendo um balanço da ação do dinamismo empreendido pelas missões católicas e das escolas rudimentares para os indígenas, as evidências mobilizadas dão uma resultante em que a educação que estava sob a alçada das instituições religiosas católicas não foi capaz de apresentar uma dinâmica assinalável, mesmo no período em que o alicerce para a sua funcionalidade foi revigorado e operando em um local privilegiado e exclusivo. Por exemplo, observando a dinâmica religiosa e educacional na circunscrição de Mossuril, que por sinal foi a zona com largas possibilidades de ter o maior assentamento cristão e com impacto aculturativo assinalável, na sequência de ter sido um dos poucos pontos com contatos seculares e ininterruptos, um inspetor deixou um panorama desolador ao apontar que:

Uma nota que me feriu profundamente ao visitar a escola rudimentar – escola portuguesa, fundada e mantida pelo Estado português – foi dos nomes arabizados de todos os alunos. (...) É de reconhecer, todavia, que se esses homens persistem afincados no seu credo e na sua nomenclatura, não o fazem por hostilidade sistemática do domínio e a religião dos portugueses, mas simplesmente porque estes ainda não procuraram integrá-los na sua esfera espiritual. (...) Alguns quilómetros de distância, na Cabaceira, fica a Igreja da Nossa Senhora da Conceição. No entanto, padre algum lá aparece, nem o da ilha, que verdade seja dita pouco tempo gastaria a atravessar a baía, para atingir essa grande povoação. O clero missionário sofre do mesmo mal do quadro administrativo: burocratizou-se. Espera na sacristia que os fiéis o procurem”. “Folheando os cadernos de arrolamento, deparou-se-me uma notável maioria de designações arabizadas: Momade, Abudarramar, Ali (...) etc. Ninguém diz que a região se encontra há 400 anos sob influxo civilizador dos Portugueses”.<sup>27</sup>

O retrato fala por si, pois, tal como os outros setores que foram postos em ação para possibilitar a ocupação e a rentabilização de Moçambique como uma verdadeira colônia, atrelando-a aos desígnios da metrópole, o papel da igreja, bem como da educação, não foi tão eficiente tanto quanto se esperava delas. Definitivamente, na Educação para o *trabalho*, o foco da ministração do ensino, jamais expressou, necessariamente, a cultura portuguesa. Ela, ao ter se

---

Mesquita, Caixa 80, p. 19.

<sup>27</sup> Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Relatório duma inspeção às circunscrições do Distrito de Moçambique, (1936-1937), pelo Inspector Pinto Corrêa. AHM, Maputo, Fundo do Governo Geral. Cx. 76. Vol. I, p. 36-37.

cingido no aperfeiçoamento agrícola, pouco podia se esperar quanto ao que induziria na pretensa elevação cultural ou mental dos nativos, principalmente quando não recebiam os mesmos rudimentos dispensados aos metropolitanos e aos brancos e assimilados presentes no espaço colonial. O caráter brutal em que se transformava o sistema português pela conversão do aluno em mão-de-obra veio a constituir-se em último golpe no quadro da aproximação ou contato entre nativos e instituições montadas que, a seu tempo, teriam propiciado processos transculturais no espaço colonial, à favor dos que queriam a sua sistematização - portuguesas.

Um outro fator sistêmico que caracterizou todo o processo colonial relacionou-se com a composição sociológica do grupo colonizador, isto é, o tipo de pessoal que colonizou Moçambique entre o século XIX e meados do XX.<sup>28</sup> Por causa da falta de um pessoal metropolitano que, livremente, abraçasse a situação colonial, Portugal foi coagido a enviar para esta colônia um pessoal sem atributos para desenvolver qualquer empreendimento colonial. De fato, as evidências levam a crer que Moçambique foi povoado por um grupo populacional preferencialmente marginal dos círculos sociais metropolitanos e do então vice-reinado da Índia. O caráter desse pessoal é exposto por Ennes, ao afirmar que tais indivíduos tinham sido já “(...) vencidos no *struggle for life*, em quem as próprias inúmeras necessidades da civilização não encontra[va]m préstimo” [daí que eram] “(...) sujeitos sem utilidade e sem vocação para qualquer mister, (...) [isto é,] não serviam para nada (ENNES, 1893, p. 41 e segts.) Só para enfatizar a inutilidade desse pessoal no projeto colonial, o mesmo autor aponta em seguida que,

(...) desses ambiciosos, os que não morreram a curto trecho de mingua e de molestia, ou não regressaram a Lisboa por esmola do governo poucos meses depois de chegados, só tiveram recursos e iniciativa para venderem aguardente ou exercerem empregos públicos; (...) o comércio aproveitou pouquíssimos, a agricultura nenhum. Nem eles a procuraram, nem ela os teria aceitado. (*Ibid*)

Assim, ao terem sido colocados em Moçambique por serem profissionais do crime, surgia toda a impossibilidade dos mesmos reclamarem uma conduta a ser seguida pelos nativos. Mesmo que, por causa da falta de pessoal, alguns tenham chegado até a ocupar lugares importantes na administração de Moçambique, tal como atesta um documento do então distrito de Moçambique, que aponta que “(...) não é raro ver-se indivíduos condenados a pena maior, cumprida a pena, [serem] chamados a desempenhar elevadas funções administrativas (...)”,<sup>29</sup> tal integração não branqueava a sua condição anterior, já que muitos deles, pelo seu iletrismo, escreviam em letras

<sup>28</sup> Este caráter não foi exclusivo deste período, já que degredados haviam sido mobilizados na primeira colonização portuguesa, junto do vale do Zambeze, que vieram a dar lugar o sistema de Prazos.

<sup>29</sup> AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, Cx. 1025 (1919), Maço de Março, Doc. n° 47.

gordas.<sup>30</sup> E com colonizadores composto por esse tipo de pessoal, difícil seria esperar-se pela condução de um processo colonial, nem conduzir o processo assimilacionista, justamente porque, sendo um pessoal condenado, não possuía vínculos com a esfera política metropolitana. Dito de outra maneira, difícil seria o grupo de degredados usar os seus atributos, da ralé da sociedade, para servir de exemplos a seguir, pois, tal como aponta Carvalho (1965, p. 141), a troca de elementos culturais só é possível em situações em que há um certo “prestígio dos transportadores dos novos elementos culturais”.

No rol dos fatores, dentro do sistema colonial português em Moçambique, houve um problema recorrente que impossibilitava a concretização de um pretenso plano de assimilação promovido pela Igreja Católica, como o foi a luta entre diferentes grupos coloniais pela satisfação de interesses particulares. Se as missões católicas eram as eleitas para conduzirem o processo da evangelização no meio rural, local residencial dos indígenas, tal meio era também local de eleição de empreendimentos econômicos, o foco principal, senão o único, da colonização moderna, já que, em uma análise fria os outros setores eram apenas correlativos e de apoio. A esse respeito, leia-se uma citação de um representante de Portugal em um Congresso Colonial em Paris, proferido nos anos 80 do século XIX, segundo o qual:

Se se considerar que em toda a obra colonizadora há um lado moral e desinteressado, é claro que nos sentimos obrigados pela consciência a transmitir a nossa civilização aos povos bárbaros ou decaídos que estão sob a nossa tutela. Contrariamente, se encararmos as colónias exclusivamente como objecto de relações económicas ou como mercado mais ou menos reservado para os produtos da metrópole, então prontamente se pode citar muitos casos em que é perigoso proporcionar uma certa instrução aos indígenas (PEREIRA, 2001).<sup>31</sup>

Por essa via percebe-se como ações e interesses de empreendedores econômicos colidiam com o projeto das missões católicas que procuravam condicionar a gravitação dos indígenas junto delas, fato que veio a constituir-se em um dos empecilhos da difusão do evangelho/catecismo e da aprendizagem das letras. Narrando a contradição que passou a existir entre tais empreendedores e as missões católicas, um padre retrata que, os primeiros chegavam a descredibilizar as missões, em defesa do dinheiro,<sup>32</sup> para além de frequentes irrupções daqueles nas missões para capturarem os alunos que deviam ser em seguida integrados em empreendimentos extra-escolares, ações que transformavam as escolas em uma espécie de

---

<sup>30</sup> AHM, Maputo. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, Cx. 1021 (1913), Maço de Dezembro, Ofício n° 264.

<sup>31</sup> No texto em Pdf, esta informação pode ser encontrada na página 31, enquanto nos Cadernos de Estudos Africanos, a mesma pode achar-se adjacente ao parágrafo 100.

<sup>32</sup> AHM, Governo Geral, Relatório n° 205, Diocese de Nampula - Relatório das Missões da Diocese de Nampula Referente ao ano de 1947, par Frei Teófilo de Andrade – Bispo de Nampula, Nampula, Março de 1948, p. 8.

ratoeiras, afugentando conseqüentemente os nativos (RESENDE, 1946, 76). Nessa luta pelos interesses particulares, houve até grupos que chegaram a atentar contra a soberania do seu próprio país, contribuindo para o retardamento da progressão de ocupação formal de territórios, uma das bases de cuja operacionalização viria trazer as premissas para a concretização da lusitanização. A esse título, tais grupos chegaram a fornecer informação a Mussa Quanto, que se situava a sul da então capital, a reparar armamento dos namarrais, (D'ORNELLAS, 1902, p. 12) ou a denunciar o trajeto que as tropas iriam seguir para penetrarem pelo interior (*Ibid.*). Assim, da ação dispersa dos atores da colonização impossibilitava-se a formação de um único bloco, capaz de definir uma direção cultural, visando a reprodução e o desenvolvimento da sua hegemonia (GASPERINI, 1984, p. 189).

No âmbito da ocupação territorial, o sistema ao não ter conseguido usar o grupo social asiático, os verdadeiros colonizadores do espaço rural, como fator de colonização, retardaram sobremaneira, a difusão do lusitanismo. De fato, apesar de serem os que “desbravavam” o matagal, em nenhum momento Portugal usou-os para esse fim, pelo fato dos asiáticos serem vistos como agentes desnacionalizadores (ENNES, 1893).

Finalmente, outro fator que pode ser identificado como misto, mas sob grande incidência sobre os fatores sistêmicos, enquadrava-se na falta de instituições de apoio formais que pudessem acompanhar a permanência dos poucos indígenas integrados no processo assimilacionista. De fato, o que acontecia era que o sistema escolar dispensado para os indígenas garantia uma instrução até a 4ª classe, finda a qual uma minoria era integrada nas poucas escolas de Artes e Ofícios existentes na Colônia de Moçambique e só alguns deles eram integrados no ensino secundário. Era tal afunilamento de oportunidades, tal incapacidade do próprio sistema em acomodar aos que havia prometido oferecer uma elevação cultural, que propiciava um descalabro a todos os que se encontrassem inicialmente integrados no processo da educação para o indígena. Isso resultava pelo fato da finalização tardia da última classe ministrada no ensino para o indígena. De fato, dado que cada classe desse ensino para o indígena era feita em dois anos, sendo o primeiro elementar e o segundo complementar, a frequência do ensino primário, antecedida por dois anos do pré-primário ou ensino de adaptação, condicionava a conclusão do ciclo em um espaço temporal de 10 anos. E dado que estava regulamentado que a entrada no sistema devia ser entre os 6 e 7 anos, praticamente o aluno das escolas para o indígena concluía a 4ª classe, na melhor das hipóteses, com 16 anos.

A conclusão da 4ª classe com 16 anos de idade esbarrava-se com outra contrariedade: ninguém podia prosseguir os estudos, porque o limite etário para o ingresso no ensino secundário era o de 14 anos, limite muito mais que favorável para os alunos que frequentassem o ensino oficial, que podiam completar o mesmo ciclo no seu 10º ano de vida.

O nativo, ao não ser absorvido no ensino técnico ou no secundário, o término do ciclo primário rudimentar conduzia-o ao tácito e forçado abandono das instituições formais. Dessa forma, os alunos eram obrigados a reentrarem na sociabilidade local, sendo aqui onde a comunidade local entrava entanto que fator a-sistémico, facto que, em última instância, contribuía na redução do impacto do sistema educacional formal para o nativo. Segundo Pedro (2010), essa realidade era recorrente principalmente na zona de estudo, onde as crianças, para serem integradas na vida socialmente ativa, isto é, entanto que pessoas socialmente adultas, são sujeitas à ritos iniciáticos que, normalmente, ocorrem a partir dos 12 anos de idade para diante. Por ser, coincidentemente, o mesmo intervalo em que a escola rudimentar podia ser completada parcial ou totalmente, emergia a possibilidade da integração daqueles alunos “abandonados” pelo sistema na noosfera cultural local. Assim, se no lado do colonizador tais alunos não tinham alguma continuidade, as respectivas comunidades reabsorviam-nos, pois, daí, em diante, os ex-alunos passavam a viver de acordo com os usos e costumes localmente comungados pelas comunidades. E dado que neste meio não existiam as tais instituições de apoio formais, a resultante era que, sem concorrência, o indivíduo que iniciara a perder os valores locais, por conta da sua integração escolar, começava a ser recuperado pelas respetivas comunidades. A este propósito, em 1946, Cota indicava que:

O indivíduo que sai preparado das missões volta para o seu meio de origem ou ingressa no meio europeu. Na primeira hipótese, ele sente-se deslocado de início, porta-se como um inadaptado, pois que a maioria ou quase totalidade dos indígenas, nesse meio, adoptam os usos e costumes que a moral cristã condena e que ele pretende condenar também. Serão os próprios pais, os irmãos não catequizados, os tios, os vizinhos, os primeiros a mostrar-lhe, mesmo inadvertidamente, a sua inconciliação com o meio para onde ele veio viver. A mentalidade de tal aluno, que se julga naturalmente obrigado a manter-se fiel aos princípios cristãos, acaba por ser absorvida pela mentalidade primitiva da sua família. (...) Assim, a acção do contágio, aqui, manifestar-se-á invertida. Não será a família quem imitará os novos costumes do recém-chegado, mas sim este quem, pouco a pouco, passará a imitar os que o rodeiam e lhe estimulam, por todos os meios, inconscientemente embora, o regresso à barbárie anterior” (COTA, 1946, p. 69).

Tal como aponta Pedro (2010, p. 544), a manutenção de todas as aquisições obtidas pelos nativos teria sido possível se o período pós-escolar tivesse sido acompanhado por um dispositivo sobre o qual aqueles fizessem apelo, sempre que quisessem acomodar as suas inquietações cotidianas. Do que se infere, no cômputo geral, é que a manifestação contraditória entre o plasmado e o vivido ter-se-á constituído na principal barreira para a assimilação do nativo, tal como, sobre essa realidade, resume uma passagem de Pereira, exposta nos seguintes termos:

A revogação do Estatuto do Indigenato, em 1961, permitiu, pelo menos no plano das intenções, atingir, como de um passe de mágica se tratasse, o objectivo da assimilação plena, desiderato de uma política colonial que nunca conseguiu ultrapassar-se nas suas contradições entre a letra das disposições legislativas, o exercido quotidiano da administração das populações, as conveniências primárias da economia colonial e os interesses imediatos de grupos económicos privados e da Igreja (PEREIRA, 2001, p. 36 ou parágrafo 117 na versão on-line).

Para a pretensa nacionalização ou aculturação dos grupos sociais dos territórios coloniais deveriam ter ocorrido, tal como aponta Mesquitela, “(...) processos mais directos, pelo constante contacto de elementos individuais, pela transferência de tradições e de cultura viva em comum, pelo carácter de instituições, pelo idioma, acima de tudo, pela convivialidade constante de valores” (1966, p. 16), aspectos que jamais tiveram alguma possibilidade de assim se manifestarem no terreno, por causa da inércia e de situações contraditórias no interior do sistema que estava a conduzir o sistema e o processo coloniais.

### **Fatores a-sistêmicos**

Por mais que tenha sido um sistema constrangedor, onipresente no quadro institucional e funcional, algumas desinteligências decorrentes da sua operacionalização permitiram que o local, o indígena, o constrangido, o subalterno e o ininteligível pudessem despontar em certos momentos, oferecendo alguns condicionalismos que contribuíram na resultante dos parcos 3 à 7% da população assimilada à cultura portuguesa. Por aí integraram-se fatores a-sistêmicos, isto é, os que cuja ação foi promovida a partir de fora do sistema, tendo, entretanto, alguma cota parte para que a lusitanização não desse os êxitos desejados.

O principal fator a-sistémico ficou relacionado com a ação do sobejamente conhecido arqui-inimigo do Cristianismo: o islamismo. A zona costeira nortenha de Moçambique situada entre o rio Rovuma e o Ligonha, e uma extensa zona do interior do extremo setentrional de Moçambique, foram largamente ocupadas pela religião islâmica. Na primeira zona, a difusão do islamismo antecipara-se à presença portuguesa e a respectiva difusão do catolicismo na África Oriental, com a criação de Sheicados de Sangage, Quitangonha, Sancul (costa de Nampula); Quirimizi, Muchojo, Pangane, Quissangano e de Muluse (costa de Cabo Delgado) e de Sultanatos de Angoche (Nampula) e os de Mugabu, Mussaka e de Tungue, (Cabo Delgado)<sup>33</sup>. Quanto à segunda, ocupando toda a margem direita do curso médio do rio Rovuma, apesar de ter-se

---

<sup>33</sup> Faz pouco tempo, que a historiografia moçambicana teve acesso aos reinos afro-islâmicos que existiram na costa setentrional de Moçambique, os quais foram despoletados aquando da tradução da escrita Adjami e a compilação de um livro intitulado Documentos Escritos em Caracteres Árabes no Arquivo Histórico de Moçambique, cujos autores são Joel das Neves Tembe, Liazzat Bonnat, Gerard Liesegang e Chapane Mutia.

desenvolvido depois da projeção jurídica de Portugal sobre a costa e a Macuana, pelo diapasão que existiu entre o momento da cobiça sobre a região mais internada e a sua posterior conquista, que só ocorreu depois, com a implantação da Companhia do Niassa, propiciou que elites muçulmanas também aí se despontassem muito antes da presença directa portuguesa, com a criação de sultanatos Yao, como os de Makanjila, Jalasi, Mataka, entre outros.

Uma vez sistematizada a mundividência islâmica sobre as duas zonas, foi difícil condicionar a ocupação cristã nas mesmas, já que os dois credos foram sempre antagônicos. Assim, por um lado houve a oposição do nativo islamizado da zona costeira dessa extensa região, com os reinos afro-islâmicos da costa acima apontados e, por outro lado, com os do interior das mesmas latitudes, por via dos reinos Ajaua sistematizados em parte dos territórios que atualmente fazem parte da Província do Niassa. Dado que o pai nativo islamizado temia que o seu filho perdesse a fé religiosa, evitando a todo o custo que isso acontecesse e, por outro lado, o padre católico achando que devia divulgar o cristianismo “(...) a quem não o conhecia, emergia a difícil conciliação de posições tão irredutíveis e antagônicas” (BELCHIOR, 1965, p. 673). Tal realidade implicava na redução do espaço de manobra para a acção missionária católica, mesmo que, juridicamente, o Estado colonial provesse, de forma exclusiva, a esta última congregação religiosa.

A ação das Igrejas Protestantes, principalmente em toda fronteira interior, desde o Niassa, até o extremo sul da Colônia, constituiu-se outro fator a-sistêmico que Portugal dificilmente conseguiu combater. Sendo uma zona contígua às possessões britânicas, onde despontava o anglicanismo e não só, a grande abertura das seitas protestantes em se comunicarem em línguas locais, em contraposição às zonas de influência portuguesa onde, por conta da assimilação/lusitanização, limitava-se, senão mesmo impedir-se o uso de línguas locais, veio a constituir-se em atrativo substancial que, certamente, terá desviado uma boa percentagem de pessoal sob a jurisdição portuguesa. Aliás, mesmo que a zona de estudo não estivesse diretamente ligada às possessões britânicas, os ventos de preocupação atingiam a Diocese de Nampula, na medida em que o respectivo prelado chegaria a afirmar que dois inimigos deviam ser constantemente combatidos, sendo um deles os protestantes, por difundirem o seu credo em todo o Niassa, de onde se integrava a Macuana. Em seguida, o pároco concluía que “(...) enquanto se espalham, sem que ninguém os detenha, (...), só nós sentimos as dificuldades por todos os lados, que nos impedem de combatê-los com eficácia”.<sup>34</sup>

Um terceiro fator a-sistêmico não menos importante ficou relacionado com a reação dos nativos face a ação do sistema. Acompanhando o desenrolar da educação fornecida no terreno

---

<sup>34</sup> AHM, Governo Geral, Relatório n° 205, Diocese de Nampula - Relatório das Missões da Diocese de Nampula Referente ao ano de 1947, par Frei Teófilo de Andrade – Bispo de Nampula, Nampula, Março de 1948, p. 8.

durante décadas, sem que tivesse algum reflexo no território e sobre as suas vidas, isto é, os indígenas ao não verem os privilégios de envio dos seus filhos às missões, tornava difícil entre aqueles em incorporarem-nos nas escolas formais. Por outro lado, o fato das escolas das missões serem vistas enquanto que ratoeiras, por ser lá onde eram capturados mancebos para cultivarem nas herdades dos colonos ou nas quintas das próprias igrejas, tal ação reduziu a incorporação do pessoal indígena no sistema colonial.

O fato da assimilação não ser hereditária, isto é, não poder ser transmitida e nos anos 50 os mulatos e os assimilados passaram a ser relegados para o plano periférico, com a integração de novos e mais colonos em Moçambique foram fatores não menos importantes no impedimento da integração de nativos no sistema formal e da extensão dos contatos. Tal exclusão do assimilado e do mulato durante o século XX, no quadro da purificação étnico-racial, em uma altura em que estes haviam atingido um certo estágio que os equiparava aos chamados civilizados, veio a dar origem a uma realidade social peculiar: a presença de pessoas errantes, sem norte social, por viverem em uma zona tampão entre europeus e africanos.

Para todos os efeitos, foi com este processo aculturativo que emergiram os destribalizados, que Cabaço, (2010) chama os de grupos sociais peri-urbanos: que mantem as suas cosmogonias, a língua, mas distante do local de proveniência, desenquadrado das relações hierárquicas, mas que, na aceção de Carlos Serra, assume certas características tais que: (i) o abandono das fronteiras da aldeia que inicia a subversão dos protocolos cognitivos e referenciais, com apetência continuada de se construir o diferente; (ii) a transfronteiralização e o mestiçamento dos horizontes epistemológicos (na interpretação da gênese das coisas), pela multiplicação comparativa dos campos da alteridade; (iii) a fragmentação do tempo unificado; (iv) a tomada de consciência da diferença e das desigualdades (ele geralmente situa-se entre o centro, um outro evoluído e a periferia, um outro rude, em relação à ele); (v) a multiplicação dos campos de gestão individual; e a substituição dos antigos centros sagrados de produção social e de verdade por entidades seculares (CABAÇO, 2010, p. 133).

## **Conclusão**

Desde os primórdios da demarcação definitiva do seu espaço imperial, que ocorre ainda no segundo quartel do século XIX, o sistema da colonização moderna de Portugal em Moçambique ao ter partido de uma condição social contraditória, assente em uma alteridade baseada, no caso em epígrafe, num quadro temporal, pela qual procurou justificar o seu principal papel, o de elevar cultural e mentalmente os nativos, indiciava uma tácita condenação das formas existenciais locais, com a correlativa presença expressiva dos traços culturais europeus e,



especificamente, portugueses. Tal realidade, ao ter sido condicionada por ditames impositivos que, de forma unilateral, deviam ser satisfeitos em um contexto coercitivo, garantidos pela onipresença de um aparato institucional e funcional assentes em uma administração direta, em que mesmo as estruturas endógenas encontradas foram colocadas como parte imanente do sistema, reforçava a impossibilidade de despontarem, pelo menos de forma expressiva, as realidades sociais locais. A expressividade destas realidades, à altura da emancipação política de Moçambique e depois de um período mais ou menos longo de crispação das mesmas, como o que veio a acontecer, foi um processo paradoxal.

Uma busca das razões que estiveram por detrás dessa ocorrência indicia a presença de fundamentos advindos do próprio sistema, na medida em que este procurou montar processos incompatíveis, como, por exemplo, a projeção de um aporuguesamento dos nativos, quanto deviam ser estes a assegurar a reprodução colonial, quer garantindo a produção da matéria-prima e os produtores desta na condição de uma mão-de-obra barata, como absorvendo a produção metropolitana. Esta primeira contrariedade condenou, como era de se esperar, a conciliação de processos interdependentes, já que a manutenção do sistema, estruturalmente concebido para propiciar um rápido *superavit* nacional, jamais daria a possibilidade de proporcionar alguma instrução indígena que colocasse em causa a manutenção de relações de poder e, ao mesmo tempo, encerrassem não só o aspecto de subordinação, mas, fundamentalmente, onde um dos lados, o concebido fraco, fosse apenas objeto de trabalho.

De outro modo, o período da colonização moderna portuguesa em Moçambique revelou a prevalência dos mesmos caracteres que acompanharam Portugal desde os primeiros momentos desse empreendimento, como, por exemplo, a falta de recursos humanos. Sendo estes a base de todo o empreendimento estatal e, no caso em epígrafe, colonial, pois era por eles onde muitos, senão todos os processos no terreno eram concretizados, a sua exiguidade numérica implicava na inoperância do sistema em si. A sua demanda primordial relaciona-se com o fato de se constituir em representante físico de qualquer país que procure estender a sua influência em novos espaços, para além de ser responsável pela concretização, no terreno, da administração e do policiamento territorial. Não foi por acaso que partes significativas de Moçambique, que não tinham a presença do pessoal metropolitano português, incorporaram-se à *noosfera* lusocrática só depois do fim da ação de concessionárias estrangeiras. Entretanto, se nos primórdios da colonização, a escassez de homens e mulheres brancas em quantidades suficientes não possibilitou a reprodução ou conservação de uma sociabilidade europeia no vale do Zambeze, aparecendo, em seu lugar, uma africanização da sociedade prazeira, a mesma realidade continuou a imperar também durante o momento em que Portugal teve à sua merce todo o território de Moçambique. Quando se pensava que Portugal mudaria de figurino nesta última fase, quando tacitamente procurou

impor o seu modelo cultural, tal escassez de recursos continuou a confrontar o país quanto ao projecto de lusitanização massiva. De fato, ao introduzir a política assimilacionista a partir do século XIX e ao conduzi-la durante o auge da sua política corporativa, momento em que Portugal não teve algum concorrente, a ausência desse fator humano, não necessariamente no seu contexto físico, mas fundamentalmente em resultado de uma política de assentamento diferenciado, impossibilitou que houvesse alguma possibilidade de transferência dos adereços culturais lusitanos para o espaço rural. Neste espaço, à exceção das sedes das Circunscrições, faltava qualquer aparato institucional que pudesse garantir a reprodução da sociabilidade que estava a ser imposta, a qual só poderia ter ocorrido por via de contactos perenes, em contextos de coabitação, de onde haveria a transmissão direta ou a captação de formas de vida por via da imitação ou osmótica.

Fora dessa precariedade de recursos humanos suficientes, o outro problema esteve relacionado com a sua qualidade, na medida em que, com o recorrente desencorajamento feito sobre Moçambique, mesmo entre as instâncias e hierarquias administrativas mais altas do escol colonial, condicionou que a colônia fosse povoada por gente que para ela havia sido obrigada a instalar-se por causa da sua condição de degredados. De fato, Moçambique foi concebido como uma prisão a céu aberto, para onde deviam ser enviados os indesejados, para cumprirem as suas penas. Tal pessoal, por não carregar nenhum prestígio e por não ter algum *métier* a oferecer, fora dos trabalhos que comumente podiam ser executados por não importa quem tivesse que ser, dificilmente trariam alguma vantagem comparativa no aspecto sociocultural, político, econômico ou de outra natureza, em um quadro especificamente colonial. Aliás, a impossibilidade de concretizar estas áreas, como ocorreu com o sistema educativo, base da pretensa aculturação, resultava do fato de o aparato institucional que devia garantir a sua concretização mostrar-se muito frágil em comparação ao que outras potências ofereciam na mesma altura, tal como o era a sua vizinha, a Grã-Bretanha.

Os procedimentos que, de certa forma, tenham estado relacionados com a programação intencional do próprio sistema, introduzidos de forma sutil, impossibilitaram também a possível elevação mental do nativo para os patamares da cultura europeia, quer fornecendo uma educação diferenciada à oferecida na metrópole e no espaço colonial aos europeus e assimilados, quer contrapondo a assimilação ao sistema do indigenato, ou colocando em prática questões de racialização que, em última instância, não permitiam o contato entre colonizadores e colonizados. A consequência dessa realidade foi que, o nativo, sem algum fundamento da cultura do outro, dificilmente conseguiria ter uma nova atitude capaz de permitir um olhar crítico ao seu sistema de valores, pela qual tivesse sido capaz de condicionar uma transformação, mesmo que

parcial, da sua cultura, fora a integração, em um contexto osmótico, de certas atitudes, vocábulos e formas de estar ligadas ao colonizador.

Como que exteriorizando as dificuldades recorrentes no espaço imperial ou o desregramento onipresente no espaço colonial português, parte de atores coloniais presentes em Moçambique mostrou uma avidez pela satisfação de interesses pessoais e grupais, cujo ataque dava impactos significativamente negativos aos projetos formais, incluindo o setor missionário e escolar, responsáveis pela condução do processo aculturativo. O ataque às instituições missionárias por outros setores da colonização terá contribuído, de forma determinante, na redução da ação da Igreja Católica, responsável não só pela evangelização, mas, também, pela instrução dos nativos, cujo último impacto foi a presença de menor número de indivíduos agregados ao sistema.

Finalmente, há um fator que imperou para que a aculturação não tivesse lugar de forma massificada, que não esteve ligado nem aos europeus/portugueses que queriam implementar o processo aculturativo, nem aos grupos endógenos que procuravam algum espaço de manobra para se esquivarem daquele processo, que para eles lhes era estranho: o tempo. De fato, o diapasão criado dentro do período efetivo da colonização moderna influenciou para que esse processo não tenha sido massivo. Esse diapasão resultou entre o momento em que Portugal projetou o processo aculturativo e o fim dessa colonização, que ocorreu, emblematicamente com os Acordos de Lusaka, de 1974. Apesar de ter sido iniciado no século XIX só foi possível concretizá-lo depois da criação de condições para a execução sem constrangimentos, algo que só aconteceu, efetivamente, com o Estado Novo, mas jamais a partir dos anos 30 do Século XX, quando promulgou-se o Acto Colonial, mas com os Acordos Missionários de 1940/41.

Em abono da verdade, contabilizaram-se mais ou menos 40 anos de uma efetiva imposição, num contexto de coabitação em presença de dois sistemas. E dado que a transformação da mentalidade coletiva é algo que não ocorre sempre de forma revolucionária, à exceção do “político”, difícil seria esperar-se que a aculturação fosse tão expressiva, principalmente quando se tratava de algo que era emanado de um sistema constrangedor, do qual esperava-se uma reação da parte do colonizado. O resultado final foi que, na falta de provisão do principal fator, o homem, das instituições operativas que concretizassem os diversos planos, principalmente com a notória fragilidade da igreja católica, responsável pela implementação de todo o processo educativo, veio a condicionar, em consequência, a manutenção da tradição local por largos períodos, cuja agregação foi avançando à medida que a ação dos diferentes fatores conseguiam agir sobre os diversos espaços sociais de Moçambique.

No cômputo geral, no fim da colonização, longe do sistema ter condicionado uma maior aculturação, esta foi marginal, quer em termos numéricos, quanto no aspecto qualitativo, na

medida em que condicionou a formação de um pessoal indefinido que, ao ter sido arrancado do meio endógeno, jamais conseguiu obter subsídios suficientes que o colocassem definitivamente no outro grupo social: o dos europeus e europeizados. Aliás, o fato de ser considerado “branco do bolso” indicia a posse do novo estatuto de assimilado quando conviesse ao sistema, sendo que sempre que o ambiente assim o exigisse eram relegados para a sociabilidade primária, com a possibilidade de, também, receberem as sevícias que o comum dos indígenas podia receber.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALVES, Anselmo António. **Política Colonial. Alguns aspectos práticos em Moçambique. Dissertação para exame do 2º Ano do Curso de Altos Estudos Coloniais, apresentada na Cadeira de Política Colonial.** Lisboa: Escola Superior Colonial, 1951.

BAPTISTA, J. do Amaro. **Moçambique, Província Portuguesa de ontem e de hoje.** Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1962.

BELCHIOR, Manuel Dias. Evolução política do ensino em Moçambique. In: **Moçambique, Curso de Extensão Universitária.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Ano lectivo de 1964-1965, p. 635-674.

BELCHIOR, Manuel. **Fundamentos para uma política multicultural em África.** Lisboa: 1966.

BOAVIDA, Manuel da Cruz (Pe.). **Carta aberta ao Exmo Sr. Governador Geral. Sobre a lei de separação da Igreja do Estado para as Colonias.** Março de 1918.

BOTELHO, J. Justino. **Alguns pontos da História de Moçambique.** Lisboa: Oficinas Gráfica, 1922.

BOTELHO, Sebastião, **Escravidão: Benefícios que podem provir às nossas possessões d'África da proibição daquele tráfico.** Lisboa, 1840.

BOTELHO, Teixeira. **História militar e política dos portugueses em Moçambique: De 1833 aos nossos dias.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação.** Maputo: Marimbique, 2010.

CAPELA, José, **Escravidão : A Empresa de Saque. O abolicionismo, (1810 – 1875).** Porto: Afrontamento, 1974.

CARVALHO, A Lima de. Reflexões para uma análise dimensional da estrutura de Moçambique. In: **Moçambique, Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1964-1965.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. p. 121 – 151.

CASTRO, Soares de. Apontamentos para a História de uma jovem Cidade. In: GEORGE, M. A. e PEREIRA, A. **Boletim do Museu de Nampula**, Nampula, vol. 1, p. 103-108, 1960

CLARENCE-SMITH, Gervasse. **O III Império Português (1825 – 1975)**. Lisboa: Teorema, 1990.

COSTA, Manuel da Silva. **L'analyse d'une action pastorale au Mozambique. Mémoire de Licence en Théologie présenté en l'année 1976**. Sous la direction du Professeur Robert GELLUY. Université Catholique de Louvain.

COTA, José Gonçalves. **Projecto definitivo de estatuto do direito privado dos indígenas da Colônia de Moçambique. Precedido de um estudo sumário do direito gentílico pelo autor**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1946.

D'ORNELLAS, Aires. **Mouzinho d'Albuquerque. Sua acção em Moçambique. Conferência realizada em sessão especial em noite de 1 de Fevereiro 1902**. Lisboa: A Liberal – officina Typographica, 1902.

DA SILVA, ANTÓNIO, S. J. (Pe.). Ocupação missionária de Moçambique. In: **Moçambique, Curso de Extensão Universitária**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Ano lectivo de 1964-1965, p. 675-695.

ENNES, António. Moçambique. **Relatório apresentado ao Governo de Sua Magestade**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

FORTUNA, Vasco. Estruturas económicas de Moçambique. In: **Moçambique, Curso de Extensão Universitária**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Ano lectivo de 1964-1965, p.199-229.

FRY, Peter. **Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral**. Afro-Ásia, n. 29/30, 271-316, 2003.

GARCIA, Dagoberto. **Evolução Histórico-Administrativa do distrito de Moçambique – 1895 – 1934**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1964.

GASPERINI, Lavine. **Mozambico: educazione e svillupo rurale**. Roma: edizione lavoro, 1989.

GASPERINI, Lavinia. Direction culturelle, éducation et développement au Mozambique. « **Revue Tiers Monde** », t. XXV, n° 97, janvier-mars 1984.

HEDGES, David. Educação, missões e a ideologia política de assimilação, 1930 - 1960. In: Cadernos de História n° 1. **Boletim do Departamento de História da UEM**. Maputo: 1985, p. 7 – 18.

JÚNIOR, Rodrigues. **A aventura do mato e colonização dirigida. (Estudo de assuntos coloniais)**. Lisboa: 1945.

JÚNIOR, Rodrigues. **Colonização: contribuição para o seu estudo em Moçambique**. Lourenço Marques: África Editora, 1959.

LOBATO, Alexandre. Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique'. In : **Monumenta n° 7**. Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais da Província de Moçambique, 1971, p. 7-21.

MACHADO, Aníbal. **Districto de Moçambique. Relatório do Governador 1908 – 1909**. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910.

MARTINS, E. J. **Estudos Coloniais, Exploração Portuguesa em Moçambique – 1500 – 1973**. Denmark: African Studies Editorial, 1975.

MESQUITELA, Gonçalo. **Um Problema Nacional urgente. O Povoamento Ultramarino**. Lisboa: 1966.

PAPAGNO, Giuseppe. **Colonialismo e Feudalismo. A questão dos Prazos da Coroa em Moçambique nos finais do século XIX**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1988.

PELLISSIER, René. **Naissance du Mozambique. Résistance et révoltes anticoloniales (1854 - 1918)**. Paris, Orgeval, 1984.

PEDRO, Eusébio André. **A Missionação Jesuíta em Moçambique As Relações Com a Sociedade e com o Poder Político em Tete, 1941-2011**. 2013, 232 p. Dissertação, (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação), Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2013.

PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités Traditionnelles au Mozambique Colonial (1834 – 1974): Le cas des Mamwene de la Macuana (Nampula)**. 2010, 864 p. Tese. (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). École doctorale Lettres, Pensée, Arts et Histoire, Université de Poitiers, 2010.

PEDRO, Martinho. **A conjuntura da reestruturação das Autoridades tradicionais no sul do Médio Lúrio: 1834-1921**. 1995. 103 p. Monografia (Licenciatura em ensino de História e Geografia). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Pedagógica, Maputo, 1995.

PEREIRA, Edgar Adriano Nasi. **Aspectos da vida macua (Considerações etnosociais, Socioeconómicas e Sociopolíticas sobre a vida dos Povos do Norte de Moçambique)**. Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964.

PEREIRA, Rui Mateus. «A Missão etognósica de Moçambique». A codificação dos «usos e costumes indígenas» no direito colonial português. Notas de Investigação», **Cadernos de Estudos Africanos**, nº 1, p. 125 - 177, 2001

RESENDE, Sebastião Soares de. **Colonização Portuguesa. Sentido, Objecto, factores**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1946.

ROMANO, Manuel Pedro. **A localização das capitais de Província e de distrito em Moçambique**. Separata do Boletim da Sociedade de Estudos da Província de Moçambique, Nº 122 – maio a junho - 1960.

ROSA, Manuel Ferreira. **O ponto e o rumo do ensino ultramarino. Testemunhos de pensamento e acção**. Porto: Lello, 1973.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, J. Oliveira da. **Da urgência da reforma em Moçambique**. Beira: Notícias da Beira, 1962.

TEMBE, Joel das Neves, (Dir.). **Documentos Escritos em Caracteres Árabes no Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo: AHM, 2022.

**Uzoigwe**, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral . In: ALBERT ADU BOAHEN. **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, p. 21-50.

## **Documentos**

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo] Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, 1928-1931, Série de 1928).

Arquivo Histórico de Moçambique, [Maputo] Governo Geral, Relatório n° 651, Diocese de Nampula - Relatório do ano de 1956, por D. Manuel de Medeiros Guerreiro – Bispo de Nampula, Nampula, março de 1956.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo] Governo Geral, Relatório, n° 406, Diocese de Nampula - Relatório dos Trabalhos realizados em 1951, par D. Manuel de Medeiros Guerreiro – Bispo de Nampula, Nampula, março de 1952.

Arquivo Histórico de Moçambique, [Maputo]. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique: Cx. 1028, 1928-1931, Série de 1928.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo] Fundo do Governo Geral. Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. Relatório duma inspecção às circunscrições do Distrito de Moçambique, (1936-1937), pelo Inspector Pinto Corrêa. Cx. 76. Vol. II.

Arquivo Histórico de Moçambique, [Maputo]. Governo Geral, Relatório n° 205, Diocese de Nampula - Relatório das Missões da Diocese de Nampula Referente ao ano de 1947, pelo Frei Teófilo de Andrade – Bispo de Nampula, Nampula, março de 1948.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo] Governo Geral, Colónia de Moçambique – Diocese de Nampula - Relatórios referentes aos anos de 1941-1947.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo] Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, Cx. 1021 (1913), Maço de dezembro, Ofício n° 264.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo]. Governo Geral, Correspondência recebida do Distrito de Moçambique, Cx. 1025 (1919), Maço de março, Doc. n° 47.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo]. Governo Geral, Relatório n° 157, Colónia de Moçambique – Diocese de Nampula - Relatório referente ao Ano de 1943, par Bispo de Nampula M. Teófilo, Nampula, Fevereiro de 1944.

Arquivo Histórico de Moçambique. [Maputo]. Governo Geral, Relatório n° 205, Diocese de Nampula - Relatório das Missões da Diocese de Nampula Referente ao ano de 1947, par Frei Teófilo de Andrade – Bispo de Nampula, Nampula, março de 1948.

Arquivo Histórico Ultramarino, [Lisboa]. Pasta 17 (1855/6), (Moçambique, Gabinete do Governo Geral), Pasta 33 (1864), Capilha n° 3-6.

B.O.M. n° 27, de 30 de Junho de 1921, I. Série, Doc. 68.

---

Decreto n° 68, de 30 de Junho de 1921, do Alto Comissariado da República.

Governo Geral. Regulamento do exercício das missões religiosas de diversas confissões e nacionalidades e das escolas de ensino primário pelas mesmas missões. Aprovado pelos diplomas legislativos n°s 167 e 168, de 3 de agosto de 1929. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1929.

Inspecção dos serviços administrativos – Inspecção dos Serviços de Administração Civil.

Ministério das Colónias. Decreto n° 7:008, de 9 de outubro de 1920, Lisboa : Imprensa Nacional, 1920.

Notícias de Lourenço Marques. (Lourenço Marques), 8 de setembro de 1945.

Relatório das Inspecções ao Conselho e Comissão Municipal do Eráti feita, em 1965 pelo Inspector Administrativo A. Cotta Mesquita, Caixa 80.

República Portuguesa. ACTO COLONIAL. Decreto-lei n° 18570, de 8 de julho de 1930.

República Portuguesa, Ministério das Colónias. Reforma Administrativa Ultramarina (Aprovada pelo decreto-lei n° 23:229 de 15 de novembro de 1933). 3ª edição.

República Portuguesa. Regime do condicionamento industrial no espaço português. Promulgado pelo Decreto-Lei n° 46 666, de 24 de novembro de 1965. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1965.

SANTOS, António Lopes dos. Relatório do Governador do Distrito de Moçambique, (1959), Nampula, 1960. AHM, Maputo, Relatório n° 716.

Recebido em: 10/04/2022  
Aprovado em: 21/11/2022





ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

**José Francisco dos Santos**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

# NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS DE 1945 A 1975

NOTES ON THE RELATIONSHIP BETWEEN BRAZIL AND AFRICAN COUNTRIES ON PORTUGUESE DOMAIN, FROM 1945 TO 1975

**RESUMO:** O Brasil quebrou recorde de mortes por Covid-19. O Estado brasileiro não teve um plano para conter os morticínios, e no que se refere às relações exteriores, o então chanceler brasileiro Ernesto Araújo, em discurso para formados no instituto Rio Branco, segundo sua convicção, afirmou que o Brasil é o “pária” nas relações internacionais. O artigo tece reflexões referente aos processos de mudanças na política brasileira exterior, em especial ao continente africano, que após a independência do Brasil em 1822 se distanciou das denominadas “colônias portuguesas em África” (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tome e Príncipe) que conforme veremos têm a ver com acordos para reconhecimento da libertação brasileira de Portugal. No contexto Pós segunda Guerra-Mundial, um novo cenário se configura com a Guerra-Fria, a partir desse momento iniciou-se um processo lento de reorganização das relações internacionais do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diplomacia; Angola; Brasil.

**ABSTRACT:** Brazil has broken the record for deaths from Covid-19. The Brazilian state had no plan to contain the deaths, and with regard to foreign relations, the then Brazilian Chancellor Ernesto Araújo, in a speech to graduates of the Rio Branco Institute, according to his conviction, stated that Brazil is the "pariah" in international relations. The article reflects on the processes of change in Brazilian foreign policy, especially on the African continent, which after Brazil's independence in 1822 distanced itself from the so-called "Portuguese colonies in Africa" (Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique and São Tome and Principe) which, as we shall see, have to do with agreements to recognise Brazil's liberation from Portugal. In the post-World War II context, a new scenario emerged with the Cold War, from which time a slow process of reorganisation of Brazil's international relations began.

**KEY WORDS:** Diplomacy; Angola; Brazil.

## NOTAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS SOB O DOMÍNIO PORTUGUÊS DE 1945 A 1975

José Francisco dos Santos <sup>1</sup>

### Introdução

O Brasil teve o número significativo de mortes por Covid-19. <sup>2</sup> No que refere às relações exteriores, o então chanceler brasileiro Ernesto Araújo, em um discurso para os formandos do Instituto Rio Branco, afirmou que o Brasil é o “pária” nas relações internacionais.<sup>3</sup> Após a Segunda Guerra Mundial, um novo cenário foi configurado com a Guerra Fria. A partir desse momento, foi iniciado um processo lento de reorganização das relações internacionais no Brasil. Este texto tece algumas reflexões desenvolvidas principalmente durante o período de mestrado, o que resultou em uma dissertação sobre o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) (SANTOS, 2010).

Foram realizadas entrevistas com os professores Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira da Conceição, além do diplomata e africanista Alberto da Costa e Silva. Também foram consultados livros de memórias e de revisão bibliográfica, os quais serviram de apoio para o desencadeamento reflexivo sobre o segundo quartel das relações exteriores do Brasil que houve na diplomacia brasileira, e sobre a parte da intelectualidade brasileira juvenil que ousou ser mais que “pária”, obtendo vários protagonismos, como o fato de o Brasil ser o primeiro país a reconhecer a libertação de Angola, em 1975.

### A política externa brasileira no início do século XX

A partir da Segunda Guerra Mundial, a política externa brasileira passou a ser mais ativa no cenário internacional, já que anteriormente ela era caracterizada pela defesa das fronteiras nacionais. No entanto, a principal novidade aconteceu quando o chanceler Visconde do Rio Branco, no final do século XIX e início do XX, aproximou-se dos Estados Unidos da América (EUA), uma vez que intuía que o poder internacional estava sendo transferido da Inglaterra para

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste Baiano – UFOB. Doutor em História pela PUC SP. [jose.santos@ufob.edu.br](mailto:jose.santos@ufob.edu.br)

<sup>2</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9334018/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

<sup>3</sup> “O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, declarou nesta quinta-feira (22/10) que prefere ver a política externa do Brasil sendo condenada por outras nações a se aliar ao ‘cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e semicorruptos’. Além disso, o chanceler afirmou que se a atuação da diplomacia do país ‘faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária’” (FERNANDES, 2020).

os EUA. Segundo Santos (2014), o Brasil só apareceu com algum relevo registrado em matérias voltadas à política internacional a partir da Segunda Guerra Mundial.<sup>4</sup>

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo sofreu intensas mudanças em termos políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Mediante a alteração do mapa-múndi, teve início o processo de descolonização, visto que não havia mais condições “morais” para a manutenção do colonialismo. Foi nesse período que alguns sistemas, tais como o nazismo, o fascismo, o franquismo e o salazarismo, e as ilações do peronismo e do getulismo deram o tom da contradição com os princípios democráticos. Valores liberais tornaram-se essenciais, depois da Segunda Guerra Mundial, o que resultou, em 24 de outubro de 1945, na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que veio ocupar o espaço multilateral da extinta Liga das Nações. Ao promover uma reordenação das relações internacionais a partir da criação de mecanismos em relação às intervenções nos conflitos entre as nações, a fim de obter uma ordem internacional mais adequada à época, a ONU abrigou discussões de relevância internacional na passagem do eurocentralismo ao eurocidentalismo. É importante enfatizar que no eurocidentalismo, é inserido o período da bipolaridade entre a URSS e os EUA diante da Conferência de Bandung (1955). Nela, países africanos e asiáticos<sup>5</sup> se definiram como “não alinhados” em primeiro lugar, tornando a realidade internacional mais complexa.

Sob outro ângulo de abordagem, a Segunda Guerra Mundial permitiu a construção de outras relações eurocidentais com o continente africano. Quanto ao Brasil, assim como expõe Rodrigues (1964), ao evidenciar enfaticamente a importância das bases norte-americanas, durante o período da guerra, os EUA instalaram bases estratégicas em Natal, Recife e Fortaleza, destacando uma política aliada em relação à Dacar e à África Francófona, mediante a invasão de Marrocos e a campanha da África do Norte (SILVA, 2003). O Nordeste brasileiro, sem o qual não teria sido possível conquistar a vitória na Batalha *El Alamein*, será sempre lembrado como o início da derrocada das forças do Eixo na África do Norte e um dos marcos decisivos na Segunda Guerra Mundial. A vitória britânica em *El Alamein* levou o primeiro-ministro, Sir Winston Churchill, a afirmar que "este não é o fim, não é nem o começo do fim, mas é, talvez, o fim do começo" (SANTOS, 2014, p. 28). *El Alamein* foi uma vitória essencialmente do Reino Unido e das tropas da Commonwealth, assim como foi na invasão da Europa, que gerou várias possibilidades de inserções na política internacional, as quais eram inviáveis até então. Desde

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre a alteração na política externa brasileira, consultar Santos (2014) e Cervo e Bueno (2002).

<sup>5</sup> Nela participaram 27 estados (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, República Popular da China, Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Turquia, República Democrática do Vietnã, Vietnã do Sul e Iémen (SANTOS, 2014, p. 34).

então, segundo Rodrigues (1964), estudiosos brasileiros vêm chamando a atenção para a importância estratégica da África.

### **O Brasil na conjuntura da Segunda Guerra Mundial**

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo entrou em nova conjuntura internacional, a denominada “Guerra Fria”, uma disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, ou seja, entre o capitalismo e o comunismo. Na obra “Brasil e África: outro horizonte”, de 1964, J. H. Rodrigues expõe as ideias do coronel Golbery do Couto e Silva. O coronel adverte sobre a importância estratégica do continente africano, ao afirmar que o Brasil deveria realizar uma geopolítica da paz, impedindo as influências ideológicas comunistas do outro lado do Atlântico, pois isso colocaria não só o Brasil, mas o continente americano em perigo.

No livro “Geopolítica do Brasil”, de 1967, o Coronel Golbery do Couto e Silva apresenta uma política militar para o Atlântico, a fim de impedir a influência de países comunistas no processo de descolonização africana, tais como União Soviética e China, uma vez que após a independência, tinha o temor de que o Brasil fosse atacado. O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, no período do Estado Novo. Segundo o historiador Boris Fausto (1994, p. 340-389), o termo “Estado Novo” foi a denominação dada aos Estados de cunho totalitário. Alguns exemplos são Portugal (com o salazarismo), a Espanha (com o franquismo), a Itália (com o fascismo) e a Alemanha (com o nazismo). Em 1937 foi instituído o Estado Novo no Brasil, cujo governo vigente era o de Getúlio Vargas, sob a alegação de que o Brasil precisaria ser um Estado forte para impedir a ameaça comunista que estava contida no Plano Cohen (que até hoje não foi bem explicada). O Estado Novo foi arquitetado como de ímpeto modernizador e que deveria durar muitos anos. No entanto, o tempo de vida dele foi curto, visto que não chegou a oito anos.

Com a ida da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália para combater o regime fascista, em meados de agosto de 1942, protestos foram iniciados na sociedade brasileira. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado em 24 de outubro de 1943. Não por acaso, a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Diante disso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, a percepção de que a Revolução de 1930 foi desviada de seus objetivos democráticos (FAUSTO, 1994).

A política tinha como intuito a modernização do Brasil e uma maior participação e autonomia na política externa. Para apoiar os Aliados na Segunda Guerra Mundial, Vargas

negociou o financiamento da Siderúrgica de Volta Redonda com os EUA. Outro fator relevante, no período da guerra, é relacionado ao fato de que as pessoas insatisfeitas com o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas saíram do Brasil. Dentre eles, destacamos o proprietário do jornal “O Estado de S. Paulo”, Júlio de Mesquita Filho, assim como outros liberais que se exilaram em Portugal. Nesse mesmo período, também há o registro de que os opositores ao regime de Estado Novo de Salazar se exilaram no Brasil, constituindo outro campo de força entre Brasil e Portugal. Quanto à política externa estabelecida por Vargas em 1943, tendo como ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, foram criadas as bases para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento industrial no país, visando ao início da substituição de importações e à criação de mecanismos de integração com a América do Sul (SARAIVA, 1996).

### **As relações externas brasileiras no cenário da Guerra Fria**

Não obstante, esses planos não foram adiante, pois a Ásia e a Europa estavam mais envolvidas, após a Segunda Guerra Mundial, com a chamada “ameaça comunista”, capitalizando a atenção dos EUA, que investiu na Europa, por meio do Plano Marshall. Assim, a América do Sul ficou em segundo plano. O governo de Eurico Gaspar Dutra<sup>6</sup> se posicionou claramente a favor da política externa norte-americana: perseguiu os comunistas e declarou ilegal o Partido Comunista Brasileiro. Posteriormente, diante do retorno de Getúlio Vargas em outro cenário, na década de 1950, ocorreu a abertura do Brasil ao capital de investidores estrangeiros. Todavia, uma parte da elite brasileira criticou a política centralizadora e estatizante, fazendo-lhe oposição e, em agosto de 1954, Getúlio Vargas se suicidou.

Segundo José Sombra Saraiva (1996), a política externa do segundo governo de Vargas (1951-1954) procurou se centrar na constituição de melhores relações com os Estados Unidos, nos períodos dos governos estadunidenses de Truman (1945-1953) e Eisenhower (1953-1961). Nesse governo de Vargas, foi assinado o Tratado de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal (1953), quando o Ministro das Relações Exteriores era Vicente Rao. O referido tratado, assim como constataremos, atendeu mais aos interesses de Portugal e foi elaborado em um período em que ficou em evidência a importância histórica das relações entre Brasil e Portugal. Na época, a presença de uma comunidade portuguesa relevante e com voz em alguns veículos de imprensa levou o governo brasileiro a se conter no campo da política externa. Todavia, registraram-se vozes discordantes entre os setores da diplomacia brasileira, tendo em vista que alguns deputados e senadores defenderam que o Brasil deveria se aproximar da África.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek<sup>7</sup> traçou uma política de modernização para o Brasil, mormente no setor industrial, criando entre outros, a indústria automobilística, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros. Além disso, reforçou a política econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU (CEPAL), cabendo registrar, naquele contexto, o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA). Segundo Amando Cervo e Clodoaldo Bueno (2002), essa era uma proposta de cooperação internacional de âmbito mundial e houve a insistência na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam os meios mais eficazes, enquanto soluções, para os países atrasados.

A OPA foi lançada em 1958, imediatamente após a malsucedida viagem do então vice-presidente Nixon à América Latina, momento em que o antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes em Caracas.<sup>8</sup> Essa parte da América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conheceu os benefícios das cooperações então vigentes em outras áreas do globo. Nesse contexto, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão e, portanto, a proposta de Juscelino Kubitschek se voltou para a atualização das relações entre os dois segmentos do continente (CERVO; BUENO, 2002), visando fortalecer a nova política externa brasileira (SARAIVA, 1996).

O presidente Kubitschek prometeu a promoção de um grande desenvolvimento em um curto espaço de tempo, “cinquenta anos em cinco”, procurando investir na indústria de base e na infraestrutura. Em relação à política externa, Kubitschek proporcionou uma política exterior autônoma, ligada aos grandes mercados internacionais, tais como Europa, Estados Unidos e América do Sul. O plano era atrair capitais estrangeiros para compensar a contínua queda das exportações, a qual ocorreu entre 1951 e 1958. Naquele momento, a Europa estava em uma franca recuperação, iniciando disputas por mercados com os Estados Unidos. Esse fato resultou na vinda, para o Brasil, das montadoras alemãs DKW e Volkswagen. Depois, seguiram as empresas americanas (VISENTINI, 1998). Externamente, o Brasil se alinhou ao bloco político-diplomático ocidental e, de acordo com J. H. Rodrigues (1964, p. 372), “a OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana”. Essa afirmação expõe uma insatisfação em relação à postura do país, que não demonstrou, inicialmente, nenhum interesse em relação aos cenários africanos e asiáticos.

---

<sup>6</sup> Eurico Gaspar Dutra governou o Brasil entre 1946-1951. Para maiores informações, ver Fausto (1994, p. 401-413).

<sup>7</sup> Juscelino Kubitschek esteve à frente do Brasil entre 1952 e 1960 (BENEVIDES, 1991).

<sup>8</sup> O resultado que se tornou mais público e notório a partir da viagem, constitui as séries de manifestações antiamericanas enfrentadas por Nixon em Caracas, na Venezuela, tendo em vista que Nixon quase foi agredido fisicamente pelos manifestantes. Embora os burocratas do governo norte-americano, especialmente aqueles ligados ao Departamento de Estado, rapidamente tenham debitado o insucesso da viagem na conta do dito movimento

## Terceiro Mundo

A partir da década de 1950, foram registradas conferências que englobaram nações até então excluídas, outrora subestimadas pelos colonizadores europeus. O marco foi a Conferência de Bandung, ocorrida em outubro de 1955, na Indonésia, em que os países asiáticos, alguns países africanos e algumas delegações reuniram-se, tais como a da Argentina. O Brasil esteve como observador. O conceito de “Terceiro Mundo”, cunhado por Alfred Sauvy e Georges Balandier, passou a ser central desde a Conferência de Bandung e constituiu uma espécie de bandeira de reivindicação por independências.<sup>9</sup> Além do mais, secundou o processo de independência das colônias francesas, inglesas e belgas, enquanto o Brasil prosseguiu, formalmente, com uma política externa que ainda não refletia os novos ventos.

Havia a crença de que aquela conferência estava encobrindo os interesses da União Soviética e da China, embora ela se designasse integrante dos países “não alinhados”<sup>10</sup> com os interesses do capitalismo (EUA) e do comunismo (União Soviética e China), procurando caminhos alternativos. A diplomacia brasileira, que na época ainda refletia uma proximidade com os países ocidentais, mormente os EUA, não acompanhou e não deu a devida importância à Conferência de Bandung. A imprensa brasileira registrou o evento como uma ação ou proposta revolucionária. Entretanto, a referida conferência foi um marco, uma vez que proclamou a legitimidade dos povos coloniais e acelerou os processos de independências, ao mesmo tempo em que se posicionou equidistante dos blocos comunista (até certo ponto, da China) e ocidental, constituído pelos EUA e pela Europa Ocidental.

Importantes figuras do marxismo e alguns intelectuais, como Jean-Paul Sartre, sem romperem com o marxismo, passaram a apoiar as posturas nacionalistas, tais como a proposta do *Front National de Liberation* (FNL), em sua luta pela libertação da Argélia. Foi nessa época que ocorreu uma aproximação entre Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon, militante pela independência e autonomia da Argélia. Não se pode deixar de destacar a participação do embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, na época, secretário na Embaixada de Jacarta, enquanto observador na Conferência de Bandung. De acordo com Saraiva (1996, p. 48), o livro de Bezerra de

---

comunista, a agressiva reação por parte dos manifestantes venezuelanos expôs a vívida evidência da insatisfação com a política externa dos Estados Unidos com a América Latina (ZAHNISER; WEIS, 1989).

<sup>9</sup> A expressão “Terceiro Mundo” foi apresentada em um artigo de Alfred Sauvy, publicado na Revista IBGE Brasileira. Nele, o autor falava em três mundos: os dois primeiros eram desenvolvidos e caracterizados por ideologias diferentes, enquanto o terceiro, a exemplo do “Terceiro Estado”, pretendia a igualdade. A noção se propagou a partir da publicação de um número especial da revista do Institut National d’Études Démographiques, editada sob a direção de Georges Balandier (MOURÃO, 1987).

<sup>10</sup> “Não alinhado” foi a expressão usada pelos países da Conferência de Bandung, com o intuito de não se envolverem na disputa entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria. Contudo, alguns países autodesignados “não alinhados” foram forçados pela conjuntura internacional a se posicionarem nesse cenário. Após o término da Guerra

Menezes, intitulado “O Brasil e o mundo Ásio-africano”, constitui uma “obra complexa, foi o primeiro livro escrito por um diplomata brasileiro voltado para o estudo específico dos dois continentes”.

Bezerra de Menezes (1961), sustenta em sua obra que a desinformação da diplomacia brasileira, que pouco sabia sobre o continente africano, advinha justamente dos canais de informação das metrópoles coloniais europeias. “A vida ‘vegetativa e contemplativa’ da política exterior brasileira, de pouca ação e alinhamento com os Estados Unidos e a Europa, deveria ceder lugar a um novo conceito, voltado para o Atlântico e para a África” (SARAIVA, 1996, p. 49). A postura do embaixador Bezerra de Menezes traduz a discordância que havia entre setores da *intelligentsia* brasileira no que diz respeito à adoção de uma política autônoma para África. No mesmo sentido, Eduardo Portella considerou a atitude “conservadora, estática e racista”, visto que, “além do desinteresse oficial, os países africanos e asiáticos eram considerados, pela carreira diplomática, postos de sacrifícios” (SARAIVA, 1996, p. 49).

A maioria dos diplomatas brasileiros (os mais antigos em seu ofício) não compartilhava a postura do embaixador Bezerra de Menezes em relação ao processo de independência das colônias africanas. Importa refletir que a Conferência de Bandung foi formada por grupos de países revolucionários de Terceiro Mundo, mas não necessariamente marxistas. Com o advento da Guerra Fria, alguns desses países tiveram que optar por um dos dois lados, capitalismo, com os EUA, ou comunismo, com a URSS e a China. As obras de certos autores, como Frantz Fanon, Aimé Césaire, Jean Paul-Sartre e Georges Balandier, foram o cordão para construir uma teoria relativa à espoliação dos povos colonizados.

### **A permanência do domínio português na África**

Em relação à Portugal, que na década de 1960 ainda detinha, só na África, cinco colônias (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau Moçambique e São Tomé e Príncipe), registravam-se críticas esparsas ao regime salazarista. A partir de 1926, a República Portuguesa sofreu um golpe e um regime de exceção foi estabelecido. O professor de finanças da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar, em 1928, foi nomeado Ministro das Finanças e, depois, Primeiro-Ministro. Com Salazar, a administração se tornou tão egocêntrica que se denomina doravante “salazarismo”. Esse regime perpetuou até 1974, quando houve a Revolução dos Cravos, a qual será trabalhada mais adiante (MAXWELL, 2006; SECCO, 2004; SILVA, 2006).

---

Fria, alguns países, em especial, do continente africano, passaram a desenvolver ações comerciais comuns ao capitalismo.



Campos diplomáticos europeus, antes da Segunda Guerra Mundial, já apontavam anacronismos no regime salazarista, condenado em conferências, sobretudo, da ONU, por seguir uma política de manutenção das colônias na África, na Ásia e na Oceania. O historiador Francisco Martinho (2007, p. 62) defende que, no início da guerra anticolonial, o Brasil, Vaticano e Espanha pediram para que Salazar desistisse de suas colônias, mas ele retrucou: “estamos cada vez mais orgulhosamente sós”. Em função da situação apresentada, o governo português procurou apoio no Brasil para seguir com a política colonialista na África. Assim, em 1953, assinou com o Brasil o Tratado de Cooperação e Amizade. Concebido no tempo de João Neves da Fontoura, presente no Ministério das Relações Exteriores, o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil foi assinado pelo novo ministro, Vicente Raó, no Rio de Janeiro, em 16 de novembro.

Ratificado um ano depois e promulgado pelo governo brasileiro em janeiro de 1955, o tratado tinha nove artigos, os quais estabeleciam uma consulta mútua entre os dois países em matérias internacionais. Dois desses artigos demonstram como estavam próximas as relações entre Portugal e Brasil. O primeiro defendia que, a partir de então, todos os problemas internacionais que tivessem interesse comum seriam objeto de consultas prévias. Já o oitavo artigo afirmava que as partes contratantes deveriam desenvolver, de forma harmoniosa, o prestígio da comunidade luso-brasileira no mundo (SARAIVA, 1996). Segundo o professor José Maria Nunes Pereira, o Tratado de Cooperação e Amizade, por parte de Portugal, visava obter, especificamente, o respaldo do Brasil nas Nações Unidas.<sup>11</sup> O termo “colônia” foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação “Província Ultramarina”. Com o advento da República, em 1910, voltou a se utilizar o termo “colônia” até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, que retomou o uso, em 1951, da expressão “Província Ultramarina” (GONÇALVES, 1995).

Nesse sentido, o embaixador Alberto da Costa e Silva, em entrevista, relatou que o Tratado de Cooperação e Amizade assinado com Portugal não incluía as “Províncias Ultramarinas”, mas se restringia à metrópole.<sup>12</sup> O embaixador Alberto da Costa e Silva chama atenção para o fato de que o governo brasileiro nunca aceitou a expressão “Província Ultramarina” e continuou a utilizar a designação “colônias”. As “notas interpretativas”, em um texto confidencial anexo ao referido tratado, estabeleciam que a “Comunidade Luso-Brasileira” não incluía as “Províncias Ultramarinas” de Portugal. Tais notas foram criticadas por alguns diplomatas, como Álvaro Lins e Bezerra de Menezes, pois, ao não incluir as “Províncias Ultramarinas”, o tratado distanciava o Brasil da tendência natural de aproximação em relação às

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 2009.

<sup>12</sup> Entrevista concedida por Alberto da Costa e Silva em sua residência no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2009.

colônias portuguesas na África (SARAIVA, 1996, p. 55). Além do mais, Bezerra de Menezes e Álvaro Lins evidenciam que a exclusão das “Províncias Ultramarinas” no texto principal do acordo demonstrou a preocupação da diplomacia de Lisboa em evitar que o Brasil viesse a tratar desse assunto.

As considerações tecidas pelo embaixador Costa e Silva expressam uma opinião divergente sobre o Tratado de Cooperação e Amizade. Os livros que tratam do assunto sempre demarcam a estreita ligação entre a não-intervenção do Brasil em relação às “Províncias Ultramarinas” no período da presidência de Juscelino Kubitschek, quando o Brasil ainda era fortemente agrário, e a importante produção de café em Angola. Contudo, o que importa é ter a clareza de que, de fato, o referido tratado não trouxe benefícios ao Brasil. O Tratado de Cooperação e Amizade, sob a ótica de Afonso Arinos, Ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, foi “nocivo” para a política internacional brasileira. Por outro lado, Arinos também registra comportamentos que “mexiam com as vaidades” dos diplomatas brasileiros. A opinião de Afonso Arinos, participante da chamada “Política Externa Independente” em conjunto com San Thiago Dantas, por exemplo, fortaleceu a crítica à ideia da subordinação do Brasil aos interesses portugueses. As condecorações dadas aos diplomatas brasileiros foram criticadas na época por J. H. Rodrigues (1964), que teceu comentários pessoais sobre os abusos do Tratado de Cooperação e Amizade, incluindo o próprio Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos:

O Trado Luso-brasileiro teve esse singular e estranho efeito: converter nosso Ministro do Exterior em uma espécie de comendador português, sempre em visita à corte, em consulta ao seu Chefe, correndo para a antiga Metrópole. Por que não aguardar, com a grega virtude da moderação, que o Sr. Salazar e o Sr. Franco Nogueira venham a nós? Se acreditam em Comunidade, a cabeça está aqui. Não é possível submeter uma nação continental de 79 milhões de habitantes, às consultas de um chefe autocrático de 9 milhões e meio de habitantes. Não pensou assim ao consentir que o Sr. Negrão de Lima, Embaixador em Portugal, fosse o observador brasileiro em Angola (RODRIGUES, 1964, p. 384).

O Brasil não obteve nenhum benefício econômico e político com o Tratado de Cooperação e Amizade. A não-intervenção estava ligada à pressão que a colônia luso-brasileira tinha no Brasil. Considerando a atualidade, essa ideia parece estranha, mas, em meados do século XX a presença portuguesa era forte e exercia influência sobre a política brasileira. Apesar de o Brasil ser um país anticolonial, ele não conseguiu apoiar, de maneira eficiente, o processo inicial das independências das colônias africanas.

## **Política Externa Independente (PEI) e governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)**

O Brasil passou a adotar mecanismos que proporcionaram uma aproximação com os países africanos independentes, o que incluía o propósito de conhecer melhor e se preparar a fase de aproximações com os movimentos independentistas das colônias portuguesas. O Ministério das Relações Exteriores passou a conceder bolsas de estudo para que os estudantes africanos pudessem estudar no Brasil e, curiosamente, a escolha dos bolsistas recaiu não só entre os originários de países africanos independentes, mas igualmente beneficiava os estudantes das colônias portuguesas que, na época, viviam nesses países emancipados. As bolsas de estudos foram criadas pelo Ministério das Relações Exteriores, e de acordo com Honório Rodrigues (1964), era descontado 20% do salário por parte dos diplomatas que recebiam uma remuneração igual ou superior a 400 dólares, a fim de sustentar essas bolsas.

O governo do presidente Jânio Quadros, que foi de curta duração (cerca de oito meses no poder), cedeu lugar, de forma conturbada, a seu vice, João Goulart. Obrigado a aceitar um sistema político parlamentarista, o governo de Quadros não resistiu às fortes pressões de oposição às políticas de reformas internas. No que se refere à política externa brasileira, o presidente João Goulart manteve a Política Externa Independente (PEI) com aproximação com o continente africano. Não houve avanços na PEI, devido ao acirramento das tensões com os setores das elites brasileiras, os quais viam no presidente João Goulart, alguém próximo do socialismo, em função de o seu governo defender os projetos de reformas de base, como a polêmica reforma agrária. Devido aos confrontos ocorridos no campo da política interna, o continente africano passou a ser segundo plano. Diante do Golpe Civil-Militar, acontecido em 01 de abril de 1964, os movimentos sociais foram perseguidos e os quadros ligados ao Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) foram detidos.<sup>13</sup> Posteriormente, os estudantes africanos que vislumbravam o Brasil como um terreno fértil para realizar mobilizações em prol da libertação das colônias portuguesas em África migraram para outros países.

## **Ditadura Civil-Militar (1964-1985)**

---

<sup>13</sup> O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) consistia em uma organização que visava o apoio à libertação dos países africanos no processo de independência, em especial, de Angola, que ocorreu na década de 1960 a 1970. No Brasil, o movimento estava presente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para mais informações, consultar Santos (2010; 2014).

O governo do presidente general Castello Branco implementou uma política de estreitamento nas relações do país com os EUA. É registrado o fato de que Portugal mantinha um acordo, na época, o qual cedia para os EUA a base das Lajes, localizada estrategicamente no Oceano Atlântico, mais precisamente no arquipélago dos Açores. Foi o período em que o governo salazarista aventou a hipótese de oferecer portos em suas colônias na África em troca de um maior apoio ao seu regime de exceção. Em contrapartida, o Brasil deveria ficar equidistante das colônias africanas e apoiar Portugal em conjunto com a ONU, pois o governo civil-militar receava o avanço da União Soviética por intermédio dos países africanos localizados no outro lado do Atlântico. Com o término do governo do presidente Castello Branco, as articulações luso-brasileiras levadas a cabo foram desfeitas na gestão do presidente Artur da Costa e Silva.

Todavia, no governo do presidente Médici, em 1972, na comemoração da independência do Brasil, foi enviada uma missão de prospecção política para a África, chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, que visitou vários países (BARBOZA, 2007). A escolha da data foi cuidadosamente pensada. Segundo o embaixador Costa e Silva, “a ideia era o Brasil mostrar sua postura anticolonialista realizando uma visita ao continente africano, no período das comemorações da independência brasileira” (informação verbal).<sup>14</sup> Essa atitude da diplomacia brasileira sofreu críticas por parte da imprensa brasileira, da comunidade lusitana, de políticos extremistas de direita e do governo português. Devido ao processo de independência em curso nas colônias portuguesas africanas, a visita do Ministro das Relações Exteriores foi recebida pelos grupos mencionados com receio, já que as aproximações daquelas colônias com o Estado brasileiro poderiam trazer consequências em relação ao apoio às suas independências.

Cabe registrar que o ministro Mário Gibson Barboza se mostrou favorável à independência das colônias portuguesas. Em seu livro de memórias, intitulado “Na diplomacia, o traço todo da vida”, o autor narra um episódio em que teve discussões com o presidente da Petrobras, na época, o general Ernesto Geisel (BARBOZA, 2007). As questões giraram em torno da possibilidade de a Petrobrás firmar uma parceria com o governo português para explorar as reservas petrolíferas no enclave de Cabinda, em Angola. O ministro Gibson Barboza argumentava que o investimento de risco em Cabinda não valia a pena e que a independência de Angola era uma questão de tempo, enquanto o general Ernesto Geisel insistia no projeto. O Presidente da República, na época, o general Médici, acabou por optar pelos argumentos do ministro Gibson Barboza. Tempos depois, quando o diplomata Gibson Barboza assumiu a embaixada em Atenas e o general Ernesto Geisel tomou posse da presidência do Brasil, ambos se encontraram em outro contexto. O general Geisel confidenciou ao então embaixador Gibson

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Costa e Silva ao autor em sua residência, no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 2009.

Barboza que “foi muito bom realmente que não tivéssemos feito aquele acordo com Portugal” (BARBOZA, 2007, p. 35).

Na década de 1970, o Itamaraty criou o Departamento da África, Ásia e Oceania. O diplomata Ítalo Zappa, encarregado do posto, enviou, junto ao cenário político de Angola, em 1975, como representante do Brasil, o diplomata Ovídio de Andrade Mello<sup>15</sup>, que acompanhou de perto o processo de independência em Angola, o qual envolveu três movimentos: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 e que aos poucos ligou-se à então União Soviética e à Cuba, consolidando, como líder, o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de Holden Roberto; e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (UNITA), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, Estados Unidos, China e dos portugueses, inconformados com o processo de independência.

O diplomata Ovídio de Andrade Mello recomendou o apoio ao MPLA, ao defender que “era isso ou tirar o time de campo” (GASPARI, 2004, p. 142)<sup>16</sup>, mesmo o MPLA estando, naquele momento, ligado à URSS e à Cuba. O governo brasileiro, sob a presidência do general Ernesto Geisel, outrora contrário a qualquer apoio aos processos de independências das colônias africanas de Portugal, teve, como Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, posição favorável à independência das colônias africanas. Segundo o professor Fernando Mourão, o apoio ao processo de independência angolano e das demais colônias portuguesas teve continuidade com os quadros diplomáticos da Política Externa Independente (PEI), que foram ampliados por uma série de jovens diplomatas que adotaram a mesma postura. Paulatinamente, dezenas de diplomatas, hoje, bastante conhecidos, reformados ou não, apostaram firmemente não só na mudança da política externa brasileira, mas também em sua manutenção, haja vista que, após o reconhecimento diplomático da independência de Angola, o apoio do Brasil passou a ser uma constante no país, seja em maior ou menor intensidade.

Fernando Mourão recorda os nomes dos diplomatas que contribuíram para essa nova postura do Itamaraty: Alberto da Costa e Silva, Carlos Alberto de Leite Barbosa, Rubens Ricupero, Genaro Antonio *Mucciolo*, Luís Vinhaes da Costa, Ronaldo Mota *Sardenberg*, Wladimir Murtinho, Manuel Pessanha Viegas, Affonso Celso Ouro Preto, Paulo Roberto de Almeida, Bernardo Pericás Neto, João Cabral de Melo Neto, Paulo Tarso Flexa de Lima, Marcelo Jardim, Roberto Abdenur, dentre outros. Foram esses diplomatas que gestaram, na prática, os novos procedimentos, ora influenciando os superiores, ora praticando com plenitude

---

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre Ovídio Andrade de Mello, consultar: SANTOS, 2015; 2018.

<sup>16</sup> Em depoimento concedido no Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 2009, o embaixador Ovídio de Andrade acrescenta que a frase foi dita dentro de um contexto específico, em agosto de 1975, momento em que já se sabia que o MPLA seria o líder da independência.

as ordens superiores e induzindo os membros do governo, da Câmara e do Senado em relação à descolonização.<sup>17</sup> Não obstante, o pensamento pró-independência das colônias não era unânime. Na conjuntura da Guerra Fria, os aliados aos setores extremistas do regime civil-militar exerceram forte pressão, como o general Sylvio Frota, Ministro do Exército, uma das vozes que discordava da linha pragmática na política externa adotada pelo governo Geisel (FROTA, 2006).

A mudança mais evidente teve início no governo do presidente Médici, segundo Paulo Visentini (1998), pois a multilateralização intuía uma política econômica menos dependente dos EUA, estabelecendo contatos comerciais externos e independentes da conduta ideológica. Essa política ganhou corpo no governo do presidente Ernesto Geisel, a ponto de o governo brasileiro ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência angolana em 11 de novembro de 1975, mesmo liderada pelo MPLA, que era vinculado à URSS e à Cuba. O processo de apoio à independência de Angola foi importante, do ponto de vista diplomático, uma vez que o Brasil era proveniente de um histórico de apoio político à Portugal e as ex-colônias tinham desconfianças no que diz respeito à instituição de um contato mais próximo com o Brasil.

A independência do Brasil, em 1822, ocorreu por vontade nacionalista de brancos de origem portuguesa e por motivos dinásticos da coroa portuguesa, logo, isto gerava desconfianças. Para os líderes africanos, a independência do Brasil é vista com restrições, ao perceberem que o modelo de independência brasileira não se adaptava ao processo das independências africanas, até porque a quase totalidade das populações dessas colônias em luta era constituída por povos e por culturas locais. Os colonos portugueses eram, de fato, uma minoria. Desses, uma minoria aderiu à causa da independência, mormente, ao MPLA. Os que aderiram à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) o fizeram na esperança de manter os seus privilégios. Ao ser o primeiro país a reconhecer a independência, o governo brasileiro retomou o processo de reaproximação, abandonado em meados da década 1960, e promoveu contatos políticos e culturais com os países recém emancipados, ex-colônias de Portugal, constituindo alianças que se mantêm até hoje.

### **Considerações Finais**

Hoje, há um discurso de que o Brasil e parte do continente africano têm uma relação estreita, mas, na realidade, o processo diaspórico para o continente americano foi interrompido ou gravemente dirimido no final do século XIX e, em termos diplomáticos, somente estabelecido após a década de 1960. Sendo assim, parte da cultura de expressão afro-brasileira vem em decorrência do período do século XIX, que se misturou com outros elementos culturais, a

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida pelo professor Fernando Mourão em 01 de março de 2010 em Caucaia do Alto (SP).

exemplo dos povos originários do Brasil e de Portugal. As contradições apontadas pelo governo brasileiro civil-militar (1964-1985), o qual, em uma conjuntura de Guerra Fria, estava alinhado com os Estados Unidos na política externa, evidenciaram um pragmatismo, buscando autonomia nas relações e nas contribuições com os interesses econômicos, políticos e estratégicos. Além disso, apoiou Angola, que obteve a independência por intermédio do MPLA, que estava atrelado ao URSS e à Cuba.

Esse fato possibilitou que empresas brasileiras, a exemplo da Petrobras, Odebrecht, dentre outras, que foram alvo de investigação pela “Lava-Jato”, iniciassem os negócios em solo angolano ainda no período ditatorial. O recorte desse trabalho priorizou as questões ligadas ao início do estabelecimento das relações diplomáticas brasileiras com a África. O vigor apontado na relação instituída no começo da década de 1960 e, depois, em 1970, somente se estabelecerá no século XXI. Nesse campo diplomático, há a configuração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que firmou convênio com diversos países africanos para a vinda de estudantes ao solo brasileiro.

Hoje, apesar de a relação entre Brasil e o continente africano estar cada vez mais distante, já que o Brasil prioriza as relações euro-ocidentais, em particular, com os EUA, a conjuntura do mundo é bem distinta: não há mais a Guerra Fria, a China é a economia mais pulsante do planeta, além de ter sido instaurada uma pandemia que já completa mais de um ano e está ceifando milhões de vidas. Mesmo com a conjuntura política diplomática não sendo favorável, as relações, pelo menos, no campo intelectual e cultural, fortalecem-se com o advento da Internet. Ainda que seja um objeto de acesso restrito, há, hoje, a oportunidade de ouvir e ver pessoas africanas falando sobre seus países, como também ler seus textos. O Brasil, desde a Lei nº 10639/2003, no meio acadêmico e escolar, vem construindo saberes sobre o ensino de História da África e Afro-Brasileira. Nas redes sociais existem vários canais que debatem e divulgam os assuntos ligados a essa temática, a exemplo, no YouTube, do canal “África do Século XX”. Os contatos entre os dois lados do Atlântico podem ser fortalecidos quando for instaurado um Estado que tenha uma visão mais ampla ao seu redor. Quando isso acontecer, o solo já estará preparado pelos grupos mencionados neste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARINOS FILHO, Afonso. **Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro. **Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 5-25.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: UNB, 2002.

CÉSARIE, Aimé. **Discurso sobre el colonialismo**. Madrid: AKAL, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERNANDES, Augusto. "Que sejamos pária", afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no mundo. **Correio Braziliense**, [Brasília], 22 out. 2020. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FROTA, Sylvio. **Ideais traídos: a mais grave crise dos governos militares narrada por um de seus protagonistas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada: sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GONÇALVES, Williams da Silva. **O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

MARTINHO, Francisco Palomares. Um país tropical na Guerra Fria. **Revista da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19 abri. 2007. p.16

MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

MENEZES, Adolpho Justo Bezerra de. **Ásia, África e a política independente do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. África: do continentalismo à fase das conversações globais. **África - Revista do Centro de Estudos Africanos**, São Paulo, v. 10, p. 29-42, 1987.

PENNA, Pio. Brasil e África nos anos Kubitschek - 1956 -1961. In: DÖPCKE, Wolfgang (org.). **Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos**. Brasília, DF: Linhas Gráficas, 1998. p. 117-127.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SANTOS, José Francisco dos. **Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA): "um amplo movimento" - relação Brasil e Angola de 1960 a 1975**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.



SANTOS, José Francisco dos. **Relação Brasil/Angola: a participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)**. Brasília, DF: UNB, 1996.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SILVA, Douglas Mansur da. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multirralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ZAHNISER, Marvin R.; WEIS, Michael W. A Diplomatic Pearl Harbor? Richard Nixon's Goodwill Mission to Latin America in 1958. **Diplomatic History**, Malden, v. 13, n. 2, p. 163-190, 1989.

Recebido em: 18/05/2022

Aprovado em: 09/10/2022



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

**Hermenegildo Lange**

# AS AUTORIDADES TRADICIONAIS EM MOÇAMBIQUE E AS PENAS DE DESTERRO E DEGREDO DURANTE O PERÍODO COLONIAL

THE TRADITIONAL AUTHORITIES IN MOZAMBIQUE AND  
THE EXILE PENALTIES DURING THE COLONIAL PERIOD

---

**RESUMO:** A partilha colonial de África, efetuada “no papel” e no quadro das negociações diplomáticas, não foi suficiente para a colonização efetiva deste continente. Com efeito, procedeu-se pela força das armas à ocupação efetiva de territórios africanos. Se é certo que existem muitos trabalhos sobre a conquista/resistência de África com abordagens que lhe atribuem um lugar muito variável na historiografia, também é verdade que a multiplicação dos trabalhos revela cada vez mais a complexidade desta temática. Os chefes dos reinos/estados dos países então existentes no que é hoje Moçambique, quando se aperceberam da agressividade dos europeus, desenvolveram ações de resistência, embora não tenham conseguido evitar a dominação colonial. Este artigo tem por objetivo participar do debate em torno do tratamento dado às monarquias africanas pelos invasores portugueses, com maior destaque para as que em Moçambique, durante o período colonial, passaram a se designar por “Autoridades Tradicionais”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desterro; Degredo; Autoridades Tradicionais; Colonialismo Português; Resistências.

---

**ABSTRACT:** The colonial partition of Africa, carried out "on paper" and within the framework of diplomatic negotiations, was not enough to effectively colonise the continent. In fact, the actual occupation of African territories was carried out by force of arms. While it is true that there are many works on the conquest/resistance of Africa with approaches that give it a very variable place in historiography, it is also true that the multiplication of works increasingly reveals the complexity of this subject. The heads of the kingdoms/states of the countries that existed in what is now Mozambique, when they realized the aggressiveness of the Europeans, developed resistance actions, although they were unable to prevent colonial domination. The aim of this article is to take part in the debate around the treatment given to African monarchies by the Portuguese invaders, with greater emphasis on those in Mozambique during the colonial period who came to be known as "Traditional Authorities".

**KEY WORDS:** Desterro; Deportation; Traditional Authorities; Portuguese Colonialism; Resistance.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## AS AUTORIDADES TRADICIONAIS EM MOÇAMBIQUE E AS PENAS DE DESTERRO E DEGREDO DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Hermenegildo Lange <sup>1</sup>

### Introdução

O primeiro contato entre os portugueses e as monarquias africanas foi de caráter comercial. Em Moçambique, por exemplo, a presença portuguesa com caráter permanente foi marcada pela construção da feitoria de Sofala em 1505, ao que seguiram as da Ilha de Moçambique em 1507, Sena em 1530 e a de Quelimane em 1540. Desde o século XVI até meados do século XIX, os portugueses compravam das monarquias, reinos e impérios locais produtos diversos, a exemplo de ouro, marfim, escravos e oleaginosas. A intensidade da atividade mercantil foi tão maior que, em função da mercadoria mais procurada, é possível dividir o período da penetração mercantil europeia em ciclos diversos, como o do ouro (1505-1693), marfim (1693-1762) e escravos (1762-1836). <sup>2</sup> A importância dos soberanos dos países então existentes em África, nas relações comerciais, lhes dava um estatuto de autênticos chefes de Estado reconhecidos como tais pelos seus então parceiros europeus.

A importância era tal que, quando batizassem um chefe de um reino, era-lhe atribuído nome de um rei português. Em 1561, por exemplo, o Mwenemutapa Gatsi-Lucere foi batizado pelo nome de Dom Sebastião<sup>3</sup>, e 1629 o seu sucessor Mavura foi também batizado com o nome Dom Filipe. <sup>4</sup> Porém, a partir da última quinzena do século XIX, com os processos da ocupação efetiva decorrentes da Conferência de Berlim de 1884/5, as relações entre eles começaram a se deteriorar. Quando os africanos se aperceberam da ameaça que os europeus representavam contra as suas instituições políticas, recorreram à várias estratégias de luta para preservar a sua soberania, desde, confronto direto ou armado até a cooperação estratégica. Neste contexto de parceiros comerciais dos europeus, as monarquias africanas passaram a condição de inimigos ou concorrentes políticos, passíveis de serem combatidos, eliminados, e ou exilados.

Os termos “chefe” e “régulo” passaram a ser utilizados em substituição ao de rei. Segundo (DIDR; 2015, p. 3/5) <sup>5</sup>, os ingleses não conseguiram acomodar a tradução do termo “rei”, usado nas diferentes línguas faladas em África, para *king*, porque tornaria os soberanos africanos

---

<sup>1</sup> Doutorando em História da África Contemporânea na Universidade de Pedagógica (Moçambique). [hermenegildolange2017@gmail.com](mailto:hermenegildolange2017@gmail.com) [d37420@alunos.uevora.pt](mailto:d37420@alunos.uevora.pt)

<sup>2</sup> Departamento de História da UEM; 1988, p. 25.

<sup>3</sup> Dom Sebastião foi rei de Portugal de 1557 a 1578.

<sup>4</sup> Dom Felipe I de Portugal, foi rei de Portugal desde 1581 até 1598 mas vinha governando Espanha desde 1556.

<sup>5</sup> Division, Information Documentation Recherches.

equivalentes à sua majestade britânica. Por isso, preferiram o termo *chief* ao de *king*.<sup>6</sup> O mesmo sucedeu com os portugueses, que usaram a palavra régulo, do latim *regulum*, que significa “pequeno rei”. Portanto, eles usaram-na com um caráter marcadamente depreciativo e subalternizante, pois assim pretendiam designar os soberanos que vieram encontrar em Moçambique, considerando-os pequenos reis e subalternos em relação à sua majestade, El-Rei de Portugal. Durante o período colonial, uma vez vencidos na guerra, os então líderes políticos, sociais, econômicos e culturais das suas comunidades, antes da conquista colonial, transformaram-se em meros executores ao serviço da administração colonial, servindo de intermediários entre esta e suas comunidades. A instituição de intermédios africanos ao serviço da administração colonial, liderada pelo régulo, passou a se designar “autoridade tradicional”. O cargo de régulo ou chefe ficou sujeito a nomeação, transferência, destituição e punição em caso do descumprimento das orientações da administração. Mas, as penas mais comuns foram as de desterro e degredo; objeto deste artigo.

No contexto do império colonial português, os termos “desterro” e “degredo” foram usados para designar um tipo específico de expulsão penal. Nesta perspectiva, degredar, na maioria das vezes significou a expulsão do criminoso do local onde o crime foi cometido e seu envio para outro local, que poderia ou não fazer parte do território metropolitano. No Código Penal do Império Português, de 1852 de 10 de Dezembro, “desterro” correspondia à obrigação de o condenado sair de um lugar, e degredo implicava no envio do condenado para uma possessão ultramarina. A pena de desterro é descrita no artigo 39º da referida lei, como sendo a obrigação de o condenado sair do lugar onde o crime for cometido para um outro, determinado pela setença no continente ou na ilha em que o crime for cometido. A duração da pena não devia exceder a três anos. Pelo artigo 35º do mesmo código, “degredo” significa deixar o local onde uma pessoa reside para uma das possessões ultramarinas, em consequência de uma setença legal.

Se o degredo fosse perpétuo o condenado permanecia por toda a vida. Mas, se a pena fosse temporária, devia ser entre três a quinze anos, isto é, não podia ser menor que três, nem exceder os quinze anos.<sup>7</sup> Portanto, em ambos os casos há uma saída forçada de um lugar para o outro, mas a diferença está no local e tempo de permanência, na medida em que o “desterro” se cumpria na metrópole por um período máximo de três anos, e o “degredo” era para possessões ultramarinas por um período superior a três anos, podendo ser vitalício. Segundo Toma (2012, p. 440), em Portugal, desde o século XV, a aplicação da pena de degredo combinava duas modalidades, no que diz respeito aos destinos territoriais: o degredo colonial, que enviava condenados para possessões na África, e mais tarde na América e na Ásia; e o degredo interno,

---

<sup>6</sup> O termo *emir* entre os haussa e fulani; *oba* entre os edu e yoruba; *igwe e eze* entre os igbo, ambos na Nigéria, significam Rei.

que determinava como locais de cumprimento da pena regiões pouco habitadas do território metropolitano. Em ambos os casos tratava-se de enviar para as regiões limítrofes, longínquas ou inóspitas os condenados da justiça, para que nelas pudessem atuar como povoadores, garantindo assim a defesa territorial. Em 1886 foi promulgado o novo Código Penal no Império Português, que revogava o de 1852. No novo Código Penal, o degredo voltou a ser legislado como pena, apesar de apresentar algumas modificações. Por exemplo, o número 2 do artigo 60º determina que a pena de degredo fosse sempre cumprida em África, alterando desta forma o código anterior que determinava que fosse cumprida em qualquer território do ultramar; o mesmo sucede com o número 2 do artigo 61º, que fixou em doze anos a duração máxima do degredo temporário, contra os quinze anos previstos na lei anterior.

Esta lei, combinada com novos processos históricos de finais do século XIX, nomeadamente: a ocupação efetiva e a conseqüente resistência e derrota dos soberanos dos então países então existentes em África, deram origem, nas possessões portuguesas a duas novas modalidades: o degredo na metrópole, em que os soberanos dos grandes estados vencidos e que tiveram suas vidas poupadas, eram enviados para as ilhas portuguesas, e o degredo inter-colonial, mecanismo pelo qual um criminoso de uma colônia poderia cumprir a pena numa outra colônia, mas dentro do império colonial. A primeira modalidade correspondeu ao período das resistências à ocupação efetiva, ao passo que a segunda continuou durante o período colonial. Ao longo de quase todo o período da colonização portuguesa, os portugueses aplicaram as penas de desterro e degredo, viabilizando o envio dos criminosos condenados a outros pontos do império devido a sua conduta de “indesejáveis”. As então “Autoridades Tradicionais” foram submetidas a essas penas e, como veremos, essa situação continuou mesmo depois da abolição oficial em 1954.

Tal como nos outros territórios, em Moçambique as penas de desterro e de degredo das autoridades tradicionais começaram a ser praticadas durante o processo das resistências à ocupação efetiva. Vencidos na guerra, os soberanos dos reinos e estados autóctones conheceram destinos diferentes: uns foram destituídos, presos e desterrados; outros assassinados ou executados, e outros ainda foragidos. No Sul de Moçambique a ocupação militar começou em 1895, quando António Enes, Comissário Régio de Portugal, atacou o Estado de Gaza, o maior da região e que preservava o estatuto de independente. Liesegang (1987, p 37-39), refere que com a derrota do Estado de Gaza, em Dezembro de 1895, que marcou um passo significativo para a ocupação efetiva, o rei Ngungunyane foi preso e desterrado para a ilha terceira no Arquipélago dos Açores.

---

<sup>7</sup> Cf. Decreto de 10 de dezembro 1852, capítulos I e II.

Nesse desterro foi acompanhado pelo chefe de Mpfumo Nwamatibjane, que na companhia do chefe Mahazul de Majaia haviam atacado o presídio de Lourenço Marques, em Janeiro de 1895. Algumas semanas depois da prisão de Ngungunyane, Mahazul foi preso e enviado para a ilha de Moçambique, e posteriormente, como soldado em Timor. Em ocasiões anteriores, isto é, durante o governo de José Augusto de Sá e Simas (1867-1873), Hamule, chefe de Maxaquene, foi preso e desterrado para a Ilha de Moçambique por ter mandado atacar o presídio de Lourenço Marques. Uma vez submetido o Sul do que é hoje Moçambique, os portugueses centraram os seus esforços na parte Norte, tendo iniciado a campanha de ocupação militar em 1896, e que se prolongou até cerca de 1920. Neste processo, Farelay, do sultanato de Angoche, foi preso e desterrado para Guiné, tendo o mesmo ocorrido com Mussa-Phiri, do xeicado de Sangage, que em 1912 foi preso e desterrado para Timor (NEWIT, 1985, p. 354). Houve também chefes desterrados cujo destino não foi possível apurar. Por exemplo, Medeiros (1997, p. 156) constatou que em Cabo Delegado, nos anos 1918/9, portanto, depois da Primeira Guerra Mundial, o régulo Nicole de Namuno, assim como Nambe e Gavara de Méto, foram presos e exilados, acusados de terem se revoltado ou colocado ao lado dos alemães durante a guerra mundial.

Tendo em conta a duração da pena, constatamos que se tratava de degredo perpétuo na medida em que o tempo era superior a 3 anos (duração máxima da pena de desterro), e quanto ao local de desterro consideramos que foi degredo na metrópole para Ngungunyane e Nwamatibjane, e, degredo inter-colonial para Mahazule, Hamule, Farelay e Mussa-phiri.

Depois da ocupação efetiva e da montagem do sistema administrativo colonial, a nova condição de colaborador subalterno criou um enorme desconforto nas “Autoridades Tradicionais”. Como consequência, as “Autoridades Tradicionais” desenvolveram mecanismos de resistência para manifestar o seu descontentamento perante a nova realidade. As formas de resistência variavam desde formas sutis (má cobrança de impostos, não fornecimento de mão-de-obra, apelo à desobediência civil, entre outras), até a confrontos abertos (sabotagem das plantações, coleta de impostos em benefício próprio, recusa no acatamento das orientações administrativas e revoltas). Em muitos casos, como constatou Gonçalves (2005, p. 66), os régulos resistiram ativamente ao domínio colonial, enquanto noutros estavam engajados na resistência passiva. Citando o caso do Norte de Moçambique, refere que os régulos organizavam sabotagem nas plantações de algodão fervendo as sementes antes da sementeira. Outras formas de resistência incluíam a migração coletiva e a desinformação sobre a idade dos jovens para que eles pudessem escapar do recrutamento para o exército colonial e trabalhos forçados.

A administração colonial criou vários mecanismos para controlar e contrariar as suas ações subversivas dos régulos. Como já referimos, os régulos menos obedientes foram

destituídos e, em seu lugar foram nomeados outros que a princípio não estavam em condições de exercer as suas funções por falta de legitimidade e, muitas das vezes, eram mesmo estranhos às populações que passariam a dirigir (ALFANE; NHANCALE, 1993, p. 15). Em outros casos, como constataram Lundin e Machava (1998, p. 73), para desencorajar ações de desobediência civil, alguns régulos foram executados em público, como aconteceu com o régulo Matire, da circunscrição de Buzi, que foi assassinado em frente de toda a população porque não atendeu ao pronto chamado do administrador, na década de 1930. Mas, em termos jurídicos a pena mais comum contra as “Autoridades Tradicionais” foi a de desterro nas diferentes modalidades, como descrevemos nos parágrafos seguintes. O principal objetivo era afastar os chefes que tivessem maior protagonismo político, e que não agissem a contento das autoridades portuguesas ou dos seus colaboradores. Portanto, era uma espécie de ostracismo praticado durante o período draconiano em Roma.<sup>8</sup>

Num processo crime sumário de 1906, no então distrito militar de Gaza, 10 régulos nomeadamente: Mapunane, Tomando, Mongo, Sokanaka, Maihanga, Mabedo e Gudo Gudo, da circunscrição de Chibuto; Massambanhana de Bilene; Sacoboia de Chonguene e Mukiko do conselho de Xai-Xai, foram condenados a desterro e degredo por um período de 10 anos em Lunda/Angola. Ambos foram acusados de tentativa de organização de uma revolta contra os portugueses.<sup>9</sup> Essas acusações eram comuns para estas estruturas de poder autóctone e concidentemente a maioria deles eram condenados a penas de desterramentos. A Reforma Administrativa (RAM) de 1907, deixou claro que mais do que condenar ao desterro, era preciso substituir-los por autoridades administrativas ao serviço da metrópole. Foi assim que, enquanto o artigo 2º preconizava a divisão do território de Moçambique em circunscrições para indígenas, e em conselhos brancos ditos civilizados; o artigo 87º recomendava que os limites das circunscrições civis, das capitânias mores e comandos militares, coincidisse tanto quanto possível com os das divisões indígenas, para permitir que as autoridades administrativas pudessem facilmente absorver e substituir as autoridades nativas. Por isso, apesar de as circunscrições serem habitadas pelos indígenas considerados de baixo nível de civilização, a sua chefia foi confiada a um administrador nomeado pelo governador sobre proposta do governo do distrito.<sup>10</sup>

A instauração do regime republicano em Portugal, em 1910, coincidiu com a montagem da administração colonial portuguesa em Moçambique, o que teria ditado o incremento da aplicação das penas de desterro e degredo para as “Autoridades Tradicionais” mais influentes.

---

<sup>8</sup> O ostracismo foi uma pena de desterro que restringia-se a cidadãos que se destacavam politicamente, e que por alguma razão representavam perigo para os detentores do poder político.

<sup>9</sup> Cf. A.H.M. DSNI, caixa 573

<sup>10</sup> Cf. artigo 93º da Reforma Administrativa Moçambique de 1907.

Foi neste contexto que em Junho de 1911, pelo processo crime 51 A, o régulo Magagofamba da, Circunscrição dos Mchopes, foi expulso para a ilha de Moçambique, acusado de más colheitas de impostos; insubordinação por ter destituído um chefe de terras e nomear outro sem o consentimento da administração; e falta de influência e prestígio junto da população.<sup>11</sup>

O outro preso e desterrado foi régulo do então posto administrativo da KaTembe, na Circunscrição de Maputo, Uachinsama Tembe, batizado pela igreja católica com o nome de Luíz Filipe Tembe. Nos autos de notícias de 1922, que compõem o seu processo, foi acusado de três crimes. A primeira acusação foi apresentada pelo Manhau de 45 anos de idade, que se queixou na administração contra o régulo Luíz Filipe Tembe, por este ter roubado sua esposa, Missau ou Minhonguane, enquanto ele se encontrava no Transval a trabalhar. Regressado do Transval, foi ter com o sogro Mapenga, exigindo a esposa ou dinheiro de lobolo pago. Do total de 35 libras cobradas, ele havia pago 15, restando ainda 20. Este, por sua vez, foi ter com o régulo Luíz Filipe, que não cedeu ao pedido tendo respondido que não daria nem dinheiro nem a filha de volta. Passado pouco tempo o régulo, como forma de afastar o queixoso, mandou-lhe para o serviço de xibalo em Muguene, onde trabalhou durante 6 meses.

Terminado o período, foi ter com o régulo sobre o mesmo assunto, tendo respondido que era régulo e não devia prestar contas dos seus atos. Tendo dito que o queixoso podia sair das suas terras. Na sua acusação consta que mandou prender seus indunas Makabe e Muadji, por não terem fornecido homens para o xibalo. Finalmente, na terceira é acusado de mandar cobrar 2 a 5 escudos por habitante do seu povoado sem o consentimento da administração, alegadamente para construir uma casa em Lourenço Marques com o intuito de servir de local de reuniões dos régulos, quando tivessem assuntos de grande importância.<sup>12</sup> Com as referidas acusações, o administrador de Lourenço Marques ao Serviço Provincial dos Negócios Indígenas, em nota de 19 de Abril de 1922, propõe o desterro de Luíz Filipe por um período de 10 anos num dos distritos ao norte da província. Foi assim que a 19 de Maio de 1922 recebeu a guia de desterro para a circunscrição de Panda, em Inhambane, por um período de 10 anos.<sup>13</sup>

No Norte de Moçambique também houve desterramentos, embora relativamente mais tarde se comparado ao sul. Pelo processo número 51, referente ao ano de 1923, consta que Namecuna Marrire, ex-régulo da circunscrição de Malema no Distrito de Moçambique, foi acusado de tentar impor-se como régulo de Marrire, onde fora destituído pelo fato de durante a Primeira Guerra Mundial ter se aliado aos alemães que atuavam no Distrito de Moçambique, e desta forma se revoltado contra a autoridade portuguesa, o que lhe valeu a pena de destituição, e a devida substituição pelo Assane. Namecuna também foi acusado de ter ameaçado de morte a um

---

<sup>11</sup> Cf. A.H.M, DSNI, caixa 573

<sup>12</sup> Cf. A.H.M, DSNI, caixa 573



indígena de nome Quihoi, que vivia com uma mulher que fora sua. Na mesma acusação referia-se à tentativa de matar o filho desta. Pela sentença, foi desterrado para as terras do posto administrativo, circunscrição de Guijá, pelo período de 10 anos. Seguiu para o desterro em junho de 1923.

Para dar uma visão geral dos desterrados na colônia de Moçambique no período anterior a 1930, apresentamos de seguida uma tabela com nomes, causas, destinos e duração da pena.

**Tabela 1.** Régulos desterrados e degredados em Moçambique (1896-1960)

Nº	Nome	Área de jurisdição	Causas/acusação de desterro	Duração da pena	Local de degredo
1	Ngungunhane	Estado de Gaza	- Recusa de ser vassalo de Portugal; - Protetor dos soberanos fugitivos; - Resistente derrotado.	1896 Perpétua - Morreu no degredo em 1906.	Ilha Terceira, Açores.
2	Nwamatibjane	Reino Mpfumo/ Zixaxa	- Ataque ao presídio de Lourenço Marques; - Opositor, derrotado e fugitivo.	1896 Perpétua - Morreu no degredo em 1927.	Ilha Terceira, Açores.
3	Régulo Chileane	Bilene	- Morto um indígena ao serviço do comando (cipaio); - Desobediente da cobrança de impostos.	1908 – perpétuo.	Ilha de Moçambique.
4	Régulo Tomando	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
5	Régulo Sacoboia	Chongoene	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
6	Régulo Mukiko	Xai-Xai	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
7	Régulo Mapunane	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
8	Régulo Mongo	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
9	Régulo Massabanhana	Bilene	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
10	Régulo Sokanaka	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
11	Chefe Maihanga do Régulo Temondp	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.

<sup>13</sup> CF. A.H.M, DSNI, caixa 573

12	Régulo Mabêdo	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
13	Chefe Gudo Gudo do Régulo Shidimana	Chibuto	- Tentativa de revolta contra os portugueses; - Desobediente.	1906-1916.	Luanda, Angola.
14	Chefe Macambe	Bilene	- Má colecta de impostos; - Desobediente.	1908.	Ilha de Moçambique.
	Farelay	Angoche-Nampula	Resistente à ocupação colonial.	1910.	Guiné.
15	Régulo Magagofamba	M'chopes	- Desobediente às ordens portuguesas - Má Coleta de impostos de palhota.	1911 perpétua.	Ilha de Moçambique.
16	Mussa-Phiri	Sangage-Nampula	Resistente à ocupação colonial.	1912.	Timor.
17	Régulo Luis Filipe Tembe	Katembe	- Acusado de roubar mulher do outro; - Desobediente; - Colecta de impostos em benefício próprio.	1923-1933.	Panda, Inhambane.
18	Namecuna Marrire	Malema	- Traidor e revoltoso; - Ameaçou de morte um indígena que casara com sua ex-esposa.	1923 a 1933.	Guijá, Gaza.

Com base no que foi descrito, lastreado numa leitura atenta aos processos, podemos chegar a quatro principais constatações: a primeira é de que as causas do desterro da maior parte dos chefes tradicionais não eram fundamentadas. A menor prontidão no acatamento de uma ordem, uma resposta menos apropriada para um superior hierárquico, ou uma desconfiança pelas autoridades administrativas coloniais colocavam imediatamente o régulo na contingência do desterro. O juízo era fundado numa breve descrição da queixa e do interrogatório ao ofendido, nas testemunhas de acusação, ou numa simples supeita das estruturas administrativas. A segunda é que, apesar de as penas de desterro não dependerem do chefe do posto, nem do administrador, as informações e propostas destes raramente eram contrariados pelos governadores, isto é, eram assumidas sem reservas.

A terceira é que quase todos os régulos foram condenados à penas de desterro maior, isto é, por um período superior a 3 anos, pelo que as penas se transformaram em degredo. Por fim, a quarta é que as penas eram cumpridas dentro império colonial português, com a particularidade de no período da ocupação efetiva se ter enviado condenados para fora de África, enquanto que após a ocupação as penas foram cumpridas dentro continente africano, com maior destaque para Angola e ilha de Moçambique. Angola funcionou durante muito tempo como destino dos condenados da metrópole e das colônias no contexto do degredo inter-colonial. Mas, a partir de 1932 passou a receber apenas degredados advindos das colônias, uma vez que, segundo Toma

(2012, p. 441), pelo Decreto 20:877 publicado naquele ano, Portugal aboliu o envio de condenados metropolitanos para Angola. Todavia, a prática do degredo ainda persistia, e em função do degredo inter-colonial, entre as colônias portuguesas.

Portanto, mesmo depois da montagem do aparelho administrativo em 1891, e sobretudo da reforma administrativa para a colônia de Moçambique de 1907, os atos cruéis praticados contra as Ats no período das resistências continuaram, embora não com a mesma intensidade. As autoridades tradicionais foram sempre vistas como maus colaboradores, e um obstáculo para a administração colonial. Em alguns casos, as propostas de desterro que recaiam sobre elas tinham por objetivo afastar-lhes das suas áreas de jurisdição, como forma de permitir que se fizesse uma reorganização administrativa, uma vez fracassada a tentativa de fazer coincidir os limites das circunscrições civis com os das divisões indígenas. Por exemplo, dos argumentos que acompanham a nota de proposta de desterro de Luíz Filipe Tembe, se pode perceber que um dos objetivos era para permitir fragmentar a sua área de domínio e colocar régulos mais obedientes, que com reduzida extensão dos seus regulados não iriam ganhar uma importância que ameaçasse a administração portuguesa, conforme o extrato seguinte:

“terras deste regulado tem área demasiadamente extensa para um só chefe. Tem uma população de 6821 habitantes com 2769 palhotas cobráveis e 150 isentas. Os grandes regulados envaedecem demasiadamente os seus régulos, tornando-os altivos, insubmissos e portanto maus servidores. Muito convirá pois, fazer o que analogamente se tem feito em certos regulados: Fraccioná-los. Enfraquecer esses mal entendidos e perniciosos poderios como sucedeu, por exemplo ao grande regulado Sabié, que tinha como chefe a conhecida rainha Mecoujuase e que hoje se acha distribuido por 4 uma pacíficos régulos. Com o afastamento do régulo Luís Filipe das terras da Catembe, por 10 anos, pode conseguir-se em condições de absoluta estabilidade, a subdivisão dessas terras em três ou quatro regulados cujos chefes podem sair, por escolha ou eleição actuais indunas ali existentes a contento da população”

De fato, depois do desterro de Luíz Filipe Tembe as suas terras foram repartidas, dando origem a três novos regulados: Mugazine, Muagi e Ancime e, para novos régulos foram nomeados entre os indunas, os melhores comportados e com alguma aceitação entre os indígenas a eles subordinados. Nessa lógica, foram nomeados os seguintes régulos: Joel Tembe para o regulado Mugazine, Samo-Machabo para o regulado Muagi e, Chicamige Tembe para o regulado Acime, conforme a nota de 07 de Julho de 1922.<sup>14</sup> A partir da década de 1930 o número de condenações ao desterro e degredo para as autoridades tradicionais reduziu drasticamente, e essa tendência talvez explique-se por duas razões. Em primeiro lugar porque a maior parte dos chefes influentes e insubmissos tinha sido presa, desterrada, executada ou substituída; outros ainda,

---

<sup>14</sup> Cf. AHM, DSNI, caixa 573

viram as suas áreas de jurisdição fragmentadas em pequenos regulados. Em segundo lugar, porque com a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933 as autoridades tradicionais foram integradas na administração colonial como auxiliares administrativos, com direito a salário, o que podia reduzir atos de não canalização dos impostos para a administração colonial.

Embora a pena de desterro tenha sido abolida em 1954, no terreno a prática de desterro continuou. Por exemplo, na década de 1960 com o recrudescimento da Luta de Libertação Nacional, a pena de desterro voltou a ser aplicada às autoridades tradicionais. Segundo Lundin e Machava (1998, p.14), com o recrudescimento da luta de libertação Nacional dirigida pela FRELIMO, a PIDE/DGS, desconfiando de um provável comprometimento e apoio de alguns régulos à FRELIMO, desencadeou uma campanha de perseguição e prisão de muitos destes, que foram acusados de traição. Foi o que aconteceu com o régulo Cuanvarre, da circunscrição de Malema no Distrito de Moçambique. Ele foi preso e desterrado em 1964 por se ter recusado a hastear a bandeira portuguesa.<sup>15</sup>

### **Considerações finais**

Desde a introdução das penas de desterro e degredo, em 1852, até a sua abolição no Império Português, em 1954, ocorreram várias alterações na modalidade destas leis, mas, regra geral, quase toda a legislação imperial manteve o degredo como pena maior e o desterro como pena correcional. O degredo representava uma pena de expulsão ou afastamento dos indejados dos locais onde os crimes foram cometidos, para outros locais distantes daqueles onde seriam aproveitados como mão-de-obra a cargo de privados. No caso do degredo das autoridades tradicionais, se tratava de uma oportunidade legal para expulsar os concorrentes políticos para território distantes onde podiam ser empregues nos setores de produção ou no exército.

Em Moçambique a prática de desterro e degredo das autoridades tradicionais teve início com os processos de ocupação efectiva; o marco mais destacado foi a prisão e desterro dos chefes Ngungunyane e Nwamatibjane para a ilha terceira no arquipélago dos Açores, no Portugal insular em 1896. Mesmo depois de fracassadas as resistências á ocupação efectiva, e implantado o sistema colonial, as “Autoridades Tradicionais” não abdicaram da sua soberania, inviabilizando vários projetos coloniais. Por isso, a prática continuou em todo período colonial, mesmo depois da sua abolição oficial em 1954, porém, o degredo inter-colonial suplantou o degredo na metrópole.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

---

<sup>15</sup> Cf. A.N.T.T. SCCIM. Questionário “estudo da situação” Distrito de Moçambique. Caixa 14

Departamento de Historia da UEM. História de Moçambique vol.I. Maputo: Cadernos Tempo, 1988.

DIDR Nigéria (ed.). Les chefferies traditionnelles au Nigeria. France: OFPRA Etude; 2015, p. 1-19.

FLORENCIO, Fernando. **Ao Encontro dos Mambos. Autoridades Tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique**. Lisboa: ICS, 2005.

GONÇALVES, Euclides. Finding the chiefs: political decentralization and traditional authority in Mocumbi, Southern Mozambique. **Africa Insight**; vol.35; nº3, 2005, p. 64-70.

LEMOS, Manuel Jorge Correia de. Maputo, deste lado da baía. In Arquivo: **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique** nº 2,1987, p.5-18.

LIESEGANG, G. Lourenço Marques antes de 1895: Aspectos da história dos estados vizinhos, da integração entre a povoação e aqueles estados e do comércio na baía e na povoação. In: Arquivo: **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, nº 2, 1987, p. 19-75.

LUNDIN, Irãe Baptista. Relatório do trabalho de campo realizado nas províncias de Sofala e Manica no âmbito do projecto Autoridade Tradicional e suas bases de legitimidade. In: LUNDIN, Irae Baptista; MACHAVA, Francisco Jamisse. (ed.). **Autoridade e Poder Tradicional. Vol. II**. Maputo: CEGRAF, 1998, p. 37-93.

LUNDIN, Irae Baptista e MACHAVA, Francisco Jamisse (ed.). **Autoridade e Poder Tradicional. Vol. I**. Maputo: CEGRAF, 1995.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject. Contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. New Jersey: Princeton press, 1996.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

TOMA, Maristela. Punição e Razão de estado: o degredo no império colonial português. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

## Legislação

Diário do Governo de 20 de setembro de 1886. Publicou o Código Penal Português.  
Boletim Oficial nº 26 de 1 de Julho de 1907. Publicou o Decreto de 23 de Maio de 1907, que aprova a Reforma Administrativa da Provincia de Moçambique.

## Fundos

SCCIM – Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Moçambique.  
DSNI – Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas.  
GDLM – Governo do Distrito de Lourenço Marques

Recebido em: 12/04/2022  
Aprovado em: 29/11/2022



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | Nº. 10 | Ano 2022

**Rafael Peçanha de Moura**

# POVOS ORIGINÁRIOS: ASPECTOS CONFLITUOSOS DOS SAN EM ANGOLA

ORIGINAL PEOPLE: CONFLICT ASPECTS OF SAN IN ANGOLA

**RESUMO:** A expressão “povos originários” nunca esteve tão em voga na grande mídia, ou ainda, fora do restrito universo acadêmico. Discutir seus significados parece tarefa fundamental para proceder à análise da história genética e social dos povos San, em Angola. Tais movimentos, em integração, apresentam-se neste artigo como primordiais para a compreensão da realidade conflituosa vivida por esta população no presente, a partir de um estudo de caso específico e recente.

**PALAVRAS-CHAVE:** San; Angola; Alteridade.

**ABSTRACT:** The expression “native peoples” has never been so in vogue in the mainstream media, or even outside the restricted academic universe. Discussing their meanings seems to be a fundamental task for proceeding with the analysis of the genetic and social history of the San peoples in Angola. Such movements, in integration, are presented in this article as essential for understanding the conflicting reality experienced by this population in the present, based on a specific and recent case study.

**KEY WORDS:** San; Angola; Native Peoples.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## POVOS ORIGINÁRIOS: ASPECTOS CONFLITUOSOS DOS SAN EM ANGOLA

Rafael Peçanha de Moura <sup>1</sup>

### O conceito de “Povos originários”

A palavra “originário”, na língua portuguesa, remete a três sentidos. Interessa-nos o terceiro, em geral, associado ao que é “primitivo, original [f: do lat. tard. *originarius*, a, um. hom./par: originária (fem.), originaria (fl. de originar)]” (AULETE, 2011). Advindo, portanto, do latim tardio, o termo nasce para a linguagem ocidental em um período de intensa troca cultural, eivado da necessidade de simplificar, ou ainda, popularizar uma língua que se pretendia universal, na direção dos povos não hegemônicos, num tempo em que o Império Romano e a cristandade avançavam em seu crescimento e domínio (MEILLET, 1928, p. 270, 273). O “mundo” de hoje, sem dúvida, difere daquele de outrora, se não na repetição da tentativa de hegemonia de um só povo ou nação sobre o globo (algo presente ciclicamente na história ocidental), ao menos na diversificação e acesso à informação. Mais do que isso, o poder dessa informação – como já previa Bourdieu (1997) – e, conseqüentemente, o poder da palavra, tornam-se, a cada dia, uma soma de capital intelectual, social e financeiro cada vez maior.

Assim, aquele ou aquela que possui a melhor terminologia para definir algo, possui um poder de mobilização e controle inenarráveis, tanto para o bem, quanto para o mal. No Brasil, o conceito de “povos originários” tem sido utilizado, regular e ultimamente, para denominar as tribos indígenas, com destaque, infelizmente, para a exposição dessa terminologia na grande mídia, por ocasião da crise humanitária entre os ianomâmis. Tal situação crítica refere-se juridicamente a uma Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, conforme artigo 3º, inciso III, do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011. <sup>2</sup>

Na década de 1980, a terminologia “povos indígenas” era empregada oficialmente, nos documentos do poder público; e no mundo acadêmico. Em 1986, a ONU entendia tecnicamente que:

As comunidades, **os povos e as nações indígenas** são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em

---

<sup>1</sup> Historiador, Mestre e Doutor em Antropologia (UFF). [rafaelpecanha@gmail.com](mailto:rafaelpecanha@gmail.com)

<sup>2</sup> Vide PORTARIA GM/MS Nº 28, de 20 de janeiro de 2023, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, Ano CLXI Nº 15-D, na mesma data.

---

conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (SANTOS, 2006, p. 27, grifo nosso).

Na década de 1970, a legislação brasileira já configurava a terminologia *indígenas*, como ocorre no art. 3º do Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973). Já o artigo 232 da Constituição Federal, que foi publicada no ano de 1988, prefere a palavra *índios*, ao mesmo tempo em que o artigo 231 invoca os *direitos originários* dos índios sobre as terras que ocupam. Para Silva (2004), o termo *originário* se refere a um “direito anterior ao próprio Estado brasileiro”, em um tipo de posse que é “congenita, legítima por si mesma, ao contrário da posse adquirida que precisa preencher os requisitos civilistas para o reconhecimento” (SILVA, 2004, p. 142). Para a antropóloga Marta Maria Azevedo, em entrevista de 2022, o histórico do termo, no Brasil, seguiu ordem um pouco diferente, partindo de *índio*, passando para *indígena*, sendo que “Hoje em dia o termo considerado mais correto é ‘povos originários’” (QUEIROZ; GUIMARÃES, 2022, p. 28).

No ano de 2015, um material produzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil já apontava que a palavra “*povos originários*” “está sendo utilizada nos países de língua hispânica, porém não existe unanimidade sobre a conveniência da denominação”.<sup>3</sup> Nesse sentido, parece difícil determinar com exatidão, a partir de quando, como e por que o termo passa a ser utilizado, tanto no âmbito acadêmico quanto na imprensa. É possível, entretanto, afirmar que a consolidação dessa nomenclatura é recente, possuindo em torno de uma década ou menos.

De toda sorte, para nosso trabalho, mais importante do que essa marcação cronológica é a identificação do termo com as populações que advém da presença em uma determinada posse de solo em temporalidade anterior à colonial. Isso significa dizer que estes povos adquiriram seus direitos mediante o fato de terem sido “os primeiros”, “os originais”, ou tão somente anteriores aos que, ao se apossarem dessas terras, criaram um sistema jurídico que conferia a eles mesmos o direito de possuir o território que não era deles quando tal chegada ocorreu. Essa esteira de argumentação engloba as concepções anteriormente elencadas por Silva (2004), Santos (2006) mas também pela ONU, na década de 1980. Utilizando-a, é quase possível, portanto, afirmar que o conceito de *povos originários* se identifica com o conceito de *povos pré-coloniais*, cabendo a ressalva de que, neste caso, tais povos pré-coloniais precisam ter sido pioneiros na posse do território em questão.

## Os povos San

---

<sup>3</sup>SDH/PR e FLACSO BRASIL, 2015, p. 11.



Conforme já vimos em publicação anterior (MOURA, 2021), os Povos San possuem todos os requisitos para serem considerados um povo originário, não apenas da região africana que inclui Angola, mas de todo o continente:

Os povos San (...) são tradicionais da África Austral. De característica caçadores-coletores, eles encontram-se presentes também em países como Namíbia, Zâmbia e Botsuana. Também conhecidos como bosquímanos, possuem uma história de milhares de anos, porém, encontram-se hoje com suas populações reduzidas. Numa abordagem étnica mais ampla, os San fazem parte do grupo Khoi-San ou Khoisan, os primeiros a habitarem Angola (...) Os San possuem presença no Sudoeste africano, sendo considerados por muitos estudiosos como os primeiros habitantes do continente (...) vivendo como o principal grupo populacional da África Austral até a chegada dos Bantos (...) (MOURA, 2021, p. 75,76).

Para Pedro e Mussili (2021), o termo Khoisan é uma proposição de J. Shapera, sendo adotado em várias pesquisas na área. O termo *khoi* significa “homem” e a palavra *san* traz, em sua raiz, a ideia de “acumular, colher frutos, arrancar raízes da terra, capturar pequenos animais. Trata-se, portanto, da qualificação de um grupo humano em função de seu gênero de vida e modo de produção” (KI-ZERBO, 2010, p. 307). Mais do que uma questão linguística, o termo une dois povos em uma mesma raiz: os Khoi-Khoi, de um lado; e nosso foco, os San, que, entre outras possibilidades, significa “autóctones”, ou seja, “pessoa originária da terra em que habita” (PEDRO; MUSSILI, 2021, p. 169). Outros termos foram utilizados pelos colonizadores para designar essa população, estando todos em desuso pelo fato de, na maioria das vezes, carregarem conotação jocosa ou pejorativa em relação a essas comunidades. São os casos de *Bosquímanos* e *Hotentotes*, muito utilizados pelos colonizadores holandeses (idem).

Assim, os San são considerados povos de característica “caçadores e coletores”, existindo atualmente em menor número do que os Khoi-khoi ou Khoe. Chama atenção, entretanto, o fato de estarem mais espalhados territorialmente e possuírem maior diversidade linguística (LEE, 1993; KONDJA, 2021, p. 11; PEDRO; MUSSILI, 2021, p. 169). Para Virgílio Coelho, o termo “coi-san” aparece pela primeira vez em 1943, “na obra *Raças do Império*, do antropólogo físico A. A. Mendes Corrêa”, apesar de não haver citação de fontes e origens da terminologia, bem como, segundo a crítica do autor, não se levar em conta “o sentido das atribuições da autoconsciência das pessoas e das comunidades” (COELHO, 2015, p. 4).

A pré-existência em seu território, em relação aos Bantos, denota, historicamente, um primeiro processo de ocupação e opressão sofrido pelos povos San. É o que lembram Fernandes e Ntongo (2002), para os quais a população bantu iniciou um processo de conquista de novas terras, favorecido pelo poder de organização, embasado numa cultura agrícola, caçadora,

possuidora “da arte de trabalhar o ferro, organizados em tribos” (FERNANDES; NTONDO, 2002, p. 35). Para Pedro e Mussili (2022), essas “lutas em desvantagem diminuiriam consideravelmente o número do povo khoisan” (PEDRO; MUSSILI, 2022, p. 626). Cabe destacar que a expansão bantu, para alguns pesquisadores, constitui um processo longo, com várias fases, atuando em várias direções do território africano. Apenas para termos uma ideia, a abordagem do historiador Roland Oliver (1966), que condensa em sua tese as análises anteriores de estudiosos do tema, como Greenberg e Guthrie, concluía que esse processo expansionista “começou no curso do primeiro milênio antes da era cristã e que não acabaria senão aproximadamente em meados do segundo milênio da era cristã”. Porém, ele mesmo abandonou esta teoria anos depois (EL FASI, 2010, p. 172).

Hoje em dia, é mais aceita a tese de que esse processo de expansão pode ter sido ainda mais longo e iniciado anteriormente, desde o Neolítico (EL FASI, 2010, p. 178), cobrindo mais de dois ou três milênios no tempo (EL FASI, 2010, p. 179). Há, entretanto, consenso sobre o fato de que essa investida se deu “entre o final do primeiro período da Idade do Ferro e o início do segundo milênio da era cristã” (EL FASI, 2010, p. 195), o que remete a um período compreendido, aproximadamente, entre um milênio antes e um depois de Cristo, num espaço em torno de dois mil anos, portanto. O que avança, para além desta definição, é o fato de que os San seriam propriamente originários no que concerne à própria humanidade, isto é: cientificamente, estes indivíduos remetem a uma genética que inclui os primeiros exemplos de humanos dos quais se tem informações:

Segundo Hitchcock *et al.* (2009), os San são os povos mais antigos do planeta. O grupo Khoi-san foi identificado como uma das mais elevadas cargas de diversidade genética do ácido desoxirribonucleico (ADN) entre todas as populações humanas, o que mostra, por um lado, sua longevidade, nas proximidades da origem da população humana, e, por outro lado, seu longo histórico de adaptações e variações nos contatos com outros povos (SCHLEBUSCH *et al.*, 2012) (MOURA, 2021, p. 75).

Para Pedro e Mussili (2021), tal consideração permite considerarmos tais povos os “mais antigos do planeta, e que, no entanto, também constituem as chamadas minorias étnicas, em via de extinção” (PEDRO; MUSSILI, 2021, p. 165). De fato, para Smith *et al.* (2000), essa população era menor do que 10 mil indivíduos em Angola, no período de publicação de seu estudo (há mais de 20 anos). Isso significava menos do que em países como Botsuana, que possuía, à época, quase 50 mil Sans. Aliado a isso, os San passam por um processo constante de negativa de direitos e de acesso aos mesmos. Segundo Pedro e Mussili (2022) essa realidade é bastante visível, por exemplo, na análise da realidade social da Comuna de Oshimulo. Esse território fica a cerca de 130 quilômetros da sede do município do Cuanhama, província do

Cunene, que é uma das 18 províncias de Angola. Naquela localidade, nota-se a evasão escolar constante e crescente, por motivos de dificuldades na integração social, mas também pela insegurança alimentar:

A adesão de crianças khoisan às escolas vai decrescendo (...) as desistências estão relacionadas com os insultos a que as crianças da sua comunidade são sujeitas pelas crianças Bantu (não querendo compartilhar as salas com os khoisan, porque cheiram o óleo de omañete e rirem-se dos estalinhos da sua fala) (...) a desistência está relacionada também com a fome, pelo facto das crianças ao regressarem a casa não terem acesso a alimentação (PEDRO; MUSSILI, 2022, p. 631).

O próprio Ministério da Educação de Angola reconhece que os San, junto a outras populações, “são considerados status socialmente mais baixos pelos grupos dominantes vizinhos”.<sup>4</sup> No ano de 2017, a National Geographic salientou as condições precárias de vida social dos San:

Hoje, muito poucos San estão aptos a viver de caça e de coleta de alimentos. A maioria trabalha para fazendas, ou vivem desempregados em assentamentos, trabalham em seus projetos próprios de geração de renda, administram unidades de conservação da natureza, alguns ainda caçam e coletam, e outros não têm outra fonte de renda que não seja uma pequena pensão do Estado.<sup>5</sup>

Esse conjunto de informações nos permite afirmar duas coisas: primeiramente, no que se refere ao passado, que os San podem ser considerados, por assim dizer, os povos originários da própria humanidade. Segundo, no que se refere ao presente, que estas populações se encontram em estado de risco, não apenas pelo seu baixo número de indivíduos, mas também pelo fato de que seguem tendo seus direitos negados ou reduzidos seguidamente.

### **Os San em Angola: povos originários em vias de extinção?**

Quero iniciar essa parte do trabalho de forma diferente da que propus na primeira seção. Ao invés de apresentar, ou mesmo debater o conceito de extinção, pretendo iniciar pela polêmica de sua aplicação, a fim de que o leitor possa começar com atenção e prosseguir com ela. Chamo assim, o foco para as questões discutidas por Ramos (2017). A autora, logo ao início, invoca o caso da extinção dos Puris, a partir do século XVIII, no estado de Minas Gerais, e no século XIX, no estado do Rio de Janeiro. A partir da coleta de depoimentos e outras fontes, Melissa

---

<sup>4</sup> Vide ANGOLA REPÚBLICA, 2021.

conclui que a notícia ou declaração de extinção dessa população indígena/originária foi, na verdade, uma estratégia para facilitar a tomada e grilagem de terras indígenas. Baseada em autores como Oliveira (2014), a pesquisadora afirma a:

utilização do paradigma da extinção para legitimar a continuidade de um processo de cooptação do patrimônio dos Puris. Essa falácia foi feita através do desaparecimento da referência da etnia Puri nos registros oficiais, os tratando como já acabocladados e tendo perdidos seus traços culturais (RAMOS, 2017, p. 5).

A atenção a este fator, entretanto, não nega nem afasta os riscos e ferramentas de extinção real de um povo ou população, que se encontram anexados a ações concretas de desinformação, exclusão social, negação de direitos ou mesmo de eliminação planejada de indivíduos. Em suma, significa dizer que o avanço da exclusão, na direção da extinção de povos originários, deve ser observado com atenção, gerando ações efetivas para que seja o mesmo evitado, com igual nível de preocupação que se deve ter diante de possíveis usos dessa definição para a facilitação de ações excludentes. O mesmo trabalho, assim, ajuda a definir as principais ferramentas históricas de extinção de povos originários, que aqui dividido em dois grupos: as ações diretas e as ações indiretas.

Por ações diretas, entendo principalmente os etnocídios (RAMOS, 2017, p. 40), ocasionados por “guerras de conquista, extermínio” e uso de armas de fogo (idem). A escravidão (idem, p. 40, 41) também se associa a essa linhagem. Por ações indiretas, entendo elementos como “contágio de doenças, como a varíola, o sarampo e a tuberculose, que dizimavam grupos inteiros rapidamente” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 21-23 *apud* RAMOS, 2017, p. 40). A cooptação de integrantes de povos originários pelas estratégias de conquista e avanço de território (como ocorreu com indígenas em relação às Bandeiras, no Brasil colonial) também se encaixa nesse fator (idem, p. 41), em estratégia semelhante ao que chamamos de *aculturação*, ou ainda de *dependência cultural*.

Entendo, entretanto, que neste caso o conceito de dependência cultural se encaixa melhor do que o de aculturação. Para Burns, o conceito de aculturação diz respeito ao "processo pelo qual o empréstimo de um ou de alguns elementos da cultura ocorre como resultado de um contato de qualquer duração entre duas sociedades diferentes" (BURNS, 2002, p. 128 *apud* SANTOS; BARRETO, 2006). Ora, tal noção aparenta um contexto de troca cultural pacífica, sem imposições, eivada de horizontalidade, o que não tende a combinar com a realidade histórica do ambiente colonial. O conceito de dependência cultural, por outro lado, em Erisman (1983), é

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://blog.education.nationalgeographic.org/2017/03/29/san-people-draft-code-of-ethics-for-researchers/>. Acesso em: 30 ago. 2020, *apud* AGUIAR, 2020, p. 68, 69).

diretamente vinculado à situação colonial histórica, “dentro do marco geral da teoria da dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto”, sendo definido como:

a situação na qual o desenvolvimento de uma série de atitudes, crenças e valores que dá ordem e significado a uma determinada sociedade, assim como os pressupostos e regras que governam o comportamento dos seus membros está tão condicionada e reflete de tal forma a expansão de uma cultura externa que há uma relação dominador/subordinado entre um centro e uma periferia culturais (ERISMAN, 1983, p. 342 *apud* SANTOS; BARRETO, 2006).

Se as estratégias e ferramentas utilizadas para a promover a extinção de povos originários está posta, segundo a nossa análise, cabe referendar que o principal e mais óbvio critério para se determinar a extinção de um povo é a redução do número de seus indivíduos, assim identificados ou autodeclarados, a zero. Igualmente, parece ser condição evidente de um processo gradativo de extinção a também paulatina redução do número de indivíduos pertencentes a um povo originário. Para Odum e Barret (2007), o fator numérico é a base, de fato, para se visualizar a extinção ou a situação de se estar gradativamente em extinção, no que se refere a uma população, seja ela humana ou não.

Essa abordagem numérica pode ser vista em relação a quatro pontos, a saber: 1) uma proporção maior de idosos do que das outras faixas etárias; 2) uma proporção muito maior do masculino em detrimento do feminino; 3) um índice amplo de isolamento ou impedimentos a migrações, gerando cruzamentos consanguíneos e maior vulnerabilidade no que tange à saúde. Acima desses fatores, obviamente, a redução constante do próprio número total de indivíduos de um grupo é o maior sinal de vias de extinção, embora isso não seja uma relação absoluta.

### **Os San em Angola: direto da fonte**

Para tratar com mais intensidade deste assunto, tive a oportunidade de entrevistar Pascoal Baptistiny, Presidente do Conselho de Administração da MBAKITA. Como já tive oportunidade de explicitar em artigo anterior (MOURA, 2021), a MBAKITA é uma ONG cuja sigla remete à definição Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango Inclusão Tecnologias e Ambiente, fundada em 2002. Seu objetivo é a “proteção dos povos indígenas e comunidades tradicionais nas províncias do sul de Angola” (MOURA, 2021, p. 73), O trabalho da MBAKITA ganhou relevo nacional e internacional quando a instituição tornou-se membro do Fórum das Organizações Não governamentais Angolanas (FONGA) e do Grupo Técnico de Monitoria dos Direitos Humanos em Angola GTMDH), ligados à Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e ao Conselho das Nações Unidas para Direitos Humanos em Genebra, Suíça (idem).

Essa articulação internacional é apontada ainda através da relação da organização com a embaixada alemã, num programa de combate à seca na região; e com a ONG britânica *The Halo Trust*, financiada pelo governo do Reino Unido, em um projeto que buscava proteger a fauna e da flora em Cuando Cubango (MOURA, 2021). Nas informações obtidas via entrevista por meio virtual/remoto com Baptistiny<sup>6</sup>, chamou-me atenção primeiramente, a diferença entre os números populacionais fornecidos. Como vimos, por volta do ano 2000, o estudo de Smith *et al.* (2000) apontava uma população inferior a 10 mil Sans em Angola, ao passo que os dados do Censo 2014, apresentados pelo entrevistado, cravam 12 mil pessoas.

Parece óbvio que essa discrepância não deve ser analisada de forma absoluta, cabendo análises das fontes de dados e métodos quantitativos empregados. Entretanto, penso ser interessante considerar as informações dos dois casos em espectro comparativo, observando que ou temos uma proximidade grande entre os dados de 2000 e 2014; ou temos um aumento da população San nos últimos 15 anos. Dessa conclusão surgem duas perguntas: 1) como poderia o número de indivíduos de uma população autóctone e originária, com dificuldades de acesso a direitos e dotada de certo isolamento, aumentar, ao invés de diminuir, em 14 anos? 2) isso significa que os San não estão em extinção, ao contrário, estão em crescimento?

Tentarei responder às duas perguntas com algumas possibilidades de análises e reflexões. Quanto à primeira questão, não há novidade. Na verdade, este fenômeno é bem comum, contemporaneamente, no que se refere a povos originários. Nas Ciências Sociais, ele é chamado de *etnogênese* (RAMOS, 2017, p. 5) e indica o renascer de um povo, no que tange ao crescimento de sua população. Isso ocorre, principalmente, em ambientes nos quais essas populações são estimuladas a se reconhecerem e se autodeclararem descendentes de povos originários. Tal estímulo, pautado na reafirmação de uma identidade étnica, pode se dar por incentivo de políticas públicas ou de articulações do terceiro setor, tais como ONG's e associações. Segundo Ramos, o fenômeno da etnogênese se refere a situações de “emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação” (RAMOS, 2017, p. 28). Segundo Bartolomé (2006, *apud* RAMOS, 2017, p. 28), o termo faz referência:

ao dinamismo inerente aos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam uma plasticidade e uma capacidade adaptativa que nem sempre foram reconhecidas pela análise antropológica. (...) é um processo histórico constante que reflete a dinâmica cultural e política das sociedades anteriores ou exteriores ao desenvolvimento dos Estados nacionais da atualidade (BARTOLOMÉ, 2006, p. 01).

---

<sup>6</sup> Vide Apêndice “A” (BAPTISTINY, 2023).

Para Arruti (2006), o fenômeno da etnogênese vem crescendo. No caso estudado por Ramos, foi possível verificar um crescimento da população Puri, a partir dos anos 1990 (RAMOS, 2017, p.5), assim como de toda a população indígena em geral no país (idem, p. 84), exatamente pelo estímulo ao seu próprio reconhecimento como tal. Unindo os dados obtidos em artigo anteriormente publicado (MOURA, 2021) com as fontes encontradas a partir do presente trabalho, ao lado das informações obtidas sobre o afastamento entre o poder público angolano e as populações San<sup>7</sup>, somos levados a crer que o trabalho de ONG's e associações do terceiro setor da sociedade, tais como a MBAKITA, tende a ser a causa positiva dessa possível etnogênese.

No que se refere à segunda questão, cabe recorrermos aos elementos que elencamos pouco acima. Se numericamente é possível observar um crescimento no número de indivíduos que se declaram Sans, socialmente o que se vê é um processo de isolamento e eliminação de direitos. Os dados observáveis na entrevista em questão apontam para tal realidade: a falta de investimentos públicos em pesquisa sobre o tema; o baixo número de acesso à escolaridade, a quase ausência de identificação, a falta de segurança, de acesso à saúde e a outros direitos sociais, denota um projeto de extinção, a partir da exclusão social.

## **Conclusão**

Cabe sugerir, portanto, que o que temos em Angola é um típico processo de resistência à extinção, através do fenômeno da etnogênese. Tal resistência é estimulada pelo terceiro setor da sociedade angolana, ancorada em iniciativas como às da ONG MBAKITA, aliada a investimentos internacionais. Essa articulação tem se organizado contra a tese do estado angolano, que, ao contrário, parece basear-se num projeto de negação de acesso a direitos sociais, tendo em vista a consolidação de uma exclusão, que pode levar à extinção contra a qual esse conglomerado (terceiro setor + população que se reconhece como originária em etnogênese + organismos internacionais) tem lutado.

A consolidação do conceito de povos originários, seja no universo acadêmico do Brasil ou de Angola, pode ajudar nesse contexto, permitindo que se estimule análises comparativas como as que buscamos empreender neste trabalho. Parece óbvio que, sob vários aspectos (históricos, econômicos, geopolíticos, sociais), há distâncias e diferenças marcantes entre os povos originários do Brasil e de Angola. Entretanto, a principal diferença, nesse sentido, nos permite exatamente tal análise em comparação, já que, ao falarmos dos povos San, estamos falando de algo para além de Angola: trata-se de discutir uma população que, mediante análise

---

<sup>7</sup> Vide Apêndice "A" (BAPTISTINY, 2023).

genética e científica, encontra-se no cerne nascedouro da própria africanidade e da própria humanidade em sua história. Nessa ótica, a população San poderia ser considerada o povo originário *ipso facto* da própria humanidade, permitindo análises comparativas como a que tentamos apresentar, em relação aos povos indígenas brasileiros. Isso deve dar-se com a guarda de suas diferenças, porém, cabendo exaltação da lógica, segundo a qual preconiza-se a relação entre continente (âmbito maior, povo originário da humanidade) e conteúdo (um dos povos originários, partícipe da humanidade).

Para além disso, parece salutar comparar experiências entre populações que possuem, em comum, o fato de serem abandonadas por políticas públicas que deveriam salvá-las da extinção. Parece salutar ainda o fato de serem consideradas igualmente povos originários. Parece salutar o fato de, aparentemente, estarem crescendo numericamente, mediante os elementos da autodeclaração e da etnogênese. Parece salutar o fato de contarem com apoio do terceiro setor para sua sobrevivência social, cultural e jurídica. Difere, obviamente, a informação de que no Brasil, vemos o advento de uma nova gestão nacional recentemente empossada, cuja tendência histórica inverte a lógica pautada nos últimos anos. Isso significa um alento de esperança em defesa da vida de populações como a ianomâmi.

Nessa ótica, obviamente, espera-se que o caminho político da democracia possa igualmente apontar esperanças para a realidade dos Sans em Angola. Cabe, porém, por hora, chamar atenção para o necessário apoio às iniciativas do terceiro setor, na direção da preservação da cultura, vida e memória desses povos. Cabe estimular o incentivo à pesquisa, divulgação e resistência, não apenas no que concerne à história enquanto passado, mas como algo presente destes grupos, na direção de um futuro quantitativa e qualitativamente mais feliz.

### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ana Lígia Leite e. Os San, os Khoekhoen: exercícios de aproximação. **Pontos de Interrogação**, v. 10, n. 2, Edição Especial, jul.-dez., p. 67-81, 2020.

ARRUTI, José Maurício. **Etnogêneses indígenas**. Povos Indígenas do Brasil - 2000-2006. 1ed.São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2006, v., p. 50-54.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Paulo Geiger (org.). Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, vol.12, n.1, Rio de Janeiro, p. 39 – 68, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Razones prácticas sobre la Teoría De La Acción**. Barcelona: Letra,1997.

BURNS, Meter. 2002. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos.



COELHO, Virgílio. A classificação etnográfica dos povos de Angola: 1ª parte. **Mulemba: Revista angolana de Ciências Sociais**. Luanda, v. 5, nº 9, p. 1-15, 2015.

ERISMAN, H. Michael. Tourism and cultural dependency in the West Indies. **Annals of Tourism Research**. V. 10, n. 3, p. 337-362, 1983.

FERNANDES, J.; NTONDO, Z. **Angola: Povos e Línguas**. Luanda: Editora Nzila, 2002.

HITCHCOCK, Robert K., BLESELE, Megan; BABCHUK, Wayne. Environmental Anthropology In the Kalahary: development, resettlement and ecological change among the San of Southern Africa. **Explorations in Anthropology**, Vol.9, n. 2, p. 170-188, 2009.

KI-ZERBO, Joseph (editor). **História geral da África: Metodologia e Pré-história da África**. Volume I, 2ª edição, rev. – Brasília, UNESCO, 2010.

KONDJA, J. E. **Produção de segmentos consonânticos do português por falantes nativos do !Khun (Khoisan), língua angolana**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, na Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho, 2021.

LUNYIIGO, Samwiri Lwanga; VANSINA, Jan. Os povos falantes de banto e a sua expansão. In: EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan (Orgs). **História Geral da África: África do século VII ao XI**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 169 – 195.

LEE R. **The Dobe Ju'hoansi: Case Studies in Cultural Anthropology**. Orlando Florida, Harcourt Brace College Publishers, 1993.

MEILLET, Antoine. **Esquisse d'une Histoire de la Langue Latine**. Paris: Hachette, 1928.

MOURA, R. P. Ativismo, violência e centralização do poder angolano em tempos de pandemia: o caso Mbakita. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 4, n.8, p. 68-84, 2021.

ODUM, E. P.; BARRET, G. W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

OLIVER, Roland. The problem of the bantu expansion. **Journal of African History**, vol. 07, n. 03, p. 361 – 376.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. O Paradigma da Extinção: Desaparecimento dos Índios Puris em Campo Alegre no Sul do Vale do Paraíba. **Anais do Encontro Regional de História da ANPUH – Rio**. 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Coleção Educação para todos. Série Vias dos Saberes, n 02. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, Edições MEC Unesco. 2006.

PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe; MUSSILI, Paulino Luís. Aspectos socio-históricos dos povos !kung (khoisan) de Angola. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA)**, v.1, nº Especial, p.164-188, dez. 2021.

PEDRO, Leonardo Tuyenikumwe; MUSSILI, Paulino Luís. Os khoisan de angola perante os desafios do panorama actual: a integração sócio-político e económico dos povos kwedi e !kung

(khoisan) do Cunene. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA)**, v.2, nº Especial, p. 623-543, 2022.

PEREIRA, Meire Rose Santos. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**. Tomo Direitos Humanos, Edição 1, março de 2022. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>. Acesso em 7 fev. 2023.

RAMOS, Melissa Ferreira. **Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri**. 2017. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SANTOS, Luciano Gersem dos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS, Rafael José; BAERRETTO, Margarita. Aculturação, impactos culturais, processos de hibridação: uma revisão conceitual dos estudos antropológicos de turismo. **Revista Turismo em Análise**, vol. 17, n. 2, 244-261, 2006.

SCHLEBUSCH, Carina M. *et al.* Genomic Variation in Seven Khoe-San Groups Reveals Adaptation and Complex African History. **Science**, vol. 338, p. 374–379, 2012.

SILVA, Lázaro Moreira da. O reconhecimento dos direitos originários dos índios sobre suas terras tradicionais na Constituição Federal de 1988 e a extensão do conceito de terras indígenas tradicionalmente ocupadas. **Revista Jurídica Unigran**, Dourados/MS, v. 6, n. 11, jan./jul. 2004.

## DOCUMENTOS DIVERSOS

ANGOLA REPÚBLICA. Ministério da Educação. **Projeto de Empoderamento Feminino e Aprendizado para Todos (PAT II). Projeto nº 168699. Quadro de Planejamento dos Povos Indígenas (QPPI)**. Disponível em [www.pat-med.org](http://www.pat-med.org). Acesso em 7 fev. 2023. Luanda, 2021.

BAPTISTINY, Pascoal. **Entrevista concedida a Rafael Peçanha de Moura**. Menongue/Rio de Janeiro, 31 jan. a 8 fev. 2023. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" deste artigo]

SDH/PR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e FLACSO BRASIL, Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais. **Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos**. Disponível em [www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br) Brasil, acesso em 7 mar. 2023.

Entrevista feita a Marta Maria Azevedo, por Christina Queiroz e Maria Guimarães. Em defesa dos povos originários. **Pesquisa FAPESP**. n. 321, p. 26-31, nov. 2022.

## APÊNDICE – A – ENTREVISTAS

*Entrevista concedida por Pascoal Baptistiny a Rafael Peçanha de Moura, por meio remoto/virtual, entre as cidades de Menongue (Angola) e Rio de Janeiro (Brasil), entre os dias 31 de janeiro e 8 de fevereiro de 2023.*

1) Como a ONG MBAKITA está organizada territorialmente?

R: temos o Escritório Sede na Cidade de Menongue, Estado do Cuando Cubango e Subsedes em Ondjiva (Cunene), Kuito (Bié), Lwena (Moxico), Lubango (Huila), Moçâmedes (Namibe), Nova Lisboa (Huambo), Lobito, (Benguela)

2) Qual função o senhor ocupa dentro da organização da ONG?

R: Presidente do Conselho da Administração da MBAKITA.

3) No Brasil, os recursos para pesquisa sobre povos originários estão escassos. Como é a realidade desse ambiente em Angola?

R: Em Angola pior meu grande irmão. Quando se fala dos povos indígenas, autóctones de Angola, o Governo diz que não prioridade defender ou promover esses grupos minoritários. Senão irão tornar-se como os índios e quilombolas no Brasil.

4) E os recursos internacionais?

R: A comunidade internacional é que tem ajudado a MBAKITA. Existimos há 21 anos, mas nunca tivemos apoios do Governo de Angola. Os nossos recursos tem sido internacionais: Instituições religiosas: Conferência Episcopal Italiana, Conferência dos Bispos da Alemanha, Caritas Internacional, Agências da ONU: PNUD, FAO, PAM, UNHCR, UNICEF, Embaixadas: Alemanha, França, UK, Austrália, Holanda, USA e Japão. ONGs Internacionais: OSISA, Frontline Defenders, Amnistia Internacional, Civicus e Freedom House.

5) O senhor possui números que apontem a situação populacional desse grupo ao longo dos anos?

R: O povo San de Angola, de acordo com os dados estatísticos do Censo 2014 sobre habitação e população, são 12.000 pessoas, sendo homens 1247, mulheres 2184, meninos 3330 e meninas 5239.

6) Como essa população se distribui territorialmente?

R: Estão localizados maioritariamente na província do Cuando Cubango, segunda maior província de Angola, rica em fauna, flora, recursos hídricos e minerais. Mas a mais subdesenvolvida das 18 províncias de Angola.

7) O senhor poderia expressar, em alguns números, a dificuldade desses povos em terem acesso a direitos no país?

R: O povo San não tem acesso a políticas públicas do Governo Angola. Do universo acima referido, apenas 8 sabem ler e escrever, apenas 320 pessoas têm acesso a bilhete de identidade. Quanto à saúde, socorrem-se a raízes e folhas das matas. Não acessam a escola, tampouco a postos de saúde. Relativamente à segurança, continuam a sobreviver de caça, mel, cogumelo, raízes e outros frutos silvestres, isto é, são caçadores e recoletores. O Governo Angolano diz que não são prioridades as minorias indígenas de Angola. Nem se interessa em ratificar a Convenção 169 da OIT que protege os grupos minoritários tribais e semitribais.

Recebido em: 20/10/2022  
Aprovado em: 05/12/2022



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

**Deolindo de Barros**

# IMAGINAR UMA “COLÔNIA DE POVOAMENTO” NO ÂMBITO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

IMAGINE A “SETTLER COLONY” IN THE CONTEXT OF PORTUGUESE COLONIZATION

**RESUMO:** É uma pesquisa de natureza diagnóstica, exploratória e qualitativa, com aporte no campo das ciências humanas, sociais e econômicas, bem como da literatura. Ressalte-se que os primeiros trabalhos que debruçaram sobre a constituição da nação crioula, mestiça, assimilada/ocidentalizada e arquipelágica cabo-verdiana, assim como a identidade desse povo ilhéu, começaram a surgir no campo literário. Em linhas gerais, o trabalho visa problematizar se houve ou não uma “colônia de povoamento” no contexto colonial português, e se Cabo Verde poderia ser enquadrada neste modelo, fazendo uso basicamente da literatura produzida por cabo-verdianos e lusos sobre a história e a formação étnico-identitária e cultural do país ilhéu. Em termos cronológicos, focaliza-se mais no chamado terceiro império português (1822-1975/99), ciclo no qual a África torna-se o pólo do referido colonialismo (1890-1975).

**PALAVRAS-CHAVE:** Império Colonial Português; “Colonização de povoamento”; Colonização de Escravidão; Cabo Verde.

**ABSTRACT:** This is diagnostic, exploratory and qualitative research, drawing on the humanities, social and economic sciences, as well as literature. It should be noted that the first works to look at the constitution of the Creole, mestizo, assimilated/Westernised and archipelagic Cape Verdean nation, as well as the identity of this island people, began to emerge in the literary field. In general terms, the work aims to problematise whether or not there was a "settlement colony" in the Portuguese colonial context, and whether Cape Verde could be included in this model, basically using the literature produced by Cape Verdeans and Portuguese on the history and ethnic-identity and cultural formation of the island country. In chronological terms, the focus is more on the so-called third Portuguese empire (1822-1975/99), a cycle in which Africa became the centre of this colonialism (1890-1975).

**KEY WORDS:** Portuguese Colonial Empire; “Colonization of population”; Colonization of Slavery; Cape Verde.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## IMAGINAR UMA “COLÔNIA DE POVOAMENTO” NO ÂMBITO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

Deolindo de Barros <sup>1</sup>

### Introdução

Como já assinalamos no resumo, a pesquisa é de natureza mais exploratória e diagnóstica, problematizando algumas questões, dúvidas e debates ainda reinantes no que tange à longa e complexa colonização portuguesa, mais concretamente levantar e debater esse ponto de que se haveria ou não uma “colônia de povoamento” no contexto do Império Colonial Português. Ou seja, se poderia Cabo Verde ser um exemplo aproximado ou um caso equiparável nesse sentido, já que *a priori* ou empiricamente não se identifica de pronto uma “colônia de ocupação” estabelecida pela colonização lusa.

A literatura costuma assinalar que o Império Português ou o Império Colonial Português não apenas traduz-se no primevo império planetário da história, como igualmente o mais longo dos impérios coloniais da Europa moderna, encerrando aproximadamente seis centúrias de história, a iniciar em 1415 com a conquista de Ceuta (Marrocos) até o seu término em 1999 com a entrega do Macau à República Popular da China. Regra geral divide-se em três grandes ciclos, a saber: Primeiro Império (1415-1580), fase de “descobertas” e disseminação no continente africano e no Oriente; Segundo Império (1580-1822), momento em que Brasil ganha destaque, dado que o Oriente deixou de ser importante; e o Terceiro Império (1822-1975), em que África vira por assim dizer o único e derradeiro ponto do colonialismo luso, pontuando aqui a independência do Brasil visto como o baluarte do Império Português. Dos finais dos anos 1970 até o final do decênio de 1990, houve apenas os chamados restos do Império, com o domínio chinês sobre Macau a partir de 1999. E como já indicamos inicialmente, o nosso foco vai ser mais no terceiro império português.

Ao longo do trabalho vamos ter a oportunidade de demonstrar que entre todos os territórios coloniais portugueses, Cabo Verde indubitavelmente apresenta algumas especificidades, quiçá não sendo suficientes num primeiro momento para assegurar a sua condição de “colônia de povoamento” de Portugal ou mais ainda de única “colônia de ocupação” do mesmo, se é que podemos dar estofa e ossatura à nossa análise e/ou tese, sustentando de fato um feito colonial português nesse sentido, da forma como podemos naturalmente observar nos casos dos colonialismos britânico e francês.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e Relações Internacionais da UNILAB (Campus dos Malês) [deolindo@unilab.edu.br](mailto:deolindo@unilab.edu.br)

Na condição de território “descoberto” inicialmente sem a constatação da presença humana (1460), imediatamente a iniciar-se o processo de povoamento (1462), situado mais ou menos na região periférica da Europa à semelhança das suas “congêneres” Açores e Madeira, território atlântico, ilhéu e arquipelágico na encruzilhada dos três continentes – Europa, África e Américas -, sendo assim muitas vezes servindo de ponto estratégico de escala a navios e navegantes durante todo o período de descobrimentos, aventuras e expansão do Império Português rumo ao Oriente e ao Novo Mundo. Tendo desempenhado de forma intensa a função de entreposto comercial de escravizados africanos, fator esse que levou-lhe à condição de laboratório ensaístico de humanos, animais e vegetais posteriormente transportados e transplantados nos mais diversos pontos do globo sob o domínio colonial luso etc., seguramente temos aqui elementos e pistas que explicarão o interesse um tanto preferencial da metrópole por essa colônia ao menos por um longo período de tempo e a tentativa dela fazer uma colônia “modelo” para outras colônias.

Além dos fatores sobreditos, a pontuar fatores externos e já dados pelas condições naturais, geoestratégicas, demográficas, econômico-políticas também, que seguramente determinarão o processo colonial interno de Cabo Verde, veremos no decorrer do trabalho como igualmente fatores e determinantes internos em princípio propiciaram condições para que ao menos formal e nominalmente essa colônia tenha alguma particularidade no âmbito colonial lusitano. Quanto à hipótese, diríamos que o império colonial português não chegou a instituir uma “colônia de povoamento” propriamente dita, em princípio algo que apresente alguns aspectos e traços similares aos de uma “colônia de ocupação”.

No que tange à parte formal do texto, ele é composto essencialmente por dois tópicos. O primeiro debruça-se sobre a problemática do que seriam “colônia de povoamento” e colônia de escravidão, a limitar-se apenas nas observações gerais, sem a pretensão de esmiuçar e esgotar o assunto. O segundo item abordará diretamente a questão de existir ou não uma “colônia de ocupação” de Portugal, e se o caso cabo-verdiano poderia ser ou não ilustrativo disso. De frisar que o trabalho é de teor qualitativo, a restringir-se essencialmente ao levantamento da bibliografia e análise documental.

### **“Colônia de povoamento” e colônia de escravidão: observações gerais**

A ideia aqui é tentar enquadrar cada vez mais o nosso objeto de estudo e embasar o nosso problema de pesquisa, assim trazendo um panorama geral do que seria uma “colônia de povoamento”/“colônia de ocupação” e o que seria uma colônia de escravidão, a basear-se não

apenas no texto *opus magnum* do intérprete brasileiro Caio Prado Júnior, *A formação do Brasil contemporâneo*, entre outras abordagens:

Os processos de colonização apresentam duas características comuns evidentes: a desigualdade da relação entre país colonizador (que domina/submete) e o país colonizado (dominado/submetido), e a descontinuidade territorial e cultural entre os dois grupos em presença. Para o indígena ou o colonizado, o colonizador é um estranho, um estrangeiro, um usurpador, um dominador, mesmo se essa generalização teórica não reflete as múltiplas variáveis históricas, a diversidade dos agentes envolvidos, as estratégias de “cumplicidade” dos povos colonizados (HENRIQUES, 2014, p. 48 – 49).

Podemos assinalar que a colonização de ocupação é um tipo focado na ocupação do território; em termos históricos, é um tipo de Estado nacional que leva a cabo tal tipo de colonização, transferindo os seus habitantes a um certo território do além-mar na tentativa de manter presença constante e independente, e ali fazer florescer uma sociedade viável do ponto de vista econômico, em que a agricultura e o comércio, regra geral, são os setores essenciais; é um modelo de colonização diverso daquele apoiado na escravidão, feitoria, etc.

Diversos Estados europeus na verdade implementaram políticas coloniais desde os limiares da Modernidade, desencadeando concorrência entre os mesmos por territórios extra-europeus, ou seja, para instituir colônias nos continentes americano, asiático, africano e oceânico; destarte, as primárias colônias de povoamento europeu podem ser encontradas no chamado *Novo Mundo*, notadamente nos EUA e Canadá; a Oceânia na sua totalidade, obviamente os casos da Austrália e Nova Zelândia, e no continente asiático pode-se assinalar os casos de Hong Kong, Taiwan, Singapura, Macau, etc. Por seu turno, no continente africano pode ser difícil apontar uma situação concreta de colônia de povoamento; esse tipo de colonização pode ser mais brando do que o modelo voltado à escravidão, mas nem por isso destituído de pontos em que estão presentes aspectos voltados ao genocídio/etnocídio, naturalmente com subalternização e deslocamento de populações originárias.

Em princípio, as Treze Colônias Britânicas, atualmente unidades da federação dos EUA, a saber, Virgínia, Nova Iorque, Massachusetts, Maryland, Rhode Island, Connecticut, New Hampshire, Delaware, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Nova Jérsei, Pensilvânia, Geórgia e o Canadá são dos primevos e exitosos casos de colônias de ocupação; a Inglaterra não conseguiu estabelecer sociedades rentáveis ao mercantilismo nessas colônias, praticamente abandonando-as, haja vista que as mesmas não eram ricas em metais preciosos (ouro, prata etc.) nem vocacionadas à agricultura de produtos tropicais; isso conferiu muitas liberdades aos colonos, de modo que esse regime é chamado de “negligência salutar”.

Quanto aos aspectos gerais da “colonização de ocupação”, sobressaem-se os seguintes: a) o sistema latifundiário não era facilitado, pois eram pequenas e médias as propriedades mais importantes; graças a “negligência salutar”, os colonos tornaram-se proprietários e fazendeiros, administrando os seus próprios negócios, o que proporcionou-lhes vantagens econômicas; b) havia liberdade trabalhista, em que os colonos eram livres, ou seja, nem servos nem escravizados, e o resultado disso é a crença de que só é livre quem administra o seu próprio negócio, memória viva em muitos ianques hodiernos; c) o mercado interno era (e é) o foco da produção, com uma agricultura diversificada (policultura), e desenvolvimento de indústrias (produtos manufaturados); d) havia muita autossuficiência e liberdade comercial nas colônias de ocupação, com extensa permissão econômica e ausência de monopolização do comércio, de sorte que pode-se dizer que não foram colônias propriamente ditas; e) na dimensão política, havia elevada autodeterminação, com assembleias escolhidas, isto é, um tipo de autogoverno.

No caso brasileiro, Colônia do Santíssimo Sacramento (hoje Uruguaí), Santa Catarina e Rio Grande do Sul podem ser considerados territórios onde houve a “colonização de povoamento”. Porém, como bem pontua Prado Júnior (2011) [1942], no âmago da formação nacional da economia e sociedade brasileiras nota-se como num primeiro momento a colônia nada mais era do que mera fornecedora de tabaco, açúcar, etc., para num segundo ciclo dedicar-se à produção de ouro e diamantes, e, mais tarde, algodão e café para o abastecimento do mercado europeu, sem, no entanto, se preocupar com a preservação de seus próprios interesses internos. No concernente à colonização de exploração/escravidão, a terra era usada com a finalidade de proporcionar lucros à metrópole, e tal tipo de colonização teve lugar mais nas Américas espanholas e portuguesas, baseando suas economias no extrativismo (metais) e geração de produtos agrícolas, com o intuito de fornecer matérias-primas à Europa:

...as colonizações levadas a cabo pelos europeus apresentam sempre uma articulação íntima em três planos essenciais à concretização da operação colonizadora: o econômico (o colonizador procura um enriquecimento rápido explorando os homens e as terras colonizados); o ideológico (o colonizador necessita de uma legitimação para os seus atos – a “salvação” dos colonizados, primeiro através da propagação do cristianismo, depois da “missão civilizadora” que só pode emanar de seres superiores, como o prova a ciência europeia); e o plano político, que se manifesta através da organização de uma panóplia de instrumentos administrativos, legislativos, judiciais indispensáveis à dominação do território e de suas populações, e que pretende também sublinhar o poder do colonizador, a sua hegemonia, como um objetivo autônomo, sendo a dominação dos espaços colonizados a prova/conseqüência e não a causa, da força da nação colonizadora. (HENRIQUES, 2014, p. 49).

*O Pacto Colonial/Exclusivo Comercial Metropolitano*, em que tais colônias tinham que seguir as diretrizes desse Pacto, somente estabelecendo transações comerciais com a metrópole;



dado que o lucro era o principal objetivo, foram implementadas técnicas (hodiernamente chamadas de “plantation”), em que seus essenciais traços são: a) latifúndio; b) monocultura – aqui o Brasil destaca-se pela sua conhecida e intensiva produção de cana-de-açúcar;<sup>2</sup> c) escravidão; d) limitações à industrialização; e) produção direcionada ao mercado internacional; e f) ausência de autonomia na relação com o centro:

Entre os séculos XVI e XVIII, o processo colonizador/colonial europeu concretizou-se nas Américas, nele tendo participado várias nações européias, que disputavam a hegemonia dos mares, dos comércios e dos territórios ultramarinos, transformados em espaços vitais das suas economias de orientação mercantilista. Estas colonizações da “época moderna” caracterizam-se pela ocupação de imensos espaços marcados pela fragilidade demográfica das populações indígenas, situação que não impediu a violência extrema – até ao extermínio – dos colonizadores. A necessidade de mão-de-obra barata e abundante destinada à exploração das riquezas americanas deu origem ao desenvolvimento de um comércio de seres humanos que, durante mais de três séculos, transformou os africanos em mercadoria, desumanizando-os e escravizando-os no quadro dos sistemas escravagistas organizados pelos europeus no Novo Mundo. O tráfico negreiro constitui um dos fenômenos mais paradoxais da história dos homens: marcado pela violência desmedida de que foram alvo os africanos, não pode deixar de ser também um processo criador de novas realidades sociais, culturais e nacionais, estando na base da construção do mundo em que vivemos (HENRIQUES, 2014, p. 50).

Quanto ao povoamento, nota-se que nas chamadas colônias de escravidão dava-se sem um planejamento propriamente dito, portanto de um modo espontâneo e periódico; em síntese, podemos dizer que a exploração econômica e o desordenamento populacional caracterizam tais colônias, porém, protótipos políticos coloniais mais heterogêneos e multiformes, por exemplo, a feitoria, fora dos modelos de exploração ou ocupação, é também encontrada na literatura.

### **Seria Cabo Verde um caso peculiar de “colônia de povoamento” de Portugal?**

*“É preferível lançar uma hipótese sobre um problema para o qual não se tem resposta cabal a deixar um espaço vazio”.*

Disse-mo António Carreira num dia anônimo, ao cair da tarde (SILVA, 1996, p. 127).

*“Esta gente de Cabo Verde é uma das grandes curiosidades do Arquipélago”.*  
Henrique Galvão, 1944 (NETO, 2009, p. 17).

Começaremos por trazer uma rápida e sucinta contextualização histórica do arquipélago de Cabo Verde, que facilita a compreensão de análises deste artigo no sentido de entendermos os

---

<sup>2</sup> Cabe assinalar que houve três grandes momentos e espaços no escravagismo brasileiro: séculos XVI-XVII centrado no Nordeste e sua produção de cana-de-açúcar, tabaco, cacau etc., com Pernambuco a despontar-se como o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil colonial; século XVIII – marcado fundamentalmente pela descoberta e

meandros da constituição social, étnico-identitária e cultural da nação crioula cabo-verdiana, bem como o seu lugar no quadro do colonialismo português. O arquipélago de Cabo Verde fica situado na costa ocidental africana, aproximadamente a 500 km do continente, e foi descoberto pelos portugueses em 1460. Este é composto por dez ilhas e alguns ilhéus, sendo as ilhas divididas em dois grupos, Barlavento (de onde sopra o vento) e Sotavento (para onde sopra o vento). As ilhas do grupo barlavento são: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e as do grupo sotavento: Maio, Santiago, Fogo e Brava:

Em alternativa a esta divisão tradicional, outras hipóteses têm sido sugeridas, dentre as quais a mais lógica preconiza a distribuição das ilhas a partir do seu posicionamento geográfico e da geomorfologia. Haveria, assim, a considerar três grupos: o Ocidental, compreendendo Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau; o Oriental, abarcando Sal, Boa Vista e Maio; e o do Sul, incluindo Santiago, Fogo e Brava (NETO, 2009, p. 73 – 74).

A história mostra que no momento da chegada dos lusitanos as ilhas eram desabitadas, portanto não havia a presença humana como geralmente aconteceu em outras paragens africanas. Cabe pontuar aqui que nem sempre é consensual essa “descoberta” do arquipélago de Cabo Verde pelos portugueses, na medida em que teses sugerem que os navegantes árabes e os habitantes de certos territórios africanos próximos já se dispunham do conhecimento dessas ilhas. Quanto ao processo de povoamento do arquipélago nota-se que o mesmo não tardou a iniciar-se, começando imediatamente após a chegada dos colonizadores portugueses. Em 1462 a ilha de Santiago começou a ser povoada e em 1466 foi a vez da ilha do Fogo. Aproximadamente quatro décadas depois deu-se o povoamento das ilhas da Boa Vista e do Maio, e em seguida as ilhas da Brava e de Santo Antão. No século XVII a ilha de São Nicolau foi povoada, a ilha de São Vicente no século XVIII (já bem no final dessa centúria), e, por último, a ilha do Sal no século XIX.

No que tange à contribuição dos povos no povoamento desse arquipélago, sabe-se que do lado europeu portugueses, espanhóis, italianos, etc. colaboraram no processo, enquanto do lado africano nota-se a presença de africanos escravizados levados da costa da Guiné<sup>3</sup>, contudo sem especificar a contribuição exata de cada grupo para este aspecto. Resultado desse encontro de povos e do processo de miscigenação, deu-se o início da divisão da sociedade em três grupos: primeiramente os colonizadores portugueses (nobres e plebeus chegados da metrópole);

---

exploração de ouro (entre outros minerais) em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e, por fim, o século XIX conhecido pela produção do café no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

<sup>3</sup> Cabe recordar que a antiga costa da Guiné encerrava uma zona costeira bem mais extensa do que o atual litorâneo da Guiné-Bissau.

subsidiariamente, o grupo intermediário (negros e mestiços livres); e, por último, um terceiro, o grupo dos escravizados, grupo esse maioritário e menos importante naturalmente.

O comércio negreiro foi desde muito cedo fundamental para a economia, em que o arquipélago tinha nessa atividade um papel de *hub*, chegando mesmo a ser um hipermercado de escravizados (mas isso mais a partir dos séculos XVII/XVIII). Os escravizados eram conseguidos nas costas da Guiné, concentrados em Cabo Verde, para num momento inicial, ou seja, entre 1467-1530, serem enviados para o arquipélago da Madeira, Portugal, Canárias etc., e posteriormente com a descoberta do Novo Mundo serem deportados para o Brasil e Caribe, proporcionando assim uma nova vitalidade ao tráfico de escravizados e à escravaria. Tais fatores impulsionaram o crescimento e a pujança da cidade de Ribeira Grande (a primeira capital do país e atualmente Cidade Velha), na ilha de Santiago, de modo que já em 1533 passou a sediar a diocese de Cabo Verde (a primeira do oeste africano), enfim, a primeira circunscrição católica nos trópicos. Neste mesmo ambiente, um vasto e intrincado processo de mestiçagem começou a tornar-se realidade nas ilhas devido à mistura de diversos povos e etnias, o que levou ao surgimento de um homem novo étnico e culturalmente falando, servindo de protótipo de outras situações de mestiçagem de forma geral que a escravaria gerou, e não apenas nos então territórios coloniais lusos, notadamente Brasil e São Tomé e Príncipe:

Mas, o século XIX assinalou, também, três outros relevantes acontecimentos. Em primeiro lugar, uma nova tentativa, finalmente consumada, de ocupação da ilha de São Vicente, cujo magnífico porto natural se revelou, desde então, um ator de primeiro plano na história do arquipélago. Em segundo, a introdução da imprensa. Por fim, a criação do Seminário-liceu, em São Nicolau (NETO, 2009, p. 77).

Seguindo ainda com mais análises do mesmo autor que considero ser pertinentes, podemos observar ainda mais elementos que marcaram definitivamente a identidade desse povo ilhéu e imprimiram saltos decisórios na constituição da nação cabo-verdiana no decorrer do século XIX:

Se bem que, antes da chegada da imprensa a Cabo Verde, em 1842, já circulavam opúsculos e panfletos da lavra de políticos desavindos, a instalação do primeiro prelo no arquipélago, de par com a criação do Seminário-liceu, em São Nicolau, em 1866, imprimiu um cunho decisivo na formação da identidade crioula. Os resultados iniciais, longe de prefigurarem a assunção de um nacionalismo militante ou terem reduzido a taxa de analfabetismo para níveis inferiores aos registrados na metrópole – muito cuidadosamente fabricado no século XX -, saldaram-se, sim, na criação de uma elite letrada que, a despeito do seu nativismo e defesa intransigente do solo cabo-verdiano, não esquecia o vínculo com Portugal. De resto, a concessão da cidadania a todos os habitantes das ilhas, logo em 1822, precedendo em mais de 100 anos qualquer outra província ultramarina africana, e o secular debate acerca da atribuição do estatuto de arquipélago adjacente a Cabo Verde, mercê da proximidade

geográfica e do seu “nível cultural”, exprimiam, numa época de menosprezo pelos povos colonizados, a idéia de aí haver “civilização” (NETO, 2009, p. 79).

A ideia do trabalho é indagar a existência ou não de uma colônia de “povoamento” ou “ocupação”, ou ao menos algo que mais aproxime-se disso no contexto do colonialismo lusitano, no caso, equiparável ao arquipélago de Cabo Verde. Enfim, essa nação crioula, com todos os seus determinantes, um exemplo (ou um exemplo aproximado), um caso (particular) de “colônia de povoamento” que o português criou, considero que na passagem supracitada já podemos extrair alguns elementos portadores de alguma razoabilidade no sentido de começar a responder ou não a nossa pergunta. Sendo assim, gostaria de realçar alguns fatores e eventos expressivos assinalados por Neto (2009) e que tiveram lugar durante o século XIX, designadamente a antiga proposta de elevação de Cabo Verde à condição de arquipélago adjunto de Portugal, a atribuição do estatuto de cidadão a todos os ilhéus em 1822<sup>4</sup> (antecipando as outras “províncias” do além-mar africanas em mais de um século), o surgimento da prensa em 1842, a fundação do Seminário-liceu em 1866, etc:

A ambigüidade cabo-verdiana foi produzida e alimentada pelos portugueses – até hoje. Em 1822, todos os habitantes do império colonial português foram considerados cidadãos; o estatuto do indigenato foi aplicado até aos anos 1960 em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – era indígena a maioria da população nativa, à excepção dos assimilados, que tinham de cumprir determinados requisitos como comer à mesa com garfo e faca e falar português. Porém, foi reconhecido um estatuto especial a Cabo Verde pela “maior mestiçagem e proximidade de Portugal”, e em 1947<sup>5</sup> os cabo-verdianos seriam reconhecidos como cidadãos. Foram também enviados para a Guiné-Bissau para fazer parte da administração colonial. Por outro lado, assumiram o papel inverso nas roças de São Tomé e Príncipe, para onde foram fazer trabalho forçado quase até à independência. Esta é, porém, uma narrativa que tem sido bastante silenciada na história cabo-verdiana (HENRIQUES, 2016, p. 109).

A autora segue ainda na sua análise pontuando que no texto biográfico sobre Amílcar Cabral – *O fazedor de utopias* -, António Tomás mostra que “as várias administrações portuguesas nunca souberam claramente o que fazer de Cabo Verde” (HENRIQUES, 2016, p. 109).

Enquanto a Guiné, Angola e Moçambique eram inequivocamente colônias de indigenato, Cabo Verde era um caso à parte.<sup>6</sup> Os seus naturais eram civilizados

<sup>4</sup> Somente assinalar que a literatura parece não ser consensual nesse ponto, haja vista que Caldeira (1993), por exemplo, diria que os cabo-verdianos atingiram a condição de cidadãos lusos em 1914.

<sup>5</sup> Novamente, com Henriques (2016) a indicar o ano 1947 como momento em que os cabo-verdianos tornaram-se cidadãos (lusos).

<sup>6</sup> Por que tratar os negros nativos da Angola, Guiné-Bissau e Moçambique como indígenas e não os mestiços/assimilados de Cabo Verde? Talvez isso tenha acontecido à luz dessa noção que alguns analistas costumam

e o arquipélago, legalmente, estava a meio caminho entre a colônia e a região adjacente, como a Madeira e os Açores. E era mais por razões logísticas do que políticas que nunca tinha sido dotado de um estatuto semelhante ao das ilhas portuguesas do Atlântico (HENRIQUES, 2016, p. 109).

Em Thomaz (2002) observa-se que o *Estatuto do Indigenato* não foi aplicado para Cabo Verde, Estado da Índia e Macau, cujos nativos eram considerados “cidadãos”, entretanto aplicado em 1926 para Angola e Moçambique, Guiné Portuguesa em 1927, e, finalmente, em 1946 para São Tomé e Príncipe e Timor. O referido *Estatuto* viu o seu fim em 1961, momento em que os habitantes dos territórios coloniais atingiram a condição de “cidadãos lusos”.

Perante essas políticas instituídas desde alvares pela metrópole, no sentido de tornar Cabo Verde uma colônia modelo para outros territórios coloniais lusos, a preparação dos cabo-verdianos como administradores coloniais (obviamente não esquecendo-se os poderes e vantagens derivantes),<sup>7</sup> a adiantada constituição de uma elite letrada, o elevado grau de miscigenação, assimilação e ocidentalização do homem arquipelágico (recordando que nesse território não constatou-se a presença humana antes da chegada dos lusitanos), e isso muito pelo papel da religião e da educação, traduzem-se em alguns dos componentes que muitas vezes levaram a diversas leituras e visões em torno de Cabo Verde como o que eventualmente pode ser de mais elevado e “civilizado” no contexto do colonialismo português, e por que não um caso (específico) de “colônia de ocupação” ou o que poderia melhor ser considerado nesse sentido.

De acordo com Varela (2013), na condição de Secretário do Reino (primeiro-ministro) do Rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (ou Conde de Oeiras 1699-1782), implementou uma reforma educacional na metrópole que não abarcava todas as colônias, mas contemplava Cabo Verde. Doravante, não obstante o histórico de Cabo Verde enquanto “aparelho administrativo”, agentes e funcionários administrativos coloniais, particularmente juristas, começaram a ser preparados para exercer funções em todas as colônias lusitanas, não apenas as africanas:

...O rumo do arquipélago de Cabo Verde no imaginário colonial português. Começa, pois, por descrever as pessimistas imagens do “cabo seco” e da “colônia mártir” – expressões ainda comuns na Primeira República -, focando a crescente valorização cultural do arquipélago, a partir dos inícios dos anos 30. Depois, apresentam-se as diferentes visões então surgidas: do “Portugal exilado no Atlântico” ao “Brasil miniatural”; da “mais esquecida das colônias” ao “arquipélago adjacente”; do “inferno das estiagens” ao “paraíso das mornas”; enfim, da “colônia mártir” à “colônia modelo” (NETO, 2009, p. 23).

---

apresentar de que os brancos se veem como civilizados, veem o “mulato”/moreno como bons selvagens e o preto/nativo como primitivos maus.

<sup>7</sup> De acordo com a historiadora cabo-verdiana Iva Cabral (2015), Portugal pretendia que entre si e o restante das colônias a elite cabo-verdiana funcionasse como uma faixa intermediária.

Esse processo está na origem de outras das especificidades cabo-verdianas que constitui o seu papel de ‘colonizador subalterno’, ou de agente e intermediário da colonização portuguesa noutros espaços coloniais, inclusive fora do espaço africano. Seguindo a metáfora do *Próspero* e do *Caliban* utilizado por Santos para a análise do colonialismo português, é possível sustentar a asserção de que, durante o jugo colonial, o Cabo Verde colonizado assumiu muitas vezes o papel de um *Caliban prosperizado* em semelhante contraste com o colonizador português que muitas vezes foi um *Próspero calibanizado* (VARELA, 2013, p. 176 – 177).

Sendo assim, pode-se dizer que a mitologia colonial tendia a ver Cabo Verde como uma extensão de Portugal e padrão a ser seguido no além-mar:

Foi na seqüência das reformas pombalinas, nomeadamente no campo da educação, que Cabo Verde reforçou a sua condição de máquina administrativa da colonização portuguesa ao passar a formar agentes e funcionários da administração colonial que iam trabalhar noutras colônias portuguesas. Por diversas vezes, esses agentes tornaram-se figuras de proa na hierarquia da administração colonial, ocupando um significativo espaço no seio dos quadros ou chefias intermédias. No caso da Guiné, devido à grande exigüidade de funcionários portugueses, foram, efetivamente, os cabo-verdianos e seus descendentes os principais agentes ou instrumentos da colonização portuguesa (VARELA, 2013, p. 181).

Na obra organizada por Boaventura (1993), *Portugal: um retrato singular*, análises despontam no sentido de pontuar as relações seculares da metrópole com a colônia tida como modelo, Cabo Verde, que serviu de “laboratório” de convivência de pessoas, culturas, plantas, animais etc. num espaço pequeno e separado do continente africano pelo oceano atlântico.

O território de Cabo Verde abrigou em 1462 a primeira cidade colonial europeia construída nos trópicos, Ribeira Grande (atual Cidade Velha, a primeira capital do país, sede da primeira diocese da costa ocidental africana), a primeira igreja colonial do mundo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário (1495)<sup>8</sup>, santa padroeira dos homens negros, o primeiro bispado português na África (1533), a primeira imprensa das colônias em 1842 (todos na ilha de Santiago, não por acaso a primeira a ser “descoberta” e povoada, e a mais “negra” de todas como corolário de sua maior e mais antiga convivência com o infame comércio e o escravagismo), o primeiro liceu/colégio (1866) e o Seminário-Liceu da ilha de São Nicolau. A expedição de Pedro Álvares Cabral escalou em Cabo Verde (mais concretamente a ilha de São Nicolau), antes de aportar o Brasil<sup>9</sup>, e a ilha de Santiago acolheu os escravizados posteriormente enviados para a Europa e

---

<sup>8</sup> Cabe recordar que a referida igreja, juntamente com o Pelourinho (1520), Fortaleza Real de São Felipe (1590), Convento de São Francisco (meados do século XVII), Sé Catedral (1555-1693) e ruínas da Igreja Nossa Senhora Imaculada da Conceição, constituem atualmente os chamados seis monumentos interligados da Cidade Velha.

<sup>9</sup> Dois outros renomados navegadores europeus, o português Vasco da Gama (1497) e o genovês Cristóvão Colombo (1498), utilizaram a antiga capital Ribeira Grande como porto de escala, o primeiro na sua expedição de descoberta da via marítima para o subcontinente indiano, e o segundo na sua terceira viagem para o continente americano.

Américas. A particularidade de Cabo Verde nas relações do mundo atlântico e sua vocação multicultural resultam de seu papel/relevância nas rotas comerciais, como arquipélago estrategicamente localizado entre África, Europa e Américas:

Sabemos hoje o quanto as visões identitárias podem ser fruto de um processo de construção mais ou menos demorado no tempo, o qual passa por uma série de metamorfoses, ponderações, acertos e simplificações. No que se refere a Cabo Verde, o regime de Salazar ensaiou manter certas coordenadas ideológicas provenientes da Monarquia Constitucional e da Primeira República. Prometeu a concessão da adjacência, elogiou o elevado grau de “civilização” dos ilhéus – chegando até mesmo a apartá-los dos demais africanos – e louvou o seu papel na promoção dos outros espaços ultramarinos (NETO, 2009, p. 19 – 20).

Ainda que com poucos benefícios (reais), Cabo Verde gozava de um estatuto singular nos limiares do século XX, em comparação com outros territórios coloniais lusitanos em África:

A instrumentalização colonial dessa condição fica explícita na forma como a Coroa lidou com a reivindicação das elites locais de levar o arquipélago ao estatuto de “ilhas adjacentes”, tal como Açores e Madeira. Na sequência da criação do Código Administrativo de 1843, foi operada a organização administrativa de 1892 que permitiu às ilhas atingirem esse estatuto. No entanto, essa elevação não passou da retórica dado que nunca foi aplicado, apenas reforçando, por um lado, o estatuto de *capatazes ou algozes do império* das referidas elites (VARELA, 2013, p. 183).

A seguir nessa esteira analítica, para Varela (2013) apud Andrade (1998), é nessa etapa que o país ilhéu é transformado no centro de articulação das estratégias e arranjos então usados pelo colonialismo luso. Nota-se divergências dos autores em relação ao arquipélago, uns vendo o mesmo como “incivilizado”, outros percebendo-o europeizado; mas tudo indica que a primeira visão era mais forte, muito por conta de persistentes crises no arquipélago – estiagens, pobreza, fome, emigração, etc:

Estamos, assim, perante uma dupla e ambivalente condição do cabo-verdiano deslocado que é tanto um colonizado que, por exemplo, é recrutado para ser explorado como trabalhador nas famosas roças de S. Tomé e Príncipe nos inícios de Novecentos, como um agente “privilegiado” da colonização, categoria que, como já foi exposto, personificamos na figura de *caliban prosperizado* (VARELA, 2013, p. 183).

Com base nas percepções do publicista José Osório de Oliveira, dividem-se em três grupos os elementos que abordam os diferentes aspectos da vida insular:

Em primeiro lugar, o elevado patriotismo do cabo-verdiano e sua ligação quase umbilical à metrópole, tanto do ponto de vista da cultura, quanto do sentimento de pertença. Em segundo, uma especificidade feita de tensão, aceitação,

rejeição, e fusão dos vários contributos culturais. Por fim, uma firme crença nas potencialidades do arquipélago, sobretudo, na sua importante posição geográfica, capaz de desafiar todos os comentários acerca da insignificância econômica (NETO, 2009, p. 125).

Oliveira pontuava cinco componentes referentes à(s) particularidade(s) de Cabo Verde:

i) uma taxa de analfabetismo singularmente baixa, inferior à da metrópole; ii) a ausência de práticas animistas: “mesmo os do povo, mesmo os pretos, não andam de tanga e não adoravam os manipaços”; iii) “tendências civilizadoras”, “virtudes cívicas” e uma “educação cívica”; iv) “riquezas de folk-lore, uma poesia, uma música e uma dança dignas de serem conhecidas”; v) a morna, que encontrava no poeta Eugénio Tavares um cultor de primeira plana (NETO, 2009, p. 126).

O autor assinalou que Cabo Verde poderia ainda proporcionar um conjunto de oportunidades:

Uma “riqueza moral” capaz de compensar a “pobreza” de recursos; a urgência de intensificar a produção da indústria salineira; a necessidade de criar indústrias de pesca e de conservas de peixe; o Porto Grande de São Vicente, ponto geo-estratégico, cujas obras de melhoramento se impunham (NETO, 2009, p. 127).

José Osório de Oliveira tinha a ideia de Cabo Verde como “Brasil miniatural” enquanto Augusto Casimiro, uma visão do arquipélago como “pequeno Portugal desterrado”, contudo a ideia de ambos era tornar Cabo Verde arquipélago adjacente e depois integrá-lo ao Portugal continental.

Entre as ex-colônias portuguesas, Cabo Verde sobressai pela especial complexidade que apresenta, a especificidade do seu modelo de colonização, as condições geológicas do arquipélago, o continuado abandono por parte de Portugal, uma mestiçagem muito significativa, a procura da via da emigração (significativamente, com o seu destino primordial na América) e uma tradição de resistência ao colonialismo e sobrevivência do nacionalismo (nativismo) que propiciou o crescimento de uma identidade nacional e sustentou o movimento independentista (CALDEIRA, 1993, p. 594).

Boaventura de Sousa Santos, nas suas mais diversas reflexões, aponta a condição de perifericidade de Portugal no sistema internacional, especialmente do século XVIII em diante, em que o país opera como um centro para as suas colônias, todavia periferia do centro sistêmico/hegemônico. Entre outras razões, essa condição periférica e/ou semiperiférica, isto é, essa situação peculiar e contraditória de Portugal enquanto colonizador e colônia simultaneamente pode servir de uma das pistas para sustentarmos a nossa tese de que essa



metrópole não chegou a dispor de uma “colônia de ocupação” de fato, se calhar apenas tentativas nada mais que propositivas e *de jure*.

### Considerações finais

A ideia desse tópico é apresentar os resultados da nossa pesquisa, saber se conseguimos encontrar resposta(s) para as nossas questões e se comprovamos ou não a nossa hipótese. Após a consulta da literatura disponível, leitura perscrutada da mesma e análise dos mais diversos tipos de documentos produzidos durante, após e sobre o longo e intrincado colonialismo lusitano, enfim, tentar entender as constantes portuguesas de caráter e ação como aponta Gilberto Freyre - *Aventura e rotina* (1954) - podemos dizer que não se constatou um caso real do que se costuma apelidar de “colônia de povoamento” no cenário do Império Colonial Português. Portugal (Espanha também, enfim, a colonização ibérica) não teve uma “colônia de povoamento” propriamente dita como aconteceram nos casos da Inglaterra e França, houve provavelmente o que poderíamos chamar de “colônia de povoamento” de baixa intensidade, e Cabo Verde poderia ser um caso particular disso haja vista todo o volume de arranjos formais, jurídicos e nominais da metrópole concernente a esse antigo território ultramarino, sem, no entanto existir correspondências práticas, reais e palpáveis nesse sentido, mas nem por isso queremos negligenciar alguns privilégios historicamente atribuídos.

Como demonstrei, calcado nas reflexões de Boaventura de Sousa Santos, acredito que o sociólogo Odair Varela teceu interpretações interessantes ao trazer a alegoria do *Próspero* e do *Caliban*, o que vale para tentarmos entender não apenas a condição de Cabo Verde no espírito do colonialismo lusitano, mas igualmente como Portugal aparece no contexto colonial de modo geral. De ressaltar que de modo assertivo, a meu ver Varela apresenta Portugal enquanto *Próspero calibanizado* e Cabo Verde como um *Caliban prosperizado*, ou seja, diria aquele colonizador (metrópole) que não chegou ao mais elevado *status*, ser o centro da acumulação capitalista e hegemônico, e ditar as normas que regem o sistema internacional, e aquele colonizado (colônia) que apenas retórica, narrativa e discursivamente foi recheado de garantias e privilégios, mas na essência nada mais foi do que um mero território colonial, provavelmente com poucas diferenças em relação aos seus pares.

Como observamos, as mais diversas administrações coloniais portuguesas jamais souberam o que exatamente fazer com Cabo Verde, e percebe desta feita que tanto intelectuais e homens de letras cabo-verdianos como lusitanos dedicaram parte significativa de seus tempos e de suas reflexões à procura da forma assertiva de enquadrar Cabo Verde no contexto colonial luso, e também explicar a formação identitária dessa nação crioula e atlântica. Destarte,

ressaltamos novamente, por exemplo, a ideia de Augusto Casimiro do país ilhéu como “pequeno Portugal desterrado”, ou “Portugal crioulo” (grifo meu), e José Osório de Oliveira, que o via como “Brasil miniaturizado”.

O curioso é que se nota que hodiernamente procura-se ainda um espaço para Cabo Verde entre África e Europa, nesse contexto global e do processo de integração regional, discutindo não somente assuntos dessa nação mestiça e assimilada/ocidentalizada como o Estado, nação, democracia, etc., mas igualmente como situar o país no bloco econômico ocidental africano ou no espaço comunitário europeu, o que gera muitas divergências e dissensos. E aqui gostaria de parafrasear o historiador cabo-verdiano António Correia e Silva ao referir-se a esse lugar do país, em que sentencia que para os europeus (particularmente os portugueses) Cabo Verde é demasiado negro/africano para ser Europa enquanto que para a África e os africanos o arquipélago é demasiado euro/atlântico para ser África,<sup>10</sup> o que obviamente nos deixa e nos remete novamente à natural e primordial encruzilhada de estarmos entre dois ou mais continentes, sem estarmos necessariamente em algum. Desse modo, sinto-me obrigado a concordar com aquele que foi membro do movimento Claridade e regionalista, o escritor e romancista crioulo Baltasar Lopes da Silva, quando a respeito ele diz que somos cabo-verdianos, enfim, nem europeu nem africano.

Contudo, para seguir com esse debate e proporcionar mais elementos analíticos nesse sentido, considero ser pertinente as reflexões de Isabel Caldeira no seu exercício de compreender a identidade étnica e nacional de afro-americanos e cabo-verdianos, ou seja, os dilemas enfrentados por esses dois povos, se assim podemos dizer, isto é, esses dois grupos que surgiram e constituíram-se a partir da mobilidade forçada e mistura de povos. Assim, para Caldeira,

Cabo Verde surge, no quadro das relações político-culturais entre Portugal e suas colônias, como um caso interessante, na medida em que suscita paralelos e contrastes inesperados com uma situação à partida tão díspar como é a da comunidade negra nos Estados Unidos. É que, apesar das muitas e profundas diferenças, o certo é que a comunidade cabo-verdiana e a sua cultura partilham com os negros americanos trilhos de uma busca da identidade presa a uma duplicidade de apelos: uma África que é a origem, mas que está afastada no tempo e no espaço, ou um mundo ocidental originalmente alheio, mas imponente na sua ideologia e prática política, econômica e civilizacional (CALDEIRA, 1993, p. 608).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa, Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001-2002, 3 vols.

---

<sup>10</sup> Ver Henriques (2016).

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade**. Oeiras: Celta Editora, 2000.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. SP: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Elisa. **As ilhas de Cabo Verde da “descoberta” à independência nacional (1460-1975)**. Paris: Éditions L’Harmattan, 1996.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Origens do nacionalismo africano**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1998.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**. Porto Alegre, Praia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul do Brasil, Instituto Nacional de Investigação e Patrimónios Culturais de Cabo Verde, 2002.

AREIAS, Laura. **Ilhas riqueza, ilhas miséria. Uma expressão literária da insularidade num triângulo atlântico lusófono**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2002.

ARENAS, Fernando. **África lusófona: além da independência**. SP: Edusp, 2019.

BLOCH, Agata. **Cabo Verde: o paraíso do Atlântico colonial**. Porto Alegre, RS: Fi, 2019.

BOXER, Carl. **Relações raciais no império colonial português (1415-1825)**. Porto: Afrontamento, 1977.

BOXER, Carl. **O império colonial português**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BRITO-SEMEDO, Manuel. **A construção da identidade nacional. Análise da imprensa entre 1877 e 1975**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

CABRAL, Iva. **A primeira elite colonial atlântica: dos “homens honrados brancos” de Santiago à “nobreza da terra” (finais do século XV – início do século XVII)**. Tese (doutorado). Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2013.

CALDEIRA, Isabel. O Afro-americano e o cabo-verdiano: identidade étnica e identidade nacional. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Portugal: um retrato singular**. Porto: Afrontamento, 1993, p. 593-628.

CARREIRA, António. **Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000.

CASIMIRO, Augusto. **Ilhas crioulas**. Lisboa: Editorial Cosmos, 1935.

CASIMIRO, Augusto. **Portugal crioulo**. Lisboa: Editorial Cosmos, 1940.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Afrontamento, 1999.

- CERRONE, Frederico. **Cabo Verde, cruzamento do Atlântico Sul**. Mindelo: Edição Rádio Nova, 1998.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. **O terceiro império português (1825-1975)**. Lisboa: Teorema, 1990.
- COHEN, Zelinda. **Os filhos da folha: Cabo Verde – séculos XV-XVIII**. Praia: Spleen Edições, 2007.
- CORREIA, António Mendes. **Os mestiços nas colônias portuguesas. Comunicação ao Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial**. Porto: Edição da 1 Exposição Colonial Portuguesa, 1934.
- CORREIA, António Mendes. **O mestiçamento nas colônias portuguesas**. Comunicação apresentada ao Congresso Colonial. Lisboa: 1940.
- CORREIA, António Mendes. **Raças do Império**. Porto: Portucalense Editora, 1943.
- CORREIA, António Mendes. **Ultramar português**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1954, vol. II – Ilhas de Cabo Verde.
- DAVIDSON, Basil. **As ilhas afortunadas. Um estudo sobre a África em transformação**. Lisboa: Editorial Caminho, 1988.
- DAVIDSON, Basil. **Os africanos: uma introdução à sua história cultural**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da Antropologia**. [6. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- FERNANDES, Gabriel. **A diluição da África**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- FERREIRA, José Carlos Ney; VEIGA, Vasco Soares da. **Estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. Lisboa: s/e, 1957.
- FERREIRA, Manuel. **No reino de Caliban I. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa**. Amadora: Plátano Editora, 1997.
- FERREIRA, Manuel. **A aventura crioula ou Cabo Verde – uma síntese cultural e étnica**. Lisboa: Plátano Editora, 1973 [1967].
- FERREIRA, Manuel. “Do regionalismo cabo-verdiano. In: **Ocidente**, Lisboa, 1962, vol. LXIII, p. 163-183.
- FERREIRA, Manuel. “Consciência Literária cabo-verdiana. Quatro gerações: Claridade – Certeza – Suplemento Literário – Boletim do Liceu Gil Eanes”. In: **Estudos Ultramarinos. Revista Trimestral do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos**, Lisboa, nº 3, p. 31-53, 1959.
- FERRO, Marc. **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERRONHA, António Luís (coord.). **O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas**. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

FIGUEIREDO, Isabela. **Cuaderno de memorias coloniales**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2016.

FILHO, João Lopes. **Cabo Verde. Subsídios para um levantamento cultural**. Lisboa: Plátano, 1982.

FREIRE, Maria da Graça. **Portugueses e negritude**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1971.

FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Lisboa: Livros do Brasil, 1940.

FREYRE, Gilberto. "Palavras de Gilberto Freyre". **Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação**, Praia, novembro de 1951, n° 26, p. 1.

FREYRE, Gilberto. "Um brasileiro em Cabo Verde". In: **Notícias de Cabo Verde**, São Vicente, abril de 1953, n° 277, p. 2.

FREYRE, Gilberto. **Aventura e rotina**. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.

FREYRE, Gilberto. **Um brasileiro em terras portuguesas: introdução a uma possível lusotropicalologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FURTADO, Cláudio Alves. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança – Santiago, Cabo Verde**. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1993.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colónia, colonização, colonial, colonialismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 45-58.

HENRIQUES, Joana Gorjão. **Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo**. Lisboa: Tinta da China, 2016.

HERNANDEZ, Leila M. G. Leite. **Os filhos da terra do sol**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999-2002, 2 vols.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LAPLANTINE, François; NOUSS, Alexis. **A mestiçagem**. Lisboa: Instituto Piaget, s. d.

LARANJEIRA, José Luís Pires. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Mário. **Apontamentos para a história das ilhas de Cabo Verde**. 1937.

LOPES, Baltasar. “Regionalismo e nativismo”. In: **Notícias de Cabo Verde**. São Vicente, março de 1931, n° 1, p. 6.

LOPES, Baltasar. **Cabo Verde visto por Gilberto Freyre**. Praia: Imprensa Nacional, 1956.

MACAGNO, Lorenzo. Assimilacionismo. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves (Orgs.). **Dicionário crítico de ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 31-44.

MARIANO, Gabriel. A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana. In **Suplemento Literário n° 1 de Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação**, Praia, outubro de 1958, n° 109, p. 11-24.

MARTINS, Mônica Dias (organizadora). **Defesa dos povos do Atlântico Sul**. Fortaleza: ed. UECE, 2017.

MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos (org.). **Luso-tropicalismo. Uma teoria social em questão**. Lisboa: Vega, 2000.

NETO, Sérgio. **Colônia mártir, colônia modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

NETO, Sérgio. Insularidade, idiosincrasias e imaginação: representações de Cabo Verde no pensamento colonial português. In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Orgs). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismo em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 181-192.

NETO, Sérgio. Cabo-verdianidade e luso-tropicalismo. Duas visões de Cabo Verde em tempos de Estado Novo. In: **Estudos do Século XX**. Coimbra: Quarteto, n° 3, p. 289-321, 2003.

OLIVEIRA, João Nobre de. **A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)**. Macau: Fundação Macau, 2002.

OLIVEIRA, José Osório de. “As ilhas adjacentes de Cabo Verde I”. In: **Seara Nova**, 28 de junho de 1928, n° 123.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sonho-realidade do império colonial português. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 11(1), p. 195-200, jan.-abr. 2004.

PEREIRA, Carlos Lopes. **Alguns aspectos da resistência cabo-verdiana através de meio século de imprensa (1911-1961)**. Lisboa: Departamento de História da Universidade de Lisboa, 1985.

PEREIRA, Daniel A. **Marcos cronológicos da Cidade Velha**. Praia: IBNL, 2009.

PEREIRA, Daniel A. **Das relações históricas Cabo Verde - Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

POLIAKOV, Léon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUERIDO, Jorge. **Um demorado olhar sobre Cabo Verde: o país, sua gênese, seu percurso, suas certezas e ambigüidades**. Lisboa: Chiado Ed., 2012.

READER, John. **África. Biografia de um continente**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

RESENDE, Taciana Almeida Garrido de. **“Isso não é África, é Cabo Verde”: o movimento claridoso e a busca por uma identidade crioula (1931-1960)**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Portugal: um retrato singular**. Porto: Afrontamento, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Maria Emília Madeira; TORRÃO, Maria Manuel Ferraz; SOARES, Maria João (Orgs). **História concisa de Cabo Verde**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2007.

SILVA, António Leão Correia e. **Histórias de um Sahel insular**. Praia: Spleen-Edições, 1996.

SILVEIRA, Onésimo. **Consciencialização na literatura cabo-verdiana**. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1963.

SAÏD, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SENGHOR, Léopold Sédar. **Lusitanidade e negritude**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1975.

SILVA, António Duarte. **O império e a constituição colonial portuguesa (1914-1974)**. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019.

SILVESTRE, Osvaldo. A aventura crioula revisitada. Versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira. In: BUESCU, Helena Carvalhão; SANCHES, Manuela Ribeiro. **Literatura e viagens pós-coloniais**. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 63-103.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Editora da UFRJ: FAPESP, 2002.

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. Lisboa: Tinta da China, 2007.

VARELA, Odair Bartolomeu. Cabo Verde: a máquina burocrática estatal da modernidade (1614-1990). In: SARMENTO, Cristina Montalvão; COSTA, Suzano (Orgs.). **Entre África e a Europa: nação, Estado e democracia em Cabo Verde**. Coimbra: Almedina, 2013, p. 173-208.

VEIGA, Manuel (coord.). **Cabo Verde. Insularidade e literatura**. Paris: Éditions Karthala, 1998.

## Outras fontes

Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde  
Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)  
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)  
Associação Brasileira de Estudos Africanos  
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa  
Cadernos de Estudos Africanos  
Centro de Estudos Africanos (UFMG)  
Centro de Estudos Africanos (USP)  
Centro de Estudos Afro-Orientais (UFBA)  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX  
Instituto de História Contemporânea  
Revista de Estudos Cabo-verdianos

## Sites

<https://www.abpn.org.br/biblioteca-virtual>  
<https://acervo.publico.pt/racismo-em-portugues>  
<http://www.acl.cv/>  
<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/>  
<http://searanova.publ.pt/>  
<https://www.wikipedia.org/>

## Filmes, documentários, reportagens etc.

Reportagem: Independência e morte: a África portuguesa. Cfr:  
[https://www.youtube.com/watch?v=GywWEuEOY\\_k](https://www.youtube.com/watch?v=GywWEuEOY_k). Acesso em: 23/05/2021.

Recebido em: 12/02/2022  
Aprovado em: 07/08/2022





ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

Rodrigo Castro Rezende

# ASTROFÍSICA E HISTÓRIA DA ÁFRICA EM TRANSVERSALIDADE: POSSIBILIDADES DOS (AB)USOS DOS MITOS DOGONS NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E DO COMBATE AO PRECONCEITO DE COR

ASTROPHYSICS AND HISTORY OF AFRICA IN TRANSVERSALITY: POSSIBILITIES OF THE (AB)USES OF DOGONS MYTHS IN THE APPLICATION OF LAW 10.639/03 AND THE FIGHT AGAINST RACISM

**RESUMO:** No presente artigo foram discutidas as possibilidades de utilização dos mitos do povo dogon, localizado no atual Mali, África, como ferramentas para que os docentes combatam os preconceitos de cor no âmbito da sala de aula. Neste sentido, vamos tecer uma análise interdisciplinar entre a física (Astrofísica) e a História (História da África), levando em consideração a transversalidade exigida pela Lei 10.639/03, para os anos finais do ensino fundamental (8º e 9º anos) e para todo o ensino médio. Como fontes de pesquisa, analisaremos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os mitos de criações dos dogons, retirados das obras “Dieu d’eau: entretiens avec Ogotemmêli” e “Le Renard Pâle”, escritas, respectivamente, por Marcel Griaule e por Marcel Griaule e Germaine Dieterlen.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Física e de História; Transversalidade na Lei 10.639/03; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Mitos de Criações do Povo Dogon; Combate ao Racismo.

**ABSTRACT:** This article discusses the possibilities of using the myths of the Dogon people, located in present-day Mali, Africa, as tools for teachers to combat colour prejudice in the classroom. In this sense, we will make an interdisciplinary analysis between Physics (Astrophysics) and History (History of Africa), taking into account the transversality required by Law 10.639/03, for the final years of primary school (8th and 9th grades) and for the whole of secondary school. As research sources, we will analyse the National Common Curriculum Base (BNCC) and the creation myths of the dogons, taken from the works "Dieu d'eau: entretiens avec Ogotemmêli" and "Le Renard Pâle", written by Marcel Griaule and Marcel Griaule and Germaine Dieterlen respectively.

**KEY WORDS:** Physics and History Teaching; Transversality in Law 10.639/03; Common National Curriculum Base (BNCC); Myths of Creations of the Dogon People; Fight Against Racism.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

---

# ASTROFÍSICA E HISTÓRIA DA ÁFRICA EM TRANSVERSALIDADE: POSSIBILIDADES DOS (AB)USOS DOS MITOS DOGONS NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 E DO COMBATE AO PRECONCEITO DE COR

Rodrigo Castro Rezende <sup>1</sup>

## Introdução

O presente estudo tem por objetivo explorar as possibilidades de usos dos mitos do povo dogon no ensino da Astrofísica (Ciências da Natureza) e no de História da África (Ciências Humanas), a partir da transversalidade exigida pela Lei 10.639/03<sup>2</sup>, para os anos finais do ensino fundamental (8º e 9º anos) e todo o ensino médio. Para tanto, tomaremos como ponto de partida as metáforas existentes no corpus mítico dogon que explicam o surgimento do Universo, da Via Láctea, do Sistema Solar e do funcionamento do Sistema Estelar de Sirius, localizado na Constelação de *Canis Major*.

Outro objetivo que surge no presente capítulo é o de fomentar possíveis ferramentas para os docentes na luta contra o preconceito de cor, demonstrando a sofisticação do pensamento de um dos povos do continente africano sem, no entanto, concebermos qualquer possibilidade da existência de essencialismos. Neste sentido, tomaremos como fontes de análises a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem adentrarmos nas relações docente-discente em sala de aula ou em qualquer outra disposição e obstáculo encontrado para a aplicação da transversalidade da Lei 10.639/03.

O segundo conjunto de fontes a ser utilizado é o próprio corpus mítico do povo dogon. Os mitos são, de forma geral, utilizados por uma gama surpreendente de áreas do conhecimento e do saber humano: Antropologia, Arqueologia, Astrologia, Astronomia, Culinária, Filosofia, Hermenêutica, História, Musicologia, Sociologia, Teologia, Ufologia, dentre outras, o que a princípio facilita sua transversalidade nos conteúdos de áreas do conhecimento distintas nos ensinos fundamental e médio. Como nos descreve o moçambicano Severino Elias Ngoenha, ao demonstrar a relação entre os mitos e a filosofia,

O mito está, portanto, sempre presente em toda a reflexão, até mesmo de tipo estritamente filosófica e por isso não é possível a sua eliminação total. Aliás o mito faz parte da actividade filosófica real. É claro que se se focaliza toda a atenção sobre os mitos, como fazem os etnofilósofos, carrega-se o mito de um significado exagerado, fazendo-o de consequência prevalecer ou ir para além da simples experiência vivida que toda a filosofia comporta e perder-se-ia num mar imenso de mitologismos iguais aos dos etnofilósofos. Mas pelo contrário, o mito

---

<sup>1</sup> Professor adjunto da UFF, campus dos Goytacazes (RJ). Doutor em História pela UFF. Membro do Grupo de Pesquisa África do Século XX. [rodcastrorez@gmail.com](mailto:rodcastrorez@gmail.com)

<sup>2</sup> Brasil, 2003.

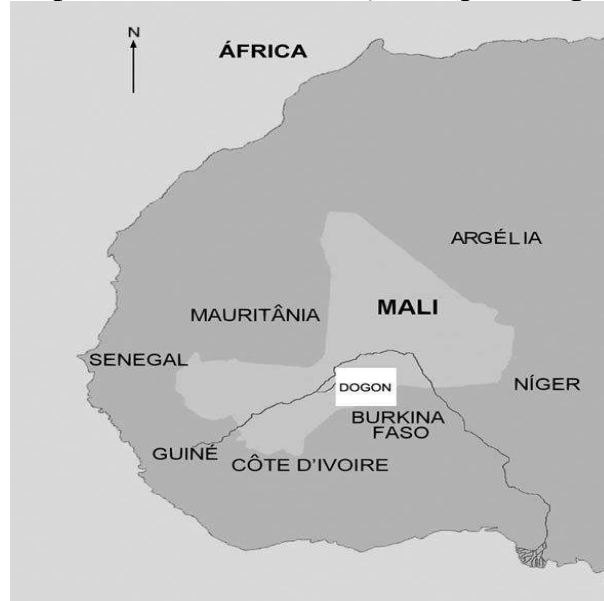
tem um lugar de capital importância na especulação filosófica (NGOENHA, 1993, p. 107).

A partir desse esclarecimento, partiremos para as análises dos dogons e de seus mitos; posteriormente, para o que indica o BNCC e a transversalidade da Lei 10.639/03; e as potencialidades para a utilização dos mitos dogons na Astrofísica e no ensino da História da África nos ensinamentos fundamental (8º e 9º anos) e médio, assim como demonstrar como esse ponto poderá servir como aporte na luta contra os preconceitos de cor no Brasil.

### **Povos dogon e seu conjunto mítico**

O povo dogon habita a região montanhosa das denominadas falésias de Bandiagara, no atual Mali, país localizado na chamada África Ocidental (Ver Mapa 1 abaixo). Estima-se que cerca de 450 mil dogons vivam nessa área, também conhecida por “país dogon”, compondo, aproximadamente, 95% dos habitantes das falésias (BARROS, 2004, p. 22).

**Mapa 1 – Mali e a localização do povo dogon**



**Fonte: BARROS, 2004, p. 21**

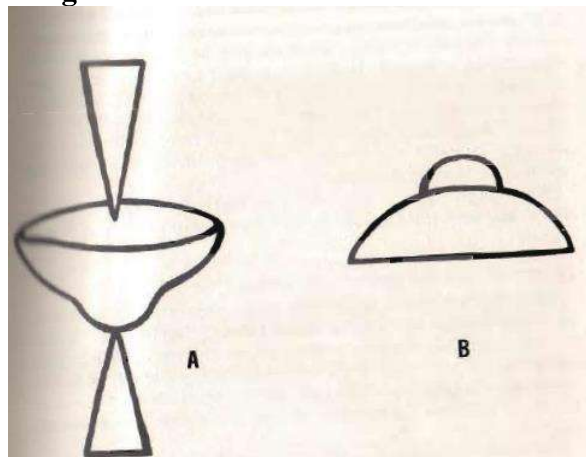
Parece que os primeiros contatos do Ocidente com os dogons ocorreram ainda no século XIX, através de viajantes, médicos, oficiais e exploradores saídos da Europa, mas somente a partir da década de 1930 que este povo ganhou notoriedade entre os etnógrafos, antropólogos e curiosos do chamado “Mundo Civilizado”, em função da “Missão Etnográfica e Linguística Dacar-Djibuti”, em especial com os trabalhos fomentados por Marcel Griaule, que foram publicados no pós-Segunda Guerra Mundial (BRUMANA, 2011, p. 11-25).

Em seu “*Dieu d’eau: entretiens avec Ogotemmêli*”,<sup>3</sup> Griaule traz à baila uma das visões metafísicas mais interessantes de que se tem notícias para o período. Suas entrevistas feitas com Ogotemmêli, “um dos espíritos mais poderosos das falésias”, nas palavras do próprio antropólogo francês (GRIAULE, 1975, p. 18), revelaram a existência de um pensamento complexo, sofisticado e dinâmico, cuja “cosmogonia [seria] tão rica quanto a de Hesíodo” (GRIAULE, 1975, p. 8).

No entanto, os mitos das criações, pois há duas criações, estão mais bem detalhados em “*Le Renard Pâle*”,<sup>4</sup> escrito por Griaule e Dieterlen em 1965. No primeiro momento, *Amma* descansava sobre o nada. *Amma* havia feito um ovo primordial, formado por quatro clavículas ovoides unidas, simbolizando uma bola, que, no início, estava fechado. Essas quatro clavículas representavam os quatro elementos (água, terra, ar e fogo) que fundariam o espaço. Quando o ovo se quebrou, todos os elementos foram espalhados inicialmente em 8 pedaços, depois 8 X 8 X 4 (quatro clavículas?), formando 256 partes que foram somadas às 8 partes iniciais e mais duas do centro, totalizando 266 partes finais. Estas, por sua vez, continuaram a se dividir infinitamente expandindo o espaço (GRIAULE; DIETERLEN, 1986, p. 81-95).

No entanto, na criação da primeira Terra, *Amma* havia feito uma espécie de peão, a partir da semente de *sene i* (*Acacia Faidherbia*), com um espinho em cada extremidade (Ver Imagem 1 abaixo). No interior desse recipiente havia todos os elementos e germes para a criação. Ao girar o “peão”, a água saiu do receptáculo, criando a desordem das coisas. Assim, *Amma* decide destruir tudo, constituindo essa a sua primeira tentativa de criar a Terra (GRIAULE; DIETERLEN, 1986, p. 114-116).

**Imagem 1 – Trabalho de Amma com a sene**



**Fonte: GRIAULE; DIETERLEN, 1986, p. 113**

<sup>3</sup> Tradução livre: Deus d’água: entrevistas com Ogotemmêli. Este livro foi publicado originalmente no ano de 1948, porém, tivemos acesso ao exemplar de 1975, que veio a público pela Librairie Arthème Fayard, de Paris.

<sup>4</sup> No presente artigo, entretanto, utilizamos a tradução em inglês, lançada pela Continuum Foundation e publicada no ano de 1986. Para mais detalhes, ver as referências bibliográficas.

A segunda tentativa de criar a Terra também se relaciona com o ovo das quatro clavículas ovoides descrito na primeira tentativa acima (GRIAULE; DIETERLEN, 1986, p. 117-128). Esta versão diferencia-se da apresentada por Ogotemmêli, a quem vamos privilegiar agora. De acordo com Ogotemmêli, um reconhecido sábio dogon, o deus *Amma* teria criado as estrelas através de “pelotas de terra” jogadas no espaço. No entanto,

Ele [*Amma*] criou o sol e a lua de acordo com uma técnica mais complicada, que não era a primeira conhecida pelos homens, mas a primeira a ser atestada em Deus: a cerâmica. O sol é, de certa forma, uma cerâmica levada ao branco de uma vez por todas, cercada por uma espiral com oito torres de cobre vermelha. A lua tem a mesma forma e seu cobre é branco. Só é aquecido pelo barro (GRIAULE, 1975, p. 19).

Na verdade, há para os dogons 14 sistemas solares, sendo que todos os astros (estrelas, planetas, satélites naturais etc.) giram em torno de si mesmos e cada qual tem um tamanho diferente. O Sol, o maior de todos os corpos celestiais, é muito maior do que a Terra, que foi criada quando o deus *Amma* “[...], pegou uma barra de barro, apertou-a na mão e jogou-a como havia feito pelas estrelas. A argila se espalha, vence ao norte, que é o topo, se estende ao sul, que é o fundo, embora tudo aconteça horizontalmente” (GRIAULE, 1975, p. 20). A lua, por sua vez, tem um papel mediano. Após a criação do sistema solar, *Amma* se deita com a Terra uma primeira vez, sem que tenha feito a excisão. Dessa relação, surge um ser defeituoso e solitário, denominado de *Thos aureus*, identificado como uma raposa pálida. Em outro momento, depois da retirada do clitóris da Terra, *Amma* se deita novamente com ela e, então,

A água, semente divina, penetrou na terra e a geração continuou o ciclo regular de germinação. Dois seres foram modelados. Deus os criou como a água. Eles eram de cor verde, em forma de pessoa e cobra. Da cabeça para trás, eles eram humanos; o fundo era de cobra. Os olhos vermelhos eram feitos como os dos homens e a língua bifurcada como os dos répteis. Os braços flexíveis não tinham articulações. Todo o corpo era verde e liso, escorregadio como uma superfície de água, coberto de pelos curtos e verdes, anunciando vegetações e germinações (GRIAULE, 1975, p. 21).

Estes seres completos e perfeitos chamados de *Nommos* foram levados ao céu, onde receberam instruções de seu pai. Do nascimento dos *Nommos*, Ogotemmêli explica que água é vida, pois é a partir da água que surge a vida na Terra. A água representaria o sêmen de *Amma*, mas também a origem da vida. Voltaremos a este ponto mais adiante. Porém, a raposa pálida tinha um papel importante a cumprir no corpus mítico dogon. Em meio a sua solidão, sem ter uma parceira, comete um crime abominável: o incesto com a Terra, tornando-a impura aos olhos de *Amma*. Daí, dada a impureza de sua consorte, o deus se afasta e resolve criar os seres humanos: “Depois de modelar uma matriz em argila úmida, ele a colocou na terra e, do alto do céu, cobriu-

a com uma bola jogada no espaço. Ele fez o mesmo pelo sexo de um homem: depois de colocá-lo no chão, lançou uma esfera que não se importava. Imediatamente as duas massas se organizaram; suas vidas foram espalhadas; membros separados do núcleo, corpos apareceram e um casal humano emergiu das regiões” (GRIAULE, 1975, p. 25).<sup>5</sup>

Este casal humano, com ajuda dos *Nommos* que substituíram *Amma* nos afazeres terrestres, deu origem a oito ancestrais. Estes, além de ensinarem as palavras, a diferença entre feminino e masculino, moldaram oito descendentes de e para si, e foram transformados em “Ancestrais-Nommos”. Os ancestrais, metamorfoseados em *Nommos*, viveram junto aos *Nommos* originais no mundo celestial em um primeiro momento. Lá, tiveram que adotar as regras dos “Nommos puros”, que dentre outras coisas, proibiram que tivessem relações sexuais para não procriarem e, assim, criassem a desordem no cosmos. No entanto, os dois primeiros ancestrais quebraram o tabu da separação e, juntamente com os demais, fugiram para a Terra. Dentre outras coisas, ensinaram aos seres humanos como era o sistema mundo, a classificação dos seres e, o mais importante, levaram um pouco de terra celestial para purificar o solo após o incesto da raposa pálida com a Terra, e roubaram “um pedaço do sol”, i.e., o fogo, cujo conhecimento seria transmitido aos seres humanos (GRIAULE, 1975, p. 35-49).

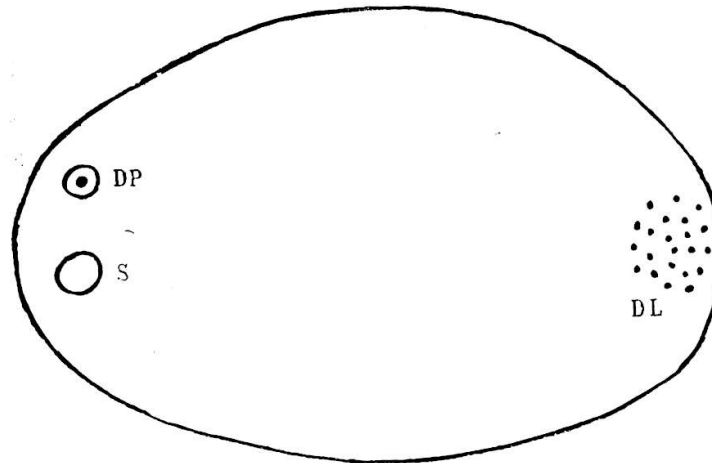
Um dos Ancestrais-Nommos, o oitavo, ainda teve que ensinar os ritos fúnebres aos seres humanos. Para tanto, teve que morrer, ou melhor, encenou sua própria morte. Desse ato, cheio de significados, pois envolve não apenas a morte e o renascimento em si, mas também o conhecimento da agricultura, surgiu o festival de *Sigui*, sendo o período mais importante desse povo (GRIAULE, 1975, p. 53-55 e 197). Da narrativa feita até o momento surge uma pergunta simples, dentre várias que poderíamos tecer, que é: onde seria o mundo celestial citado no qual os *Nommos*, ancestrais ou originais, vivem? De imediato, basta explicar que o *Sigui* tem relações com essa localidade (o mundo celestial), mas que Griaule não teve indícios disso em suas conversas com Ogotemmêli.

Apenas anos mais tarde, quando em entrevista com Ongnonlou Dolo, que à época tinha entre 60 e 65 anos de idade, que Griaule, em trabalho feito com sua esposa, Dieterlen, conseguiu nos responder a essa pergunta. Em artigo intitulado “Un système soudanais de Sirius”, publicado pelo “Journal de la Société des Africanistes”, em 1950, Ongnonlou Dolo esclareceu a ligação entre *Sigui* e o sistema estelar de Sirius, do ponto de vista dogon. Sirius A, na língua dogon, é denominada de *Sigi tolo*, que significa estrela de *Sigui*, que é a alfa de uma estrela menor, *Põ tolo* (Sirius B) (GRIAULE; DIETERLEN, 1950, p. 273-280). A Imagem 2 abaixo demonstra bem como seria o sistema estelar de Sirius para os dogons. O círculo (S) simboliza Sirius A, (DP) seria

<sup>5</sup> Ao responder a Griaule sobre a diferença entre seres humanos brancos e negros, Ogotemmêli explicou: “[...], que se os negros eram criaturas de luz extraídas em pleno sol, era à luz da lua que os brancos haviam sido criados, daí a aparência larval” (GRIAULE, 1975, p. 20).

Sirius B e (DL) a estrela mais distante de Sirius. Quando *Põ tolo* está próxima de *Sigi tolo* se torna mais brilhante e quando se afasta começa a cintilar passando a impressão de que há várias estrelas (DL).

**Imagem 2 – Trajetória de Põ tolo em torno de Sigi tolo**



**Fonte: GRIAULE; DIETERLEN, 1950, p. 281.**

No início, o festival de *Sigui* ocorria a cada 49 anos e o *hogon* (rei ou chefe) era sacrificado no sétimo ano de reinado para alimentar *Põ tolo* material e espiritualmente. Tentando evitar este fim, o oitavo *hogon*, que disse ter estado em *Põ tolo* e aprendido os seus segredos, fingiu-se de morto, retornando mais tarde e explicando que um *hogon* deveria ficar no poder por 60 anos. Para fundamentar tal alteração, o oitavo *hogon* afastou o céu da Terra, pois este poderia ser tocado com as mãos, mudando assim os cálculos de tempo. A partir de então, as semanas passaram a ter cinco dias e como ele era o oitavo *hogon*, logo o mês passaria a ter 40 dias. Disso se tira que o número 40 se torna a base de cálculo para tudo entre os dogons (um ano tem 40 semanas, por exemplo). Assim, uma pessoa deveria ser *hogon* por 60 anos tomando como cálculo o número base 40, acrescidos dos 20 dedos que uma pessoa possui. Com isso, o espaço de tempo entre dois *Sigui* foi corrigido para 60 anos (GRIAULE; DIETERLEN, 1950, p. 283).

Contudo, qual seria a ligação entre Sirius e o festival de *Sigui*? Em primeiro lugar, devemos explicar que para os dogons, *Põ tolo* (Sirius B) é branca, ao passo que *Sigi tolo* (Sirius A) é vista na cor vermelha. *Põ tolo* foi a primeira estrela criada por *Amma*, a partir de três elementos: ar, fogo e água, sendo a terra trocada por um metal. *Põ tolo* deu origem a todas as outras coisas no cosmos, a partir de germes que foram se soltando em seu movimento contínuo. As almas saem em intervalos dos *Nommos* e têm como endereço a estrela *Sorgo*, que as retornam aos *Nommos*. Por este motivo, *Põ tolo* é a casa dos “Ancestrais-Nommos” e dos *Nommos* originais, i.e., seria o mundo celestial. Em suma, *Põ tolo* é o movimento materializado, reservatório e produtor de todas as coisas. Também é importante ressaltar que os dogons afirmavam que *Põ tolo* é a menor estrela

do céu, mas a mais pesada de todas, composta por um metal denominado de *Sagala*, que é um pouco mais brilhante do que o ferro, porém, com um peso muito superior. “Na verdade, a estrela pesa como 480 cargas de burro (cerca de 35.000 kg.), como todas as sementes ou como todo o ferro terrestre, embora teoricamente do tamanho de uma pele de espalhar carne bovina ou argamassa”. Ou seja, seria do mesmo peso do Sol, mas menor do que a Terra, i.e., extremamente densa. Além disso, *Põ tolo* seria o centro do Universo (GRIAULE; DIETERLEN, 1950, p. 285-288).

Ainda dentro do sistema estelar de Sirius, para os dogons, *Põ tolo* teria outras companheiras: *Emme y a*, que seria maior do que *Põ tolo* e cerca de quatro vezes mais luminosa, viajando uma trajetória mais ampla, mas cumpriria a circulação orbital no mesmo tempo que *Põ tolo*, ou seja, em 49 anos; e *Sorgo Fêmea*, que seria a sede das almas femininas e de todos os seres vivos, sendo a única a emitir raios solares e é acompanhada por uma espécie de satélite (outra estrela) de nome *Nyân tolo* (Estrela das mulheres) (GRIAULE; DIETERLEN, 1950, p. 287-288). Assim, o festival de *Sigui* tem relação com a circulação de Sirius B em volta de Sirius A, cujo tempo de órbita seria executado em 49 anos, de acordo com os dogons. Ainda, o sistema estelar de Sirius teria a própria *Sigi tolo* (Sirius A), *Põ tolo* (Sirius B) e mais duas estrelas *Emme y a* e *Sorgo Fêmea*, tendo esta última uma estrela satélite, *Nyân tolo*. Deste complexo sistema, os astrônomos só conseguiram provar as existências de Sirius A e B, mas acreditam que possa existir uma terceira estrela, dada a oscilação orbital. Além disso, o período de volta de Sirius B em torno de A teve um acerto quase que preciso pelos dogons (ver discussão abaixo). Com relação ao que sabemos desse Sistema Estelar nos dias de hoje, passarei a discutir no próximo subitem.

### Entendendo o Sistema Estelar de Sirius

Carl Sagan, em uma entrevista, foi questionado sobre a ausência de indícios de vida alienígena, ao que respondeu: “A ausência de evidência não significa evidência da ausência”. É com este pensamento que vamos tentar apresentar o Sistema Estelar de Sirius. O Sistema Estelar de Sirius está localizado na Constelação de Cão Maior, a aproximadamente 8,7 anos-luz de distância da Terra. Sirius A ( $\alpha$  Canis Majoris) é uma estrela binária branca que orbita entre si em um período de 50,1 anos. A distância entre as duas estrelas é de 20 Unidades Astronômicas (UA). Sirius B (Procyon -  $\alpha$  Canis Minoris) foi descoberta no ano de 1862 por Alvan G. Clark e seu pai, sendo confirmada a sua existência ainda no mesmo ano por Bond. Contudo, apenas em 1915, o espectro de Sirius B foi fotografado e, em 1944, foi classificada como uma estrela branca anã (BOND et al., 2017, p. 1-2).



Do período em que Sirius B foi descoberta até o ano de 1978, tem-se algumas conclusões sobre esta estrela: há uma perturbação em sua órbita astrométrica; e Sirius B é uma das mais massivas estrelas brancas anãs. Em pesquisa que se iniciou em 2001, utilizando o Telescópio Espacial Hubble (Hubble Space Telescope -HST), uma equipe de cientistas detectou, através das ondulações orbitais de Sirius B, a provável existência de um “terceiro corpo estelar”, de massa baixa, no Sistema Estelar analisado (BOND *et al.*, 2017, p. 2).

Entretanto, a possibilidade de existência de um terceiro corpo no Sistema Sirius tem aparecido inúmeras vezes: Kamp, em 1971; Greenstein e outros, no mesmo ano; Lindenblad, dois anos depois, e Brosch, no ano de 2008 (BOND *et al.*, 2017, p. 8). Um estudo em particular, feito por Benest e Duvant, em 1995, contudo, chamou-nos atenção. De acordo com esses autores, vários cientistas vêm pesquisando o Sistema Sirius e a possibilidade da existência de um terceiro corpo. De maneira geral, os resultados são inconclusivos, havendo quem admita a interferência na órbita de seis anos e os que não encontram nenhuma mudança significativa. Porém, estudos datados entre 1985 e 1990, através da mudança de cor de Sirius A, indicam a possibilidade de existir de fato uma nova estrela no Sistema (BENEST; DUVANT, 1995, p. 621).

Benest e Duvant tentam esclarecer esse fenômeno admitindo a existência de um terceiro corpo, que seria denominado de Sirius C, mas sem saber se essa estrela orbita apenas Sirius B ou, tão-somente Sirius A, ou ambas. Utilizando de um “restrito modelo de três corpos”, estes astrofísicos concluem que a massa de Sirius C deve ser pequena, em função da oscilação gravitacional ser feita a cada 6 anos, pois se fosse um corpo maciço acabaria com o sistema binário de Sirius. Para além disso, dada a perturbação orbital, concluem que a velocidade em órbita de Sirius C seria extremamente alta, e seu movimento de translação aconteceria tão-somente ao redor de Sirius A (BENEST; DUVANT, 1995, p. 622-627). Para entendermos melhor tudo o que foi dito até o momento, passaremos a cotejar os mitos dogons e o que a Ciência nos diz sobre o que foi relatado por Ogotemmêli e Ongnonlou Dolo. Esse exercício tem como interesse entendermos a aplicabilidade dos mitos dogons para a Astrofísica.

### **A astrofísica através de Ogotemmêli e de Ongnonlou Dolo**

Várias civilizações fazem referências à Estrela Sirius ( $\alpha$  Canis Majoris). Para os egípcios, por exemplo, o período de inundação do rio Nilo, de junho a setembro, provocado por chuvas abundantes, coincidia com o nascer helíaco de *Sothis* (Sirius -  $\alpha$  Canis Majoris), e marcava o início do ano, que era formado por 365 dias, divididos em 12 meses de 30 dias e acrescido de cinco dias. Sabe-se também que os gregos antigos tinham grande apreciação pela astronomia, cabendo a Sirius destaque por ser a mais brilhante estrela de todo o céu (CAPOZZOLI, 2011, p. 17-19). No entanto,

desconhecemos um povo que tenha incorporado Sirius em sua estrutura cosmogônica como os dogons, assim como todo um pensamento astronômico. A começar pelo ovo primordial de *Amma*, que poderia ser relacionado à teoria de *Big Bang* e o átomo primordial, que para Steiner, através do estudo de Georges Lemaitre, “[...] o universo teria surgido de uma explosão, de um “átomo primordial”” (STEINER, 2006, p. 241).

Além disso, o fato de o Sol ser a estrela mais brilhante do nosso céu, para os dogons, tem relação com as questões de visões bidimensionais dos povos (STEINER, 2006, p. 241), mas também com a noção de tempo e distância, já que se o Sol estivesse localizado na posição de Sirius, brilharia 22 vezes menos, uma vez que se encontra a oito minutos-luz da Terra, cabendo uma consideração: “Uma estrela pode ser muito luminosa, mas aparecer com pouco brilho no céu da Terra, por sua enorme distância. Ou não ser intrinsecamente tão luminosa, mas parecer brilhante no céu, como ocorre com o Sol, devido a comparativa pouca distância a que a Terra se encontra dele” (JATENCO-PEREIRA, 2011, p. 157-158). Apenas pela assertiva do átomo primordial e do ovo de *Amma*, teríamos uma série de questões das mais diferentes. Todavia, não reside aí o aspecto mais misterioso do conhecimento que os dogons tinham do Universo. Em se tratando de *Sigi tolo* (Sirius A) e de *Põ tolo* (Sirius B), os dogons afirmavam que *Põ tolo* cumpria o seu movimento de translação em 49 anos, ao passo que os estudos astronômicos definem como algo um pouco superior a 50 anos.

Em outro momento, *Põ tolo* aparece como a menor e mais densa das estrelas do céu para os dogons. A Ciência não confirma a assertiva sobre ser a menor das estrelas, mas valida a densidade de Sirius B e é declarada em 1944 como uma estrela anã branca, como vimos. E, por último, o mais impressionante, o fato de existir uma terceira estrela no Sistema Estelar de Sirius, que vem sendo discutido pelos astrofísicos desde 1971 até os dias atuais. Através das confirmações científicas sobre parte do que os mitos dogons revelam a respeito de Sirius, nasceu uma série de discussões das mais diversas que nos parece ter suas raízes em princípios racialistas, e até mais racistas, em que o conhecimento dos dogons, que aparece através do festival de *Sigui*, muitas vezes não tem qualquer significado.

### **“A verdade está lá fora”: as reminiscências primitivistas e o etnocentrismo epistemológico**

Em 1968, um certo Erich von Däniken publicava a obra “Eram os deuses astronautas?”,<sup>6</sup> na qual afirmava que a sofisticação das civilizações antigas, sobretudo as egípcias e americanas, devia-se aos contatos com seres interplanetários que passaram seus conhecimentos para os seres

<sup>6</sup> Para o presente estudo utilizamos a edição brasileira feita pela Melhoramentos e publicada em 2010.

humanos. Assim, as pirâmides, os conhecimentos cosmogônicos, medicinais e etc, foram trazidos de fora do planeta Terra por civilizações extremamente evoluídas (DÄNIKEN, 2010).

Däniken, malgrado tenha investido nas ligações entre civilizações antigas e extraterrestres, não escreveu uma só linha sobre o povo dogon, ficando tal empreitada a cargo de Robert Temple. Ele, então, publicou o seu “The Sirius Mystery”, no ano de 1976,<sup>7</sup> e trouxe uma série de ideias para os estudos dentro do campo da “Ufologia”, a partir do que Griaule e Dieterlen apresentaram sobre os dogons e do que foi escrito por Däniken. Em suma, Robert Temple descreve a cosmogonia dogon através de um possível contato com uma civilização alienígena, que reside em Sirius. Daí, toda a estrutura mental que os dogons construíram foi fomentada a partir dessas informações trazidas pelos seres extraterrestres e não construídas por eles mesmos (TEMPLE, 1987).

Carl Sagan, astrofísico, escritor e leitor de Temple, do mesmo modo que seu guru e Däniken, descartou qualquer possibilidade de os dogons terem desenvolvido tal conhecimento astronômico por si mesmos. Porém, ao invés de remeter a origem do conhecimento dos dogons a seres interplanetários, foi ao básico de sempre, os europeus:

Os dogon têm um conhecimento impossível de adquirir sem o telescópio. A clara conclusão é que eles tiveram contato com uma avançada civilização tecnológica. A única questão é qual civilização – extraterrestre ou europeia? Muito mais crível do que uma antiga incursão educacional extraterrestre entre os dogon pode ser um contato relativamente recente com europeus cientificamente alfabetizados que transmitiram ao dogon o notável mito europeu de Sirius e sua companheira anã branca, um mito que tem todos os sinais superficiais de uma história esplêndida e inventiva. Talvez, o contato ocidental veio de um visitante europeu para a África, ou das escolas francesas locais, ou talvez de contatos na Europa por africanos ocidentais induzidos a lutar pelos franceses na Primeira Guerra Mundial (SAGAN, 1979, p. 104).

Walter E. A. van Beek também desconsiderou o conhecimento dos dogons, mas diferente dos demais, afirmou que quem introduziu toda a cosmologia aos dogons foi o próprio Griaule, ou melhor, Griaule entendeu tudo que foi revelado a partir de seu próprio conhecimento prévio sobre astrofísica. Nesse “detalhe”, Griaule compreendeu de uma forma e, posteriormente, influenciou os dogons, que o absorveram e construíram toda uma cosmologia em volta da confusão feita por Griaule de muito bom grado (BEEK, 2008). Aparentemente, a obra de Temple, cuja escola foi desenhada por Däniken, corrobora com a cosmogonia dogon. Na verdade, reforça sua possível veracidade. Entretanto, esconde uma sutileza nefasta: o princípio de atraso desse povo, pois para esses autores (Temple e Däniken), resguardadas as políticas publicitárias que envolvem o tema da ufologia, seria inconcebível que um povo de um continente representado como atrasado ter esse tipo de conhecimento tão sofisticado.

---

<sup>7</sup> A obra que utilizamos foi publicada pela editora Century em 1987.

Próximos a eles, pelo viés de um primitivismo velado, estão Sagan e Beek. O primeiro, como escreveu Mudimbe, não entendeu que o festival de *Sigui* se relaciona com o ciclo orbital de Sirius B, ocorrendo, inicialmente, a cada 49 anos e, atualmente, no período de 60 anos; segundo, Sagan não demonstra que houve um europeu que apresentou toda essa astronomia aos dogon, mas, apenas levantou a hipótese. Disso, surge outro “detalhe”, teríamos que ter um europeu que tivesse essas informações anteriores ao ano de 1847, quando o festival foi comemorado, por exemplo; e, terceiro, que corrobora com a crítica anterior, Sirius B só foi conhecida pelo ocidente em 1862, mas houve um *Sigui* em 1847 e outro no ano de 1787. Dessa forma, como um europeu poderia ter influenciado os dogons? (MUDIMBE, 2019, p. 38).

O que ainda nos parece ser mais catastrófico é o fato de que os mitos foram interpretados de forma literal por Temple e por Sagan. Aí reside a sutileza que altera toda a compreensão mítica. Como demonstrou Jean-Pierre Vernant, nos mitos há uma ordem do real e outra que é do domínio da ficção. Ambas se correlacionam para dar ao mito um caráter mnemônico, ou seja, para se fixar entre os grupos (VERNANT, 2009, p. 230). Assim, Temple e Sagan não souberam separar “o joio do trigo”. Pelo contrário! Preferiram se apoiar na ideia do primitivismo dos dogons e nas influências externas, sejam elas alienígenas ou europeias. Quanto a Beek, pensamos que as críticas de Mudimbe endereçadas à Sagan poderiam ser extensivas a ele, sem dúvidas. Porém, cabe um pequeno adendo: Griaule, Dieterlen e sua filha ficaram por anos estudando os dogons. Sabiam a língua, os costumes, as formas de relacionamentos e outras questões. Com isso, seria difícil conceber que Griaule teria cometido o erro descrito por Beek, a menos que acreditássemos no dolo de Griaule e não em sua culpa, que não parece ser verídica.

Em suma, parafraseando Mudimbe, parece que todos esses autores acreditavam no primitivismo dogon, seja pelo viés dos extraterrestres e dos europeus ou pela possibilidade de Griaule ter transmitido o conhecimento. Além disso, há um “etnocentrismo epistemológico”, pois há “[...] a crença de que, cientificamente, não há nada a se aprender com ‘eles’ a não ser que já seja ‘nosso’ ou que venha de ‘nós’” (MUDIMBE, 2019, p. 40). No próximo subitem do artigo, passaremos a explorar as possibilidades de usos dos mitos dogons no ensino e na luta contra o preconceito de cor no Brasil. Para tanto, articularemos a possibilidade de fomentar um trabalho transversal entre as Ciências da Natureza (Astrofísica) e das Ciências Humanas (História).

### **O BNCC, a transversalidade da Lei 10.639/03 e a luta antirracista**

A constituição da sociedade brasileira foi, poderíamos afirmar de maneira categórica, forjada de forma complexa e sob muitos caminhos, das quais a construção da cor como categoria e referência, e isso ainda antes da invenção da ideia de raça. Na tentativa de alterar esse quadro,

em 09 de janeiro de 2003 foi promulgada a Lei 10.639, que alterou a Lei 9.394, instituindo a obrigatoriedade da História da África e da cultura afro-brasileira. Malgrado houvesse um crescimento exponencial nas pesquisas sobre África no país (FERREIRA, 2010, p. 74), na prática o que se percebe é a quase inexistência e a resistência de se ensinar conteúdos sobre aquele continente e da cultura afro-brasileira nas escolas (RAMOS, 2015, p. 235). As vicissitudes da aplicação da Lei 10.639/03 nas escolas podem se ancorar em uma série de possibilidades, mas que de maneira geral, orbitam os campos da desinformação e do preconceito (CAPUTO, 2015, p. 790). Ponto importante que não deve ser mitigado no presente capítulo, é a clara inversão de valores, ao se engessar a História da África a uma suposta História da “dita diáspora africana” no Brasil. Disso, surgem problemas que se tornam incontornáveis, como a essencialização, princípio de uma unidade cultural africana, homogeneidade na “experiência negra” etc. (SANTOS, 2013, p. 39-64).

Estes vieses transformam as ricas histórias dos povos do continente africano em uma militância desacerbada, sem fim e rumo, contribuindo mais para realçar diferenças ditas raciais, do que uma luta antirracista verdadeiramente igualitária, pois ao fim e ao cabo cria-se um “racismo antirracista” (APPIAH, 1997, p. 56-64) que nada acrescenta na dissolução do problema. Ao subverter a lógica da igualdade no direito à diferença da cultura dada pela raça, cairíamos em celas muito bem constituídas em que se aprisionam as mais belas cosmogonias dos povos africanos, como é o caso, por exemplo, dos dogons. Em publicação do site Geledés, de 10 de novembro de 2009, Clóvis Moura disse que: “A religião negra é o candomblé, perseguida pela polícia”. Depois, finalizou: “Mas do ponto de vista cultural, Salvador é uma cidade negra e com traços de cultura ainda africanos, como o candomblé” (MOURA, 2009).

Ora, pelo que vimos, a cosmovisão dos dogons não tinha absolutamente nenhuma ligação com o candomblé. Esse é um claro caso de “objetificação militante/essencialista da África”. Ou seja, na tentativa de formular conexões entre os negros do Brasil com os “africanos”, muitos acabam reduzindo as realidades destes povos às que estão fantasiadas em nosso país para os indivíduos negros. A ideia não é criar uma realidade que retroalimenta a desigualdade e/ou a ideia de raça, mas a de demonstrar que o princípio de que existem raças e, portanto, culturas racializadas é que deve ser urgentemente alterado. Ao analisar as representações da África no Brasil, Zamparoni afirmou existirem duas correntes opostas, mas que se ligam em seus meandros. A primeira, denominada de hegeliana, estaria vinculada a uma visão de atraso, a-histórica, miséria, doença e outras mazelas no continente africano. A outra, batizada pelo autor de “Mama África”, faz da África um lugar paradisíaco, homogêneo, rico etc. Ambos, criam uma África estranha aos povos do continente africano e atemporal (ZAMPARONI, 2007, p. 46-48).

O que devemos entender é que nós brasileiros, indiferente de cor ou “raça”, somos herdeiros de parte das ricas culturas dos povos do continente africano, que é extremamente

heterogênea. Após isso, começamos a enfrentar o problema criado pelos “hegelianistas”, demonstrando as complexidades e as sofisticações dos pensamentos desses povos, como é o caso analisado no presente artigo sobre os dogons. Estes, constituem exemplo claro dessa profundidade de pensamento. Destituídos de equipamentos modernos capazes de revelar suas afirmações da astrofísica, este povo não apenas tinha um conhecimento que estava além daquele que o Ocidente possuía e ainda o é capaz de conceber, e que em nada se relaciona com o candomblé ou com a ideia de raça negra. Mas, como aplicar essas pontuações no ensino? A nossa primeira possibilidade é a de fomentar um trabalho que utilize da transversalidade.

Neste sentido, o BNCC traz o seguinte: “[...], cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora”, com destaque para a “educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008)”.<sup>8</sup> Em suma, existe na própria BNCC essa informação e sugestão. O que poderíamos realizar de forma consistente seria um esforço a fim de enquadrar os conteúdos da Astrofísica e da História dentro da interdisciplinaridade. De acordo com Miranda, Miranda e Ravaglia,

Pensar a interdisciplinaridade enquanto processo de integração recíproca entre várias disciplinas campos de conhecimento é sem dúvida, uma tarefa que demanda, de nossa parte, um grande esforço no rompimento de uma série de obstáculos ligados a uma racionalidade extremamente positivista da sociedade industrializada. Cabe-nos voltar para uma visão integrada do meio em que vivemos (MIRANDA; MIRANDA; RAVAGLIA, 2010, p. 12).

Assim, a interdisciplinaridade é um caminho para buscar o conhecimento, sem compartimentar saberes por áreas. Pelo contrário, a ideia é integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados. Com isso, pretendemos demonstrar que fenômenos ligados, por exemplo, a astronomia, podem ser intrínsecos aos aspectos culturais de uma dada sociedade, e que a política pode adulterar os saberes à medida que hierarquiza quais grupos podem ou não ser emanadores de conhecimento (racismo?). Neste sentido, mais do que atacar a fragmentação das ciências, a interdisciplinaridade permite a compreensão do todo humano, que não se dissocia da natureza, do espaço, do cosmos etc.

Mas, para quais anos esse conteúdo poderia ser ministrado? Na própria Base Nacional Comum Curricular há informações para quais anos aplicar esse trabalho transversal e interdisciplinar. Assim, investigando e cotejando os conteúdos das duas áreas do conhecimento

---

<sup>8</sup> BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 19.

(Astrofísica e História), chegamos ao princípio de que haveria um melhor diálogo se este projeto estivesse centrado nos 8º e 9º anos do ensino básico e no médio também. Para a área de Ciências da Natureza do 8º ano está assim:

(EF08CI12) Justificar, por meio da construção de modelos e da observação da Lua no céu, a ocorrência das fases da Lua e dos eclipses, com base nas posições relativas entre Sol, Terra e Lua.

(EF08CI13) Representar os movimentos de rotação e translação da Terra e analisar o papel da inclinação do eixo de rotação da Terra em relação à sua órbita na ocorrência das estações do ano, com a utilização de modelos tridimensionais.<sup>9</sup>

No caso do 9º ano, a questão também parece seguir o mesmo rumo:

(EF09CI14) Descrever a composição e a estrutura do Sistema Solar (Sol, planetas rochosos, planetas gigantes gasosos e corpos menores), assim como a localização do Sistema Solar na nossa Galáxia (a Via Láctea) e dela no Universo (apenas uma galáxia dentre bilhões).

(EF09CI15) Relacionar diferentes leituras do céu e explicações sobre a origem da Terra, do Sol ou do Sistema Solar às necessidades de distintas culturas (agricultura, caça, mito, orientação espacial e temporal etc.).

(EF09CI16) Selecionar argumentos sobre a viabilidade da sobrevivência humana fora da Terra, com base nas condições necessárias à vida, nas características dos planetas e nas distâncias e nos tempos envolvidos em viagens interplanetárias e interestelares.

(EF09CI17) Analisar o ciclo evolutivo do Sol (nascimento, vida e morte) baseado no conhecimento das etapas de evolução de estrelas de diferentes dimensões e os efeitos desse processo no nosso planeta.<sup>10</sup>

No que concerne as Ciências Humanas, para o 8º ano há a seguinte observação: “(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia”.<sup>11</sup> Para a habilidade do 9º ano, busca-se: “(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais”.<sup>12</sup>

Através de todas essas habilidades propostas no BNCC é que se pretende desenvolver um trabalho de interdisciplinaridade, ficando óbvio que há um diálogo possível. De um lado, os estudos do Sistema Solar, da Terra, da Galáxia e do Universo; e de outro, as teorias racialistas e racistas. Aqui, é fácil demonstrar como essas teorias acabaram por mitigar o conhecimento que alguns povos do continente africano tinham sobre o Universo, em especial dos dogons, em nome de uma ideologia de superioridade racial, que, ao fim, justificou o imperialismo. No caso do Ensino Médio, a questão fica ainda mais clara. Dentre as várias habilidades para se trabalhar em Ciências

<sup>9</sup> BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 349.

<sup>10</sup> Idem, p. 350

<sup>11</sup> Idem, p. 427.

<sup>12</sup> Idem, p. 429.

da Natureza, destacamos a “(EM13CNT201) Analisar e discutir modelos, teorias e leis propostos em diferentes épocas e culturas para comparar distintas explicações sobre o surgimento e a evolução da Vida, da Terra e do Universo com as teorias científicas aceitas atualmente”.<sup>13</sup> Em termos de Ciências Humanas, temos como Competência a seguinte:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.<sup>14</sup>

Essa competência tem como habilidade a de

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.<sup>15</sup>

Novamente, há a possibilidade de existir um trabalho interdisciplinar. Para as Ciências da Natureza, existe a preocupação em se discutir e entender os modelos e teorias para o surgimento do Universo e da vida em conformidade com as várias culturas, em seus contextos espaço-temporal. Nas Ciências Humanas a questão de ordem (Competência e Habilidade), centra-se no aspecto do etnocentrismo e do racismo.

Com esses levantamentos, o(a)s docente(s) pode(m) iniciar um projeto interdisciplinar com vistas ao impacto negativo do racismo para com a Ciência. Os dogons tinham um conhecimento sobre o Sistema Solar, a Via Láctea, o Universo e, o mais importante, sobre o Sistema Estelar de Sirius detalhado. Esse conhecimento dogon estava muito mais à frente daquele que o próprio Ocidente possuía. No entanto, por ser africano, no plano do discurso, os dogons compunham o mosaico daquilo que foi denominado pelo Ocidente de raça atrasada, selvagem e sem conhecimento. Do mesmo modo, inverte-se a hierarquia conhecida, em que apenas o Ocidente é o emanador do conhecimento científico.

A nossa proposta opera no viés da transversalidade da Lei 10.639/03, não no sentido dos estudos étnico-raciais, mas em uma perspectiva ligada à História da África e do combate ao racismo. Não procuramos tecer considerações sobre a dita diáspora africana como se o

<sup>13</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018, p. 557.

<sup>14</sup> Idem, p. 571.

<sup>15</sup> Idem, p. 572.



conhecimento dogon fosse algo do “povo negro”, mas no sentido de discutir como um saber cosmogônico foi sonogado pelo simples fato de vir de um povo da África e, portanto, dentro da concepção racialista em voga naquele momento, incapaz de fazer ciência.

### **Considerações Finais**

O presente estudo teve como objetivo explorar os usos dos mitos dogon e seu conhecimento sobre o Universo, em especial sobre o Sistema Estelar de Sirius, como uma ferramenta ao combate ao racismo.

A nossa ideia seria o uso interdisciplinar entre as Ciências da Natureza e Humana nas escolas para os 8º e 9º anos do Ensino Básico, e para o Ensino Médio, dentro da transversalidade própria da Lei 10.639/03. Assim, ao analisarmos as habilidades exigidas, percebemos que há um profícuo diálogo entre conhecimento do cosmos e o racismo. Neste sentido, os dogons servem não apenas como inspiração para aqueles e aquelas que desejam saber mais sobre este povo, mas também como um forte exemplo que ausência ou existência de conhecimento científico não tem relação com a cor da pele. Ainda nesta discussão, também não objetivamos demonstrar que há uma ligação entre homens e mulheres de diferentes tons de pele não branca, nascidos no Brasil com os dogons pelo simples fato de terem tons negros, mas que o uso correto do exemplo desse povo serve para o combate ao preconceito de cor no Brasil, uma vez que demonstra que o discurso de atraso existe no ideológico e não é uma realidade palpável.

Por último, seria importante inquirirmos os estudos da ufologia que conectam os conhecimentos dos ditos “povos antigos” com seres extraterrestres. Esse tipo de afirmação, acaba separando os povos entre os que “têm” e os que “não têm” tecnologia. Como se a tecnologia fosse o aspecto principal para se alcançar o conhecimento e não o de provar e/ou refutar afirmações científicas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BARROS, Denise Dias. **Itinerários da loucura em territórios dogon**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

BEEK, Walter E. A. Dogon Restudied: A Field Evaluation of the Work of Marcel Griaule. **Current Anthropology**. Vol. 32, No. 2., pp. 139-167, 1991.

BENEST, Daniel; DUVENT, Jean-Louis. Is Sirius a triple star? **Astronomy and Astrophysics**. v.299, p. 621-628, 1995.

BOND, Howard E. *et al.* The Sirius System and Its Astrophysical Puzzles: Hubble Space Telescope and Ground-based Astrometry. **The Astrophysical Journal**. v. 840, n. 70, p. 1-17, 2017.

BRUMANA, Fernando Giobellina. **O sonho dogon: nas origens da etnologia francesa**. São Paulo: Edusp, 2011.

CAPUTO, Stela Guedes. Aprendendo yorubá nas redes educativas dos terreiros: história, culturas africanas e enfrentamento da intolerância nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**. v. 20, n. 62, p. 773-796, 2015.

CAPOZZOLI, Ulisses. Uma pré-história do céu. In: PICAZZIO, Enos (Coord.). **O céu que nos envolve: Introdução à astronomia para educadores e iniciantes**. São Paulo: Odysseus Editora, 2011. 284p., p. 12-26.

DÄNIKEN, Erich von. **Eram os deuses astronautas?** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2010. 180p.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. A. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. **Revista Brasileira de História**. v. 30, nº 59, p. 73-90, 2010.

GRIAULE, Marcel; DIETERLEN, Germaine. Un système soudanais de Sirius. **Journal de la Société des Africanistes**, 1950, tome 20, fascicule 2.

JATENCO-PEREIRA, Vera. Sol. In: PICAZZIO, E. (Coord.). **O céu que nos envolve: Introdução à astronomia para educadores e iniciantes**. São Paulo: Odysseus Editora, 2011, p. 153-175.

MIRANDA, Fátima Helena da Fonseca.; MIRANDA, José Arlindo.; RAVAGLIA, Rosana. Abordagem Interdisciplinar em Educação Ambiental. **Revista Práxis**, Vol. II, nº 4, p. 11 – 16, 2010.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2019.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofias africanas: das independências às liberdades**. Maputo: Edições Paulistas - África, 1993.

RAMOS, Aline Oliveira. **Práticas de discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental: sentidos de professoras**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Vitória da Conquista, 2015.

SAGAN, Carl. **Broca's Brain: Reflections on the Romance of Science**. New York: Presidio Press, 1979.

SANTOS, José Antônio dos. História e Cultura Afro-Brasileira e Movimento Negro. **Momento**. v. 22, n. 2, p. 39-64, 2013.

STEINER, João Evangelista. A origem do universo. **Estudos Avançados**. v.20, n.58, p.232-248, 2006.

TEMPLE, Robert K. G. **The Sirius Mystery: New Scientific Evidence of Alien Contact 5,000 Years Ago**. London: Century, 1987. 349p.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre mito e política**. São Paulo, Edusp, 2009.

ZAMPARONI, Valdemir. A África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro, **Cienc. Cult.** v.59, n.2, p.46-49, 2007.

## FONTES

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: <13 out 2021>.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Disponível em:

<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)>.

Acesso em: <13 out 2021>.

GRIAULE, Marcel. **Dieu D'eau: entretiens avec Ogotemmêli**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1975.

GRIAULE, Marcel; DIETERLEN, Germaine. **The Pale Fox**. Arizona: Continuum Foundation, 1986.

MOURA, Clóvis. **Portal Geledés**: 10 nov. 2009, A nação afro-brasileira – Entrevista com Clóvis Moura, Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nacao-afro-brasileira-entrevista-com-clovis-moura/>>. Acesso em: 19 set. 2021.

Recebido em: 10/02/2022

Aprovado em: 18/09/2022



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

**Danilo Ferreira da Fonseca**

# **CENTROS DE MEMÓRIA E ENSINO: A FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA E A DIFUSÃO DA HISTÓRIA DE RUANDA**

**MEMORY CENTERS AND TEACHING: THE RWANDAN  
PATRIOTIC FRONT AND THE DISSEMINATION OF  
RWANDAN HISTORY**

**RESUMO:** O presente artigo tem o intuito de analisar o modo que a história recente de Ruanda é divulgada e interpretada nos centros de memória criados a partir do genocídio de 1994 em diferentes regiões, se aprofundando mais no conteúdo divulgado pelo memorial de Kigali. Tais centros de memória são importantes locais para a difusão da história ruandesa, e possuem uma interpretação histórica que está diretamente ligada à um projeto de poder da Frente Patriótica Ruandesa e de sua liderança, o General Paul Kagame. O presidente General Kagame já comanda Ruanda por mais de duas décadas, e tem construído um governo controverso, com supostos bons resultados no crescimento econômico, diminuição da pobreza e estabilidade política, mas que são atingidos a partir de dados questionáveis, assim como com uma dose significativa de repressão e autoritarismo. A escolha e valorização de determinados episódios e sujeitos históricos, assim como o apagamento e silenciamento de outros, podem nos demonstrar como o controle da história e projetos autoritários caminham lado a lado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Centros de Memória; Ensino de História; Ruanda.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the way in which the recent history of Rwanda is disseminated and interpreted in the memory centers created after the 1994 genocide in different regions, delving deeper into the content disclosed by the Kigali memorial. Such memory centers are important places for the dissemination of Rwandan history, and have a historical interpretation that is directly linked to a power project of the Rwandan Patriotic Front and its leadership that orbits General Paul Kagame. President General Kagame has ruled Rwanda for more than two decades, and has built a controversial government, with supposedly good results in economic growth, poverty alleviation and political stability, but which are achieved with questionable data, as well as with a dose of significant repression and authoritarianism. The choice and valorization of certain episodes and historical subjects, as well as the erasure and silencing of others, show us how the control of history and authoritarian projects go hand in hand.

**KEY WORDS:** Memory Centers; History Teaching; Rwanda.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## **CENTROS DE MEMÓRIA E ENSINO: A FRENTE PATRIÓTICA RUANDESA E A DIFUSÃO DA HISTÓRIA DE RUANDA**

Danilo Ferreira da Fonseca <sup>1</sup>

### **Introdução**

Em julho de 1994, a Frente Patriótica Ruandesa conquistou boa parte do território ruandês, prendendo ou expulsando muitos perpetradores do genocídio e apoiadores do antigo regime do Presidente General Juvenal Habyarimana. O grupo opositor, constituído majoritariamente por exilados políticos e seus familiares (e/ou descendentes) de diferentes momentos dos contextos pós independência de Ruanda<sup>2</sup> deu fim à um dos maiores genocídios do século XX. Os grupos apoiadores do governo da Segunda República Ruandesa, constituídos majoritariamente por ruandeses ligados à partidos governistas, assim como suas violentas milícias e o Exército ruandês, que se identificavam como Hutus, assassinaram centenas de milhares de ruandeses que eram entendidos e se identificavam como tutsis e também milhares de hutus que faziam parte da oposição política, ou que eram contrários ao genocídio.

O ciclo de violência em Ruanda não se encerra com o fim do genocídio. Milhares de ruandeses hutus fogem do país com medo de represálias, mesmo que a maioria deles fossem inocentes, e se refugiam em campos de refugiados do Congo, locais em que ocorre parte de um contra-genocídio, com o extermínio de milhares de ruandeses, muitos dos quais crianças e mulheres. No entanto, ao contrário do genocídio de 1994, esta história é pouco contada e ainda não julgada pelas cortes internacionais, assim como as diversas violências cometidas pelo novo regime ruandês, controlado pelo General Paul Kagame, líder da Frente Patriótica Ruandesa, e a principal figura política ruandesa desde o fim do genocídio, comandando as tropas ruandesas na invasão da República Democrática do Congo nas duas Guerras do Congo (1996 – 1997 e 1998-2006).<sup>3</sup>

No poder como presidente desde 2000, Kagame comanda Ruanda de forma dura e autoritária, não dando margem para a oposição, imprensa livre, eleições e, na mesma medida,

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), campus Irati e professor permanente do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da mesma instituição. [daniloffonseca@gmail.com](mailto:daniloffonseca@gmail.com)

<sup>2</sup> No início do século XX, Ruanda foi uma colônia da Alemanha, mas que foi transferida para a Bélgica após a derrota alemã na primeira Guerra Mundial.

<sup>3</sup> A Primeira Guerra do Congo teve como um de seus motivos mais imediatos uma fragilidade do regime de Mobutu, fazendo com que a oposição tomasse Kinshasa com apoio da Frente Patriótica Ruandesa, liderada por Paul Kagame, o qual lançou ofensivas contra hutus congolezes em um movimento de contra-genocídio. A primeira guerra do Congo deu as bases para a Segunda Guerra do Congo entre 1998 e 2006, em que Ruanda se fez mais presente no leste do país vizinho. Tal conflito que envolveu em torno de uma dezenas de países africanos (e também conhecido como Guerra Mundial Africana), assassinou algo em torno de 3,8 milhões de pessoas.

para a História. O modo de se narrar e ensinar a história ruandesa se tornou monolítica e diretamente alinhada com os interesses de um regime autoritário que já se perdura por mais de 20 anos no poder. O presente artigo visa discutir como ocorre a difusão da história ruandesa após o genocídio de 1994, tendo como principal foco os Centros Memoriais do Genocídio de Ruanda que possuem uma participação bastante ativa para a construção de uma visão e consciência histórica em Ruanda. Tais centros são responsáveis por divulgar uma série de informações não só do genocídio, mas também de outras temporalidades históricas ruandesas que acabam por balizar a própria visão que o governo possui acerca dos eventos de 1994.

Para conseguirmos compreender este problema, analisamos o material divulgado em seis sites de memórias e também do *Genocide Archive of Rwanda*, que é um dos responsáveis por articular o funcionamento de tais instituições, a partir da *National Commission for the fight Against genocide*. Antes de entrarmos mais diretamente na descrição e análise de tais materiais dos Centros Memoriais, precisamos deixar mais claro as principais características do atual regime ruandês e a sua própria constituição histórica recente, de modo que conseguiremos entender melhor as interpretações históricas produzidas por tais mecanismos governamentais.

### **Autoritarismo na sociedade ruandesa**

Após os acontecimentos de 1994 em Ruanda, o diagnóstico de especialistas e a previsão política para o país era de um cenário bastante pessimista, em que a paz social, crescimento econômico e estabilidade política não seriam atingidos à curto ou médio prazo. Passados mais de duas décadas do genocídio, o que ocorreu em Ruanda foi surpreendente para muitos analistas, na medida que são divulgados dados oficiais positivos em diversos setores da sociedade, como um crescimento econômico significativo, diminuição da pobreza, estabilidade política, que levou Ruanda a receber o apelido de “Cingapura da África”. Tal projeto tem como seu principal fiador e figura pública, o atual presidente Paul Kagame, que frente à tais conquistas se tornou um político bastante reverenciado por alguns mecanismos internacionais e importantes países na geopolítica contemporânea, angariando apoio político e econômico de boa parte da comunidade internacional. Comandando o país com a Frente Patriótica Ruandesa, Kagame se tornou uma referência e um modelo político para agências internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, se tornando inclusive o “Homem do ano” de 2019 pela revista Forbes África, indicando que Kagame seria uma figura política em que outros países africanos deveriam se espelhar.

A Frente Patriótica Ruandesa e Paul Kagame já acumulam mais de duas décadas de poder, em que desde que a FPR expulsou e prendeu parte dos perpetradores do genocídio, foram

acumulando um grande capital político interno e externo, de modo que Kagame já emergiu como uma das principais lideranças ruandesas, se legitimando como um dos principais nomes para a reconstrução do país. O atual presidente está de fato em sua cadeira desde o ano 2000, após a renúncia do presidente Bizimungu, e desde então venceu sucessivas eleições nos anos de 2003, 2010 e 2017, com marcas significativas de 95%, 93% e 98,8% dos votos, tendo o seu mandato atual estabelecido até 2024, quando se completam 30 anos do genocídio. A longevidade de Kagame no poder não parece ser algo que incomode as principais potências mundiais e outros órgãos de financiamento, dadas as suas supostas conquistas e alinhamentos políticos.

O apoio dado ao atual governo da Frente Patriótica Ruandesa também é marcado pelo debate acadêmico, com intelectuais que o exaltam os seus feitos, como é o caso de pesquisadores como Gourevitch (2009), Blair e Buffet (2013), que costumam argumentar que Kagame conseguiu gestar uma unidade nacional para uma territorialidade dividida e com graves conflitos internos, de modo a também construir uma estabilidade econômica e política para além de qualquer expectativa. Por outro lado, existe muita controvérsia acerca de como tais metas foram atingidas e também da própria veracidade de algumas informações, o que coloca Ruanda em um grande conflito de narrativas. Alguns especialistas na política e história ruandesa, como é o caso de Straus e Waldorf (2011), Ansoms, Marijnen, Cioffo e Murison (2017), costumam questionar a maneira que as conquistas e estabilidades foram atingidas, colocando-as como artificiais e alcançadas a partir de um regime político autoritário e com ações questionáveis.

Órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos, comumente acusam o governo Ruandês de privar a liberdade de seu povo, impedindo uma plena participação política e de liberdade de opinião, o que resulta na perseguição e exílio de opositorista. Segundo a Anistia Internacional, em matéria divulgada em seu site:

Nas últimas duas décadas, campanhas de difamação, intimidação, desaparecimentos e assassinatos direcionados caracterizaram o espaço político de Ruanda. A Frente Patriótica de Ruanda (RPF) consolidou seu controle sobre o sistema político de Ruanda, deixando pouco espaço para oposição política. Vozes em desdém - seja na política, na mídia ou na sociedade civil - foram sistematicamente silenciadas. A partir de então, usando o argumento da unidade nacional e a luta contra o “divisionismo” e a “ideologia do genocídio”, o governo de Ruanda restringiu continuamente o espaço cívico.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Anistia Internacional, 2017. [tradução própria] No original: Over the past two decades, smear campaigns, intimidation, disappearances and targeted killings have characterized Rwanda’s political space. The Rwanda Patriotic Front (RPF) has consolidated its control over Rwanda’s political system, leaving little room for political opposition. Dissenting voices – whether in politics, the media or civil society – have been systematically silenced. From then on, using the argument of national unity and the fight against “divisionism” and “genocide ideology”, the Rwandan government has continuously restricted civic space (AMNESTY INTERNATIONAL, 2017).

A perseguição à oposição teve casos bastante emblemáticos, com atentados ocorrendo em outros países, como foi o caso de Patrick Karegeya na África do Sul em 2014, ou ainda as três emboscadas sofridas por Kayumba Nyamwasa, também na África do Sul (TWAGIRAMUNGU, 2015, p. 10), em que o serviço secreto ruandês seria um dos principais suspeitos. Mais recentemente tivemos a polêmica prisão de Paul Rusesabagina, que ficou mundialmente conhecido pelo filme “Hotel Ruanda” (2004) o qual retrata a sua trajetória de ajuda à ruandeses tutsis durante o genocídio. Paul Rusesabagina, que se exilava na Europa e nos Estados Unidos devido suas críticas ao governo de Kagame, teve seu voo ilegalmente desviado quando estava rumo ao Burundi, e acabou por ser preso na capital Kigali sob a acusação de terrorismo e promoção do genocídio. Em 2021, Rusesabagina foi condenado a 25 anos de prisão.

Outro processo que também expressa as ações autoritárias de Paul Kagame, e da Frente Patriótica Ruandesa, foi o fechamento de mais de 700 igrejas evangélicas sob o pretexto de que faltaria a elas condições de higiene, mas é importante destacar que para Phil Clark (especialista na história recente de Ruanda), em entrevista ao Deutsche Welle África, “o encerramento dessas igrejas é um ato muito mais político do que o governo diz. Ele está sinalizando às igrejas, e outras organizações sociais de Ruanda, que elas estão sendo vigiadas. Eu interpreto como um claro aviso.”<sup>5</sup>

As supostas conquistas e ganhos na área econômica também são alvos de desconfiança por parte dos pesquisadores mais críticos do regime de Paul Kagame. Os estudos de Ansoms, Marijnen, Cioffo e Murison apontam que existe muita incoerência nos dados que são divulgados pelo governo ruandês, principalmente naqueles que envolvem a queda da pobreza, que é escondida a partir de dados inconsistentes (ANSOMS, et al, 2017, p. 48). ou até mesmo camuflada no país, obrigando parte da população a se vestir de tal modo que pareça menos pobre, como é o caso da proibição de andar descalço em alguns locais do país, em um movimento que, segundo Ansoms, “uma ‘modernidade imposta’ que parece resultar em nada mais do que a atualização cosmética da vida rural, enquanto oculta a verdadeira extensão da pobreza. Na Ruanda contemporânea, parece ter sido “proibido pela política oficial ser pobre” (ANSOMS, 2009, p. 305), ocorrendo um processo de criminalização da pobreza e da classe trabalhadora ruandesa.

As controvérsias que envolvem a economia ruandesa também estão nas diferentes interpretações no que envolve o crescimento econômico do país e também o modelo de desenvolvimento levado a cabo pelo governo da Frente Patriótica Ruandesa. Para os pesquisadores que realizam uma ode à Kagame, Ruanda conseguiu romper com a sua dependência da exportação do café, como era comum desde a colonização belga até o genocídio



de 1994<sup>6</sup>, para se tornar um dos maiores produtores de uma série de minerais valiosos, como é o caso do Tântalo, Tugstênio e Coltan entre outros metais que são fundamentais para a atual indústria de tecnologia, o que vem resultando em ganhos econômicos expressivos para o país.

Por outro lado, para os críticos do regime essa mudança econômica não seria resultado de uma mudança tão significativa, na medida que o país apenas mudou o produto do qual é dependente, tendo boa parte da sua economia ainda vinculada majoritariamente a um único produto primário. Mas, o que é considerado mais grave nesse cenário, para além de uma nova dependência, são os indícios de que os minérios comercializados por Ruanda sejam ilegalmente adquiridos da República Democrática do Congo, a partir de conflitos armados e ocupações que ocorrem no vizinho de Ruanda (KINNIBURGH, 2014), em que Paul Kagame e a FPR costumam cometer ingerências desde as duas Guerras do Congo (1996-1997 e 1998-2003).

O atual autoritarismo ruandês tem como um de seus pilares jurídicos a constituição da *Law of Genocide Ideology*, que consiste em uma lei que visa coibir e punir o que é chamado genericamente de “Ideologia Genocida” e o “divisionismo” entre os ruandeses. Tal lei é constantemente utilizada para inibir e enquadrar opositores do regime com o argumento de que fomentariam o divisionismo no país e afetariam a unidade nacional, o que, conforme análise de Uwizeyimana (2014), praticamente impossibilita a crítica interna ao governo de Paul Kagame, pois tal crítica seria entendida como uma forma de afetar a estabilidade ruandesa e de dividir a sociedade. Diante desse cenário, de um governo que busca promover uma grande coesão interna – principalmente pela força e calando opiniões contrárias – o modo que a história ruandesa é ensinada e propagada pelos centros memoriais também é de especial atenção e controle da Frente Patriótica Ruandesa e de Kagame, não dando margens para interpretações históricas que possam apontar outras possibilidades para o passado ruandês, e conseqüentemente para o seu presente e futuro.

## Os Centros memoriais

Com o fim do genocídio em 1994, locais que foram marcados pela violência, e que passaram por episódios bastante traumáticos e/ou por extermínio emblemáticos, foram instituídos como locais para se rememorar o passado ruandês. O principal intuito destes espaços que transportam para a violência do passado é construir uma paz no presente e duradoura para o futuro. Tais centros são importantes difusores da História, na medida que divulgam conteúdo histórico e possuem projetos que ensinam os professores a trabalhar em sala de aula sobre o

---

<sup>5</sup> DEUTSCHE WELLE AFRICA, 2018.

Genocídio, transmitindo uma história oficial por parte do atual governo ruandês. Os centros de memória são geridos pela *National Commission for fight against Genocide (CNLG)*<sup>7</sup>, e atualmente possuem seis principais espaços em Ruanda que estão destinados a produzir e resgatar a memória, conhecimento histórico e difusão deste, sem contar outros espaços menores estabelecidos por outras vias.

Dentre os centros de memória, o que possui mais destaque, financiamento e público é o Kigali Genocide Memorial Center<sup>8</sup>, localizado na capital ruandesa Kigali, e que simboliza o descanso dos restos mortais de mais de 250 mil vítimas do genocídio. Com um espaço bem estruturado e com um site dinâmico e informativo, o memorial possui uma estreita parceria com a AEGIS Trust, uma organização de origem inglesa que visa prevenir crimes contra a humanidade em diferentes regiões do mundo, mas principalmente no continente africano. O Memorial de Kigali possui uma infraestrutura mais elaborada que os outros memoriais distribuídos pelo país, contando com uma biblioteca, um anfiteatro para 1.200 pessoas, loja de souvenir e café, jardins e locais de sepultamento, além de três exposições permanentes. Destas exposições, a primeira busca refletir sobre a história do genocídio de 1994 e do país, já a segunda exposição, intitulada “Wasted Lives” é sobre o crime de genocídio e genocídios pelo mundo (principalmente Namíbia, Armênia, Camboja, Balcãs e o Holocausto), e uma terceira exposição que é dedicada às crianças que foram vítimas do genocídio em 1994.

Além do memorial da capital, Ruanda também possui os Centros de Memória das cidades de Murambi, Bisesero, Nyamata, Nyarubuye e Ntarama, sendo que os três últimos foram construídos em antigas Igrejas Católicas que foram doadas e adaptadas para a preservação da memória do genocídio. Tais Igrejas foram também palcos de massacres, na medida que muitas vítimas buscavam auxílio e refúgio nas igrejas locais para tentar fugir das milícias extremistas e do exército ruandês. No entanto, a não resistência de setores católicos permitiu que os massacres fossem feitos mesmo dentro de tais locais sagrados. Boa parte destes memoriais deixam presentes não só os pertences daqueles que foram brutalmente assassinados na região e as marcas de tiros nas paredes, mas também pilhas de crânios e restos mortais que deixam ainda presentes milhares de vítimas que parecem ainda aclamar por sua salvação. Desta forma, os centros de memória chocam o público visitante trazendo sentimento de tristeza e/ou vergonha de modo também a conscientizar acerca dos crimes cometidos em Ruanda em 1994.

Destes memoriais, apenas o de Kigali possui um site próprio com desenvolvedor específico e conteúdo de interatividade mais elaborado e realizada pela *Aegis Trust*, que também

---

<sup>6</sup> A produção de café chegou a representar mais de 90% do PIB ruandês no decorrer da década de 1980, o que em parte corroborou com as crises econômicas e sociais que perpassam no decorrer dos conflitos da década de 1990.

<sup>7</sup> Site: [www.cnl.gov.br](http://www.cnl.gov.br)

<sup>8</sup> Site: [www.kgm.rw](http://www.kgm.rw)

auxilia na manutenção do próprio memorial. O site apresenta navegabilidade, diferentes sessões com uma grande quantidade de imagens e informações, além da possibilidade de realizar donativos e agendar visitas. Já os memoriais de Ntarama e Nyamata possuem uma sessão própria no site do *Genocide Archive of Rwanda*<sup>9</sup>, com vídeos específicos sobre os memoriais, visitas virtuais e informações gerais e históricas sobre Ruanda. Os demais Centros de Memória dispõem apenas de rápidas descrições no site da *National Commission for Fight Against Genocide* ou possuem sites que na escrita do presente texto estavam indisponíveis por diferentes motivos. Desta forma, trabalharemos mais especificamente com o conteúdo disponível no site do *Kigali Memorial Center* e com sessões do *Nyamata* e *Ntarama Memorial Center*, disponíveis no site do *Genocide Archive of Rwanda*. Refletindo em um primeiro momento acerca do modo que a história de Ruanda é apresentada nos sites e depois como esta história é ensinada nos memoriais.

### **A história recente de Ruanda nos memoriais:**

Os Centros de memória de Ruanda são administrados diretamente pelo governo ruandês, a partir da *National Commission for Fight Against Genocide*, e nesse sentido propagam uma concepção específica do governo acerca de seu próprio passado, sem grandes margens para questionamentos e para um amplo debate historiográfico que possibilita diferentes leituras acerca da controversa e traumática história recente de Ruanda. A partir do material disponibilizado no site dos centros de memória, podemos refletir como a história ruandesa é apresentada para a população em geral, e divulgada em projetos de educação. Em um primeiro momento, é notável que a sessão de história exibida nas páginas dos centros de memória de Ntarama e Nyamata comecem apenas na sessão intitulada de “*Early Violence*”, que se refere ao período de 1959 à 1962. Este momento histórico de Ruanda se trata de um processo fundamental para o fim da colonização belga no país, que se inicia com a Revolução Hutu de 1959 e vai até a declaração de independência em 1962.

Este período revolucionário foi bastante aclamado e comemorado pelos ruandeses no decorrer da Segunda República (1973-1994), sendo entendido como um momento de libertação dos ruandeses e símbolo do fim do colonialismo e da dominação soberana dos Tutsis. Enquanto em momentos anteriores ao genocídio de 1994 a Revolução Hutu de 1959 foi um motivo de comemoração no calendário dos ruandeses, após o genocídio o que fica para o atual governo é apenas como um momento de violência sofrido pelos Tutsis, em que estes foram expulsos de suas casas e obrigados a viver em regiões como refugiados, marcando assim o exílio. É destacado que:

---

<sup>9</sup> <https://genocidearchiverwanda.org.rw/>

Os tutsis realocados não estavam satisfeitos com seu novo ambiente devido às más condições de vida e ao desejo de voltar para suas casas. As suas preocupações foram levantadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada de 11 a 12 de dezembro de 1960, onde foi feito um pedido para fechar os campos de refugiados. O chefe do ACNUR na época solicitou que os refugiados pudessem voltar para casa e colher suas colheitas, no entanto, todos os pedidos foram ignorados. [tradução própria].<sup>10</sup>

É bastante curioso como a violência do período é apresentada de forma desconexa com o período colonial, na medida que a historiografia aponta que as violências realizadas no decorrer da Revolução Hutu de 1959, e durante a busca pela independência são decorrentes dos próprios abusos cometidos pelos colonizadores e pela elite política e econômica local, composta quase que exclusivamente por aristocratas Tutsis vinculados ao Mwamy.<sup>11</sup> Segundo Newbury (1997), a exploração abusiva do trabalho, a escassez de alimentos e baixa qualidade de vida de boa parte da população mais pobre (constituída majoritariamente por hutus) seria um ponto fundamental para as ações violentas da população contra aqueles que estavam no poder, que levou a queda do regime colonial e consequentemente da aristocracia local, que foi expulsa de suas terras, forçando-as ao exílio. O exílio de tais grupos, e o sofrimento causado pelo distanciamento com a terra natal é bastante valorizado em tais narrativas, sendo também presente em parte da produção cultural que Ruanda possui hoje em dia, e é utilizado como se de alguma forma atestasse um direito de retorno de tal população somado a um processo de dominação local. Esses elementos contraditórios do período colonial ruandês não são totalmente ignorados na página do memorial de Nyamata, mas são apresentados como uma mera indução que envolveria o discurso de ódio ocorrido no período próximo ao genocídio, como podemos observar no seguinte trecho:

O governo incitou o ódio aos tutsis acusando-os de serem cúmplices dos Inkotanyi. O discurso de ódio tornou-se predominante, inclusive em alguns sermões da igreja. A propaganda anti-tutsi foi desenvolvida, que caracterizou os tutsis como inescrupulosos e não confiáveis e como o povo que oprimiu os hutus durante o período colonial [tradução própria].<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> No original: The relocated Tutsis were not content with their new environment due to poor living conditions and a desire to return to their homes. Their concerns were raised with the United Nations General Assembly held on 11th-12th December 1960 where a request to close the refugee camps was made. The head of the UNHCR at that time requested that the refugees be allowed to return home and harvest their crops however, all requests were ignored.

<sup>11</sup> O Mwamy era um soberano que em Ruanda possuía a origem Tutsi, e que a partir da ascensão de Mutara III passou a colaborar mais diretamente com o poder colonial belga e em um processo de abertura para costumes dos colonizadores.

<sup>12</sup> No original: The government incited hatred of Tutsis by accusing them of being accomplices of the Inkotanyi. Hate speech became prevalent including in some church sermons. Anti-Tutsi propaganda was developed, which characterised Tutsis as unscrupulous and untrustworthy and as the people who oppressed the Hutu during the colonial period.

É importante destacar que esse discurso e incitação ao ódio foi bastante observado no decorrer do início da década de 1990, e utilizado para a execução do genocídio, mas isso não elimina a violência realizada pela aristocracia tutsi, o que é observado em diversas pesquisas sobre a temática. No entanto, também é claro, que tal violência cometida no período colonial não justificaria de modo algum a violência praticada nas décadas seguintes. Essa negação das tensões existentes no período colonial ruandês pode também ser analisada a partir de um pequeno trecho retirado do site do Centro Memorial de Kigali, em que se explica uma de suas exposições:

A primeira parte desta exposição dá um esboço da sociedade ruandesa antes da colonização, incluindo as características unificadoras e a harmonia que existia antes da colonização, bem como um sabor das dificuldades da vida cotidiana [tradução própria].<sup>13</sup>

Podemos observar que este trecho demonstra um entendimento de que a colonização acabou por desfazer uma sociedade harmoniosa, criando divisões em Ruanda, como se o processo colonial fosse o principal e único responsável pelas tensões sociais ruandesas, ignorando toda a interação e colaboração entre a elite local e o poder colonial. Essa visão harmoniosa e unitária de uma sociedade pré-colonial ruandesa que é corrompida e dividida pelo poder colonial belga é também presente em outros documentos do governo ruandês, como é o caso do documento “Rwandan Cultural Value in National Development”, construído pela NURC - “National Unity and Reconciliation Commission” (Comissão de União Nacional e reconciliação) no ano de 2011, que divulga uma história harmoniosa e unitária entre os ruandeses, que seriam culturalmente patrióticos e voltados ao trabalho.

Essa divulgação e ensino de uma história unitária e harmoniosa entre os ruandeses está vinculado ao próprio projeto de poder da Frente Patriótica Ruandesa, na medida que na prática o governo ruandês inibe de forma violenta visões dissidentes, pregando um patriotismo exacerbado. Para o General Kagame e a Frente Patriótica Ruandesa, posições políticas contrárias teriam supostamente uma tendência divisionista da população ruandesa, o que levaria a uma tentativa de propagação de ideais genocidas, que de acordo com a *Law of Genocide Ideology* deve ser reprimido. No entanto, para além de inibir uma possível violência genocida, o que vemos é uma repressão da oposição e daqueles que não estão alinhados ao governo.

A busca por uma sociedade mais coesa e unitária fez com que a FPR acabasse oficialmente com as identidades baseadas em tutsis e hutus, de modo que – com uma orientação governamental – tais identidades deveriam deixar de existir, desconsiderando suas

---

<sup>13</sup> No original: The first part of this exhibition gives an outline of Rwandan society before colonisation, including the unifying features and the harmony that existed before colonisation as well as a flavour of the hardships of everyday life.

complexidades sociais e históricas, de modo que toda a população de Ruanda passou a ser formada meramente por ruandeses. No entanto, é importante notarmos que o apagamento das diferenças existentes entre os supostos grupos étnicos é muito mais forte e forçado para os hutus do que para os tutsis, na medida que a Frente Patriótica Ruandesa tem historicamente uma participação majoritária de tutsis. Esse apagamento pode inclusive ser quantificado, pois se observarmos a página do memorial de Nyamata, o termo hutu quase não aparece, enquanto o termo tutsi aparece 25 vezes. Já no site de Ntarama o termo tutsi aparece 31 vezes, enquanto hutu aparece apenas 1 vez. É curioso notar que, por outro lado, nas memórias e relatos disponíveis nos sites os termos tutsis e hutus são frequentes. Essa diferença quantitativa ocorre em grande medida, pois é frequente nas páginas dos centros de memória ter a referência do genocídio de 1994 como sendo o “genocídio tutsi”, ignorando uma parcela significativa de hutus que também foram assassinados por serem moderados – ou meramente contra o genocídio – ou ainda as ações contra- genocidas, que também vitimaram milhares de hutus.

### **Considerações finais**

A história Ruandesa contada e ensinada pelos centros de memória acaba por gravitar em torno do genocídio de 1994. Este é o sol que ilumina todo o debate e que também ofusca outros, em um jogo de luzes e sombras, que traz novos direcionamentos e sentidos para a história local. O que antes era uma Revolução heroica, como é o caso da Revolução Hutu de 1959, se torna uma mácula inicial de ciclo de violência e da experiência do exílio. Em uma sociedade que a sua própria complexidade e pluralidade levou ao conflito, a solução encontrada foi inibir a diferença em todos os seus âmbitos. Passados quase 30 anos do genocídio de 1994, a história contada e ensinada em Ruanda esconde e manipula processos históricos em benefício de um projeto de poder. Este, por sinal, ao não tolerar opiniões contrárias, prega uma plena unidade entre os ruandeses que só pode ser alcançada com o uso da força. Com o discurso de “para que isso nunca mais se repita”, o passado ruandês fica obscuro e repleto de não-ditos, enquanto que um passado tirado a limpo e amplamente debatido poderia trazer resultados promissores. E nessa relação atual entre o passado e o presente, o futuro ruandês fica mais próximo de repetir aquilo que inúmeras vezes juramos evitar.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AMNESTY INTERNATIONAL, **Rwanda’s repressive tactics silence dissent before elections**, 2017, in: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2017/08/rwandas-repressive-tactics-silence-dissent-before-elections/>

- ANSOMS, An. Re-engineering rural society: the visions and ambitions of the Rwandan elite. *African Affairs*, 108/431, Oxford, **Oxford university press**, pp. 289-309, 2009.
- ANSOMS, An, MARIJNEN E. CIOFFO, J. MURISON, J. Statistics versus livelihoods: questioning Rwanda's pathway out of poverty. **Review of African Political Economy**, vol 44, nº 151, pp. 47-65, 2017.
- ANSOMS, A. Rwanda's Post-Genocide Economic Reconstruction. The Mismatch between Elite Ambitions and Rural Realities. In S. STRAUS, S., WALDORF, L. (eds), **Remaking Rwanda. State Building and Human Rights after Mass Violence**. Madison: The University of Wisconsin Press, 240–51.
- BADI, M. La globalización neoliberal: las alternativas africanas. Buenos Aires, **Revista Theomai**, n 17, p. 77-87, 2008.
- BLAIR, T., BUFFET, H. **Stand with Rwandans**. Now is no time to cut aid to Kigali. *Foreign Policy*, February 21. 2013
- CLARK, P. **The Gacaca Courts**, Post-Genocide Justice and Reconciliation in Rwanda. Justice without Lawyers. London: Cambridge University Press, 2010.
- CRISAFULLI, Patricia, REDMOND, Andrea. **Rwanda, Inc.:** how a devastated nation became an economic model for the developing world. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2012.
- FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, nº 22, p. 56-77, 2013.
- GOUREVITCH, Philip. The Life After. Fifteen years after the genocide in Rwanda, the reconciliation defies expectations. **The New Yorker**, 4 de maio, p. 35–50, 2009.
- KINNIBURGH, Colin. Beyond "Conflict Minerals": The Congo's Resource Curse Lives On. **Dissent**, v. 61, n. 2, p. 61-68, 2014.
- NEWBURY, Catharine. Ethnicity and the politics of history in Rwanda. **África Today**, v. 2, n. 44, p. 211 – 222, 1997.
- STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca, Cornell University Press, 2006.
- STRAUS, S., WALDORF, L. (eds) **Remaking Rwanda. State Building and Human Rights after Mass Violence**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2011.
- SUNDBERG, Molly. **Training for Model Citizenship: An Ethnography of Civic Education and State-Making in Rwanda**. Upsalla, Palgrave Macmillan US, 2016.
- TWAGIRAMUNGU, Noel. Embracing Neo-liberalism in Uganda and Rwanda. In: LAHAI, J.,
- UWIZEYUMANA, Dominique. Aspects and Consequences of the Rwandan Law of Genocide Ideology: A Comparative Analysis. **Mediterranean Journal of Social Sciences, MCSER Publishing**, Rome-Italy, Vol 5, No 23, p. 2370 – 2379, 2014.

Recebido em: 29/07/2022  
Aprovado em: 30/11/2022



ISSN: 2595-5713

Vol. 05 | N°. 10 | Ano 2022

Laura Maria Lobato-Baars

# AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

THE WORDS BEHIND THE (HI)STORIES: NOTES ON THE  
RACIAL GRAMMAR OF SOUTH AFRICA AND SOME  
METHODOLOGICAL IMPLICATIONS

---

**RESUMO:** O presente texto pretende traçar histórias de algumas categorias étnico-raciais prementes na atual África do Sul, cuja compreensão pode ser essencial tanto na construção quanto na leitura de pesquisas e artigos historiográficos ou antropológicos que têm por objeto os grupos, questões, pessoas e vidas feitas naquele território – seja hoje, seja no passado. Articulada a essa exposição, algo anedótica, proponho os inícios de uma reflexão mais ampla sobre os dispositivos metodológicos que colocamos em jogo, de maneira consciente ou não, ao superpormos classificações linguísticas, étnicas e culturais e imputar alguma medida de homogeneidade a elas. Como base, utilizo pesquisas prévias sobre a história colonial sul-africana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Afrikaans; Gramática Racial; África do Sul.

---

**ABSTRACT:** The following paper intends to trace histories for a few ethnic/racial categories of importance in current South Africa, categories whose comprehension can be of essence both when making up or reading historical and anthropological articles and pieces of research dedicated to the groups, issues, people and lives made in that land—be it today or in the past. Woven in to this somewhat anecdotal exposition, I also propose the first steps in what is a much larger reflection on the methodological devices employed, either knowingly or not, when one overlaps linguistic, ethnic and cultural classifications and presumes they possess some measure of homogeneity. This reflection is, of course, unoriginal to. For my source material, previous research on South African colonial history was used.

**KEY WORDS:** Afrikaans; Racial Grammar; South Africa.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)



## AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

Laura Maria Lobato-Baars <sup>1</sup>

### Introdução

Além da Antropologia e da História como práticas, sempre me interessei bastante pelas meta-histórias, ou seja, pelas condições de possibilidade, no sentido foucaultiano, para a construção de um determinado *corpus* de conhecimentos. Esse foi um dos exercícios que procurei fazer em minha pesquisa de mestrado, ao olhar para a língua chamada afrikaans<sup>2</sup> (hoje falada na África do Sul por contingentes diversos de pessoas, e de lá proveniente) e para duas escolas de pensamento no interior da linguística histórica que, durante o século XX, haviam procurado traçar as origens e o desenvolvimento da língua, pensando suas diferenças para com o holandês e as agências exercidas sobre ele. De particular interesse eram, para mim, as condições de produção dessas histórias linguísticas — que, ao se darem antes, durante e depois do regime do apartheid<sup>3</sup>, tinham forjado óbvias conexões com certas relações de poder e os interesses de determinados grupos étnico-raciais, com suas respectivas reivindicações por legitimação e pertença. A discussão é complexa e não cabe destrinchá-la aqui; afinal, ela não é o tema deste artigo. Refiro-me a ela apenas para situar o meu presente ponto de partida e de interesse.

De fato, ao adentrar o universo da África do Sul e de sua história colonial, me vi face a uma série de categorias complexas que buscavam agrupar as gentes sul-africanas segundo critérios nem sempre transparentes. Eu já possuía relativa familiaridade com essa perniciosa gramática racial instaurada pelo apartheid.<sup>4</sup> O que se colocou como um desafio para mim, em uma fase de aprofundamento de meus estudos, foi a natureza mutável, polissêmica e muitas

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. E-mail: [laura.lobato.94@gmail.com](mailto:laura.lobato.94@gmail.com)

<sup>2</sup> O afrikaans costuma ser grafado como “africâner” em português brasileiro. Prefiro manter a grafia original, dado que *africâner* também é o nome dado aos primeiros colonos europeus do atual território sul-africano, podendo, portanto, causar alguma confusão.

<sup>3</sup> O apartheid (tanto em holandês quanto em afrikaans, ‘estar separado’) foi o regime de segregação racial idealizado pelo estado *africâner/bôer* desde a proclamação da União da África do Sul (1910) e oficialmente instaurado no país em 1948. Dominou a África do Sul e a vida de seus habitantes por boa parte do século XX (de 1948 a 1994), com consequências irreversíveis e profundas até hoje.

<sup>4</sup> A lei que oficialmente promulgou a separação da população sul-africana em categorias diferentes, data de 1950, e se chamava *Population Registration Act*. Inicialmente, a divisão era em três grandes grupos: “Bantu” ou *native* (homens e mulheres negras), “*Coloured*” (homens e mulheres negros de pele clara e/ou pardos) e “European” (homens e mulheres brancas). Mais tarde, uma quarta categoria seria adicionada: “Asian/Indian” (que agrupava pessoas de origem chinesa, indiana ou paquistanesa). Os critérios de pertencimento a essas categorias não só se baseavam em fenótipo, mas também em redes de amizade, hábitos e uma série de ideias sobre o que cada “tipo” fazia ou não. Tal ambiguidade, típica de contextos coloniais (STOLER, 1995), abria espaço para negociações pessoais das mais variadas entre cidadão e agente da lei (POSEL, 2001). Uma parafernália burocrática e legislativa surgiria nas próximas décadas para tentar garantir maior controle biopolítico desses corpos. Para além da

vezes ambígua dos nomes e termos utilizados nos séculos anteriores de domínio colonial (cabe lembrar que sou antropóloga, não historiadora). Obviamente, não os dominei todos, visto que, me interessava mais pelas histórias de determinados grupos e por uma seção geográfica específica, o Cabo, a península ao oeste do território sul-africano onde, até o final do século XIX, se encontrava a única cidade urbanizada da África do Sul (a atual Cidade do Cabo).<sup>5</sup> De qualquer forma, ao me aprofundar em tais sobrevoos históricos, uma outra dimensão meta-histórica foi se fazendo aparente.

Nos trabalhos de alguns autores (MESTHRIE, 2004; STELL, 2007; ADHIKARI, 2014), encontrava alertas introdutórios sobre a complexidade e falta de consenso de alguns dos termos que estavam por vir. Já em outras obras, se tais alertas não estavam presentes, eles logo se mostravam de maneira prática, com ou sem a intenção dos pesquisadores que os tinham produzido. Como é de praxe em qualquer pesquisa, alguns relatos também se contradiziam; porém, mais do que apontar incoerências dos próprios trabalhos, esses pequenos impasses me traziam atenção para a maior e difícil tarefa de dar limites e contornos a grupos humanos, seja na sua gênese temporal (quando surgiu o povo X?), seja nas suas relações com outros.

Nada disso é novidade para antropólogos, que já exploraram o tema das relações entre populações e os limites entre uma e outra tanto de forma etnográfica, em inúmeros contextos e lugares, quanto num viés mais amplo e teórico (penso no exemplo do clássico de Roy Wagner, *Are there Social Groups in the New Guinea Highlands?*). De forma análoga, também não é nada de novo para o campo da linguística, onde Bakhtin (1981) já chamava a atenção para os limites artificiais e convencionalizados entre uma língua e outra. Meu objetivo aqui, é claro, é bem mais modesto. Quero apenas aludir à essa discussão para pensar o caso específico da África do Sul e de alguns dos nomes (ou, justamente, convenções) dados ao longo do tempo para as pessoas e comunidades que lá habitam. Nas próximas páginas, procuro explorar alguns desses termos na esperança que possam servir de apoio para a elaboração de pesquisas das Humanidades brasileiras sobre a África do Sul, dado o entranhamento desse código racial, pouco trivial e de longa data, na vida dos sul-africanos do presente e do passado. Mais ao final, trago um exemplo de um dos dispositivos que procurou aperfeiçoar a máquina de dar nomes durante o apartheid, uma veia da antropologia sul-africana chamada *volkenkunde*. Explicito os conceitos de etnia e cultura com que trabalhavam e a maneira, portanto, que erigiam fronteiras. Por fim, teço alguns comentários finais.

---

classificação em si, cruel era o que ela possibilitava: a separação desses grupos de forma radical em espaços distintos (inclusive qualitativamente), como escolas, praias, bairros, e até na convivência não-empregatícia.

<sup>5</sup> Por ser um porto, o Cabo também foi o ponto de chegada de invasores e colonizadores europeus, como foi o caso para tantas outras ex-colônias (THOMPSON, 2001).

## Os povos originários sul-africanos e seus nomes

É de nota (e de conhecimento geral para antropólogos e/ou linguistas), que na maioria dos casos, o critério linguístico — a língua que as pessoas falam — é um dos mais importantes ao agrupar, nomear e diferenciar conjuntos de pessoas, muitas vezes independentemente da concepção teórica de etnia com a qual se trabalha. Tal operação tem sua base, é claro, em certas pressuposições sobre a possibilidade da singularização e diferenciação de falares diferentes, assim como sobre determinada ligação entre um povo, idioma e cultura (MUEHLMANN, 2012). Porém, por mais que integre as práticas de nomeação do saber ‘Ocidental’, essa ligação (muitas vezes dada como auto evidente) é permeada por tensões, sobre as quais a antropologia, talvez mais do que qualquer outra disciplina, vem se debruçando há bastante tempo. É também interessante notar como muitas das lacunas historiográficas que se apresentam em relação a um povo ou período são por vezes “preenchidas” por outras áreas de pesquisa, seja ela linguística, antropológica, etc.

As complexidades que a denominação, parta ela de critérios linguísticos ou não, pode ter num lugar como a África do Sul — onde falar de ‘etnia’ (e língua, eu diria) não é e nunca foi algo simples ou inocente (COMAROFF, 2012) — são muitas. Afinal, essas duas categorias (língua e etnia) e a naturalização de sua correlação serviram enquanto ferramentas de controle colonial ao longo do tempo naquele país, caso das políticas ‘divide and rule’ do próprio apartheid (*ibid*). Não é por acaso que a antropologia sul-africana do século XX, na sua versão afrikaner (a *volkenkunde*), privilegiasse tanto uma ligação entre seus conceitos de raça, cultura e língua (KUPER, 1999; VAN DER WAAL, 2015). Antes de adentrarmos nos nomes em si, cabe, portanto, uma breve contextualização.

O território do extremo sul da África é um dos lugares do planeta Terra em que povoamentos por seres humanos datam de mais tempo; hoje, importantes sítios arqueológicos pontuam a paisagem do país. Aos grupos de humanos modernos que ocupam o local há mais tempo, deu-se o nome de Khoikhoi e de San. Os primeiros eram (e, em alguns poucos casos, ainda são) grupos pastoris, como os Nama, Damara, Griqua, entre outros, se espalhando pelo deserto do Kalahari que cobre uma parte do sul da África e adentra o território da atual Namíbia. Nas regiões circundantes se encontravam diferentes populações caçadoras-coletoras, por vezes chamadas de San pelos grupos Khoikhoi (como os !Kung e os Tuu). A partir do século V d.C., povos de origem linguística Bantu, por sua vez — mais especificamente, dos ‘grupos’ Nguni,

Sotho, Tswana e Venda — também se estabeleceriam na região, em parte como fruto da dita “expansão Bantu”.<sup>6</sup>

Essas ondas migratórias alterariam gradualmente a paisagem local, visto que tais grupos se tratavam muitas vezes de sociedades agrícolas, semi- ou totalmente sedentárias, compostas de contingentes maiores de pessoas. A interação que teria se dado então entre tais populações variaria muito no tempo, espaço e situação, passando da aliança a assimilação (principalmente dos Khoikhoi e dos San em direção às diferentes populações de origem Bantu) até a guerra (para todo o parágrafo: THOMPSON, 2001).

Naturalmente, os milênios de movimentações e de contato interétnico e linguístico foram definidores para os atuais povos originários sul-africanos em muitos sentidos.<sup>7</sup> Hoje, a maioria dos sul-africanos possuem ligações (de parentesco e de reivindicação étnica) mais explícitas com agrupamentos (linguisticamente classificados como) “Bantu”; os nove grupos populacionais que compõem os 80% da população, cujas línguas são reconhecidas pela atual constituição — duas das quais, o Zulu e o Xhosa, são mais faladas que qualquer outro idioma no país, inclusive o inglês — se identificam como Zulu, Xhosa, Swati, Ndebele, Pedi, Sotho, Tswana, Venda, ou Tsonga. Identificações étnicas múltiplas também são muito comuns. Uma série de comunidades indígenas Khoikhoi e San, por sua vez, residem hoje em partes diferentes da África do Sul e do Botswana, mas no registro oficial, formam cerca de apenas 1% do contingente populacional. Porém, se à primeira vista eles parecem constituir identidades minoritárias, reivindicadas mais no sentido histórico, seu papel na procura/definição de uma possível identidade *coloured* tornou-se bastante relevante nos últimos tempos (visto que tais grupos, especialmente os Khoikhoi, representariam uma parte importante da ancestralidade *coloured*).<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Por volta do século II d.C., povos de origem genético-linguística Bantu, oriundos da parte central da África, onde fica o atual Congo, ‘desceram’ e se espalharam pelo continente africano, um conjunto de eventos migratórios comumente nomeado como expansão Bantu (não ocorreram numa única onda, nem mesmo de forma rápida ou contínua, como aponta Thompson, 2001, p. 11). Presume-se que a expansão tenha alcançado o território sul-africano pelo noroeste durante o século V; alguns desses grupos formariam organizações mais ‘estatistas’, na falta de uma palavra melhor, da qual a maior seria o reino de Mapumbugwe, no noroeste do país (logo ao sul do rio Limpopo, na atual fronteira com o Zimbabwe e a Botswana).

<sup>7</sup> Um deles seria o linguístico: os Xhosa e Tswana, por exemplo, teriam seus idiomas fortemente influenciados pelas populações Khoikhoi, gerando as consoantes clicadas do Xhosa. De forma geral, o contingente demográfico de origens linguísticas Bantu tornar-se-ia muito maior com o passar do tempo do que aqueles definidos como Khoikhoi e San. O colonialismo europeu contribuiu para aprofundar essa diferença, na medida em que os povos “Khoesan” tiveram suas áreas de pasto e de caça e coleta rapidamente invadidas pelos europeus - o que levaria a conflitos, grande dispersão, e muitas vezes escravização – enquanto agrupamentos Zulu e Tswana, por exemplo, encontravam-se mais distantes da costa e do porto estabelecido pelos europeus (entre outros fatores particulares a cada caso, como seus sistemas de organização social através do tempo).

<sup>8</sup> Dados do International Work Group for Indigenous Affairs (disponível em <https://www.iwgia.org/en/south-africa/3593-iw-2020-south-africa.html>). Nos últimos anos, parece ter surgido um certo ‘revival’ do interesse midiático e sociológico sobre os Khoesan (PAUL BESTEN, 2005; ERIKSEN et. al., 2012) cercado por reivindicações identitárias de propriedade intelectual, assim como de precedência dos Khoikhoi e dos San como “os primeiros sul-africanos” nas recentes disputas de redistribuição da terra.

Dito tudo isso, o caso da subdivisão bastante clássica das populações sul-africanas originárias entre Khoikhoi, San e Bantu é em si mesma potencialmente problemática. Por um lado, ela respeita distinções importantes entre tais povos: para além da atividade de subsistência e organização social, outros critérios para essa separação dos povos originários são sua distribuição geográfica, o tronco linguístico e características genéticas e fenotípicas (os Khoesan teriam pele negra mais clara, além de estatura baixa; já os Bantu seriam mais altos e de pele negra mais escura ou retinta). De outro canto, porém, a distinção obscurece (além de, obviamente, a heterogeneidade interna a tais agrupamentos) a constante e variada movimentação entre essas comunidades durante os quase 1.200 anos do período pré-colonial em que ocupavam o vasto território do sul da África, e durante o qual alianças eram feitas, desfeitas e refeitas, pertencimentos múltiplos e complexos negociados. Mais que isso, como diz o historiador Leonard Thompson (2001, p. 11), essas categorias também não deixam de reificar a ideia dos ‘tipos raciais’ originalmente instaurados pelo colonialismo europeu — em que as populações de caçadores-coletores eram chamadas de Bushmen, as pastoris de Hottentots, e os agricultores de Kaffirs.<sup>9</sup> Tais termos, por um tempo adotados por uma certa antropologia, são hoje considerados extremamente degradantes (em particular o último, usado como xingamento racista para não-brancos).<sup>10</sup>

Os problemas não param por aí. O termo San, por exemplo, indicador do conjunto de populações originárias caçadoras-coletoras, não é uma autodenominação, mas uma palavra usada por populações Khoikhoi em algum tempo do passado, aparentemente de forma derogatória.<sup>11</sup> Já o termo Khoesan, muito utilizado (especialmente em veículos midiáticos) para se referir tanto aos Khoikhoi quanto os San conjuntamente, e assim aludir aos povos nômades do sul da África em geral, tem origens bastante problemáticas (MELLETT, 2020: s.p.), e apesar de sua frequente aplicação, não é sempre adequado, visto que pode induzir a um imaginário equivocado de união ou harmonia entre uma miríade de grupos bastante distintos, onde alianças e relações

---

<sup>9</sup> Entre conversas com amigos sul-africanos, também ficou claro que ‘kaffir’ é utilizado até hoje como sinônimo de ‘muçulmano’, com conotações muito negativas.

<sup>10</sup> Apesar da herança colonial de tais conceitos, Mohamed Adhikari (2014) nos lembra que (falando para o caso dos San, mas igualmente aplicável para os outros dois) “ainda assim, se trata de uma categoria relevante em termos sociais e analíticos, pois comunidades de coleta especializada de fato compartilhavam uma economia e modo de vida distintos daqueles de pastores e agricultores”. **Trecho original:** “it is nevertheless a meaningful social and analytical category because specialist foraging communities did share a distinctive economy and way of life as opposed to pastoralists and cultivators” (ADHIKARI, 2014, p. 22).

<sup>11</sup> Apesar das questões supracitadas, meu uso do termo aqui segue de acordo com a posição de Adhikari (2014, p. 23): “Sou a favor de ‘San’ por não ter gênero, ser menos pejorativo, menos ambíguo ao denotar povos indígenas caçadores-coletores do que ‘Bushman’ e por hoje ser, aparentemente, o termo mais amplamente aceito por líderes e organizações representantes do povo San.” **Trecho original:** “I favour ‘San’ because it is not gendered, is less pejorative, less ambiguous in denoting indigenous hunter-gatherer peoples than ‘Bushman,’ and currently appears to be the term most widely accepted by leaders and organizations representing San people.” (ADHIKARI, 2014, p. 23).

colaborativas nem sempre ocorriam, mesmo durante a era colonial (ADHIKARI, 2014; MESTHRIE, 2004).

Deve-se dizer que categorização linguística, é claro, também não está livre de seus próprios imbróglios: diferentemente das bem estabelecidas e estudadas línguas Bantu (tronco Niger-Congo), é consenso que os idiomas Khoikhoi, até recentemente considerados muito similares, têm pouca relação entre si, sendo atualmente divididos em três famílias linguísticas principais (MESTHRIE, 2004). O cenário torna-se ainda mais pernicioso quando pensamos nos nomes dados pelo governo afrikaner à maioria negra da população durante o apartheid. Aqui entram os casos de palavras como *native* e Bantu — termo normalmente de ordem linguístico-acadêmica que batizou tanto a classificação racial oficial de pessoas negras, como as seções segregadas do território sul-africano destinadas aos tais povos de ‘origem Bantu’, instauradas mais ao final do apartheid, isto é, os *Bantustans* ou *homelands*. Usá-las hoje, ainda que em contextos acadêmicos, não as livra de suas conotações, mesmo que pareça haver um movimento recente no sentido de reapropriação e ressignificação de ‘Bantu’ (MESTHRIE, 2004). Nesse sentido, a questão levantada por Deborah Posel (2001) no título de seu artigo *What’s in a name?* é particularmente relevante.

### **De Malay a coloured**

O termo *coloured*, apesar de ser menos derogatório que alguns dos citados acima, é também potencialmente problemático e nem sempre desejado por quem o recebe. Ele foi de particular interesse em minhas pesquisas, dado que seu contingente populacional compõe o maior número de falantes de afrikaans. A categoria abrange um amálgama extremamente diverso de sul-africanos, agrupado como tais mesmo antes do apartheid, sob esse e outros nomes. Enquanto parte de um sistema de classificação racial, ‘*coloured*’ denota, fundamentalmente, um suposto caráter fenotípico compartilhado entre seus membros: o de uma cor de pele de tons ‘intermediários’ — situada entre a branca, minoritária em termos demográficos (descendentes de europeus nunca passaram dos 20% na história sul-africana, segundo registros históricos), e a negra retinta, sempre majoritária naquele território. De fato, segundo Erasmus (2011), o termo pode ser entendido de maneira análoga ao espanhol *criollo* ou português *crioulo*.<sup>12</sup> Apesar da

---

<sup>12</sup> Nas palavras da mesma autora (ERASMUS, 2011, nota 1): “o termo ‘coloured’ continua a ser equiparado à ‘raça mestiça’. Para mim, se refere aos sul-africanos frouxamente unidos por razões históricas: escravidão, opressões combinadas e uma certa preferência durante o apartheid. Não é nem uma identidade étnica comum, nem referência a uma genealogia biológica compartilhada. Em vez disso, são formações culturais da *creolização* das quais emergem experiências negras e africanas particulares, e ainda assim múltiplas.” **Trecho original:** “The term ‘coloured’ continues to be equated with ‘mixed race’. For me, it refers to those South Africans loosely bound together for historical reasons: slavery and combined oppression and selected preference during apartheid. It is neither a

AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

evidente heterogeneidade nas vidas e experiências de pessoas *coloured* da África do Sul, suas trajetórias históricas enquanto detentores de determinadas posições na hierarquia racial sul-africana lhes renderam algumas condições compartilhadas de existência, como um lugar ambíguo durante o apartheid, de opressão mas de maiores privilégios que a população negra retinta.

A palavra *coloured* entrou em uso na boca de sul-africanos brancos<sup>13</sup> na segunda metade do século XIX como um termo geral para designar os ex-escravizados da colônia e seus descendentes, substituindo o vocábulo mais antigo *Malay* ou *Cape Malay* (ainda usado de forma intercambiável com *coloured*, mesmo em textos historiográficos). ‘Malaio’, por sua vez, passara a ser usado já no final do século XVII como uma das formas de identificar os escravizados traficados para a colônia pela então recém-fundada Companhia Holandesa das Índias Orientais (em holandês, *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* ou VOC), que ocupara uma parte da península do Cabo em 1652 e que, desde então, passaria a traficar seres humanos para lá como mão-de-obra para o desenvolvimento colonial. Essas pessoas eram oriundas, na maior parte das vezes, dos outros territórios dominados pela VOC — partes diferentes do sudeste da Ásia (como Indonésia, Índia e o Ceylon, atual Sri Lanka) —, bem como da fronteira Angola, de Moçambique e do Madagascar (WORDEN, 2016). O termo ‘malaio’, portanto, fazia referência à apenas uma das origens geográficas dos escravizados traficados para a colônia do Cabo (a ‘Nusantara’, isto é, do sudoeste asiático) e a língua franca por eles compartilhada, mas indicava uma população extremamente heterogênea (STELL, 2007, p. 90; WORDEN, 2016).

Esta não era uma coincidência. Como em boa parte dos sistemas escravistas do mundo, a divisão do trabalho escravo, “seguiu-se mais ou menos as linhas étnicas, de gênero e de idade baseadas na taxonomia colonial”<sup>14</sup>, na qual “a psicofisiologia comparativa determinou as qualidades e defeitos típicos atribuídos aos representantes das diferentes raças e, portanto, as funções para as quais eles foram considerados mais adequados” (VINK, 2003, p. 15).<sup>15</sup> No interior da taxonomia racial do Cabo, os escravizados de origem asiática, em geral, eram escolhidos para trabalhos considerados mais leves e intelectualmente desafiantes; já aqueles vindos do continente africano eram enviados para os trabalhos no campo e nos jardins da cidade

---

common ethnic identity, nor reference to common biological genealogy. Instead, these are cultural formations of creolization from which emerge particular, yet multiple, black and African experiences.” (ERASMUS, 2011, nota 1)

<sup>13</sup> O próprio termo *boer*, se gradualmente adquiriria um valor simbólico positivo, era originalmente utilizado de forma algo depreciativa pelos ingleses durante o século XIX, que se referiam ao branco sul-africano enquanto “fazendeiro” (THOMPSON, 2001, p. 52). De certa maneira, a palavra também encapsulava uma relação de poder entre a metrópole holandesa e seus colonos no ultramar já no séc. XVII. Já *afrikaner*, por sua vez, queria dizer apenas “aquele que é da África”, apesar de com o tempo se aplicar exclusivamente a pessoas brancas de origem holandesa. De fato, a heterogeneidade e as relações de poder que estavam em jogo no interior da população colonial de origem europeia também merecem a devida exploração.

<sup>14</sup> **Trecho original:** “roughly followed ethnic, gender, and age lines based on colonial taxonomy”

(STELL, 20007). O primeiro grupo também tinha uma taxa de libertação/manumissão mais alta durante os séculos XVII-XIX, ainda que não exclusiva.

Apesar desse fato, no decorrer do século XVIII um amálgama bastante diversificado de pessoas, entre ex-escravizados e membros de populações Khoikhoi, se reuniria em comunidades na região da cidade. Nesses agrupamentos, a primazia dos ditos *Malays* era menos no sentido populacional do que no religioso. De fato, ‘malaio’ se tornaria um termo polivalente, e, ao fim do século XVIII, parecia indicar mais aqueles escravizados que praticavam o Islã, e não necessariamente para pessoas de origem asiática, muito menos de origem exclusiva do arquipélago indonésio (STELL, 2007, p. 90-91; ver também WORDEN, 2009). O Islã vinha sendo ensinado e praticado por homens e mulheres escravizadas desde os primórdios da colônia, e a partir de 1770, com uma série de mudanças na legislação referente à religião, um número maior de pessoas (incluindo escravos libertos) se reverteria para a religião ou a praticaria abertamente.<sup>16</sup> Com a liberdade religiosa, essas comunidades cresceriam, reunindo-se em bairros existentes até hoje, cujos descendentes são em sua maioria, classificados como *coloureds*.

Obviamente, vale frisar que o Islã não se tornou a religião de todos os ex-escravizados da Cidade do Cabo, e não deve de forma alguma, ser tomado enquanto um elemento unificador dos *coloureds* ou seus antepassados. Faz mais sentido pensar nele enquanto um ponto nevrálgico na história da península, tanto de união quanto exclusão. Há uma série de sutilezas importantes presentes nesses termos, relevantes para como a memória *coloured* (ou ‘*cape coloured*’, ou dos descendentes de escravizados) é hoje performada, junto a um apagamento de certos elementos até mesmo da historiografia sobre a escravidão no Cabo. Se malaio já havia indicado tanto origem geográfica quanto sido sinônimo, por um tempo, para escravizado e depois para muçulmano, durante o apartheid tanto ele como *coloured* passam a ser utilizado ao lado do qualificador *Cape* ('do Cabo') a serviço da política segregacionista do governo afrikaner, e se tornam particularmente problemático ao se associar a políticas extremamente danosas àquelas comunidades, como a destruição do bairro de District Six da Cidade do Cabo, entre tantos outros.

Por outro lado, a ambiguidade do limite entre *coloured* e *malay* também abriu espaço para possíveis hierarquias e elitismos “internos”, de formas mais ou menos sutis (BANGSTAD, 2006) — algo que observei de forma prática durante minha pesquisa de campo, desenvolvida num bairro *coloured* muçulmano da Cidade do Cabo. Por questões de espaço e escopo, não vale se adentrar muito mais nos detalhes deste debate terminológico. Em guisa de finalização da

<sup>15</sup> **Trecho original:** “comparative psycho-physiology decided the typical qualities and defects assigned to representatives of the various races and, in consequence, the functions for which they were considered best suited”

<sup>16</sup> Na doutrina muçulmana, a ideia de conversão não tem lugar: todos os seres humanos nasceriam muçulmanos, mas pelas circunstâncias da vida, seriam levados a outros caminhos. Cabe a cada um se reverter ao seu estado original.



AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

seção, porém, me permito alguns breves comentários linguísticos sobre os falares compartilhados por escravizados e ex-escravizados sul-africanos. A criação de comunidades efetivamente composta de ex-escravizados com origens extremamente variadas a partir do século XVIII alçaria o proto-afrikaans da época ao lugar de *língua franca*. Outros códigos disputavam esse espaço: pelo que indicam os registros coloniais, uma forma do português creole — oriunda principalmente do grande contingente de escravizados do que era, à época, o Moçambique — foi utilizada por algumas gerações de homens e mulheres escravizadas no Cabo cotidianamente.

De outro lado, o malaio rapidamente se tornara, desde os primeiros anos da colonização, o veículo comunicativo da maior parte dos escravos de origem indonésia e Nuntsara em geral. Neste meio tempo, um ‘Dutch Pidgin’ se desenvolvera, principalmente para fins de uma comunicação interétnica. Ao final do século XIX, com a criação de espaços onde construir uma vida e família tornava-se possível, a seleção de um código comum ocorreria, e ele seria o afrikaans. Vale apontar que essa mudança não implicou, porém, no desaparecimento imediato dos outros idiomas. Como toda situação de competição e mudança linguística, o processo seria paulatino, envolvendo pessoas políglotas que, entre escolhas conscientes e inconscientes, faziam sua própria vernacular. Mais que isso, tanto o malaio quanto o português creole deixariam suas marcas no Kaaps Afrikaans ou afrikaaps, a atual variedade do afrikaans falada por homens e mulheres *coloured* (para todo o parágrafo: DAVIDS, 1990; STELL, 2007).

## **O VOLKENKUNDE: RUMO A CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espero que os exemplos acima tenham sido suficientes para mostrar que, embora não haja dúvidas de que os limites étnicos marcaram à sua maneira a história de pessoas e línguas sul-africanas, existem limitações óbvias, como a dificuldade de categorizar certas gentes em categorias fechadas. Isso fica mais gritante à medida que a narrativa colonial vai sendo contada<sup>17</sup>, particularmente no caso dos homens e mulheres *coloured* ou outros, como os Griqua e Baasters — produtos do violento encontro colonial e de misturas e transformações várias (mas afinal, qual povo não tem esta história?). Esse é o momento em que as caixinhas dos “agentes coletivos” da história costumam começar a colapsar. Suspeito que o mesmo impasse valha para outros contextos de pesquisa e tradições historiográficas para além da África do Sul. Mais que isso, como sabemos, ainda que a pressuposição de justaposição entre fenótipo, cultura e idioma raramente se dê de forma rigorosa, isto não a impede de informar (mesmo que silenciosamente) nossas investigações. Concepções de cada autor sobre a língua, grupos sociais ou étnicos

---

<sup>17</sup> O que não significa que a ‘mistura’ seja prerrogativa do período colonial, como a complexidade das mesmas categorias Khoikhoi, San e de que todos os povos “Bantu” revelam.

(entendidos enquanto unidades analíticas) e até sobre história e passado parecem, assim, se metaforizar, no sentido do antropólogo Roy Wagner (WAGNER, 2012): seus significados são expandidos de forma ora produtiva, ora ‘problemática’.

No caso sul-africano, uma das escolas de pensamento que ajudaria a erigir esses limites e classificações seria, como dito antes, a antropologia do *volkenkunde*. No início do século XX, com a gênese da União da África do Sul (1910) e de um novo governo no país, universidades eram inauguradas cujos departamentos de Humanidades respondiam às preocupações em comum para o novo Estado afrikaner (isto é, principalmente, à questão da segregação racial) de maneira similar que algumas antropologias aplicadas o seriam, nesse e em outros contextos.<sup>18</sup> Nas palavras do historiador Tariq Mellet (2020, s.p.),

Grande parte do pensamento limitado à *la* nacionalismo étnico fazia parte do imperativo colonial no surgimento inicial das universidades sul-africanas e suas relações do tipo "grupo de trabalho" com o novo governo da União, que, por sua vez, fornecia os fundos para o estabelecimento de departamentos de etnografia, linguística e antropologia para ajudá-los com o que foi chamado de 'problema do nativo' e a resolução da 'questão da demarcação' [...] Isso estabeleceu as bases para a elaboração de leis e para o discurso nacional referente à maioria da população africana [=negra], que deu origem às Leis de Demarcação de 1913 e 1936, entre outras leis de expropriação.<sup>19</sup>

De outro lado, a intelectualidade sul-africana estava inserida num clima acadêmico internacional que colhia os frutos das discussões ferventes sobre raça, ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos desde pelo menos o século XIX. Tal “clima”, particularmente afeiçoado a classificações e medidas, imprimira à disciplina da linguística (também relativamente jovem) as suas próprias ideias de barbaridade e degeneração, assim como critérios para o nível “evolutivo” de determinado idioma — o que retroalimentaria, por sua vez, a classificação de um povo ou grupo humano em escalas de humanidade regidas pela razão. Afinal, se a associação entre língua, cultura e território não era totalmente nova nos imaginários do Ocidente, ela ganhara crescente naturalidade desde a criação dos estados-nação europeus e da popularização da noção romântica de uma *língua* enquanto fundante desses mesmos Estados.

---

<sup>18</sup> Para um caso bem distinto, mas muito conhecido, basta pensar no exemplo de alguns antropólogos da escola culturalista norte-americana de antropologia, como Ruth Benedict, Margaret Mead e Bateson, que apoiaram o esforço dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial sob a forma dos “estudos de caráter nacional” (GOLDMAN, 1997). Se naquele caso tratava-se de relações internacionais, porém, a ‘guerra’ no caso sul-africano é tanto intra-nacional (civil) quanto, durante um longo tempo, não-declarada.

<sup>19</sup> **Trecho original:** “Much of the narrow ethno-nationalist thinking was part of the colonial imperative in the early emergence of South African universities and their ‘think-tank’ relationships with the new Union government that provided funding for the establishment of ethnography, linguistics, and anthropology departments to assist them with what was called the ‘native problem’ and resolution of the ‘land question’ [...] This set the grounds for law-making and for national discourse about the majority African population that gave birth to the 1913 and 1936 Land Acts, among other laws of dispossession.” (MELLET, 2020, s.p.)

Esses dois ‘contextos’ se imiscuíram no solo acadêmico sul-africano do início do século XX de formas particulares à experiência africâner. Em particular, os departamentos de etnologia teriam um diálogo e impacto importante no trabalho dos linguistas. A antropologia havia surgido no país junto aos primeiros centros universitários e, como *locus* privilegiado de pesquisa, atraído antropólogos importantes nos anos 1920 e 1930 para estadias mais ou menos longas.<sup>20</sup> Contemporâneo a ela tinha sido o desenvolvimento da filosofia antropológica do *volkenkunde*, com óbvias influências do romantismo alemão, desenvolvida por alguns dos primeiros professores de etnologia do país (e de Stellenbosch em particular, universidade onde a tradição afrikaner, assim como o ensino em afrikaans, continuou forte ao longo do tempo), como W.W.M. Eiselen, nos anos 1930, e Coertze, na década de 1950 (KUPER, 1999).

Durante o apartheid, o *Volkenkunde* se tornaria hegemônico e o espaço para uma antropologia alternativa só surgiria em algumas poucas universidades após a revolta de Soweto, em 1976 (VAN DER WAAL, 2015). Intimamente ligado aos departamentos de Humanidades das universidades — em especial, os de Línguas Africanas — sua missão era, centralmente, a de formar jovens pesquisadores brancos para auxiliar o Estado na gestão dos *natives* e da vasta série de culturas e línguas sobre os quais eram ignorantes, numa espécie de antropologia aplicada (*volksdiens*). Aqui, a diferença exagerada do orientalismo estava corporificada sob a forma dos arquétipos do ‘Ocidente’ branco do *volkenkunde* e de um ‘Oriente’/Outro negro — numa “divisão do mundo entre o Ocidente, onde a teoria é produzida, e o Resto, que é o domínio da etnografia” (MBEMBE, 2016, p. 5).<sup>21</sup>

Segundo o antropólogo C. S. van der Waal, que estudou em Stellenbosch ao final dos anos 1960<sup>22</sup> (VAN DER WAAL, 2015), o argumento se baseava sobre a noção de grupos culturais estáveis, a-históricos, fechados em si mesmos, possuidores de traços étnico-raciais e linguísticos distintivos. "O *Volkekunde* enfatizava que humanos eram membros de povos culturalmente separados e que cada um destes vivia de acordo com sua cultura, dentro de *ethnos* altamente integrados e de limites claros, aos quais as novas gerações eram aculturadas", diz aquele autor (*ibid*: 221).<sup>23</sup> Raça, cultura e língua apareciam conjuntamente enquanto elementos classificatórios num argumento circular, que "priorizavam diferenças culturais e linguísticas sobre as raciais" (*ibid*)<sup>24</sup>, mas que mantinham a diferença sempre cimentada. Nesse cenário, a

<sup>20</sup> Foi o caso de Radcliffe-Brown, Isaac Schapera, e do próprio Malinowski; por meio deles e de outros autores, uma escola anglófona de antropologia sul-africana se firmaria, mas perderia força no final da década de 1940.

<sup>21</sup> **Trecho original:** “division of the world between the West where theory is done and the Rest, which is the kingdom of ethnography”.

<sup>22</sup> Dado que van der Waal era, na classificação racial do apartheid, um jovem africâner.

<sup>23</sup> **Texto original:** “*Volkekunde* emphasised that humans were members of culturally separate peoples, that each lived according to its culture in a highly integrated ethnos with clear boundaries into which new generations were enculturated [...]”. (VAN DER WAAL, 2017, p. 221).

<sup>24</sup> **Texto original:** “prioritised cultural and linguistic differences above racial ones” (*ibid*).

ideia de mudança cultural possuía conotações negativas e, sendo assim, "para preservar grupos minoritários em situações de contato, a única solução era segregação ou desenvolvimento paralelo" (VAN DER WAAL, 2015).<sup>25</sup>

Se o *volkenkunde* compartilhava preocupações com outros sistemas intelectuais racialistas, fica claro que ele também possuía suas próprias particularidades. Kuper (1999) aponta para como a teoria também foi descrita como uma versão calvinista da antropologia, baseada na convicção que “povos distintos haviam sido eleitos pelo poder divino para desempenhar seus papéis específicos na história” (p. 94).<sup>26</sup> Uma noção de história muito específica estava sendo mobilizada, e ela também entraria em jogo nas análises sobre o afrikaans (afinal, tratava-se de escrever uma historiografia do idioma). Para Schutte (2016), essa noção de história era aquela que, desde o Great Trek<sup>27</sup>, com suas raízes profundamente ligadas à Igreja Reformada Holandesa, inspirara uma ideia coletiva de quem seria o ‘Afrikaner’:

Permeando a consciência de africaners com inclinação religiosa, a vasta maioria, está a ideia de que a história não é acidental. Além da crença profundamente arraigada de inspiração calvinista na autoridade suprema da Bíblia (Sola Scriptura), acredita-se também que a história seja uma fonte da revelação de Deus para um povo específico [...] A História, portanto, não é matéria profana, mas está repleta do desígnio divino de salvação coletiva. O indivíduo encontra a salvação no grupo que Deus chamou para Ele. [...] O passado é apropriado como sacrossanto. Os atores históricos são vistos como heróis e são venerados em representações sobre-humanas na literatura, mármore e bronze (SCHUTTE, 2016, s. p.).<sup>28</sup>

O caso do *volkenkunde* é particular à África do Sul, mas me chama atenção a ideia de etnia que é ali aplicada e o fato que suas versões menos radicais não abandonaram, de fato, nosso imaginário por completo. Afinal, como comenta Márcio Goldman (2006, s. p.) de forma certa, independentemente da via teórica adotada pelo/a pesquisador/a, “se etnicidade costuma remeter para o não ou o pré-estatal, é sob o modelo do Estado-Nação que os grupos ou movimentos qualificados como étnicos são compreendidos: unidades discretas, dotadas de fronteiras nítidas,

<sup>25</sup> **Texto original:** “to preserve the minority group in a contact situation, the only solution was segregation, or parallel development” (*ibid*).

<sup>26</sup> **Texto original:** “based on the conviction that different peoples had been divinely elected to play their own particular part in history.” (KUPER, 1999, p. 94)

<sup>27</sup> Literalmente “Grande Caminhada” em Afrikaans, foi um movimento migratório dos bôeres do interior para zonas mais distantes do Cabo, ainda na primeira metade do século XIX, visto estarem insatisfeitos com a administração colonial britânica. O Great Trek resultou na criação de dois estados bôeres independentes (desmantelados em 1902) e teve grande importância simbólica para a criação de uma identidade e um nacionalismo africaner robusto.

<sup>28</sup> **Texto original:** “Permeating the consciousness of religiously inclined Afrikaners, vastly the majority, is the idea that history is not accidental. Apart from the deeply held Calvinist-inspired belief in the ultimate authority of the Bible (Sola Scriptura), history is also believed to be a source of God’s revelation to a specific people [...] History is therefore no profane matter but it is filled with the divine plan of collective salvation. The individual finds salvation in the group God has called unto Him. [...] The past is appropriated as sacrosanct. Historical actors are seen as heroes and are venerated in superhuman representations in literature, marble and bronze.” (SCHUTTE, 2016, s. p.)

AS PALAVRAS QUE CONTAM AS H/HISTÓRIAS: NOTAS SOBRE A GRAMÁTICA RACIAL SUL-AFRICANA E ALGUMAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS reunindo em seu interior um certo número de indivíduos.” Já a antropóloga Anouk de Koning, por sua vez, ao introduzir um artigo de 2011, faz uma declaração sobre um contexto muito distinto, o Suriname (outra ex-colônia holandesa), que acredito ressoar bem para o contexto sul-africano (visto a centralidade que ‘etnia’ também possui por ali) e para concluir a discussão que tivemos até aqui. Ela diz: “quando postulamos a existência de um grupo javanês, não somos mais instigados a perguntar como trabalhadores contratados das Índias Holandesas e seus descendentes se tornaram ‘javanese’ no Suriname e o que ‘javanês’ significava em diferentes épocas, locais e para diferentes pessoas” (2011, p. 263).<sup>29</sup>

Se é inegável que categorias étnicas são relevantes nas vidas das pessoas sobre as quais elas dizem respeito, utilizá-la como categorias de análise incorre em alguns riscos, e supor sua transparência é um deles. Não acredito que expurgar ‘etnia’ de nossos vocabulários (para depois achar um substituto!) vá resolver nosso problema. Apenas me pergunto sobre tudo aquilo que, ao olhar tão fixamente para o mesmo lugar, estaríamos deixando de ver. Resta a pergunta sem resposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADHIKARI, Mohamed. A total extinction confidently hoped for: the destruction of Cape San society under Dutch colonial rule, 1700–1795. **Journal of Genocide Research**, v. 12, n. 1–2, jun. 2010, p. 19–44.

BAKHTIN, Mikhail. **The Dialogic Imagination: Four Essays**. Austin and London: University of Texas Press, 1981.

BANGSTAD, Sindre. Diasporic Consciousness as a Strategic Resource — A case study from a Cape Muslim community. In: ASSAL, Munzoul; MANGER, Leif. **Diasporas within and without Africa: dynamism, heterogeneity, variation**. Uppsala: Nordiska Afrikaninstitutet, 2006.

DAVIDS, Achmat. The *Coloured* Image of Afrikaans in Nineteenth Century Cape Town. **Kronos: Journal of Cape History**. 17. 1990, p. 36–47.

DE KONING, Anouk. Beyond Ethnicity: Writing Caribbean Histories through Social Spaces. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 6, n. 3, nov. 2011, p. 259–282.

ERASMUS, Zimitri. Creolization, colonial citizenship(s) and degeneracy: A critique of selected histories of Sierra Leone and South Africa. **Current Sociology**, v. 59, n. 5, p. 635–654, set. 2011.

---

<sup>29</sup>**Texto original:** “when the existence of a Javanese group is posited, we are no longer challenged to ask how indentured labourers from the Netherlands Indies and their descendants became ‘Javanese’ in Suriname and what ‘Javanese’ meant at different times, locations and for different people.” (DE KONING, 2011, p. 263).

GOLDMAN, Marcio; OSSOWICKI, T. M. Ethnicity. In: Roland Robertson & Jan Aart Scholte (eds.). **New Encyclopedia of Globalization**. The Moschovitis Group, New York. 2006.

KUPER, Adam. South African Anthropology. An inside Job. **Paideuma**, 1999, p. 83–101.

MBEMBE, Achille, B. Goldstone, and J. Obarrio. Africa in theory. In: **African futures: Essays on crisis, emergence, and possibility**. Chicago: The University of Chicago Press, 2016, p. 211–230.

MELLET, Patric Tariq. **The Lie of 1652: A decolonised history of land**. Cape Town: Tafelberg, 2020.

MESTHRIE, Rajend. South Africa: a sociolinguistic overview. In: **Language in South Africa. Org.: Mesthrie, Rajend**. [s.l.] Cambridge University Press, 2004.

MUEHLMANN, S. Von Humboldt's parrot and the countdown of last speakers in the Colorado Delta. **Language & Communication**, v. 32, n. 2, p. 160–168, abr. 2012.

POSEL, Deborah. What's in a name? Racial categorisations under apartheid and their afterlife. In: **TRANSFORMATION: Critical Perspectives on Southern Africa**. Durban: Transformation Press, 2001, p. 50–74.

SCHUTTE, Gerhard. Afrikaner Historiography and the Decline of Apartheid: ethnic self-reconstruction in times of crisis. In: TONKIN, E., MCDONALD, M., CHAPMAN, M. K. (Eds.). **History and Ethnicity**. London: Routledge, 2016.

STELL, Gerald. From Kitaab-Hollandsch to Kitaab-Afrikaans: The evolution of a non-white literary variety at the Cape (1856–1940). **Stellenbosch Papers in Linguistics**, v. 37, p. 89–127, 2007.

THOMPSON, Leonard Montearth. **A History of South Africa**. [s.l.] Yale University Press; 5th Revised, Updated ed., 2001.

VAN DER WAAL, Kees. Long walk from *volkekunde* to anthropology: reflections on representing the human in South Africa. **Anthropology Southern Africa**, v. 38, n. 3–4, 2, p. 216–234, out. 2015.

VINK, Markus. The World's Oldest Trade: Dutch Slavery and Slave Trade in the Indian Ocean in the Seventeenth Century. **Journal of World History**, v. 14, n. 2, p. 131–177, 2003.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

WORDEN, Nigel. Indian Ocean Slaves in Cape Town, 1695–1807. **Journal of Southern African Studies**, v. 42, n. 3, p. 389–408, 2016.

Recebido em: 12/04/2022

Aprovado em: 27/11/2022